

CEDI - P. I. B.
DATA 16 / 05 / 90
COD. CLD 62

LAUDO HISTÓRICO-ANTROPOLÓGICO

Proc. 17.452/86-V

2ª Vara da Justiça Federal

Secção do Estado de Mato Grosso

João Dal Poz Neto

Antropologia/USP

Cuiabá, 7 de outubro de 1988

LAUDO HISTÓRICO-ANTROPOLÓGICO

Proc. nº 17.452/86-V

2ª Vara da Justiça Federal

Secção do Estado de Mato Grosso

"Ação de Reintegração de Posse, Cumulada com Perdas e Danos"

A: Liceu A. Veronese e Egídio Veronese

R: FUNAI e União Federal

QUESITOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI:

1. Queiram o Sr. Perito e seus Assistentes Técnicos informar se a área denominada Área Indígena Serra Morena é habitat tradicional indígena, etno-historicamente constituído.

A chamada Área Indígena Serra Morena (A.I. Serra Morena), área remanescente do Decreto presidencial nº 73.562 de 24/01/1974 (publicado no D.O.U. em 25/01/74), é incontestavelmente parcela do habitat tradicional dos índios denominados "Cinta Larga", cujo território avançava até o rio Juruena, conforme testemunham os registros históricos disponíveis e as evidências arqueológicas obtidas no levantamento do local e os relatos orais fornecidos pela comunidade indígena em questão, por ocasião da realização dos trabalhos desta Perícia.

De início, devo sublinhar que, corretamente entendido, o conceito de habitat indígena corresponde obrigatoriamente a toda área habitada pelos índios, a utilizada para seu sustento e a necessária à preservação de sua identidade étnica, de acordo com suas formas culturais próprias. Assim, a grosso modo o território tradicional dos Cinta Larga estendia-se do rio Juruena ao rio Roosevelt, no sentido leste-oeste, e da foz do rio Branco (afluente da margem esquerda do Aripuanã) até as cabeceiras do Aripuanã, no sentido norte-sul, como já assinalou a antropólogo

P. 01

ga Carmen Junqueira (JUNQUEIRA, C., 1984/1985: 215). Estes limites foram penosamente defendidos pelos Cinta Larga contra toda sorte de invasores, registrando-se uma crônica de conflitos e violências que se arrasta aos dias de hoje. Estes atritos com as frentes pioneiras da sociedade brasileira, por sua vez, constituem-se em provas cabais da ocupação indígena e, além disso, servem para delimitar com razoável precisão as fronteiras do território que os Cinta Larga tradicionalmente ocupam. A cronologia que segue adiante, deste modo, além de circunstanciar o desdobramento das relações entre os Cinta Larga e a sociedade nacional, pretende também evidenciar a extensão e os limites do habitat Cinta Larga.

A notícia mais remota que talvez se possa atribuir aos atuais Cinta Larga vem do aventureiro Antônio Pires de Campos que, no ano de 1727, atravessou a Chapada dos Parecis (CAMPOS, A.P. de, 1862). Tendo atingido em sua viagem provavelmente o rio Juruena, fronteira oeste do que chamou "Reino dos Parecis", deparou-se com a "nação ((dos) Cavihis", que pela sua localização e pelos dados etnográficos fornecidos por Pires de Campos seriam os hoje denominados Cinta Larga. Quer tenha sido esta a primeira notícia sobre os Cinta Larga, não foi possível entretanto encontrar qualquer outro vestígio nos documentos históricos disponíveis para os séculos XVIII ou XIX. Esta ausência de informações, contudo, deve ser explicada pelo completo isolamento em que se manteve o território habitado pelos Cinta Larga, durante todo aquele período histórico.

Ao se acompanhar o processo de colonização da região noroeste de Mato Grosso e sul de Rondônia, é possível perceber seu caráter periférico, até fins do século passado, em relação às terras banhadas pelos rios Aripuanã, Roo

1702

sevelt e Ji-Paraná, afluentes do rio Madeira, uma vez definidas as rotas de penetração que ligavam as localidades polarizadoras da ocupação: Belém-Vila Bela, pelo rio Madeira e Guaporé; Belém-Cuiabá, pelos rios Tapajós e Arinos; e Cuiabá-Vila Bela, pelo rio Paraguai e chapadão dos Parecis. Durante todo o período colonial, o chamado "Ciclo da mineração aurífera" (CORRÊA FILHO, V., 1969: 193-246), e mesmo após a declaração de Independência, a presença de bandeirantes, garimpeiros, militares, negociantes, viajantes e outros aventureiros estava ligada aos cursos dos rios Madeira, Guaporé e Tapajós, sendo quase nula a ocupação interiorana inscrita no triângulo formado por aquelas rotas de ocupação.

A partir da segunda metade do século XIX, início do "Ciclo da borracha", atraindo peruanos e ceceenses para o trabalho nos seringais nativos, os afluentes da Madeira começaram a ser percorridos e ocupados economicamente, como é o caso dos rios Marmelos, Manicoré, baixo Aripuanã, Machado (ou Ji-Paraná, como é também chamado), etc.

Portanto, ainda na primeira década do século XX, a maior parte dos grupos de origem Tupi que habitavam a região em foco não havia sido atingida pelas frentes expansionistas da sociedade brasileira. Foi somente a criação da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (a conhecida "Comissão Rondon") em 1907, por ato do presidente Afonso Pena, que desencadeou a ocupação sistemática e permanente do noroeste do então imenso Estado de Mato Grosso: além de estender o telégrafo, abrir estradas estratégicas, executar trabalhos geográficos, botânicos e mineralógicos, a Comissão Rondon encarregou-se de "pacificar" as populações indígenas em seu percurso.

Um dos empreendimentos que mais notabilizou a Co

B3.03

missão de Linhas Telegráficas deu-se com a chamada Expedição Roosevelt-Rondon, que conjugava o interesse do ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt em obter exemplares da fauna sul-americana, para o American Museum of Natural History de New York, com a intenção do governo brasileiro em prestar-lhe homenagem batizando com seu nome algum acidente geográfico de vulto que fosse revelado naquela expedição.

Por esta razão, o então coronel Cândido Rondon planejou um itinerário pelos sertões de Mato Grosso que finalizaria com o levantamento do então "rio da Dúvida", cujo curso e confluência eram ainda desconhecidos. A narrativa detalhada desta Expedição encontra-se no livro do ex-presidente "Nas Selvas do Brasil" (ROOSEVELT, T., 1943), bem como no texto das Conferências pronunciadas pelo cel. Rondon em 1915 (RONDON, C. M., 1916). O reconhecimento daquele rio teve início em 27 de fevereiro de 1914, descendo os expedicionários desde suas cabeceiras próximas a Vilhena, em viagem bastante acidentada devido às muitas cachoeiras e quedas d'água, concluindo tratar-se do mesmo rio "Castanho", como era chamado pelos seringueiros aquele afluente do Aripuanã. A Expedição Roosevelt-Rondon cruzou o território cercado pelos Cinta Larga, e encontrou inúmeros sinais de sua presença.

1804

Numa ocasião, tendo Rondon afastado-se cerca de um quilômetro da margem direita, pouco abaixo da recém denominada cachoeira do Simplício, seu cachorro Lobo foi flechado pelos índios, obrigando o coronel a atirar para o ar como advertência (ROOSEVELT, T., op cit: 251-252). E, logo abaixo da embocadura do rio Kermit, chegaram em "uma aldeia de índios pescadores, a qual se achava abandonada e que constava de três palhoças baixas e oblongas" (idem: 258).

Proseguindo a expedição, outras aldeias indígenas foram encontradas, porém temporariamente desabitadas. O rio Roosevelt, sua nova denominação, evidenciava assim 'possuir uma numerosa população indígena. Sobre isso, ao fim da exploração, Roosevelt ouviu dos primeiros seringueiros' que encontraram, que subiram o rio durante dias, até um trecho de grandes corredeiras, pouco abaixo da junção de dois importantes tributários (provavelmente abaixo da foz do igarapé Tiroteio), e não puderam seguir "em face da hostilidade dos índios", a respeito dos quais mantinham-se temerosos (ibidem: 257).

Ainda no decorrer desta expedição, especificamente com relação à região do vale do Aripuanã, que interessa diretamente para este Laudo, o coronel Rondon obteve importantes informações, que transcrevo:

"todos os seringueiros que (...) viemos encontrando ao longo das margens do rio Roosevelt, concordaram em informar-me que nenhum explorador sertanejo havia subido o Aripuanã para cima de certa cachoeira, conhecida pelo nome de Infernã (...). O primeiro homem que ali tentou estabelecer-se não conseguiu resistir aos índios, cujas hostilidades elle suscitara, perseguindo-os impietosamente, sem nenhuma apparencia de razão nem de justiça. Depois de expulsarem esse homem, os selvícolas do Aripuanã continuaram a guerrear os civilizados que se aventuravam por seus dominios, e com todo ardor o fazem que o rio póde ser, praticamente considerado interdito aos seringueiros, que muito pouco o frequentam.

Ha, porém, abaixo da mencionada cachoeira, um afluente, o Guariba, regularmente povoado pela nossa gente, não obstante existirem nelle tambem muitos índios." (RONDON, C.M., op cit: 108 - Anexo 01).

Os trabalhos exploratórios da Comissão Rondon vieram a oferecer outras informações conclusivas sobre a presença dos índios Cinta Larga na região. Em maio de 1915 ,

105

por exemplo, deu-se o encontro com a turma de exploração do rio Ananaz, chefiada pelo tenente Marques de Souza. Este rio, correndo ao norte de Vilhena, deságua no Capitão Cardoso, afluente da margem direita do Roosevelt - portanto, situado nas terras do atual Parque Indígena do Aripuanã. No começo da viagem, a expedição deparou-se com vários grupos Nambikwara, com os quais a Comissão já estava em relações amistosas; mas depois, rio abaixo, passou a encontrar vestígios de um grupo indígena inimigo daqueles. Em duas oportunidades, os expedicionários chegaram a aldeias com cerca de 8 casas cada, várias capoeiras e roças novas, "feitas a muque", como diz o tenente Marques em seu Diário (SOUZA, F.M. de, 1915). Porém, não avistaram seus habitantes. Em 29 de maio, todavia, deu-se o encontro trágico, sendo o acampamento da turma de exploração, então assentado entre o ribeirão Dez de Maio e o ribeirão dos Perdidos, atacado pelos índios de "nação desconhecida" (MAGALHÃES, A. B. de, 1941: 455), morrendo o chefe da turma e o canoeiro Tertuliano, enquanto os demais conseguiam fugir. Um dos sobreviventes, João da Cruz, escondeu-se e observou os índios vasculharem o acampamento; quando eles se retiraram, pôde então recuperar o Diário do finado tenente Marques.

Este Diário foi publicado na íntegra, com nota introdutória de Amílcar B. de Magalhães, no "Jornal do Comércio", nos dias 13, 14 e 21 de setembro de 1915, sob o título "A morte trágica do tenente Marques de Souza". O coronel Rondon, numa sentida homenagem, quis denominar "Tenente Marques" ao rio Ananaz, e "Eugenia" - a noiva do tenente - ao outro formador do rio Capitão Cardoso. Por sua vez, a Comissão de Linhas Telegráficas, com a chegada dos sobreviventes a Manaus, procedeu a um inquérito, concluindo serem "Araras" os índios atacantes - denominação equívoca que, certamente, deve-se ao uso de várias penas vermelhas de arara nos cocares e braçadeiras, como é costume dos Cin

ta Larga.

Uma segunda expedição, designada pela Comissão Rondon, partiu em novembro daquele ano, com o objetivo de concluir a exploração do agora rio Tenente Marques, e tentar resgatar o corpo do sinistrado tenente. Sobre os índios o chefe da expedição, tenente RAMIRO NORONHA, informaria em telegrama ao Escritório Central da Comissão que: "usam rêde e não conhecem nossas ferramentas" (NORONHA, R., 1916).

A partir daí, notícias esparsas e fragmentárias sobre os Cinta Larga só vão aparecer anos depois, relatando conflitos com as frentes pioneiras. Os documentos principais para elucidar este período procedem em sua maior parte dos Arquivos do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, que se encontram atualmente microfilmados e sob a guarda do Setor de Documentação do Museu do Índio (MI/Sedoc), no Rio de Janeiro - RJ. Indico abaixo os fatos mais relevantes, de maneira a delimitar a extensão do território ocupado pelos Cinta Larga.

Em fins da década de 10 o SPI instalou um posto, ao norte da área em questão, para atender os índios que habitavam o rio Aripuanã, Castanho (ou Roosevelt) e Ji-Paraná, nomeando como encarregado Agesiláo de Carvalho Guilhon, notificando a forte presença indígena em toda a região (GUILHON, A. de C., 1919; LAGO, F.B. do, 1919). Contudo, este posto foi desativado após o assassinato daquele encarregado em 1922, "por um dos faccinoras que infestam o vale do Aripuanã, quando tentava arrebatá-lo do poder do assassino Alcino Pereira uma pobre índia que estava sendo submetida às mais deshumanas sevícias" (SPI - Inspetoria do Amazonas e Acre, 1925: 21).

A medida em que a empresa extrativista avançava pelos rios Aripuanã e Roosevelt, cresciam as hostilidades

Prof.

entre índios e civilizados. Já em 1928 um bando de seringueiros chefiados por Julio Torres, sob as ordens do peruano don Alejandro Lopes, o seringalista que então dominava o rio Aripuanã e havia instalado o seu "barracão" no salto de Dardanelos, massacrou uma aldeia de índios "Iamé"- "yamên" é uma forma usual de tratamento entre os Cinta Larga -, conforme denúncia recebida pelo inspetor Bento Martins P. de Lemos (SPI - Insp. do Amazonas e Acre, 1929 : 180-183).

Em 1932 o subdelegado de Polícia, José N. Ferreira, informou da presença em Prainha (município de Borba , no Amazonas) de índios "Suruí" procedentes do rio Roosevelt (FERREIRA, J.N., 1932). Outras informações sobre os índios da bacia do Aripuanã, ao sul da divisa Mato Grosso - Amazonas constam do Relatório do inspetor Carlos Eugenio Chauvin, referente ao ano de 1941 (SPI - Insp. Amazonas e Acre, 1942: 4-7).

É de se notar uma certa confusão quanto aos nomes com que vão sendo referidas as diversas etnias presentes na região, mesmo em documentos muito posteriores, e isso se pode atribuir ao total desconhecimento que havia entre os elementos que entravam em contato com os índios. Os dados históricos que estes documentos trazem, todavia, são conclusivos para atestar a ocupação indígena da região banhada pelos rios Aripuanã, Roosevelt e seus afluentes, ao sul do Paralelo 9^o, ao mesmo tempo que assinalam a implantação dos seringais e a incorporação, forçada em muitos casos, de parte da mão-de-obra indígena. Exemplos ilustrativos dessa incorporação são os grupos hoje denominados "Arara do Aripuanã" e "Arara do Guariba", sendo este último na verdade um subgrupo Cinta Larga que desintegrou-se ao encontro dos seringais no rio Guariba.

K. O. P.

Ainda quanto ao setor norte do território ocupado pelos Cinta Larga, em 1958 o padre salesiano Vitor Hugo, em viagem missionária ao rio Aripuanã, assinalava que acima da cachoeira de Dardanelos "ninguém se atreve a ir...", pois as cabeceiras desse rio eram dominadas pelos índios "Inhami" ou "Boca Negra", ou seja os atuais Cinta Larga, que constantemente promoviam "terríveis correrias" contra os seringueiros (HUGO, V., 1959: 263 - Anexo 02). Em seu livro "Desbravadores", o missionário relaciona vários fatos ocorridos na década de 50, que representavam a reação dos guerreiros indígenas à crescente invasão de seu habitat pelos seringueiros (idem: 263-264). Estes conflitos no médio Aripuanã e seus afluentes Branco e Guariba vão perdurar até inícios da década de 70, como registraram os padres Júlio Hebinck e Júlio Vitte em uma viagem de "desobriga" pelo rio Aripuanã, em 1971 (HEBINCK, J. & VITTE, J., 1971). Suas informações recebem confirmação dos próprios índios Cinta Larga das aldeias do Guariba e Ouro Preto, e conferem com os depoimentos dos antigos moradores de Aripuanã - MT.

A oeste e ao sul do seu território, os Cinta Larga envolveram-se igualmente em inúmeros conflitos, desta feita contra feitorias de seringais, comboios de transporte, estações telegráficas e povoados que cresciam às margens da linha telegráfica e, posteriormente, da rodovia Cuiabá - Porto Velho (BR-364, ou BR-29, como foi designada inicialmente a estrada Brasília-Acre).

Já em 1949, por exemplo, um funcionário do SPI notificava ao chefe da 9a. Inspeção Regional, sediada em Porto Velho, que os índios vinham danificando as "lavouras" nos arredores de Pimenta Bueno, Barão de Melgaço e Cacoal, e pedia providências a respeito (SPI - 9a. Inspeção Regional: 1949). Em 1951 uma tropa de garimpeiros, a serviço do seringalista Marcos da Luz, nas imediações do rio Roose

velt, próximo à estação telegráfica José Bonifácio, foi atacada pelos índios, quando regressava de Barão de Melgaço a Campos Novos. Dois garimpeiros morreram, outros dois ficaram feridos e diversos animais foram abatidos (CAMPOS, F. C. de: 1951). No ano seguinte, os índios Cinta Larga voltaram a atacar um comboio de Marcos da Luz nas imediações do rio Roosevelt, matando Durvalino Ferreira e flechando o tropeiro Arcino Marcos e auxiliares, e abatendo bois e muires que carregavam mercadorias (FRANÇA, A. de, 1952). O fato foi noticiado no diário carioca "A Manhã" em 23/07/1952 e chegou a provocar a reação do governador do Território do Guaporé, Jeus B. Hosannah (HOSANNAH, J.B., 1952).

Em 1954 o encarregado do posto "Pirineus de Souza" telegrafou à sede do SPI em Cuiabá - MT, comunicando que "índios Tupis" haviam atacado a estação José Bonifácio. Foram repelidos com a ajuda dos índios Nambikwara que lá se encontravam, dos quais 6 ficaram mortos, o guarda-fio Flávio Cordovil Pessoa foi flechado e, dos atacantes, "só morreu um e outros fugiram ofendidos" (FRANÇA, A. de, 1954).

Em dezembro de 1959 os índios atacaram o acampamento "João de Deus", distante 10 quilômetros da estação José Bonifácio, vitimando o menor Mário, índio Nambikwara de 17 anos, filho do guarda-fio José Pedroso. O incidente foi investigado pela 9a. I.R. do SPI, que remeteu o auxiliar Afonso J. de Azevedo Júnior ao local. Seu relatório confirma que os atacantes foram cerca de 150 índios "Cinturão Largo", como eram conhecidos localmente, entre homens, mulheres e crianças (AZEVEDO JÚNIOR, A.J. de, 1960a). Este auxiliar, aproveitando a viagem a Barão de Melgaço, apresenta relatório complementar, para orientar os trabalhos do SPI na região do alto Ji-Paraná em vista da construção da rodovia BR-29. Sobre os "Cinturão Largo", acrescenta que habitam nos rios Roosevelt e Juruena (AZEVEDO JÚNIOR, A.J. de,

1960b).

Efetivamente, com a conclusão no ano seguinte das obras da rodovia Cuiabá-Porto Velho, recrudesceram os ataques indígenas aos povoados, colocações de seringueiros e acampamentos de garimpeiros. Logo no início de 1961, o diretor do Departamento de Correios e Telégrafos - DCT, Regional de Rondônia, Manoel Paes de Azevedo, oficiava ao chefe da 9a. I.R. do SPI, em Porto Velho, solicitando providências para garantir a vida dos guarda-fios contra o ataque dos índios - os "Cinturão Largo" haviam ateado fogo na estação José Bonifácio e os funcionários fugiram para Vilhena' (AZEVEDO, M.P. de, 1961).

Na região de Vilhena os índios feriram uma menina em 1963, que posteriormente veio a falecer na Santa Casa de Cuiabá (SPI - 6a. Inspetoria Regional, 1963). Porém, no ano de 1965 uma visita dos Cinta Larga surpreendeu os moradores da vila de Vilhena: desarmados, 60 índios acamparam nas proximidades do posto telegráfico, trocaram presentes e assistiram uma partida de futebol (CORREIO DO POVO, 06/02/1965). A 6a. Inspetoria do SPI deslocou o agente Antonio Leite ao local, porém os índios já haviam retornado para a mata. Contudo, o agente transmitiu por telegrama algumas notícias ao chefe da 6a. I.R.:

"Moradores Vilhena numero de cem mais ou menos ' vg trocaram objetos com os indios vg confirmaram serem em numero de sessenta vg sendo cinquenta e oito homens vg uma menina de mais ou menos catorze anos e uma jah idosa pt Alguns traziam colares vg cocares et uma cinta larga feita de casca de madeira com a largura de mais ou menos quinze centímetros e cor avermelhada pt Não se apresentaram armados pt Sua estatura variava entre hum metro et sêssenta a hum metro et sessenta et oito mais ou menos pt Ao retornarem para as matas' vg levaram hum pato et um cão pt Eh esperado o seu reaparecimento vg não se podendo precisar se em missão pacifica ou hostil" (apud BUCKER, H.J., 1965).

85.11

No ano seguinte, no entanto, uma nova visita dos Cinta Larga a Vilhena degenerou em conflito e mortes (GLOBO, O, 26/05/1966; idem: 04/06/1966). O SPI deslocou imediatamente o funcionário Ramis Bucair, que apresentou o seguinte relato sobre o ocorrido:

"Índios Cinta-Larga, incursão amistosa como ano passado, entretanto, por disparo de arma de fogo, eles assustaram-se muito e feriram mortalmente o civilizado conhecido como Parazão, e feriram a filha do índios Pareci Marciano (telegrafista aposentado) e o civilizado Victório Garcia. Regressaram e a 17 kms deste local, assaltaram-se barração seringueiro, causando grande prejuízo material. Quanto a população de Vilhena, acha-se tranquila." (apud BUCKER, H.J., 1966a).

A fronteira leste do território ocupado pelos Cinta Larga, que vai interessar sobremaneira para os fins deste Laudo, alcançava o rio Juruena, onde disputavam a hegemonia com os índios Rikbaktsa (ou "Canoeiros"), Enawên-Nawê (chamados também "Salumã") e Nambikwara. Em relatório apresentado ao inspetor do SPI, o padre Edgar Schmidt, da Missão Anchieta - MIA, oferece informações valiosas sobre o assunto:

"Esta é a região de litígio e conflito com os Cinta-Larga. Antigamente os Cinta-Larga dominavam toda a margem esquerda do Juruena. Aos poucos os Canoeiros os foram empurrando mais para dentro, indo os Canoeiros morar nas cabeceiras do Juina Mirim. Mas os Cinta-Larga não deram tréguas, até que expulsaram novamente os Canoeiros totalmente da margem esquerda do Juruena, até a Cachoeira do Desastre. Os Cinta-Larga tinham aldeias de caça no Barroso, um afluente do Juina Mirim, na margem esquerda, e três aldeias na cabeceira do rio Vermelho, afluente do Juruena, na margem esquerda, umas duas léguas abaixo da barra do rio do Sangue. Esta informação vem dos Canoeiros." (SCHMIDT, E., 1965: 3-4).

Da mesma forma, há cerca de 40 anos atrás os ín-

10.12

dios Enawenê-Nawê foram combatidos pelos Cinta Larga na região do rio Iquê, afluente da margem esquerda do Juruena, e obrigados a transferir temporariamente sua aldeia principal para o rio Camararé. Como pude observar em visita a sua aldeia em 1981, os Enawenê-Nawê mantêm vívidas lembranças das investidas Cinta Larga, e perguntaram sobre o destino das duas crianças que estes raptaram. Ao falecido missionário jesuíta Vicente Cañas, os Enawenê-Nawê haviam descrito detalhadamente os vários ataques que sofreram dos Cinta Larga (CAÑAS, V., 1981: Informações pessoais).

Em fins da década de 50, entretanto, os atritos inter-tribais seriam obscurecidos, diante da invasão crescente dos territórios indígenas pelas firmas seringalistas, levadas de garimpeiros e empresas de mineração, com quem os índios irão se defrontar daí em diante (DAL POZ, J. et alii, 1987: 103-104). Hostis aos invasores, os Cinta Larga representavam um impecilho a expansão destes empreendimentos econômicos pelos afluentes do Juruena e do Aripuanã. Com isto, ganharam proporções alarmantes as operações destinadas a "limpar a área", organizadas principalmente pelos seringalistas que se instalaram na região, resultando no extermínio de várias aldeias Cinta Larga situadas entre o Juruena e o Aripuanã. Em seu livro sobre a pacificação dos Rikbaktsa, que também enfrentaram as frentes extrativistas, o padre João Dornstauder registra uma dessas expedições de extermínio, levada a cabo em 1959:

"Descemos ao barracão do Juína, dirigido por Salomão Pacheco, a fim de falar no rádio do seringal. Infelizmente, o aparelho não funciona. Relatam-me os ataques aos Cinta-Larga, poucas semanas antes, pela região das cabeceiras do Juína Mirim. Mostram-me uma mocinha de cerca de 12 anos, que tinham pegado e conseguiram trazer até o barracão." (DORNSTAUDER, J., 1975: 165 - Anexo 03).

A 13

Posteriormente, esta menina Cinta Larga, que recebeu o nome de Vanda Laura, foi conduzida ao Internato de Utiariti, mantido pela Missão Anchieta, onde veio a casar-se com um índio Irantxe. Ela vive na Área Indígena Cravari, onde encontrei-a em 1981, e pude ouvir seu relato daqueles trágicos acontecimentos.

Em uma entrevista que concedeu ao jornal "O Estado de São Paulo", de 11/06/1975, o padre João Dornstauder' historiou as expedições de extermínio, a partir do rio Juruena, que os seringalistas promoveram em 1959, 1960 e 1962 (FAERMAN, M., 1975 - Anexo 04).

Muito embora tenha havido inúmeros assaltos às aldeias Cinta Larga, um desses crimes, que ficou conhecido como "Massacre do Paralelo 11", ganhou repercussão inclusive na imprensa internacional, gerando denúncias sobre a prática de genocídio de índios no Brasil, pois um dos participantes, Atayde Pereira dos Santos, não tendo recebido o pagamento prometido, compareceu à sede da Inspeção do SPI em Cuiabá para relatar o caso e apontar seus mandantes. Em sua Declaração, Atayde afirma que a expedição fôra organizada pelo seringalista Antônio Junqueira, que contratara os serviços dos componentes da turma chefiada por Chico Luiz - além de Atayde e Chico Luiz, participaram Manoel, Ramiro e Rodrigues -, e que as armas usadas foram pistolas calibre 45, revólveres e metralhadoras (SANTOS, A.P. dos, 1963 - Anexo 05).

A expedição partiu em julho de 1963 da sede da firma Arruda e Junqueira, situada na confluência do rio Juruena com o Juruena, onde hoje encontra-se a vila de Fontanillas. Andaram mais de 2 meses pela mata, acompanhando as picadas dos Cinta Larga e sendo abastecidos de alimentos e munições jogados por avião de tipo Cessna. Neste trajeto passaram por diversos acampamentos e aldeias Cinta

14

Larga recém abandonados, mas só foram encontrá-los às margens do Aripuanã, empregados na construção de uma aldeia na a, na altura do Paralelo 11 - portanto, dentro da atual A.I. Serra Morena (GLOBO, 0, 14/02/1966: 19 - Anexo 06; idem, 15/02/1966: 2 - Anexo 07). Mataram homens, mulheres e crianças com requintes de crueldade: uma mulher foi depenurada viva e cortada ao meio com facão!

O padre Egydio Schwade, da Missão Anchieta, que então lecionava no Internato de Utiariti, recolheu o seguinte relato de Atayde Pereira:

"Expedição do Chico Luís contra os índios Cinta Larga - 1963:

A expedição saiu da Cachoeira das Águas Brabas. Caminharam 16 dias sem encontrar a aldeia dos índios.

Encontraram diversas aldeias dos Cinta Larga. Mas sem encontrar os índios. Aos 16 dias chegaram no Aripuanã. Aí caminharam mais 3 dias e encontraram os índios.

Nesta caminhada levaram pouco fornecimento. Porque eram abastecidos por avião pelo Junqueira. Mas diz o Ataíde que não era necessário este fornecimento porque encontraram bastante nas aldeias dos índios (abandonadas).

Com 19 dias de caminhada mais ou menos encontraram a aldeia Cinta Larga à beira dum rio. Havia uma baixada. E aí a expedição se amoitou. Havia uns 20 índios visíveis na maloca. Todos ocupados. O capitão estava à beira do rio sôbre uma pedra. Reconheceram-no logo pelos enfeites.

O Chico ordenou ao Ataíde derrubar o capitão por primeiro, enquanto êle preparava a piripipi para metralhar os restantes. O Ataíde com uma 22 derrubou o capitão. E o Chico acionou a metralhadora enquanto os outros 4 também atiravam com suas armas.

5 caíram mortos. Sem contar os que correram feridos. A expedição ainda continuou a sua caça aos índios durante uns quantos dias.

Nesta mesma caminhada encontraram mais uma aldeia dos índios. Mas êstes perceberam a aproximação dos assassinos e correram. Ainda encontraram as rêdes balançando. Supreenderam uma mulher com filhinha no trilho de índio.

Agarraram-nos.

O Chico quis logo matá-los. O Ataíde disse que

51
10/15

não convinha. "Vamos levá-los ao padre!"

Mas o Chico não quis e disse:

"Quem manda aqui sou eu! E ordenou-nos" - disse
êle:

"Suspendam a mulher!"

"Tivemos que amarra-la. E suspendemo-la puxando-
a de um lado e do outro no pau (viva).

O Chico arrancou do facão e talhou-a pelo meio.
Depois arrancou do revólver e atirou na guria,
matando-a.

Mandou-nos jogar a mulher e a filha no rio e de-
pois ordenou a queima da aldeia apesar dos compa-
nheiros não quererem isto.

Havia muito milho caprichosamente armazenado.

Na roça havia muito cará, mandioca e algodão.

As roças destes índios são bem trabalhadas, fei-
tas a facão. Limpas.

Continuaram a expedição, encontrando ainda alguns
índios. 3 ainda mataram e um feriram.

O Junqueira os continuava abastecendo de avião
com munição e alimentos. Ele pessoalmente esta-
va no avião.

A expedição levou 2 meses e 8 dias no mato.

Correu entre o rio Vermelho e Sete." (SCHWADE, E.,
1963 - Anexo 08).

Entrevistado pelo padre Arlindo de Oliveira, tam-
bém da MIA, Atayde acrescentou que Chico Luiz estava naque-
le momento chefiando uma outra expedição de extermínio, des-
ta vez contra aldeia: Cinta Larga localizada entre o rio
Vermelho e o córrego Sete, ambos afluentes da margem esquer-
da do Juruena (OLIVEIRA, A. de, 1963: 3 - Anexo 09).

O "Massacre do Paralelo 11" havia sido amplamen-
te divulgado (CORREIO DO POVO, 04/01/1964 - Anexo 10), e o
SPI tomou as devidas providências para o enquadramento pe-
nal dos responsáveis (FERREIRA FILHO, J.B., 1963 - Anexo
11; NUTELS, N., 1964), mobilizando inclusive o próprio mi-
nistro da Justiça, Abelardo Jurema (LUCENA, L., 1964 - Ane-
xo 12). Instaurado o inquérito criminal, que foi presidido
pelo inspetor da Polícia Federal Job Maia Salgado, foram
arrolados os seringalistas Antonio Mascarenhas Junqueira e

Sebastião Palma de Arruda, proprietários da firma Arruda & Junqueira Cia. Ltda., como mandantes do crime, e encaminha dos os depoimentos e conclusões ao juiz da 3a. Vara Criminal em Cuiabá (SALGADO, J.M., 1966).

O processo judicial, contudo, enfrentou inúmeras dificuldades para prosseguir (GALVÃO, S., 1968 - Anexo 13) e em sua denúncia o procurador Zélio Guimarães Silva deixou de incluir Junqueira e Palma de Arruda: "tendo em vista não estar devidamente concretizada a anuência dos mesmos no tocante à matança dos índios", ele apontou unicamente os componentes da expedição. Dos cinco indiciados, uns haviam morrido misteriosamente e outros assassinados durante uma revolta dos seringueiros no rio Juruena (FOLHA DA MANHÃ, 04/04/1973: 33 - Anexo 14; ESTADO DE SÃO PAULO, O, 27/05/1973 - Anexo 15), restando apenas o velho Ramiro Costa, que afinal em 1975 foi condenado a 11 anos de reclusão, sendo posteriormente indultado (ESTADO DE SÃO PAULO, O, 25/12/1975 - Anexo 16).

A partir da década de 60, não é demasiado sublinhar, havia sido dado um novo ritmo à migração e à ocupação econômica de Rondônia e oeste de Mato Grosso: inicialmente com a construção da estrada BR-364, em seguida o assédio de garimpeiros e empresas de mineração às reservas de cassiterita, diamante e ouro e, por fim, a convergência de interesses governamentais e privados na colonização e exploração agropecuária da região. Em particular, o Estado de Mato Grosso dava início à alienação das terras do Aripuanã e gestionava para efetivar a sua administração municipal, já que os prefeitos nomeados estavam ainda sediados na capital, muito embora o município tenha sido criado em 1943 (FURQUIM, A.R., 1966).

Tudo isto aumentava sobremaneira as pressões so-

bre os territórios indígenas, e levou o órgão de proteção aos índios a organizar expedições de "pacificação", com o objetivo de neutralizar a resistência indígena à invasão de suas terras, sobretudo pretendendo confinar os Cinta Larga em áreas delimitadas:

Quanto a este aspecto, vale ressaltar a primeira providência oficial para resguardar o território Cinta Larga, configurada no Editai de 1º de julho de 1966, assinado pelo inspetor Hélio Jorge Bucker, então chefe da 6a. Inind do SPI, sediada em Cuiabá - MT, e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 14/07/1966, que declarava Área Indígena "a circunscrita entre os paralelos 12 e 11 e meridianos 59 e 60, vertentes do rio Aripuanã", dava conhecimento público que estava interditada à penetração de elementos estranhos e resolvia proceder a pacificação dos índios "com a finalidade de assegurar-lhes a sobrevivência presentemente resiamente ameaçada por incursões de civilizados". Segundo o Edital, as terras dos índios eram "de suas propriedades, não só por ser o seu habitat natural, como também por força do mandamento Constitucional contido no art. 170, § 1º do SPI - 6a. Inspeitoria Regional, 1966 - Anexo 17).

Se notar que a área descrita pelo Edital de 01/07/66 englobava já em seu perímetro a maior parte da atual A.I. Serra Morena, e por conseguinte o trecho de terras objeto da presente Ação judicial.

Na área a ser resguardada pelo referido Edital, por sua vez, havia informações suficientes, como as prestadas pelo padre Schmidt ao inspetor do SPI em 1965, que davam conta continuar a região, apesar das violências praticadas a mando dos seringalistas, a ser ocupada pelos Cinta Larga:

87.18

"A situação atual dos Cinta Larga. As últimas informações relatam o seguinte: Como todos os anos, eles deram o seu giro. Apareceram primeiro nas cabeceiras do Rio Preto (fica na margem esquerda do Juruena, talvez umas cinco léguas abaixo da barra do Papagaio). Daí devem ter seguido rumo às cabeceiras do Juina Mirim, rodeando as mesmas, passando pelo Barroso, o ponto de maiores atritos entre eles e os seringueiros. Parece que tem uma predileção especial por este lugar. De lá desceram, passaram pelas cabeceiras do Sete de Setembro, pelo Córrego dos Índios e de lá o rasto sumiu, rumo ao poente. Neste ano não houve nenhum atrito com os seringueiros. Ao contrário, deixaram presentes, como panela com cará, peixe frecha do (sic) por eles. Passaram e deixaram-se avistar com suas famílias, mas evitaram sistematicamente que o seringueiro se aproximasse deles. Retiraram-se, sem responder.

A estrada de exploração do cautchu (sic) da firma Arruda Junqueira prevê um ponto determinado, cem quilômetros a dentro, da barra do Sete de Setembro. Aí pretende construir o barracão de exploração de caceterite (sic). Mais adiante há um lugar fixo, no qual deixam presentes aos Cinta Larga, que os retiram e retribuem. Estas são as últimas informações." (SCHMIDT, E., 1965: 4).

Naquele mesmo ano de 1966, o SPI iniciou os trabalhos de "pacificação", com a instalação de um Posto Base em Vilhena, para apoiar as expedições (BUCKER, H.J., 1966b), ao mesmo tempo em que são realizados sobrevôos de reconhecimento e localização das aldeias Cinta Larga. Neste ano, uma aldeia é avistada entre os rios Eugenia, Divisa e Capitão Cardoso (BREVES, E., 1966). Em março de 1967, o missionário das "Novas Tribos", Horst Stute, realizou um sobrevôo na região norte de Vilhena e leste da vila de Rondônia, localizando várias aldeias Suruí e Cinta Larga, sendo uma delas entre o Roosevelt e o Capitão Cardoso e duas no ribeirão da Divisa. Considerando a existência de outras aldeias mais a leste, o missionário estimou a população indígena da região em cerca de 2 mil pessoas. Posteriormente, os

62.20

sertanistas da FUNAI irão avaliar em 5 mil esse total (JORNAL DO BRASIL, 12-13/12/1971).

Foram no entanto os conflitos envolvendo índios e garimpeiros que fizeram deslanchar as "expedições de pacificação", segundo afirmou o próprio José de Queirós Campos, então presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI - que em 1967 substituiu o já combalido SPI - em seu relatório sobre as atividades desenvolvidas no ano de 1968 (CAMPOS, J. de Q., 1969).

Em 1966 o prefeito de Aripuanã, Amaury Furquim, havia iniciado a abertura da estrada que ligaria a BR-364 à sede municipal, e mandou construir uma pista de pouso de apoio, denominada "Campo 21", a 140 quilômetros de Vilhena; no ano seguinte, o seringalista Antonio Junqueira determinou a preparação de uma pista a 8 quilômetros do rio Aripuanã, para depois abandoná-la e construir a pista que serve atualmente o posto da FUNAI na Serra Morena. O técnico em prospecção Tibor Paal, húngaro naturalizado, ficou encarregado de instalar o acampamento da Serra Morena e chefiar os garimpeiros que extraíam diamantes no leito do Aripuanã, segundo informações prestadas pessoalmente (PAAL, T., 1981: informações pessoais), confirmadas posteriormente pelo então secretário da prefeitura de Aripuanã, chamado Gerônimo, que hoje reside na sede do município (HARGREAVES, M.I.S., 1986).

Em março de 1968 o chefe da 9a. Inind, José de Mello Fiuza, oficiou ao diretor do SPI, tte.cel. Heleno A. Dias Nunes, que levou de garimpeiros recém chegados a Vilhena estavam planejando ataques de grandes proporções aos Cinta Larga do rio Aripuanã (FIUZA, J. de M., 1968). Em 19 de maio do mesmo ano, sucedeu dos Cinta Larga atacarem o acampamento do garimpeiro Raul Moreda (conhecido por "Raul

Espanhol"), que havia se instalado no Campo 21 (MOREDA, R., 1968).

As providências não se fizeram tardar. O prefeito municipal informou prontamente ao chefe da Casa Militar do Estado sobre o ataque às margens do rio Aripuanã e que, segundo o sargento Lira do Destacamento Policial de Aripuanã, os Cinta Larga haviam matado um garimpeiro e ferido 3 outros; solicitava então providências (FURQUIM, A.R., 1968). O Governo do Estado entrou em entendimentos com a FUNAI, resultando um plano de "pacificação" dos Cinta Larga, que contaria com a colaboração estadual e municipal, constituindo-se a chamada "Operação Cinta Larga", sob o comando geral de Hélio Bucker, chefe da 6a. Inind (CAMPOS, J.Q. de, 1968 - Anexo 18; ESTADO DE SÃO PAULO, O, 24/05/1968 - Anexo 19).

A "Operação Cinta Larga" desdobrou-se em duas frentes. A primeira, liderada pelo sertanista Francisco Meirelles, concentrou seus esforços na região de Riozinho e Cacoal, em Rondônia, resultando no contato com os índios Suruí que ali viviam. Antes porém, Meirelles havia realizado sobrevôos em toda a região, acompanhado do inspetor Hélio Bucker:

"Em avião posto à nossa disposição pelo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, sobrevoamos a região matogrossense habitada pelos referidos índios (Cinta Larga), ou sejam os vales do Aripuanã e do Roosevelt. Localizamos então, vinte e uma (21) aldeias de índios, sendo que vinte (20) pertencem à tribo dos "Cintas-Largas" e uma (1) à dos "Nambiquara", localizada no rio Camararé. As aldeias dos citados índios existentes no Território de Rondônia, já haviam sido localizadas através de um bom "croquis", onde as situavam com precisão" (MEIRELLES, F.F.S. de, 1968).

O croquis que Meirelles faz referência, havia sido elaborado pelo missionário das "Novas Tribos, citado acima (STUTE, H., 1967).

A segunda frente da "Operação Cinta Larga" foi encetada pelos sertanista João Américo Peret, e visava atingir os índios do vale do Aripuanã. A partir das informações do inspetor Hélio Buoker e do prefeito de Aripuanã, e de missionários e pilotos, Peret encominou ao Departamento de Patrimônio Indígena da FUNAI mapas da região, localizando as aldeias Cinta Larga e sugerindo a interdição de algumas áreas (PERET, J.A., 1968 a - Anexo 20). Em seguida o sertanista sobrevoou a região considerada, a convite do prefeito Amaury Furquim, locando outras aldeias e visitando os acampamentos de garimpeiros.

"Passamos sobre o Campo 21 (aberto pelo Prefeito e 20 garimpeiros que chegaram a região, pelo Rio Juina-Mirim, zona de massacres de índios). Desce mos no Campo da Serra Morena, onde um individuo nos foi apresentado como sargento da Polícia de Cuiabá e Chefe dos garimpeiros; em sua cabana vi mos uma metralhadora INA e outras ARMAS. Informaram-nos que os índios estariam por perto. Neste local encontramos cacos de panelas e outros objetos indígenas o que me fez supor ter sido ali. antigo aldeamento.

Prosseguindo viagem, chegamos ao Salto dos Dardanelos, sede do Município, que tem aproximadamente 200 habitantes, na maioria garimpeiros (...). De regresso pernoitamos no seringal do Junqueira às margens dos Rios Juruena e Juina-Mirim, onde soubemos que o facínora Chico Luiz é administrador, e estaria no Barracão Águas Bravas, mais ao Norte. O Sr. Furquim disse-nos não ser sócio do Dr. Junqueira, o que ele lamentava; fazendo referência ao ultimo choque de índios e civilizados no R. Aripuanã, admitiu que morreram índios também. Chegamos em Cuiabá, pondo fim a viagem." (PERET, J.A., 1968b: 4-5; grifos meus - Anexo 21).

Nas páginas seguintes do seu Relatório, o sertanista relata o aparecimento de 30 índios Cinta Larga em Marco Rondon, a 130 quilômetros de Vilhena, e os levantamentos que realizou nas vizinhanças da antiga estação tele

gráfica Três Buritis, onde havia vestígios de índios (idem : 7-16). Sobre a presença indígena na área em foco neste Laudo, o sertanista Peret obteve mais informações quando investigava notícia de ataque de índios Rikbaktsa a feitorias de seringueiros, que transcrevo:

"Viajei no Barco da Gleba GAUCHA e quando chegamos no Barracão-Deposito do Rio Juruena, soube de um atrito de índios Cinta Larga e garimpeiros no Rio Vermelho, afluente esquerdo do Juruena, próximo ao Rio Juina-Mirim. Fui a região e soube que os "Cinta Larga", puseram para correr o grupo de garimpeiros, que trabalha para o facínora Chico Luiz, Administrador do Junqueira no Barracão Águas Bravas; a corrida terminou no Barracão, pois o Chico Luiz, armou os garimpeiros e os mandou de volta ao trabalho; é óbvio que haverá mais um massacre de Cinta Larga, se não for tomado providências." (idem: 17; grifos meus).

Ao lado dos trabalhos de campo, algumas providências legais estavam sendo tomadas para resguardar as terras indígenas e oferecer segurança à atuação das equipes de "pacificação" da FUNAI. Em 16 de julho de 1968 o presidente Costa e Silva assinou o Decreto nº 62.995 (publicado no D.O.U. em 18/07/68 - Anexo 22), interditando "para efeito das providências de pacificação das tribos indígenas Cinta Largas e Nambikwaras" a área compreendida, a grosso modo, entre os seguintes limites:

Norte: Paralelo 10° 50';

Sul: estrada BR-364;

Leste: rio Juruena;

Oeste: rio Roosevelt.

No ano seguinte, porém, pelo Decreto nº 64.860, de 23 de julho de 1969 (publicado no D.O.U. em 24/07/69 - Anexo 23), foi criado o "Parque Indígena do Aripuanã", atendendo aos mesmos limites da área interditada pelos Decreto anterior, "com a característica principal de área re-

servada aos índios Cintas-Largas e Nambikwara, para os efeitos do artigo 186 da Constituição". Com isto, garantia-se parcela significativa do território Cinta Larga, e possibilitava à FUNAI desenvolver seus trabalhos na área.

Em abril de 1969 um grupo Cinta Larga havia confraternizado com garimpeiros às margens do rio Roosevelt; pouco depois, a FUNAI instalou no local o posto Roosevelt, afastando os garimpeiros e prosseguindo com os contatos (JORNAL DO BRASIL, 11/05/1969). Em fins de 1971, no entanto, os Cinta Larga mataram 2 funcionários da FUNAI, o jornalista Possidônio Bastos e o rádio-telegrafista Acrísio Lima, e incendiaram o acampamento, porém no mês seguinte voltaram a frequentar o posto (JORNAL DO BRASIL, 05/03/1972).

A criação do posto Serra Morena, às margens do rio Aripuanã, deu-se de maneira semelhante: como visto acima, tratava-se de um acampamento de garimpeiros, com pista de pouso, que a FUNAI ocupou, desalojando os garimpeiros - o acampamento havia sido atacado algumas vezes pelos Cinta Larga.

Em agosto de 1969 um italiano, Emilio Locatelli, interessado em conhecer os indígenas brasileiros, havia sido conduzido pelo prefeito Amaury Furquim ao acampamento da Serra Morena; daí, seguiu as picadas dos Cinta Larga até a aldeia, cerca de 15 quilômetros distante, onde foi trucidado pelos índios (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/02/1971 - Anexo 24; PAAL, T., 1982: Informações pessoais). Então, no início de outubro, o prefeito de Aripuanã conduziu um delegado de Polícia para investigar o desaparecimento do italiano, mas encontrou a aldeia deserta. Segundo informou Manoel "Garimpeiro", morador de Aripuanã que serviu de guia aos policiais, estes queriam a todo custo incriminar o mateiro "Paulista" que acompanhou Locatelli até as proximida

des da aldeia Cinta Larga (GARIMPEIRO, M., 1982: Informações pessoais). A reação dos índios à profanação de sua aldeia foi imediata: em meados daquele mês atacaram o acampamento da Serra Morena, obrigando o encarregado Tibor Paal' e demais garimpeiros a retirar-se apressadamente, a remo, para a vila de Aripuanã, onde chegaram no início de novembro (CORREIO DO POVO, 11/06/1975 - Anexo 25; PAAL, T., 1982: Informações pessoais).

Segundo aquele técnico em prospecção, foi depois que o garimpeiro Raul Espanhol instalou-se no acampamento da Serra Morena que ali sucederam conflitos mais graves com os Cinta Larga. Um "peão", segundo Tibor, amedrontado teria atirado num índio; houve o revide, generalizando a confusão (PAAL, T., 1981: Informações pessoais). Com isso, a FUNAI tomou a pista e instalou o "posto de atração".

Na viagem à A.I. Serra Morena procedi a uma pesquisa nos Arquivos do posto da FUNAI, no qual encontrei a "Ata de fundação", datada de 16 de julho de 1971:

"o primeiro dia do início de trabalho dos componentes da FUNAI que lhe deu como chefe do posto Senhor Constantino Marques de Almeida e quatro trabalhadores e que por motivo de notícias que nos foi divulgado conforme as notícias que izistia (sic) choque entre os índios e os garimpeiros tivemos em nossa companhia quatro militares da polícia do estado de Mato Grosso (...) será mais uma frente (de) pacificação para novos grupos de índios Cintas Largas na região do Aripuanã a (onde) vivem os Índios Cintas Largas arredios hostis nas cabeceiras do Rio Aripuanã." (FUNAI - P.I. Serra Morena, 1971).

O jornal "O Globo" noticiou ainda em julho a retirada dos primeiros 90 garimpeiros, que teriam deixado a área; acrescenta que os garimpeiros "confessaram vários atritos com os cintas-largas mas negaram que houvessem mata do qualquer índio" (GLOBO. O, 28/07/1971: 5). Em outubro,

P. 25

o chefe de posto informava ao diretor do Parque Indígena' do Aripuanã que já não existiam garimpeiros trabalhando na área, e sobre os índios Cinta Larga acrescentava:

"Outrossim informo que os Índios desta região es tiveram de passagem no mez (sic) de Setembro" (ALMEIDA, C.M. de, 1971b).

Em relatório anterior o funcionário cientificava que os trabalhos de "atração" já haviam começado:

"Iniciada a frente de pacificação de novo(s) grupos dos Índios Cintas Largas construindo o tapi-ri numa cabana encontrada a tres kilometros arredios hostis do subposto da Serra Morena em direção a margem esquerda abaixo do rio Aripuanã, es peramos novo contato com os Índios Cintas Largas desta região" (ALMEIDA, C.M. de, 1971a).

Em outubro daquele ano, o chefe de posto comunicava que os índios visitavam os "barracos de atração" (ALMEIDA, C.M. de, 1971c). Até novembro do ano seguinte a situação parecia inalterada, e o novo chefe de posto avisava que os índios estavam apanhando os brindes e deixando presentes: de uma vez, 2 colares, 5 cintas, 10 capacetes, 3 flechas e 22 pontas (LACERDA FILHO, 1972a). Finalmente, em dezembro ocorria o primeiro contato amistoso:

"Comunico que no dia 18/12/72 saíram do posto com destino ao TAPIRI o Sr. José da Silva Mello, acompanhado de (1) trabalhador sr. Genézio Lima, o qual por volta das 13,45 horas, encontraram a 200 mts da cabeceira da Pista de Pouso pra dentro da selva, um grupo de índios Cinta-larga, o qual fizemos um fabuloso contato com esse grupo de in díos, sendo que o grupo formado por "nove" elementos, 7 rapazes, 01 moça, e uma criança femenina' (sic). Logo em seguida, convidamos o grupo, o qual aceitaram o convite, e vindo até ao Pôsto, onde manteram (sic) contato com todo pessoal do Pôsto. Os mesmos entraram no Barracão, onde dançaram, comeram junto com todos do Pôsto. Logo em seguida receberam brindes, e olharam os artesanatos que os mesmos afixaram nos tapiris. Passando

M.26

tudo isto num período de 55 minutos foi sua permanência no Pôsto, e logo saíram dando o gesto ' que iam buscar mais. Estamos na espera." (LACERDA FILHO, 1972b).

Os contatos, daí em diante, vão sucedendo em número crescente. Em janeiro de 1973 chegam 24 Cinta Larga ' (7 homens, 11 mulheres e 6 crianças), aos quais são presentes panelas, calções e canecos (UBIRAJARA, 1973a), e ' que informam que "existem vários aldeamentos proximidades; voltarão breve com maior número" (UBIRAJARA, 1973b). Nos ' meses seguintes, novos grupos visitam o posto da FUNAI, e alguns passam a residir junto aos funcionários. Em fins da ' quele ano, o novo chefe de posto, Francisco de Assis Costa, apresentou um relatório ao administrador do Parque do Aripuanã, especificando que ali já viviam 8 famílias Cinta ' Larga, num total de 68 índios (15 homens, 25 mulheres e 28 crianças), e que existiam ainda 6 grupos Cinta Larga isolados (COSTA, F. de A., 1973: 2 - Anexo 26). O relatório é bastante informativo, descrevendo a situação do posto e enumerando interessantes dados etnográficos e históricos, dos quais valeria destacar a delimitação que os próprios "Cinta Larga traçavam do seu habitat tradicional:

"Informam os índios que se encontram aqui conosco que os seus remanescentes sempre habitaram ' nas margem(s) dos rios Juruena, Aripuanã, Amarello e Ten. Marques e rio Eugênio (sic)" (idem).

Em resumo, como afirmou a antropóloga Carmen Junqueira que realizou pesquisas entre os Cinta Larga da Serra Morena nos anos de 1979 a 1981, o posto da FUNAI reuniu boa parte da população que morava em aldeias próximas (JUNQUEIRA, C., 1984/1985: 215 - Anexo 27). Contudo, segundo o relato dos Cinta Larga e a farta documentação existente sobre o assunto, por muitos anos ainda permaneceriam várias ' aldeias independentes na área, em particular as situadas ' 17.22

no rio Vermelho, no rio Porquinhos (ou Furquim, segundo os mapas atuais) e a sudeste do posto da FUNAI (aldeia do Constantino, no córrego Duas Barras, e aldeia do Papai Grande, na Lina 3), cuja localização, como procurarei mostrar 'abaixo, é fundamental para atestar a ocupação indígena efetiva de uma extensão territorial bastante superior ao trecho de terras que o Governo federal delimitou em 1976 (A. I. Serra Morena).

Em 1971 o Governo federal havia autorizado a construção da estrada ligando Fontanillas ao Salto de Dardanelos (sede do município) atravessando o Parque Indígena do Aripuanã, cedendo o terreno necessário ao Estado de Mato Grosso pelo Decreto nº 69.658 de 03/12/1971 (D.O.U. em ... 03/12/71). Os responsáveis pela construção da estrada, segundo o padre Thomaz Lisboa, certificaram da existência de uma aldeia Cinta Larga no rio Vermelho, localizada a 23 minutos de vôo desde a barra do Juina Mirim, margem esquerda do Juruena; e:

"Pediam encarecidamente que fosse feita uma expedição para atrair os índios a fim de que se impedisse encontros fatais entre os trabalhadores da estrada e os índios, já que a estrada passaria bem perto da aldeia, ou em território dos índios" LISBOA, T. de A., 1973: 1 - Anexo 28).

No dia 2 de agosto de 1972 o padre Thomaz realizou um sobrevôo de reconhecimento e, de fato, a cerca de 70 quilômetros desde a confluência do Juina Mirim, na direção 300° avistou a aldeia Cinta Larga. No dia 17 de outubro do mesmo ano, o missionário realizou um segundo sobrevôo, desta vez acompanhado da Cinta Larga Vanda Laura, acima referida. Nos Arquivos da Missão Anchieta há um documentário, filmado em câmera Super-8, que registra o sobrevôo da aldeia Cinta Larga do rio Vermelho, mostrando a grande

casa oval, as roças e os caminhos que saem para o mato. Em seguida, entre os dias 29 de novembro e 07 de dezembro, o padre Thomaz Lisboa, acompanhado de índios Rikbaktse e Irantxe, realizou uma primeira expedição terrestre, ainda de reconhecimento, chegando às proximidades daquela aldeia. Em seu Diário, além do trajeto e do desenrolar da expedição, ele apresenta um mapa preciso da localização da aldeia Cinta Larga (LISBOA, T. de A., 1972 - Anexo 29). Os trabalhos de "atração", todavia, não tiveram seguimento, uma vez que não havia sido suspensa a construção da estrada, conforme denunciou o missionário no "Simpósio sobre o futuro dos índios Cinta Larga", promovido pelo Museu Rondon, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), nos dias 26 a 30 de março, em Cuiabá (LISBOA, T. de A., 1973 : 3; - GLOBO, O, 28/03/1973 - Anexo 30).

No ano seguinte, a reboque das pressões regionais, o Governo federal decidiu reduzir o Parque do Aripuanã em 50% de sua área inicial, através do Decreto nº 73.563 de 24 de janeiro de 1974 (publicado no D.O.U. em 25/01/74 - Anexo 31); sendo que diversas aldeias dos Gavião, Arara, Suruí, Zoró e Cinta Larga ficaram desguarnecidas, concomitantemente foram interditadas duas áreas, uma em Rondônia e outra em Mato Grosso, pelo Decreto nº 73.562 do mesmo dia (publicado na mesma data - Anexo 31). A Área II, destinada aos Cinta Larga da Serra Morena, tinha como limites:

Norte: rio Vermelho;
Sul: rio Juina Mirim;
Leste: rio Juruena;
Oeste: rio Aripuanã.

Tratava-se deste modo, de um trecho de terras contíguo ao Parque do Aripuanã alterado pelo Decreto anterior, e que nos seus limites englobava tanto a atual A.I. Serra'

Morena como também a área onde afinal veio a ser implantado o "Projeto Juina", da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso - CODEMAT.

Portanto, com o Decreto nº 73.562/74 o Governo federal reconhecia, mais uma vez, que existiam índios habitando entre os rios Aripuanã e Juruena, na altura do rio Vermelho e do rio Juina Mirim - ou seja, que estas terras eram de fato habitat indígena e, por isso, deveriam ser resguardadas -, tanto é que o ato presidencial elenca entre as finalidades, a atração dos grupos indígenas (art. 1º) e a sua transferência para o interior do Parque Indígena do Aripuanã (art. 2º). É importante frisar que a hipótese da transferência e o prazo de 2 anos estipulados no art. 2º não figuravam da minuta original do Decreto, encaminhada pela FUNAI ao ministro do Interior (Anexo 33), mas foram introduzidas por sugestão do então secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general João Baptista de Figueiredo. De qualquer modo, posteriormente este art. 2º será modificado pelo Decreto nº 77.033 de 15 de janeiro de 1976 (publicado no D.O.U. em 16/01/1976 - Anexo 34), que autorizava à FUNAI promover a "demarcação administrativa" das áreas I e II, pois a "transferência" pretendida há dois anos, se mostra (...) inexecutável, sendo de todo recomendável a manutenção dos grupos indígenas na região do seu habitat", como justificava o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis na Exposição de Motivos que encaminhava o referido Decreto ao presidente da República (Anexo 35).

A respeito do habitat indígena, já então averiguado inúmeras vezes, é interessante transcrever a informação prestada pelo então delegado da 8a. Delegacia Regional da FUNAI, Clodomiro Bloise, respondendo ao pedido de "Certidão Negativa de existência de índios" na área, solicitada por

P. 32

Getulio Vieira de Aguiar:

"Não há dúvidas que neste setor transitam índios Cinto-largas e outros, pois as margens do Rio Juarena é justamente onde eles se concentram em maior número. Nesta situação não existem dúvidas, porém o que mais me apavorou foi a quantidade de colonos já existentes dentro da terra do índio, que de acordo com o Decreto Nº 73562 tem como divisa o Rio Juina Mirim.

Podemos observar também uma cidade de nome FONTANILLAS dentro da terra de presença de índios (...) por informação do Sr. GETÚLIO VIEIRA DE AGUIAR, dentro de breves dias ali será inaugurado um luxuoso hotel, e terá a presença das mais altas autoridades do Governo.

Saindo desta cidade existe uma estrada ainda na terra de presença de índios que vai até a cidade de Humboldt (Projeto Aripuanã) no salto dos Dardanelos." (BLOISE, C., 1974: 1).

Muito embora a presença dos Cinto Larga na região, como se viu, estivesse claramente evidenciada, o Governo do Estado de Mato Grosso procurava ignorar o direito dos índios à posse de suas terras imemorais, desejosa que estava de promover a sua alienação e colonização, e pressionava para isso o próprio Governo federal para reduzir as áreas indígenas. Neste sentido, através da Lei Estadual nº 3.743, de 31 de março de 1976, fez reservar as terras devolutas do município de Aripuanã à CODEMAT, para a realização do Projeto Juina.

Sobre o assunto, um relatório do sertanista Fritz Tolksdorf, que averiguou a situação das áreas indígenas na BR-172 (ou AR-1), abordou os entendimentos entre a FUNAI, CODEMAT e Governo do Estado relativos à construção da estrada ligando Vilhena à Aripuanã, que atravessaria a Área interditada II. Segundo o sertanista, o Projeto de colonização Juina encontrava-se na área interditada:

"4) - O Projeto de Colonização Juina com um núcleo urbano já em estado de implantação encontra-se

17.31

nessa área interditada, servido pela AR 1 já feito esse trecho. Projeto esse da própria CODEMAT em terras de Mato Grosso.

5) - Uma parte desse Projeto, entre o Rio Juina Mirim e o Rio Vermelho, pertence ao Projeto Aripuanã da Prefeitura desse Município. Acontece entretanto, que na parte Este dessa área, localizamos recentemente, mais malocas, ainda não contactadas de Índios provavelmente Cinta Largas, por mim já mencionada (verbalmente) ao Senhor Presidente da FUNAI, sendo por isso estabelecida uma linha divisória para incluir estas aldeias e também o Posto Indígena Serra Morena, no Parque Indígena do Aripuanã.

6) - Nos últimos dias desse mês de Junho, em vôos de reconhecimento feito por mim no avião da SUDECO e sobrevoando novamente essa área, localizamos mais uma aldeia nova sem contato e suas respectivas plantações, que aparentemente está localizada entre as cabeceiras do Rio Porquinhos e Rio Vermelho. Aparentemente trata-se de três malocas e que ficam próximos ao rumo em que deverá passar a estrada nova, motivo porque achamos indispensável promover uma aproximação e contato amistoso afim de prevenir ou antecipar um contato descontrolado com o pessoal da estrada, que poderia ser de consequências funestas para esse grupo." (TOLKSDORF, F., 1976:2 - Anexo 36)

Tolksdorf informa ainda que a estrada passará a 40 quilômetros da aldeia Cinta Larga e que poderá exercer atração sobre os índios, razão porque desejaria estudar uma solução viável para o problema (idem).

Apesar da boa disposição do sertanista da FUNAI, pouco depois os Cinta Larga do rio Vermelho serão vítimas pela estrada e terão suas terras usurpadas pelo Projeto Juina, numa rápida sucessão de acontecimentos. O atendente de enfermagem José Humberto A. Feitosa, designado pela FUNAI para atuar na equipe de apoio na BR-172, alertava em carta ao administrador substituto do Parque do Aripuanã, Laercio C. de Alcantara, datada de 13 de julho de 1976:

"Olha, o Sr. Fritz foi a Brasília, e a estrada es

pt. 32

tá se aproximando do Picadão da Prefeitura de Aripuanã, o picadão que cruza o Rio Vermelho, onde se localiza uma aldeia de índios Cinta-Largas, bem isolados.

As picadas da área de colonização já foram iniciadas, e uma delas foi abandonada, pois o topógrafo encontrou muitos vestígios, teve medo e voltou.

Está sendo aberta outra picada que vai da estrada até o Rio Vermelho, na altura da aldeia.

(...) Não consigo entender é a FUNAI liberar uma área para a Codemat colonizar com uma aldeia dentro (...)" (FEITOSA, J.H.A., 1976 - Anexo 37).

A advertência foi tardia: em meados daquele mês 15 índios Cinta Larga foram encontrados perambulando pela estrada recém aberta e, levados para a vila de Fontanillas pelo garimpeiro Carlos Ferreira, contraíram gripe (ESTADO DE SÃO PAULO, 0, 14/07/1976 - Anexo 38; idem, 15/07/1976 - Anexo 39; idem, 16/07/1976 - Anexo 40), mas são logo atendidos por missionários da MIA e funcionários da FUNAI (JORNAL DO BRASIL, 23/07/1976 - Anexo 41). Segundo os jornais, o grupo era liderado por "Viman" - devido à corrupção linguística, será apelidado "Velho Macho" pelos funcionários da FUNAI, mas portava também o nome de "Netopuy". Sua aldeia, conforme testemunharam os índios por ocasião da viagem de Perícia, que inclusive me conduziram para observar as capoeiras que distinguem o local, situava-se entre as cabeceiras do rio Presidente Médici (afluente da margem direita do Aripuanã) e os tributários da margem esquerda do rio Vermelho. Mais ao sul, estava a aldeia liderada por "Mamderé", já falecido, pai do Cinta Larga Joaquim Mãm. Este rio Presidente Médici é denominado "Kikiripã" pelos Cinta Larga, quer dizer "rio Carapanã". Estas aldeias estão localizadas, aproximadamente, no mapa esboçado pelo fotógrafo da "National Geography", Jesco von Puttkamer, datado de 1976 (Anexo 42).

A despeito de todos estes dados, então disponíveis,

Pa. 33

sobre a situação das aldeias Cinta Larga, o Governo federal veio a declarar sem efeito a interdição da maior parte da Área II pelo Decreto nº 78.109 de 22 de julho daquele ano (publicado no D.O.U. em 23/07/1976 - Anexo 43), restringindo aos Cinta Larga da Serra Morena e adjacências uma área contígua ao Parque do Aripuanã, limitada ao norte pelo rio Porquinhos (rio Furquim) e a leste por uma linha reta que tem sua origem na confluência do córrego da Marcação - ou seja, restou menos de 1/6 da área original.

A providência havia sido solicitada pelo então governador do Estado, José Garcia Neto, diretamente ao presidente da FUNAI, como explicita o Ofício 185/76 de 21/05/1976, "para planejamento integrado e aproveitamento de recursos naturais através de colonização pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso - CODEMAT" (Anexo 44). As áreas remanescentes, segundo o art. 4º do Decreto acima, permaneciam interditadas e deveriam ser demarcadas administrativamente pela FUNAI.

Para atenuar o impacto sobre os Cinta Larga da construção da estrada e o esquadrinhamento do seu território pelas picadas demarcatórias da CODEMAT, o então administrador do Parque do Aripuanã, Apoena Meirelles, propôs a criação de um subposto de vigilância na AR-1 para o controle da área, junto ao Posto fiscal no Km. 180 (isto é, a 60 quilômetros do núcleo urbano de Juina), aproveitando duas casas colocadas a disposição pela CODEMAT; ao mesmo tempo, exige urgência na demarcação da área do P.I. Serra Morena, já que a CODEMAT havia iniciado "o processo de licitação das terras ao longo da AR-1" (MEIRELLES, A., 1976).

Por sua vez, o posto da FUNAI na Serra Morena continuava a ser visitado por novos grupos Cinta Larga. Um relatório do chefe de posto, Francisco de Assis Costa, refe-

rente ao período março-junho de 1977, informava que 3 grupos haviam visitado o posto, sendo 2 deles pela primeira vez; acrescenta ainda que os moradores habituais haviam saído para participar de uma festa tradicional em uma aldeia a 50 quilômetros do local (COSTA, F. de A., 1977).

Naqueles primeiros anos de contato, em parte devido ao despreparo, omissão e mesmo conivência do órgão indigenista, a população Cinta Larga veio a sofrer drástica redução em seu contingente, sendo a mortalidade causada principalmente pelas sucessivas epidemias de gripe que atingiram as aldeias e os surtos de malária, doença endêmica na região do Aripuanã. O chefe de posto, Assis Costa, e o atendente de enfermagem, Passos da Silva, registraram 16 óbitos entre janeiro e setembro de 1977: o líder Netopuy ("Velho Macho"), de gastroenterite; a índia Celina, com pneumonia; e mais 14 índios que morreram "em malocas situadas a cerca de 60 quilômetros do P.I. segundo informações prestadas por sivículas (sic) que chegaram a este posto" (COSTA, F. de A. & SILVA, F.P. da, 1977). A informação é confirmada pelo novo administrador do Parque, Aimoré Cunha da Silva, em radio telegrama ao diretor geral de Operações da FUNAI:

10.35
"Nr 228/PQARI de 04/08/77 - Info Vsa que em recente visita inspeção PI Serra Morena constatei os segs fatos bipts A/ Morte de um importante chefe tribal de nome Netopi vg que morreu por falta de maiores cuidados que não podemos dar pela falta de comunicação ptvg B/ Sabemos pelos interpretes que um grupo de índios que esteve no posto este ano et que nã recebeu os brindes desejados et alem disto vg ao voltar a aldeia morreram 14 crianças estão culpando FUNAI et alegaram tomar desforra ptvg C/ Topografo CODEMAT estão fazendo levantamentos na area PI Serra Morena ptvg D/ Estah atuando area helicoptero FAB juntamente Projeto RADAM fazendo mapeamento pt Do exposto vg solicito vossas providencias urgente sentido restabelecer rede radio bem como dotar PQARI maiores recursos tendo em vista trabalhos atração referido PI pt Sustar tra

balhos topograficos CODEMAT ateh demarcação area' PI et informa não ter recebido oficialmente qualquer comunicado autorizando trabalhos FAB/RADAM ' pt Sds Adm PQARI" (SILVA, A.C. da, 1977).

Para as finalidades deste Laudo, não é demais destacar que as informações que procediam dos funcionários da FUNAI e dos trabalhadores locais não deixavam dúvidas quanto a efetiva presença indígena na região das cabeceiras dos rios Vermelho, Furquim e Presidente Médici (hoje conhecido localmente por "Filadelfo"), e que, por conseguinte, o Projeto de colonização da CODEMAT implantou-se na verdade em terras imemorialmente ocupadas pelos Cinta Larga, levando com isso ao desaparecimento de algumas aldeias e a redução populacional de outras, além da usurpação de suas terras.

Realmente, a presença dos índios Cinta Larga na área desinterditada pelo Decreto 78.109/76 era fato tão notório que os próprios dirigentes da FUNAI e da CODEMAT se viram obrigados a estabelecer o Convênio nº 045/78, em 19/06/1978 (Anexo 45), "visando eventual presença indígena na área de titularidade da CODEMAT (...) tudo de conformidade com o constante no Processo FUNAI/BSB/0429/78" (grifos meus) como reza a Cláusula primeira daquele instrumento administrativo. Transcrevo abaixo os itens da Cláusula segunda, que estipulam as obrigações da CODEMAT, quer dizer a contrapartida pela ilícita apropriação daquelas terras indígenas, e que prescrevem a transferência - de todo modo ilegal, nos termos dos arts. 18, 20 e 25 do "Estatuto do Índio", Lei 6.001/73 - dos Cinta Larga do rio Vermelho para o posto da Serra Morena. Note-se que na área "B", ou 2ª Etapa do Projeto Juina, que confrontava com os ribeirões Guarantã, Encontro e rio Vermelho, a CODEMAT deveria aguardar os trabalhos de demarcação da A.I. Serra Morena e a transferência dos índios para seu interior. Caberia então à CODEMAT:

p. 36

"1 - Custear as despesas com a fixação dos índios Cinta Larga do rio Vermelho, no Posto Indígena Serra Morena.

2 - Instalar na estrada estadual, identificada como AR-1 uma base de vigilância dotando-a de equipamentos necessários que ensejem pronta comunicação a FUNAI de presença indígena na área.

3 - Não desenvolver trabalhos na área "B" do seu projeto e que confronta com os Ribeirões Guarantã, Encontro e Rio Vermelho, enquanto não finalize a FUNAI os trabalhos de demarcação do PI Serra Morena, bem assim, a atração dos Cinta Larga do Rio Vermelho para o interior da área do Posto Indígena Serra Morena." (Grifos meus).

Como se constata por este documento firmado pela FUNAI e pela CODEMAT, havia pleno conhecimento da existência de aldeias indígenas nas cabeceiras do rio Vermelho, sendo então injustificável a concessão da Certidão nº 032, datada de 22/06/1978, na qual o então presidente da FUNAI, general Ismarth de Araujo Oliveira, diz "não haver conhecimento da existência de aldeamentos indígenas" na área peticionada pela CODEMAT (Anexo 46). A afirmação, emitida apenas 3 dias após a assinatura do Convênio 045/78, é evidentemente falsa, uma vez que os Cinta Larga do rio Vermelho habitavam reconhecidamente a área descrita, como ficou demonstrado acima.

A continuidade da presença dos Cinta Larga na área do rio Vermelho, então, era motivo para a FUNAI desenvolver planos para sua retirada. O administrador do Parque, Aimoré Cunha da Silva, em seu "Plano de Trabalho" para a atração e assistência aos índios Cinta Larga da região do rio Vermelho e rio Tenente Marques dizia:

"Nas proximidades e dentro das áreas a serem colonizadas pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT) vivem alguns grupos de índios Cinta Larga.

No braço esquerdo do Rio Vermelho, área que será colonizada, existe um grupo. Considerando que as

N
32

picadas topográficas das futuras estradas vicinais, partindo da AR 1 já atingiram o braço direito de se rio, urge que se faça a atração desses grupos para a área a ser demarcada do P.I. Serra Morena. (...) O trabalho de atração é necessário porque a área em questão foi desinterditada e a CODEMAT já está com seus trabalhos de infraestrutura para colonização da área, bem adiantados." (SILVA, A.C. da, 1978: 3-4; grifos meus).

O flagrante desrespeito aos direitos indígenas, no caso do rio Vermelho, chegaria mesmo a provocar discordâncias no meio do próprio órgão indigenista oficial. O delegado da 5a. D.R. da FUNAI, Rubens Pinho de C. Silva, sediado em Cuiabá, encaminhou o Ofício nº 288/DEL/5ªDR/79 ao diretor do D.G.O, anexando um recorte do "Diário de Mato Grosso" de 05/07/79, com a notícia que estava programada para aquele ano a segunda fase do Projeto Juina, área onde se encontravam os índios Cinta Larga do rio Vermelho e que, de acordo com a Cláusula segunda do Convênio FUNAI/CODEMAT, só estaria disponível ao final da demarcação. Daí, sensatamente o delegado da FUNAI levantaria a questão da legitimidade daquele Convênio:

"Considerando os dispositivos legais que asseguram ao índio a posse permanente das terras que de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil, consultamos V.Sª se o item 3 da Cláusula segunda do Convênio 045/78 celebrado entre a Funai e a Codemat em 19.06.78, não estaria retirando aos índios Cinta Larga do Rio Vermelho o direito de posse das terras que atualmente habitam, com o deslocamento dos mesmos para o PI. Serra Morena." (SILVA, R.P. de C., 1979 - Anexo 47).

A resposta seria claramente afirmativa! Mas a admoestação do zeloso delegado não foi ouvida, e os índios do rio Vermelho foram espoliados de suas terras. Ainda sobre o assunto, restaria a informação prestada pelo adminis

PA.32

trador do Parque do Aripuanã ao delegado da 8a. D.R. (Porto Velho - RO), dizendo que o Convênio nº 045/78, afinal de contas, não havia sido posto em execução, mas que, a despeito disso, os índios do rio Vermelho estavam na Serra Morena e "os problemas apresentados são (eram) os da perambulação pela área de colonização e estrada AR-1" (SILVA, A.C. da, 1981).

Desde 1978. entretanto, a situação dos índios do rio Vermelho, que anos antes haviam visitado Fontanillas, era bastante precária. Uma viagem dos missionários católicos Antonio Iasi, Thomaz de Aquino e Salvador Valadares ao Projeto Juina em meados de 1978, revelou que vários Cinta Larga - as fotos publicadas na reportagem da "Folha de São Paulo" permite identificá-los como provenientes do rio Vermelho - estavam vivendo pelas imediações do futuro núcleo urbano (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/09/1978 - Anexo 48; GLOBO, O, 17/09/1978 - Anexo 49). Em 1980, há notícia de um surto de sarampo, contraído dos colonos residentes nas margens da estrada Juina-Vilhena, que atingiu o posto da Serra Morena e vitimou vários Cinta Larga (ESTADO DE SÃO PAULO, O, 06/12/1980).

Naquela época, outro ponto frequentado pelos índios era o acampamento da empresa de mineração SOPEMI, instalado na atual Linha 3, ou seja a estrada que dá acesso ao Subnúcleo 3. Até 1981, cerca de 6 rapazes Cinta Larga viviam no acampamento, atendendo pequenos serviços para os encarregados.

Finalmente, tendo exposto extensamente as informações e documentos históricos relativos a este Quesito, que argumentam afirmativamente quanto à ocupação tradicional da Área Indígena Serra Morena pelos índios Cinta Larga, é preciso destacar que os limites para esta Área, estabeleci

dos no Decreto nº 78.109/76, não abrigaram totalmente as terras que os índios ocupavam, de forma plena, até inícios da década de 80. Antes de especificar os locais não incluídos na delimitação oficial, salientaria que, de fato, as coordenadas geográficas oferecidas por aquele Decreto contêm graves imprecisões, e mesmo um erro flagrante, ou seja, o ponto de coordenadas $10^{\circ}16'25''S$ e $59^{\circ}16'23''W$ para o limite Oeste da área a ser desinterditada não permite o fechamento daquele perímetro. Há que se atender, portanto, ao único acidente geográfico citado, ou seja, a confluência do córrego da Marcação com o ribeirão Porquinhos, que nos mapas atuais aparece com o nome de "rio Furquim", de maneira a situar o limite leste da A.I. Serra Morena.

Por desconhecer essas divergências topográficas, a firma Patraty, contratada pela FUNAI para demarcar a A.I. Serra Morena, abriu em 1979 um picadão com inclinação noroeste-sudeste que excluía largo trecho de terras ao norte da Área. O órgão indigenista, por isso, não recebeu os trabalhos da Patraty, conforme me informaram, dado os erros verificados. Posteriormente, a FUNAI solicitou os préstimos da Divisão de Serviço Geográfico (DSG), um órgão especializado do Exército brasileiro, que cortou em fins de 1985 uma nova picada, de modo a cumprir criteriosamente as determinações do Decreto 78.109/78, tomando a confluência do córrego da Marcação como ponto de amarração do limite leste.

Esta nova demarcação, no entanto, viria excluir um trecho de terras ao sul, entre os córregos Guarantã e Duas Barras, respeitado até então pela picada da Patraty que limitava ao sul com o ribeirão Sorriso, ou "Macacos", como aparece no mapa elaborada por esta firma (Documento anexo nº 25 da Proposição inicial dos Autores da presente

27/40

Ação) - este trecho de terras trata-se de área antes ocupada e, no momento, reclamada pelos Cinta Larga, que aí tinham aldeias, roças e cemitério, e ainda mantêm picadas de caça e alguns locais de pesca.

Na viagem que realizei à A.I. Serra Morena em meados de setembro último, para fins desta Perícia, fui levado pelos líderes Cinta Larga no dia 17 a visitar o cemitério, em particular o túmulo da Cinta Larga Laudelina falecida em 1981 - de acordo com os registros existentes nos Arquivos do P.I. Serra Morena -, mãe de Bernardo e Gabriel Kaban que nos acompanhavam (ver fotos em anexo). Esta aldeia, liderada por Constantino, situava-se às margens do córrego Duas Barras, cerca de 4 quilômetros da atual sede da chamada "Fazenda Duas Barras" (também conhecida localmente por "Fazenda Verdã"), rumo norte, e foi abandonada em 1981 devido à proximidade dos colonos assentados pelo Projeto Juina, logo após o falecimento daquela anciã. Além do cemitério e do local onde situava-se a maloca, identifiquei extensas capoeiras onde fizeram suas roças, e encontrei espécies remanescentes de bananeiras e pés de urucum plantados pelos Cinta Larga (ver fotos em anexo). Segundo eles, os caminhos de caça corriam a oeste e a norte da aldeia, e pescavam nos córregos Duas Barras, que servia a aldeia, Guarantã, Sorriso e outros menores. É de fato, como se vê, habitat indígena perfeitamente configurado, mas que veio a ser negociado pela CODEMAT a Egídio Veronese em 1983, nomeado então "Lote A".

Ainda quanto às terras indígenas que foram desabrigadas pelo Decreto presidencial de 1978, cabe citar as cabeceiras do rio Vermelho e ribeirão Porquinhos, onde estavam as aldeias de "Netopuy" e "Mamderé", e os barreiros e terrenos de caça respectivos, situação que mereceu o se-

guinte comentário do Cinto Larga Gabriel:

"Tem muito, qualquer canto tem capoeira velha, pi cadão só pegou no meio."

Para comprovar, visitei as capoeiras mais a oeste, acompanhado do líder Lampião, no dia 18/09/88, as quais foram atravessadas pela estrada interna que os índios estão abrindo, ligando o posto da FUNAI ao rio Furquim (ver fotos em anexo).

Igualmente, as aldeias que existiram nas cabeceiras do rio Juina Mirim, na atual "Linha 4" do Projeto Juina, sobre as quais falaram os líderes Lampião e Zé Lopes Kabã, irmãos dos finados líderes daqueles grupos:

Zé Lopes: "Maloca primeiro, zano (irmão) morar, zano morrer Juruena rio, Juina para baixo, nosso irmão morreu. Juina estrada branco, aí mato estragar tudinho, fazenda."

Lampião: "Enzano (meu irmão) morreu tudo, Juina vai, fazenda vai, é outro, fazenda grande; outro maloca nova morreu tudo, maloca velha."

Por derradeiro, resta citar a aldeia do "Papai Grande", que encontrei em agosto de 1983, por ocasião de uma visita às obras da CEMAT, no rio Aripuanã, situada na beira da estrada, atual "Linha 3", a 15 quilômetros distante da Usina hidrelétrica. Pouco depois da minha visita, a família de Papai Grande mudou-se para o posto da FUNAI, na Serra Morena.

Concluindo a argumentação para este Quesito, respondo afirmativamente quanto a Área Indígena Serra Morena configurar-se habitat indígena etno-historicamente constituído, bem como são habitat indígena tradicional os chamados Lotes "A" e "B", situados entre os ribeirões Duas Barras e Guarantã, que em 1983 foram alienados pela CODEMAT a Egídio e Liceu Veronese, Autores da presente Ação.

16.42

QUESITOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

2. De quando data a ocupação da referida área pelos índios que ali viveram e vivem?

A ocupação indígena da Área da Serra Morena é verdadeiramente imemorial, isto é, a presença dos Cinta Larga em todo o alto Aripuanã é anterior a qualquer documentação porventura existente para as terras circunvizinhas, como creio haver demonstrado na resposta ao Quesito anterior.

Como se viu, ^{a região} somente foi alcançada pela frentes pioneiras da sociedade nacional no início deste século, ainda assim de forma esporádica. Em parte seu isolamento resultou da extrema hostilidade dos Cinta Larga aos invasores de suas terras. Como assinalou o então coronel Rondon, por ocasião da expedição de 1919, acima da cachoeira "Infernã" a agressividade dos "selvicolas do Aripuanã" fazia o rio "interdicto aos seringueiros" (RONDON, C.M., 1916: 108). Representando um dos primeiros registros históricos sobre a região do alto Aripuanã, as informações de Rondon, enunciadas em suas Conferências em 1915, documentam inegavelmente a plena ocupação da região pelos índios.

Mais de 40 anos depois, o padre salesiano Vitor Hugo, que visitou em 1958 a atual sede do município de Aripuanã, ainda observaria que ninguém se atrevia a transitar pelo território dos índios "Inhami", ou seja os Cinta Larga que dominavam a região acima da cachoeira de Dardanelos (HUGO, V., 1959: 263) - muito embora várias aldeias Cinta Larga há houvessem sido escorraçadas por bandos armados a mando dos seringalistas, a exemplo do fundador da vila de Aripuanã, dom Alejandro Lopes, que ordenou o massacre de índios Cinta Larga na década de 20 (SPI - Inspeção do A-

10.43

mazonas e Acre, 1929: 180-183).

Como assinalai no Quesito anterior, na fronteira leste do território ocupado pelos Cinta Larga, ou seja a região entre os rios Juruena e Aripuanã, em particular a área limitada ao norte pelo rio Vermelho e ao sul pelo Juina Mirim, era praticamente nula a presença de seringueiros, garimpeiros, colonos ou mesmo aventureiros antes da década de 60. De fato, foi a construção da estrada Cuiabá-Porto Velho (BR-364), que viabilizou o acesso à região e a ação das empresas de mineração, firmas de colonização e agropecuárias que passaram a disputar aquelas terras aos índios.

Este avanço sobre o território ocupado pelos índios, é claro, acarretou seguidos conflitos entre os Cinta Larga e as frentes econômicas. É nesta época, por sua vez, que o órgão indigenista iniciará seus trabalhos de "pacificação" da numerosa população indígena que vivia nos vales do Aripuanã e do Roosevelt.

Em particular, o acampamento de garimpeiros que se instalou na atual A.I. Serra Morena, em fins da década de 60, prontamente combatido pelos Cinta Larga que moravam nas vizinhanças, foi logo substituído por uma "frente de atração" da FUNAI.

Em resumo, pois, a longa digressão do Quesito anterior parece suficiente para comprovar estas afirmativas, a cronologia dos conflitos que sucederam, opondo os Cinta Larga aos invasores de suas terras desde as primeiras décadas do século XX, oferece provas vigorosas da defesa dessas terras pelos índios, e claramente delimita o território que utilizavam para viver, segundo seus costumes e tradições. Será apenas nos anos 60 e 70 que a ação funesta dos seringalistas do Juruena e a não menos deletéria implantação do Projeto Juina, contando com a omissão ou conivência

das instâncias governamentais, referidos anteriormente, con seguirá por fim restringir drasticamente o território Cinta Larga.

Sendo assim, a resposta a este Quesito, até onde ' seja possível inferir pela documentação histórica disponível, e validando legitimamente os relatos indígenas e suas tradições orais, é que os índios Cintá Larga viveram e vivem em caráter imemorial e permanente na região entre os rios Ju ruena e Aripuanã, especialmente na área delimitada ao nor te pelo rio Vermelho e ao sul pelo Juina Mirim. Em particu lar, a chamada Área Indígena Serra Morena vem sendo ocupada pelos Cinta Larga, de maneira contínua e ostensiva, desde ' tempos imemoriais.

54.45

QUESITOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI:

3. Qual grupo étnico de origem ameríndia vive nas terras da mencionada área, e qual o seu perfil cultural?

Vivem na A.I. Serra Morena os índios "Cinta Larga", assim denominados pelo fato de vestirem uma larga faixa em torno à cintura, confeccionada da entrecasca da árvore "toari". Na documentação existente sobre eles, foram também chamados de: "selvícolas do Aripuanã", "Iamé", "Inhami" e "Cinturão Largo". Em sua língua, vinculada à família linguística Tupi-Mondé, não dispõem propriamente de uma autodenominação, mas usam referir-se por "pãzerey", que traduziria por "nossa gente". Há contudo várias denominações que empregam para especificar subgrupos 'Cinta Larga, que em geral identificam algum traço fenotípico ("Goroypép", os pretos), localização geográfica ("Pãpi ey", os que moram a jusante) ou o líder da aldeia ("dabiway", dono-da-casa).

Sobre sua filiação linguística, os outros representantes da família Tupi-Mondé são: Gavião, Zoró, Aruá, Sanaiká (Salamã ou Mondé) e Suruí (RODRIGUES, A., 1986). Os dados sobre os Aruá e Mondé encontram-se na bibliografia até a data de 50, e talvez hoje estejam extintos. Cinta Larga, Gavião e Zoró falam línguas mutuamente compreensíveis, cujas diferenças dialetais talvez não cheguem a caracterizar dialetos. De todas, a língua Suruí é a que mais se distancia, assumindo feições muito particulares. Não se encontrou qualquer outro grupo da família Tupi-Mondé fora da região banhada pelos afluentes da margem direita do rio Madeira, localizada em Rondônia e noroeste de Mato Grosso, o que vem comprovar a antiguidade da ocupação deste território por estes povos.

A 10/46

A descrição etnográfica a seguir, tomarei de um trabalho sobre ecologia Cinta Larga (DAL POZ, J., 1986), de meu Projeto de pesquisa (DAL POZ, J., 1987) e do artigo de Carmen Junqueira (JUNQUEIRA, C., 1984/1985).

A dispersão territorial em pequenas unidades sociais parece ter sido sempre uma das características da sociedade Cinta Larga. Ainda em fins da década de 60, os Cinta Larga mantinham mais de 30 aldeias, geralmente situadas junto a pequenos córregos, com uma população estimada em 2 mil pessoas. A depopulação que se seguiu aos primeiros contatos e a atração que os postos da FUNAI exercem, concentrando a população indígena, reduziu substancialmente o número de aldeias.

A família nuclear é a unidade significativa da organização social Cinta Larga - praticamente auto-suficiente, com grande liberdade para movimentar-se de uma aldeia para outra. Um homem, suas mulheres e os filhos desenvolvem as atividades complementares necessárias para a vida cotidiana. As aldeias maiores - cada aldeia possui, tradicionalmente, apenas uma grande casa, "záp", a maloca - comportam hoje no máximo 3 a 5 famílias nucleares: um homem, suas esposas, seus filhos casados e solteiros, filhas solteiras e, as vezes, filhas casadas e genros.

A aldeia, reunida em torno de um homem de prestígio - "dabiway", literalmente o "dono-da-casa" -, seria o grupo social com algum tipo de vida corporada, mas os membros de aldeias próximas se visitam com frequência. A liderança que este homem exerce decorre, como ponto de partida, de sua disposição para tomar iniciativas, como construir uma nova casa, abrir uma roça, oferecer festas e, inclusive, promover arranjos matrimoniais. Um pai e seus filhos, por assim dizer, constituem o núcleo dominante da aldeia,

16
100-47

que se expande pela obtenção de mulheres e, se forem suficientemente poderosos, retendo suas filhas e atraindo genros.

A relação pai-filho, portanto, parece oferecer a base para a coesão social de uma aldeia Cinta Larga, verificando-se assim um padrão de residência patrilocal, isto é, os novos casais vão morar junto ao pai do noivo. Após a morte do "dabiway", é comum seus filhos separarem-se para fundar aldeias próprias, as quais todavia mantêm uma relativa proximidade geográfica, cerca de 5 a 10 quilômetros umas das outras. O resultado é que este conjunto de aldeias, lideradas por irmãos genealógicos ou classificatórios, que denominarei grupo local, vem ocupar uma região extensa e contínua, conotando uma certa territorialidade ao grupo de agnatos (descendentes pela linha masculina).

O relacionamento entre irmãos, ainda que não despidido de uma certa dose de competição, é marcado por expressiva solidariedade e familiaridade. De certo modo, o grupo local, ao conjugar aldeias relacionadas por consangüinidade ou, mais estritamente, germanidade - o termo geral para indicar parentesco é "zano", que num contexto mais preciso significa "irmão" - oferece o suporte para o modelo indígena das divisões patrilineares: ao relatar os acontecimentos passados ou a localização espacial, os Cinta Larga expressam-se nos termos destas categorias - diriam, por exemplo: foram os Kabã que atacaram os Salumã; são os Mãm que moram no Roosevelt.

Basicamente são 3 divisões patrilineares: Mãm, Kabã e Kakĩn. A palavra "mãm designa a castanheira, e as demais são também nomes de árvores que fornecem frutos. Sua origem remonta aos tempos míticos, quando uma divindade, Gorá, manteve relações sexuais com cada uma destas árvores,

p. 48

nascendo então os primeiros homens. A grosso modo, pode-se dizer que na A.I. Roosevelt, rios Tenente Marques e Capitão Cardoso (os dois últimos no Parque do Aripuanã), assim como no Guariba (A.I. Aripuanã) habitam os Mãmey ("ey", plural); enquanto na A.I. Serra Morena e Igarapé Ouro Preto (A.I. Aripuanã) estão os Kabãney; os Kakĩney são uma minoria presente em todas as áreas. Isto apenas significa que são as divisões dominantes nas respectivas áreas, à qual pertence a maioria dos homens; as mulheres, porém, pertencerão em geral a outras divisões.

A filiação às divisões é estritamente patrilinear, embora possam haver indivíduos que reivindicuem dupla filiação alegando que dois homens, de divisões diferentes, participaram de sua concepção. Há várias exceções, mas em sua maior parte os casamentos acontecem entre pessoas que pertencem a divisões patrilineares distintas, através da regra preferencial de casamento com a filha da irmã (avuncular). Estabelece-se então uma rede de alianças entre dois ou mais grupos locais, situados em territórios não muito distantes, onde as trocas matrimoniais sucessivas implicam em alianças políticas, ainda que instáveis e cambiantes.

A caça é a atividade que mais interessa aos Cinta Larga: a ela se dedicam assiduamente e é um dos assuntos preferidos na conversa entre os homens. Era notável o tempo que dispendiam, quando em casa, na confecção dos arcos e das flechas, cuidadosamente elaborados. A caça é praticada ao longo do ano inteiro, mas o rendimento das expedições é variável, havendo um período bastante fraco - talvez devido ao ciclo de migração dos animais - no auge da estação seca (agosto-setembro).

Quase todos os animais - aves mamíferos, peixes e alguns répteis - são aproveitados para alimentação, apenas

havendo tabus para pais de crianças que ainda não caminham. Os animais mais abatidos, certamente por serem também mais numerosos, são variedades de macacos e aves, como o jacu, jacutinga e mutum; o queixada, o caitetu e a anta, porém, são os mais apreciados. A caça, de um modo geral, desenvolve-se em caminhos habituais, cada qual explorando uma região próxima a aldeia, atingindo um máximo de 25 quilômetros, que são periodicamente percorridos pelos caçadores. Caçadas noturnas não eram praticadas tradicionalmente, mas hoje são possíveis com o uso da lanterna e da espingarda. Os Cinta Larga, ainda, são peritos em utilizar esconderijos e "chamar" os animais, como o mutum, jacamim, jacu, nambu, anta e macacos. Empregam também o fogo e a fumaça, abanando-a para dentro do buraco, morada do tatu ou da paca.

A caça é função exclusiva dos homens na divisão sexual do trabalho entre os Cinta Larga - papel masculino' por excelência, deve-se dizer, na maioria dos povos caçadores. É seu caráter individual, entretanto, que distingue o caçador Cinta Larga: um homem, a cada 2 ou 3 dias, sai sozinho logo que amanhece, tomando um caminho previamente escolhido; retorna normalmente ao entardecer, qualquer que seja o resultado. Se naquele mesmo dia um outro caçador sair, escolherá certamente um caminho diverso.

No período da estação seca, quando a caça se torna rara, o grupo da aldeia divide-se por famílias, que se espalham em acampamentos temporários, a beira dos igarapés quase secos, para bater timbó nos poços onde se refugiaram os peixes. No auge da seca, portanto, a pesca revela-se indispensável na dieta alimentar, vindo o peixe substituir a carne-de-caça.

Os Cinta Larga praticam uma agricultura de tipo

pioneiro: a cada ano os homens de uma aldeia, cuja população hoje, exceto em torno dos postos da FUNAI, dificilmente excede 30 pessoas, desmatam nas proximidades uma nova faixa de terras, cerca de 2 hectares, onde será realizado o novo plantio. Plantam principalmente o milho, vários tipos de mandioca (macaxeira), batatas, carás, inhames e "marãija", além de mamoeiros, bananeiras e pés de urucum e algodão.

A colheita nas roças antigas, principalmente da mandioca, o cará e, por fim, a batata-doce, prossegue até exaurí-las, ou serem cobertas pela capoeira. A derrubada anual de novos trechos de floresta, entre junho e julho, deve-se menos a fatores de baixa produtividade dos solos - os quais são razoavelmente férteis em toda a região - que aos esforços maiores que seriam dispendidos para limpar a capoeira das roças velhas. Isto, por outro lado, permite a recomposição da floresta, não impondo danos mais graves ao equilíbrio ecológico.

É preciso assinalar que, talvez desde fins da década de 40, os Cinta Larga, apesar das hostilidades crescentes, ou por causa delas, já dispunham de instrumentos de metal, como o machado e o terçado (facão-de-mato), que roubavam das colocações dos seringueiros. Assim, é difícil saber em que medida o sistema de trabalho tradicional foi modificado pela introdução destes instrumentos. Derrubadas e queimadas pelos homens, as roças são plantadas com a ajuda das mulheres. São elas depois que, paulatinamente, vão realizando a colheita, de acordo com as necessidades alimentares. Quando há festas programadas, e os parentes e aliados são convidados, é necessário roças maiores que as habituais, obrigando os moradores da aldeia anfitriã a redobrar os esforços agrícolas no ano anterior.

15.51

No quadro das atividades principais desenvolvidas anualmente, percebe-se que os produtos agrícolas, cuja colheita distribue-se desigualmente ao longo do ano, fornecem efetivamente a base da dieta alimentar. O milho é consumido em sua maior parte ainda "verde" - assado, cozido ou feito chicha. O milho "seco" serve para bolos e sopas-de-peixe. A macaxeira e o cará, também utilizados para fazer chicha, são assados para acompanhar a carne-de-caça ou peixe.

Ainda em relação a alimentação, ressaltaria a divisão sexual que a caracteriza: não apenas a colheita dos produtos agrícolas, porém todo o processamento dos alimentos, e inclusive a obtenção de lenha para o fogo, é incumbência feminina; aos homens, diria assim, cabe produzi-los: caçar, pescar, derrubar a roça e palntar - mas para o último, eles já são em parte auxiliados pelas mulheres.

Não dispondo de processos para conservar alimentos, os Cinta Larga têm uma maneira singular de colher suas roças. Especialmente em relação à macaxeira, seus pés não são arrancados, mas as mulheres escavam com um pau apropriado e retiram apenas as raízes maiores, deixando as pequenas para continuar a desenvolver-se. Em vista desta prática, a aparência de uma roça Cinta Larga é por vezes enganadora.

Não havendo conceitos de propriedade territorial ou exclusividade na exploração dos recursos naturais entre os Cinta Larga, a apropriação se dá pelo trabalho investido na obtenção dos alimentos e matérias primas. Assim, se a diligência do caçador confere-lhe a posse dos animais abatidos, é a iniciativa e liderança, mas também os esforços físicos os indicativos suficientes para a propriedade de uma roça. Ainda que todos os homens casados da aldeia tenham suas próprias roças, a de maior extensão cos

tuma ser a derrubada pelo "dabiway".

Após a escolha da área, o "dono-da-casa" começa a brocar a vegetação rasteira em meados de junho. Já nesta fase, como também para a derrubada das árvores maiores, realizada em julho, e o plantio, que tem início em setembro, o "dabiway" convida insistentemente os homens disponíveis da aldeia, ou quem por lá se encontre em visita ou de passagem, para colaborar. O trabalho nos roçados, como era de se esperar, acontece de modo descontínuo, intercalado por caçadas, pescarias, acampamentos, viagens e dias de descanso.

As atividades agrícolas, no contexto da sociedade Cinta Larga, mostram-se ocasiões privilegiadas em que se expressam tanto a obrigação do genro prestar serviços ao sogro, como a colaboração entre pais e filhos e entre irmãos. É neste sentido uma tarefa coletiva - modo de produção referido às necessidades da agricultura de tipo pioneiro.

Dentre as atividades de subsistência, caberia ainda examinar a coleta de produtos florestais e as lides artesanais. Quanto às últimas, dispensando-me de uma análise em detalhe, ressaltaria apenas que são tarefas diferentemente atribuídas aos homens e às mulheres - estas se encarregam da fiação do algodão, confecção da rede-de-dormir, cestaria, fabricação dos colares, enquanto os homens, dos arcos e flechas, cocares, flautas, pilão, cocho para chicha. As panelas de cerâmica foram substituídas pelas de alumínio, não sendo mais fabricadas pelas mulheres.

Os principais produtos da coleta, destinados à alimentação, são a castanha e, se é permitido assim classificá-lo, o mel de vários tipos de abelha; as frutas sil-

vestres, como o cacau, "abia" (ou pama), "dêdena", pequi , etc., são também apreciadas. Estes produtos dão origem a formas diversas de exploração: a procura de mel, por exemplo, é uma iniciativa familiar, enquanto as expedições para quebrar castanha reúnem, em geral, várias famílias.

Segundo C. Junqueira (op cit: 231), em 1981 os Cinta Larga de Serra Morena iniciaram a extração de borracha, com o objetivo de auferir recursos monetários para atender às novas necessidades de consumo, mas em termos quantitativos os resultados são até hoje pequenos. Alguns artigos de artesanato são negociados ocasionalmente com funcionários da FUNAI ou regionais, igualmente com retorno inexpressivo. Atualmente, no entanto, os Cinta Larga da Serra Morena estão envolvidos na exploração da madeira existente na área, associados a firmas madeireiras da região.

81.54

QUESITOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI:

4. Tal grupo étnico utilizava-se e vem se utilizando de toda a área em apreço, no sentido da aquisição e/ou apropriação de seus meios de subsistência e preservação de sua vivência sócio-cultural?

Como foi dito no Quesito nº 1, e fartamente documentado, os Cinta Larga tradicionalmente ocupavam uma área bem mais extensa que as atuais "áreas indígenas" delimitadas oficialmente. Em particular, os índios que hoje estão confinados na A.I. Serra Morena detinham o território compreendido entre o rio Aripuanã e o Juruena, distribuídos em diversas aldeias. Havia então, neste território, uma integração efetiva entre os recursos naturais disponíveis e renováveis e o seu modo de vida, que tem na caça a principal característica, como explicitarei na resposta ao Quesito anterior.

As aldeias então mantinham relativa distância e, já assinalou a prófa. Carmen Junqueira (JUNQUEIRA, C., 1985: 3), as maiores concentrações pouco excediam a 50 pessoas - evitavam assim, embora as razões objetivas sejam de outra natureza, o esgotamento acelerado dos recursos naturais.

Em torno das aldeias, em geral próximas a pequenos cursos d'água, trechos da floresta são derrubados para o plantio das roças. E, de modo sistemático, praticam a caça por caminhos habituais, conhecidos, que partem da aldeia e margeiam córregos, barreiros, fruteiras, etc., lugares costumeiramente frequentados pelos animais.

Uma resposta precisa a este Quesito, contudo, além dos locais de moradia, das roças nas proximidades e as atividades de caça, deve ainda considerar os seguintes itens:

55

- rios e córregos onde pescam e batem timbó;
- concentrações de castanheiras e outras fruteiras, do seu cardápio de coleta;
- trechos da floresta que oferecem as matérias primas vegetais que utilizam, principalmente palhas, embiras, pequenos cocos, taquaras, madeiras especiais para arcos e flechas, resinas, etc.;
- nichos ecológicos onde encontram plantas para sua farmacopéia;
- serras mais áridas onde abunda as abelhas que produzem mel silvestre;
- e, além de outros recursos de uso tradicional, agora os seringais nativos que estão explorando com fins comerciais.

Embora não exaustiva, esta lista de recursos permite visualizar as atividades necessárias à subsistência e reprodução sócio-cultural dos Cinta Larga e, com isso, identificar mais corretamente a extensão de sua ocupação territorial. Além dessas utilidades materiais, haveria certamente a considerar os locais referidos nos relatos míticos, os sítios de antigas aldeias, cemitérios e capoeiras, que verdadeiramente constituem-se em marcos históricos, assinalando concretamente no território os feitos e glórias dos antepassados.

A partir desses parâmetros, é possível afirmar que os índios Cinta Larga utilizam integralmente a Área Indígena Serra Morena, onde encontram os meios indispensáveis à sua vida: aldeias, roças, caminhos de caça, locais de pesca, áreas de coleta, seringais nativos, etc.

A população Cinta Larga na A.I. Serra Morena é hoje de 107 pessoas, constituindo 24 famílias nucleares.

Após um longo período em que a ação protecionista da FUNAI provocou a concentração da população indígena - grandemente reduzida pelos massacres e epidemias - em torno ao posto da FUNAI, voltam agora os vários grupos familiares a reconstruir suas aldeias próprias. No momento, além do posto da FUNAI, onde ainda está a maior parte dessa população, existem mais 3 aldeias:

1. Zé Lopes: logo na entrada da área, também referida como PIV;
2. Constantino: na margem do rio Aripuanã, ao norte da área;
3. Pazudo: na estrada para o rio Furquim, a 35 quilômetros do posto da FUNAI.

Mesmo assim distribuídos, os índios vêm enfrentando dificuldades crescentes para obtenção dos produtos necessários à sua subsistência, já que as condições ecológicas da região vêm deteriorando-se gradativamente e a área indígena, em particular, sofre diversas agressões.

Em 1983 a CEMAT iniciou a construção de uma Usina hidrelétrica, no rio Aripuanã, ao sul da A.I. Serra Morena. Além dos 200 hectares a serem alagados pelo reservatório, e os problemas que tal espelho líquido poderá trazer, quando a Usina entrar em operação os peixes não conseguirão mais subir o rio para desovar (JUNQUEIRA, C. & LEONEL, M., 1984 - Anexo 50; PIRES, C., 1984 - Anexo 51).

A "Imobiliária Rio Furquim", conhecida localmente por "Fazenda Filadelfo", de propriedade de Filadelfo Reis, abriu no ano passado uma estrada desde Juina, que adentrou a área indígena. Com o consentimento do INTERMAT, a Imobiliária tinha intenções de lotear as terras, mas os índios reagiram e embargaram os trabalhos.

No momento, várias fazendas vêm desmatando suas áreas, nas proximidades da Serra Morena. Em particular, a "Fazenda Verdã", como é conhecida a fazenda de Liceu Veronese, está realizando grandes derrubadas da floresta, com o objetivo de formar pastagens. Como verifiquei, uma dessas derrubadas está a menos de 300 metros da antiga aldeia do Constantino, onde está sepultada sua mãe, às margens do córrego Duas Barras; os índios alegam que outros cemitérios e capoeiras já foram revirados por máquinas pesadas, na mesma área.

Nos últimos anos, milhares de garimpeiros invadiram a área de pesquisa da empresa SOPEMI, e estão hoje extraindo diamantes nos córregos Mutum, Cinta Larga e outros da margem direita do rio Aripuanã, fazendo uso de dragas e outros equipamentos (ver fotos em anexo). Com isso, as águas do rio Aripuanã ficaram completamente turvas, barrentas e fedidas, sendo totalmente impróprias para beber. Por sua vez, os peixes diminuíram consideravelmente.

No posto da Serra Morena, os índios e os funcionários servem-se de uma pequena fonte de água potável, enquanto constroem um poço profundo.

Por fim, a ação das firmas madeireiras na área da Serra Morena e no interior do Parque do Aripuanã está causando graves transtornos no últimos 2 anos.

Concluindo, respondo a este Quesito salientando que a Área Indígena Serra Morena é, em todos seus quadrantes, exaustivamente explorada pelos índios para obtenção dos seus meios de vida, mas que os danos ambientais acima elencados põem riscos a reprodução dos recursos animais e vegetais da região e, com isso, ameaçam visivelmente a sobrevivência dos Cinta Larga.

85.10

LAUDO HISTÓRICO-ANTROPOLÓGICO

Proc. nº 17.452/86-V
2ª Vara da Justiça Federal
Secção do Estado de Mato Grosso

QUESITOS DA UNIÃO FEDERAL:

1. Podem o Sr. Perito e os Assistentes Técnicos informar se as áreas dos Autores estão compreendidas dentro dos limites do Parque Indígena Aripuanã?

A resposta a este Quesito exige algumas explicações anteriores.

Conforme expus na resposta ao Quesito nº 1 formulado pela FUNAI, a área onde estão plotados os lotes dos Autores é reconhecidamente parte do habitat tradicional dos índios Cinta Larga. Todavia, a sucessão dos atos legais que visavam delimitar as terras destes índios apresentam divergências quanto ao território ocupado pelos índios, e resultaram em redução significativa dos seus limites, no caso favorecendo diretamente o Governo do Estado de Mato Grosso, a Prefeitura Municipal de Aripuanã e a CODEMAT. Relaciono sucintamente estes atos.

O Edital de 01/07/1966 publicado pela 6a. Inind do SPI, com base no art. 216 da Constituição então em vigor, declarou área indígena o quadrado limitado pelos paralelos 10° e 11° e meridianos 59° e 60°. Estes limites contêm em seu interior os lotes reclamados pelos Autores, pois eram reconhecidos como área ocupada pelos Cinta Larga.

Dois anos depois o Decreto presidencial nº 62.995 de 16/07/1968, interditou a área entre o rio Juruena e o Roosevelt para fins de "pacificação" dos Cinta Larga e outros grupos. Com estes mesmos limites, no ano seguinte o

55.81

Parque Indígena do Aripuanã era criado pelo Decreto nº 64.860 de 23/07/1969. Segundo esta delimitação, não havia dúvidas de que os lotes adquiridos pelos Autores à CODEMAT em 1983 constituíam área de ocupação indígena, incluídos então no Parque do Aripuanã.

Contudo, o Decreto nº 73.563 de 24/01/1974 viria alterar os limites do Parque Indígena, estabelecendo o rio Aripuanã como seu limite leste. Mas, no mesmo dia, o Decreto nº 73.562 interditou duas áreas contíguas aos limites do Parque, avançando a chamada "Área II" até o rio Juruena, o que novamente colocava a área dos lotes dos Autores no interior de terras resguardadas aos índios.

Não se deve esquecer que, pelo Decreto nº 77.033 de 15/01/1976, a FUNAI foi autorizada a promover a "demarcação administrativa" das Áreas I e II, suprimindo-se ao mesmo tempo o prazo de 2 anos estipulado no Decreto anterior.

Todavia, em 22/07/1976 um novo Decreto presidencial, de nº 78.109, viria reduzir arbitrariamente a Área II, deixando desprotegidas as terras ocupadas pelos Cinta Larga que habitavam na cabeceiras do rio Vermelho, ribeirão Porquinhos e adjacências, favorecendo assim ilicitamente aos planos de colonização apresentados pela CODEMAT e a abertura de estrada pela Prefeitura de Aripuanã.

Por sugestão do próprio Governo do Estado de Mato Grosso, estabeleceu-se como limite leste da Área Indígena uma linha seca, sentido norte sul, desde a confluência do córrego da Marcação com o Porquinhos (rio Furquim) até atingir o rio Aripuanã, que atravessa os lotes reivindicados pelos Autores. Inicialmente, a demarcação da A.I. Serra Morena, feita pela firma Patraty em 1979, que acabou tomando

02.
A

o córrego "Macacos" (ou Sorriso, nos mapas mais recentes)' como limite sul, abarcava quase totalmente os 2 lotes; a nova demarcação, pela Divisão do Serviço Geográfico (D.S.G.) do Exército, em 1985, afastou-se porém dos córregos Sorriso e Duas Barras, atendendo à descrição do Decreto nº 78.109/76 e, provavelmente, à conveniência de excluir a área ocupada pela Usina hidrelétrica da CEMAT.

Com esta nova demarcação, restou ainda no interior da A.I. Serra Morena um trecho da área comprada pelos Autores à CODEMAT. Devo assinalar, contudo, que nestes lotes "A" e "B" existem evidências suficientes que configuram habitat indígena: cemitérios, capoeiras de roças e aldeias, locais de caça e pesca ainda frequentados pelos índios Cinta Larga (vide fotos em anexo).

Para evitar equívocos, já que na sua formulação do Quesito a União Federal fala em "Parque Indígena Aripuanã", cumpre observar que, embora estritamente identifique a área delimitada pelo Decreto nº 73.563/74, a expressão Parque Indígena do Aripuanã, abreviadamente PQARI, têm sido usualmente empregada para a totalidade das áreas a ele contíguas, ou seja, além do Parque propriamente dito, engloba a A.I. Serra Morena, a A.I. Roosevelt e A.I. Aripuanã, destinadas aos Cinta Larga, a A.I. Sete de Setembro, dos Suruí, e a A.I. Zoró, para os Zoró. Isto porque todas estas áreas estão subordinadas a uma única unidade administrativa da FUNAI. Até recentemente a "sede do Parque" encontrava-se em Riozinho, distrito de Cacoal - RO; hoje, esta sede está localizada na cidade de Pimenta Bueno, no mesmo Estado, e de acordo com a nova estrutura do órgão indigenista, corresponde a uma "Administração Regional".

Em resumo, a resposta ao Quesito é afirmativa: as

18.67

áreas alienadas pela CODEMAT aos Autores estão parcialmen-
te compreendidas nos limites da A.I. Serra Morena ditados'
pelo Decreto 78.109/76, qualquer que seja a picada demarca-
tória a ser respeitada. Devo acrescentar que, no momento, '
os Cinta Larga estão reivindicando a restauração da totali-
dade destes lotes à Área Indígena, já que constituem, co-
mo se viu, habitat indígena tradicional.

29
A.62

QUESITOS DA UNIÃO FEDERAL

2. Podem os Srs. Peritos informar se a área indígena Aripuanã é tradicionalmente habitat indígena etno-historicamente constituído?

Há certamente um equívoco na formulação deste Quesito, pois suponho que a União Federal queira referir-se às áreas do Parque do Aripuanã e da A.I. Serra Morena. Isto porque, existe uma outra área denominada "Área Indígena Aripuanã", situada ao norte do Parque, também destinada aos Cinta Larga, mas que de modo algum está referida na presente Ação.

Em todo caso, a resposta a este Quesito é afirmativa, pois são áreas caracterizadas tradicionalmente como habitat indígena, de acordo com a argumentação etno-histórica que já desenvolvi na resposta ao Quesito nº 1 formulado pela FUNAI.

17/63

QUESITOS DA UNIÃO FEDERAL:

3. De quando data a ocupação da referida área pelos indígenas?

A ocupação da Área Indígena Serra Morena pelos índios Cinta Larga é de fato imemorial, segundo as justificativas que teci para idêntico Quesito apresentado pela FU NAI (Quesito nº 2).

10/64

QUESITOS DA UNIÃO FEDERAL:

4. Quantos e quais grupos indígenas habitam a área compreendida pelo Parque Aripuanã?

5. Quais os caracteres dos índios que na área habitam?

Com a única ressalva de que, para a presente Ação, interessa antes a chamada Área Indígena Serra Morena do que o Parque Aripuanã como um todo, creio ter fornecido informações suficientes para estes Quesitos na resposta que apresentei ao Quesito nº 3 formulado pela FUNAI.

10.65

LAUDO HISTÓRICO-ANTROPOLÓGICO

Proc. nº 17.452/86-V
2ª Vara da Justiça Federal
Secção do Estado de Mato Grosso

QUESITOS DE LICEU ALBERTO VERONESE E EGÍDIO VERONESE:

4. Houve invasão dos referidos lotes por parte dos tutelados da FUNAI?
5. Há notícia, na região, de que os silvícolas estão usando de violência contra os colonos?

Embora não conste Quesitos dos Autores no Mandato de Perícia que recebi, constam dos Autos formulações apresentadas por estes em 28/09/87. Valho-me delas, então, para relacionar os acontecimentos que deram origem à presente Ação, através dos elementos que colhi. Neste sentido, pareceu conveniente reunir os Quesitos nºs 4 e 5, que dizem respeito à Perícia antropológica.

Em primeiro lugar, cumpre advertir que o instituto da "tutela" que a FUNAI exerce não subentende qualquer submissão dos índios, obrigação ou autoridade, mas antes é função e dever do tutor zelar pelos direitos e interesses desses tutelados especiais, em vista do exclusivo benefício deles. É bem verdade que nem sempre tem se realizado desta forma. Ainda assim, não são os índios, de nenhuma maneira, ou em qualquer situação, subordinados ou comandados pelo órgão indigenista. A eles, a legislação brasileira tem reconhecido seus usos, costumes e tradições, e isso inclui necessariamente a sua forma de organização política própria, pela qual se regem. Com estas considerações iniciais, espero, seja possível compreender as ações que em vários momentos os Cinta Larga têm esboçado em defesa do seu território, que de fato são articuladas e conduzidas com autono-

97-41

mia pelos seus líderes. Passo então à cronologia do conflito com a Fazenda Duas Barras, de propriedade do "Grupo Verdán", ou seja, a família Veronese.

Para isso, disponho de informações de natureza variada. No Arquivo do P.I. Serra Morena, encontrei cópias dos rádios transmitidos, diariamente, pelo então chefe de posto, José Alves Silva, e pelo servidor Givaldo Teixeira dos Santos, à Administração regional da FUNAI (ADR/ Cacoal, ainda sediada em Riozinho - RO), comunicando sucintamente os fatos principais. Outros documentos sobre o caso são o "Relatório Reservado" do administrador regional à época, Sergio M. Alves (ALVES, S.M., 1987 - Anexo 52) e os relatórios dos funcionários que averiguaram a situação (PEREIRA, L.R. & NOGUEIRA, J.G. da S., 1986 - Anexo 53; PEREIRA, L.R., 1986 - Anexo 54; SODRÉ, I. dos S., 1986 - Anexo 55). Além dos relatos que obtive dos Cinta Larga e do funcionário Givaldo T. dos Santos, conversei ainda com o responsável pela Usina da CEMAT, Airton Lopes Silva, e, por acaso, com o sr. José Arantes, a quem dei uma carona quando regressava a Juina, que na ocasião dos fatos tomava conta da sede da Fazenda Duas Barras.

O proprietário da firma INCOMAEX, Roque de tal , com quem também conversei, vem atuando há 3 anos na área indígena. Ele disse que no mês de setembro de 1986 os índios Cinta Larga haviam contratado a extração de cerca de 500 m³ de madeira, oriunda da área onde fariam derrubada para suas roças, próxima ao posto da FUNAI. Entretanto, no dia 21 daquele mês, o gerente da Fazenda Duas Barras, Valdir Garcia Bressiani, armado de revólver calibre 38, apreendeu 2 caminhões carregados, alegando que a madeira pertencia à "Fazenda Verdán". Segundo assegurou o sr. José Arantes, teria sido este o estopim para os conflitos que

seguiram.

Disseram os índios, porém, que há muito aquele gerente propagava que "ali não tinha área de índios, que as terras eram da Fazenda". Daí, o embargo dos caminhões de madeira ter mobilizado a comunidade indígena a afirmar sua posse sobre as terras, reacendendo então a questão do cemitério e capoeiras às margens do Duas Barras, excluídos pela recente picada demarcatória da D.S.G. do Exército. "Quer^{ia} tirar nós daqui", comentou com revolta o Cinta Larga Poeira.

Com intenção de evitar conflitos maiores, no dia 28/09/86 o chefe do posto, José Alves Silva (conhecido por "Zeca"), dirigiu-se à sede da Fazenda Duas Barras para solicitar "afastamento provisório" dos seus empregados até que a FUNAI tomasse providências cabíveis, sendo então acompanhado pelos índios Lampião, Atrope e Poeira, além de outros servidores. Não encontrou o gerente da Fazenda, mas preveniu seus empregados.

Contudo, no dia seguinte os líderes Cinta Larga resolveram voltar à sede da Fazenda e averiguar a situação, fazendo-se acompanhar de funcionários da FUNAI e solicitando a cooperação do encarregado da CEMAT, Airton L. Silva, conforme este me afirmou. Lá encontraram unicamente o sr. José Arantes, que foi levado para o "Subnúcleo 3" pelo funcionário da CEMAT. Os demais empregados da Fazenda haviam se retirado no dia anterior, atendendo ao aviso do chefe de posto. A presente "Ação de Reintegração de Posse", conforme dizem os Autos, visaria ajuizar o feito acima.

No dia 07/10/86, entretanto, o servidor Givaldo conduziu os Cinta Larga Lampião, Poeira e Atrope às dependências da Usina da CEMAT, "com objetivo de atender chama-

do gerente Fazenda Verdã", como diz no rádio que notificou ao administrador regional da FUNAI.

Porém, no dia 13 do mesmo mês, alguns índios foram à sede da Fazenda, carregando objetos e matando porcos, enquanto o líder Lampião percorria os limites da Área, olhando a picada nova e a velha, não confirmando porém as notícias de outras invasões.

Cerca de uma semana depois, o servidor Givaldo foi coagido, segundo ele, a transportar os Cinta Larga à Fazenda Duas Barras, onde apossaram-se de móveis, roupas, utensílios de cozinha e ferramentas, mataram vários porcos e desmontaram parcialmente a casa-sede.

Nesta época, vários rádios transmitidos pelo posto da FUNAI informavam que os índios mantinham-se alertas às possíveis invasões de sua área, recorrendo várias vezes às picadas demarcatórias.

No dia 30 de outubro, os Cinta Larga souberam que a Polícia Militar e o delegado de Polícia de Juína, Ronaldo Antonio Osmar, encontravam-se na Fazenda e que pretendiam entrar na Área Indígena para investigar a existência de possíveis vítimas:

"os PMs se retiraram depois que o Delegado presente solicitou e não obteve autorização para adentrar a área e procurar os corpos dos supostos mortos conforme denúncia por ele recebida de que os índios teriam trucidado 2 pessoas" (PEREIRA, L.R. & NOGUEIRA, J.G. de S., 1986: 4).

O confronto entre o fazendeiro e os Cinta Larga não obteve das autoridades policiais qualquer isenção como mereceria, pois estas alinharam-se nitidamente em favor do primeiro. Assim, informava o servidor Givaldo aos seus superiores da ADR/Cacoal, via rádio:

"Comunidade insatisfeitos alegando presença policiamento ser ameaça mesmos."

No início do mês de novembro uma equipe da FUNAI dirigiu-se à área para levantar a situação. Contudo, são informados que 38 policiais militares, provenientes de Cuiabá, deslocaram-se para a sede da Fazenda Duas Barras no dia 2. Segundo os indigenistas da FUNAI, Luiz R. Pereira e J. Gilberto Nogueira, que reuniram-se na Delegacia de Juína com o comandante do Destacamento da P.M., o fazendeiro Liceu Veronese e um funcionário da Imobiliária Rio Furquim, Wellington Gil, a presença dos policiais militares iria agravar a situação, pois os índios tomariam como "desafio ou afronta". Porém, não conseguiram convencer o fazendeiro:

"Declarou (Liceu Veronese) que precisa plantar semente de pasto em 80 alqueires já preparados e que não poderia fazê-lo sem garantias para os peões" (PEREIRA, L.R. & NOGUEIRA, J.G. da S., op cit:6).

Apenas 3 dias depois, o destacamento da P.M. invadiu sem autorização a Área Indígena, ocupando a sede do posto de Vigilância (PIV), situado logo na entrada da Área, causando "clima de grande tensão" e pondo em risco a vida de 3 funcionários da FUNAI e um da CEMAT.

O indigenista Luiz R. Pereira no dia seguinte encontrou os guerreiros Cinta Larga acampados no PIV, "pintados para a guerra".

Desejando apaziguar os ânimos, o indigenista acompanhou os Cinta Larga Pazudo, Ventania, Constantino e Lampião numa visita à sede da Fazenda, para parlamentar com o comandante da P.M. Todavia, os policiais já haviam se retirado; em seu lugar encontraram "15 peões", alguns armados", mas são tratados com cordialidade (PEREIRA, L.R., op cit: 2).

Como se verificou depois, os recém chegados eram na verdade "guardas armados" a serviço do fazendeiro:

"O sr. Liceu contratou os bons préstimos de pistoleiros profissionais da região, disfarçados de garimpeiros, para guardar seu patrimônio" (ALVES, S. M., op cit: 3).

No dia 7 de novembro, a 2ª Superintendência da FUNAI enviou uma nova equipe de trabalho à área, formada pelo advogado Manoel Hélio de Paula, o indigenista Izanoel dos Santos Sodré e o topógrafo Arnauld Luyten, com a finalidade de oferecer soluções para as dúvidas relativas aos limites da Área Indígena Serra Morena.

No entanto, um novo clima de tensão vai surgir em fins de dezembro, quando o peão Valdenir Donizete dos Santos, evadido da Fazenda Duas Barras, refugiou-se no posto da FUNAI, onde confirmou a "presença de 12 pistoleiros na Fazenda Verdã, com vários tipos de arma, prevenindo chegada eventual indígenas" - segundo o rádio transmitido à Administração da FUNAI em Cacoal. O trabalhador foi então enviado a Vilhena, onde prestou depoimento ao Departamento da Polícia Federal - DPF. Segundo ele, na Fazenda Duas Barras:

"vinha sendo mantido juntamente com outros trabalhadores, sob um regime de prisão e tortura por parte de pistoleiros fortemente armados, todos à mando do Sr. Liceu" (ALVES, S.M., op cit: 1).

Receando que os Cinta Larga, num ato impensado, resolvessem combater os "pistoleiros" instalados na sede da Fazenda - quando da vistoria para esta Perícia, os índios indicaram o esconderijo onde os "guardas" amoitavam-se -, o novo administrador regional, Sergio Mendonça Alves, reuniu-se dia 27 de dezembro, em Vilhena, com os Cinta Larga Lampião, Gabriel e Pio, este da A.I. Roosevelt. E, no

dia seguinte, rumaram para a A.I. Serra Morena.

Chegando à tarde no PIV, encontraram 16 índios com arcos e flechas e algumas espingardas, todos "pintados para missão de guerra". Com muita dificuldade, os índios foram convencidos a tentar um diálogo pacífico com os responsáveis pela Fazenda Duas Barras.

Com esse objetivo, o administrador regional da FUNAI buscou o apoio do encarregado da CEMAT, Airton L. Silva, e na camionete desta empresa dirigiram-se à sede da Fazenda. Quando chegaram no local, foram aprisionados pelos "guardas da Fazenda" e ameaçados sob a mira de revólveres. O relatório do administrador regional descreve, em detalhes, o constrangimento que sofreram (ALVES, S.M., op cit); seu teor foi confirmado na conversa que mantive com Airton Lopes, responsável pela CEMAT. Horas depois, os dois foram conduzidos pelo gerente da Fazenda, Valdir Bressiani, ao "Subnúcleo 3", onde encontraram o proprietário da Fazenda Duas Barras, Liceu Veronese, quando então foram libertados.

Portanto, não se configura, como faria crer a formulação que os Autores deram aos Quesitos, qualquer ação premeditada dos "tutelados da FUNAI" contra colonos ou outros regionais. Antes, os Cinta Larga vêm opondo-se, ainda hoje, às tentativas de invasão ou apropriação de suas terras, defendendo galhardamente a parcela do território que lhes restou. As agressões ao patrimônio indígena, estas sim, poderia-se pensar que são efetivamente orquestradas na região de Juina e Aripuanã, e, infelizmente, soem contar com a omissão, às vezes com a conivência explícita, dos órgãos governamentais.

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, Constantino Marques de
1971a Relatório de Trabalho. Serra Morena, 06 ago 1971. Arquivo PI Serra Morena. FUNAI-PQARI, Ms.
- 1971b Movimento do Serviço do Subposto Serra Morena na região do Aripuanã. Serra Morena, 31 out 1971. Arquivo PI Serra Morena. FUNAI-PQARI, 1 p. Ms.
- 1971c Rádio Nº 02, ao Dir. PQIA. Serra Morena, 25 out 1971. Arquivo PI Serra Morena. FUNAI-PQARI.
- ALVES, Sergio Mendonça
1987 Relatório Reservado, ao Superintendente da 2ª Região. Cuiabá, 06 jan 1987. FUNAI-ADR Cacoal, 7 pp. datilo.
- AZEVEDO, Manoel Paes de
1961 Ofício nr. 23, ao Chefe do Serviço de Proteção aos Índios. Porto Velho, 17 jan 1961. Proc. 109/61. DCT - DR Rondônia (MI/Sedoc: F.043 Pl. 492).
- AZEVEDO JÚNIOR, Afonso José de
1960 a Relatório ao Inspetor Silvio dos Santos, Chefe da IR-9 do S.P.I.: ataque de índios ao acampamento João de Deus. Porto Velho, 26 abr 1960. SPI-IR 9, 2 pp. datilo. (MI/Sedoc: F.043 Pl.492).
- 1960b Relatório complementar, ao Inspetor Sílvio dos Santos, Chefe da IR-9 do S.P.I. Porto Velho, 27 abr 1960. SPI-IR 9, 2 pp. datilo (MI/Sedoc: F.043 Pl.492).
- BLOISE, Clodomiro
1974 Ofício Nº 251/PVH, ao Diretor do DGO/Bsb. Porto Velho, 22 abr 1974. FUNAI/ 8a.DR, 3 pp. datilo, mapa anexo. Proc. FUNAI/BSB/))1481/74, fls.01-04.
- BREVES, Everaldo
1966 Relatório da missão de localização da taba dos Índios Cintas Largas. 01 nov 1966 (MI/Sedoc: F.217 Posto 398 Pl.003 Fot.928).
- BRASIL - Ministério do Interior
1973 Exposição de Motivos nº 01123. Brasília 29 out 1973.
- 1975 Exposição de Motivos nº 1088. Brasília 30 dez 1975.
- BRASIL - Presidência da República
1968 Decreto nº 62.995 - de 16 de julho de 1968 (DOU em 18/07/68).
- 1969 Decreto nº 64.860 - de 23 de julho de 1969 (DOU em 24/07/69).

- 1971 Decreto nº 69.658 - de 03 de dezembro de 1971 (DOU em 03/12/71).
- 1974 Decreto nº 73.562 - de 24 de janeiro de 1974 (DOU em 25/01/74).
- 1974 Decreto nº 73.563 - de 24 de janeiro de 1974 (DOU em 25/01/74).
- 1976 Decreto nº 77.033 - de 15 de janeiro de 1976 (DOU em 16/01/76).
- 1976 Decreto nº 78.109 - de 22 de julho de 1976 (DOU em 23/07/1976).
- BUCKER, Helio Jorge
1965 Telegrama nº 37, a Agrindio Diretor Brasilia-DF. Cuiabá 15 mar 1965. SPI-IR 6 (MI/Sedoc: F.236 Pl. 505 Fot.858-860).
- 1966a Ofício nº 102, ao Diretor Subst. do SPI. Cuiabá, 26 mai 1966. SPI-IR 6 (MI/Sedoc: F.248 Pl. 597 Fot. 460-461).
- 1966b Ordem de Serviço nº 36. Cuiabá 24 jun 1966. SPI-IR 6 (MI/Sedoc: F.236 Pl.510 Fot.1341).
- CAMPOS, Antônio Pires de
1862 Breve noticia, que dá o Capitão ...Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 25: 437-450. Rio de Janeiro.
- CAMPOS, Fernando Claro de
1951 Radiograma a Agrindios - Rio de Janeiro. Porto Velho, 29 mai 1951. SPI-IR 9 (MI/Sedoc: F.043 Pl.486).
- CAMPOS, José Queirós de
1968 Ofício 58/A, ao Secretário do Interior e Justiça do Estado de Mato Grosso: Pacificação dos índios Cintas-Largas (auxílio estadual). S/1, 25 mai 1968. FUNAI, 03 pp.datilo. (MI/Sedoc: F.344 Posto 888 Pl. 112 Fot.1342-1344).
- 1969 Ofício nº 205/69/GAB: Relatório das atividades no ano de 1968. Rio de Janeiro, 31 mar 1969. FUNAI, 05 pp.datilo (Arquivos CEDI/SP).
- CAÑAS, Vicente, S.j.
1981 Informações pessoais. Aldeia Salumã, rio Camararé, nov 1981.
- CORREIA FILHO, Virgílio
1969 História de Mato Grosso. Rio de Janeiro: INL (Coleção Cultura Brasileira, Série Estudos, 2).

CORREIO DO POVO

- 1964 Denúncia o diretor do SPI: Índios massacrados com armas de guerra. Porto Alegre, 04/01/1964.
- 1965 Índios ameaçam invadir posto da FAB em Vilhena. Porto Alegre, 06/02/1965.
- 1975 Correio do Leitor: A Chacina dos Cintas Largas (Frei Luís Maria de T. Flores, Campo Grande, MT). Porto Alegre, 11/06/1975, pg. 4.

COSTA, Francisco de Assis

- 1973 Relatório Nº 01/73, ao Adm. do Parque Indígena do Aripuanã. Serra Morena, 28 nov 1973. FUNAI-8a.DR, 05 pp. ms.
- 1977 Relatório Nº 001/SM, ao Adm. do PQARI - Riosinho. Serra Morena, 02 jun 1977, FUNAI-PQARI, 02 pp. Proc.FUNAI/BSB/01481/74, fls.67-68.

COSTA, Francisco de Assis & SILVA, Francisco Passos da

- 1977 Ocorrência de obitos de índios Cinta Largas no Posto Indígena Serra Morena no período de 01 de Janeiro a 04 de Setembro de 1977. Serra Morena, 04 set 1977. FUNAI-PQARI, 01 p. datilo. (Arquivos do PI Serra Morena).

DAL POZ, João

- 1986 Ecologia Cinta Larga: considerações preliminares. São Paulo, 20 pp. datilo.
- 1987 Guerreiros, cantores e cantoras: Um estudo da história na sociedade Cinta Larga (Projeto de Pesquisa). São Paulo, 75 pp. datilo.

DAL POZ, João et alii

- 1987 "Os povos Tupá-Mondé", in OPAR/CEMI (org.): Dossiê: Índios em Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica Cuiabá.

DOMSBAUDER, João Evangelista, S. J.

- 1975 Como pacifiquei os Rikbaktsa. Pesquisas, série História, nº 17. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas.

ESTADO DE SÃO PAULO, O

- 1968 Missão procurará os Cintas-Largas. São Paulo, 24/05/1968.
- 1973 Chega a hora de punir a chacina (Mário Chinnovitch - Correspondente em Cuiabá). São Paulo, 27/05/1973.
- 1975 Líder, sobrevivente do "paralelo 11" tem os ex-prisões. São Paulo, 25/12/1975.
- 1976 Em MT, quinze índios poderão morrer de gripe (Oscar Ramoz, Enviado especial). São Paulo, 14/07/1976.

- 1976 Tarda o socorro da FUNAI. São Paulo, 15/07/1976.
- 1976 Cintas-largas vão retornar à aldeia. São Paulo ,
16/07/1976.
- 1980 Índios cintas-largas morrem de sarampo. São Paulo,
06/12/1980.
- FAERMAN, Marcos
1975 Massacre dos Cinta Larga: o que não foi dito no
Tribunal. O Estado de São Paulo, 11/06/1975, pg.16.
São Paulo.
- FEITOSA, José Humberto Alves
1976 Carta a Laercio Cerqueira de Alcântara, Adm. Subst.
do PQARI. Vilhena, 13 jul 1976. FUNAI-PQARI, 4 pp.
ms. Proc.FUNAI/BSB/03712/76, fls.03-06).
- FERREIRA, José N.
1932 Informe sobre a presença de índios Surui. Prainha'
(Borba-AM), 30 ago 1932. Subdelegacia de Policia ,
1 p. (MI/Sedoc: F.032 Pl.389).
- FERREIRA FILHO, José Baptista
1963 Ofício nº 154/63, ao Comandante do 16º B.C.: Pede'
providências de crime contra índio. Cuiabá, 07 dez
1963. SPI-IR 6, 2 pp. (Arquivos FUNAI).
- FIUZA, José de Mello
1968 Ofício nº 21/68, ao Diretor do SPI, Ten.Cel. Heleno
Augusto Dias Nunes. Porto Velho, 08 mar 1968. SPI-
IR 9, 2 pp. (MI/Sedoc: F.044 Pl.501).
- FOLHA DA MANHÃ
1973 Chacina dos índios: só um réu. Porto Alegre, 04/04
/1973, pg. 33.
- FOLHA DE SÃO PAULO
1971 Um território federal em terras dos Cinta Larga. '
São Paulo, 01/02/1971.
- 1978 O fim dos Cintas-Largas: O Projeto Juina está dis-
persando os indígenas em MT. São Paulo, 17/09/
1978.
- FRANÇA, Afonso de
1952 Telegrama Nr. 24, a Agrindios Cuiabá-MT. Vilhena ,
21 jul 1952. SPI-IR 6 (MI/Sedoc: F.234 Pl.452 Fot.
1222-1224).
- 1954 Relegrama Nº 6, a Agrindios Cuiabá - MT. Vilhena ,
14 jun 1954. SPI-IR 6 (MI/Sedoc: F.234 Pl.460 Fot.
1808).
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
1978 Convênio nº 045/78, que entre si celebram a Funda-

- ção Nacional do Índio e a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, objetivando a criação de mecanismo de proteção aos indígenas Cinta Larga. Brasília, 19 jun 1978. FUNAI/CODEMAT, 3 pp.
- 1978 Certidão nº 032, solicitada pela CODEMAT. Brasília, 22 jun 1978.
- FUNAI - PI Serra Morena
- 1971 Ata de fundação do P.I. Serra Morena. Serra Morena, 16 jul 1971. FUNAI-PQARI, 01 p.ms (Arquivos do PI Serra Morena).
- FURQUIM, Amaury Ramos
- 1966 Aripuanã: Perspectivas para uma Política Administrativa. Aripuanã, 20 fev 1966. Prefeitura Municipal de Aripuanã, 04 pp. (MI/Sedoc: F.236 Pl.507 Fot. 1208-1211).
- 1968 Ofício nº 12/68, ao Chefe da Casa Militar, Olavo Duarte. Cuiabá, 20 mai 1968. Prefeitura Municipal de Aripuanã, 01 p. (MI/Sedoc: F.252 Pl.637 Fot.894).
- GALVÃO, Sérgio
- 1968 Justiça de Cuiabá entrava punição à chacina de índios. Jornal do Brasil, 04/08/1968, 1ª Cad., pg. 16, Rio de Janeiro.
- GARCIA NETO, José
- 1976 Ofício 185/76, ao Presidente da FUNAI, Gal. Ismarth de Araújo Oliveira. Brasília, 21 mai 1976. Mato Grosso - Governo do Estado. Proc. FUNAI/02587/76, fls. 01-04).
- GARIMPEIRO, Manoel
- 1982 Informações pessoais: 28/11/1982. Garimpo Ouro Preto, AI Aripuanã (Aripuanã-MT).
- GLOBO, O
- 1966 Massacre no Paralelo Onze (I): Lei da Selva: 50 Contos Por um Cinta Larga Morto. Rio de Janeiro, 14/02/1966, pgs. 01 e 19.
- 1966 Massacre no Paralelo Onze (II): Avião Comanda a Chacina Feita a Bala e Dinamite. Rio de Janeiro, 15/02/1966, pgs. 01 e 02.
- 1971 Garimpeiros deixam o parque: temem Cintas-Largas. Rio de Janeiro, 28/07/1971, pg. 05.
- 1973 Padre denuncia crime contra os Cintas Largas. Rio de Janeiro, 28/03/1973, pg. 10.
- 1978 Cimi diz que Codemat explora cintas-largas. Rio de Janeiro, 17/09/1978.

- GUILHON, Agesilão de Carvalho
1919 Relatório sobre a situação das tribos da região dos rios Aripuanã, Castanho e Gy-Paraná. Rio Aripuanã, 02 mar 1919. SPI-IT 1, 3 pp. datilo (MI/Sedoc: F.032 Pl.389).
- HARGREAVES, Maria Inês Saldanha
1986 Entrevista: Gerônimo. Aripuanã, 26/06/1986 (gravação em fita K-7).
- HEBINCK, Júlio & VITTE, Júlio
1971 Relatório de uma missão de "Desobriga". Manaus, 25 mai 1971. 13 pp. datilo, mapa anexo.
- HOSANNAH, Jesus B.
1952 Ofício ao Chefe da IR 9, Francisco Meireles. Porto Velho, 24 jul 1952. Guaporé - Governo do Território, 02 pp. (MI/Sedoc: F.043 Pl.487).
- HUGO, Vitor
1959 Desbravadores. Prefácio do prof. Pedro Calmon. Vol. 2. São Paulo: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá (Amazonas).
- JORNAL DO BRASIL
1969 Cintas-largas se aproximam e trocam presentes com brancos. Rio de Janeiro, 11/05/1969.
1971 Invasão selvagem do branco põe em pânico cintas-largas. Rio de Janeiro, 12-13/12/1971.
1972 Funai prevê ataque de cintas-largas porque brancos invadem terras. Rio de Janeiro, 05/03/1972.
1976 Índia civilizada reconhece chefe. Rio de Janeiro, 23/07/1976.
- JUNQUEIRA, Carmen
1984/1985 Os Cinto Larga. Revista de Antropologia, vol. 27/28: 213-232. São Paulo: FFLCH/USP.
1985 Área Indígena Aripuanã. São Paulo: FIPE/USP, 32 pp. datilo, 08 mar 1985.
- JUNQUEIRA, Carmen & LEONEL, Mauro
1984 O segundo massacre dos Cinto-Larga. Folha de São Paulo, 23/03/1984, pg. 03.
- LACERDA FILHO, Sarapião
1972a Rádio Nº 21/72, ao dir. subst. do PQIA. Serra Morena, 13 nov 1972. FUNAI-PQARI (Arquivos do PI Serra Morena).
1972b Rádio 33/72 PI Serra Morena, ao Diretor Substituto do PQIA, Augusto Leão. Serra Morena, 19 dez 1972. FUNAI-PQARI (Arquivos do PI Serra Morena).

- LAGO, Francisco Borges do
1919 Ofício informando sobre presença de índios. S/1 ,
30 jun 1919. SPI-IR 1 (MI/Sedoc: F.032 Pl.389).
- LISBOA, Thomaz de Aquino, S.j.
1972 Diário: Expedição ao Rio Vermelho (MT), de 28/11 a
07/12/1972. 12 pp. ms (Documentação pessoal).
- 1973 Tentativa de aproximação de um grupo Cinta Larga '
localizado no rio Vermelho, afluente do rio Jurue-
na, margem esquerda. Cuiabá, 27 mar 1973. Simpósio
sobre o futuro dos índios Cinta-Larga, UFMT-Museu'
Rondon, 03 pp.datilo.
- LUCENA, Lourival
1964 Informação ao Ministro da Justiça, Abelardo Jurema:
Ofício nº 171. S/1, 20 mar 1964. SPI, 02 pp. dati-
lo (MI/Sedoc: F.044 Pl.517).
- MAGALHÃES, Amilca A. Botelho de
1941 Pelos Sertões do Brasil. 2a. ed. São Paulo: Cia. '
Editora Nacional (Brasília, 195).
- MANHÃ, A
1952 Os índios assaram e comeram os garimpeiros. Rio de
Janeiro, 23 jul 1952.
- MEIRELLES, Apoena
1976 Ofício nº 105/PQARI/76, ao presidente da FUNAI, '
gen. Ismarth de Araújo Oliveira. Riozinho-RO, 20
set 1976. FUNAI-PQARI, 07 pp.datilo. Proc.FUNAI/ '
BSB/04966/76, fls. 01-07.
- MEIRELLES, Francisco Furtado Soares de
1968 Relatório, apresentado ao Secretário-executivo da
Fundação Nacional do Índio. Rio de Janeiro, 31 dez
1968. FUNAI, 15 pp. datilo, fotos anexo (FUNAI/Pro-
tocolo nº 119, em 13/01/69).
- MOREDA, Raul (Raul Espanhol)
1968 Declaração sobre ataque dos Cinta Larga, 31 mai 1968
(MI/Sedoc: F.045 Pl.526(2)).
- NORONHA, Ramiro
1916 Telegrama nº 99. Manáos, 22 abr 1916. Comissão Ron-
don (MI/Sedoc: F.330 Pl.31 Fot. 263-270).
- NUTELS, Noel
1964 Ofício nº 10, ao Ministro da Agricultura. Brasília,
06 jan 1964. SPI (MI/Sedoc: F.044 Pl.517).
- OLIVEIRA, Arlindo de, S.j.
1963 Entrevista feita pelo P. Oliveira ao senhor Ataíde
com respeito à expedição feita aos Cinta-Larga. '
MIA, 03 pp.datilo.

- PAAL, Tibor
 1981 Informações pessoais: 01/10/1981. Garimpo Ouro Preto, A.I. Aripuanã (Aripuanã - MT).
 1982 Informações pessoais: 29/03/1982. Garimpo Ouro Preto, A.I. Aripuanã; 24/09/1982. Aripuanã (Aripuanã-MT).
- PEREIRA, Luiz Rogério
 1986 Relatório complementar. Cuiabá, 16 nov 1986. FUNAI - 2ª SUER, 02 pp.datilo.
- PEREIRA, Luiz Rogério & NOGUEIRA, João Gilberto da Silva
 1986 Relatório, ao Sr. Superintendente da 2ª SUER - Cuiabá - MT. Cacoal, 05 nov 1986. FUNAI-2ª SUER, 08 pp.datilo.
- PERET, João Américo
 1968a Ofício nº 172, ao Departamento do Patrimônio Indígena (DPI): Croquis para interdição de áreas indígenas e possível criação de reservas. Cuiabá, 18 jun 1968. SPI-IR 6, 07 pp, mapas anexos. (Arquivos FUNAI/Bsb).
 1968b Relatório: Operação Cinta Larga. Rio de Janeiro, 17 out 1968. SPI-IT 6, 19 pp.datilo, mapa anexo (Arquivos FUNAI/Bsb).
- PIRES, Cecília
 1984 Construção de hidrelétrica ameaça o Parque do Aripuanã. Folha de São Paulo, 03/04/1984. São Paulo.
- PUTTKAMER, Jesco von
 1976 Mapa: Aripuanã Park (Arquivos FUNAI/Bsb).
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna
 1986 Línguas brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola.
- RONDON, Candido Mariano
 1916 Conferencias realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915 pelo Sr. Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, no teatro Phenix do Rio de Janeiro sobre trabalhos da Expedição Roosevelt e da Comissão Telegraphica. Comissão Rondon, publicação.nº 42. Rio de Janeiro, 266 pp.
- ROOSEVELT, Theodore
 1943 Nas Selvas do Brasil. Tradução de Luiz Guimarães Junior. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura - Serviço de Informação Agrícola.
- SALGADO, Job Maia
 1966 Relatório do Inquérito nº 1/66, para apurar autoria da morte de 7 índios Cinta Larga, ocorrida às mar-

- gens do rio Aripuanã, no Paralelo 11, Estado de Mato Grosso, apresentado ao chefe SASSI, Nilo Oliveira Veloso (D.F.S.P. Of. nº 91/66 - SRTP). Brasília, 29 jun 1966. (MI/Sedoc: F.236 Pl.506 Fot.933-935).
- SANTOS, Atayde Pereira dos
1963 Declaração. Cuiabá, 07 dez 1963. 01 p.datilo. (MI/Sedoc: F.235 Pl.489 Fot.1742).
- SCHMIDT, Edgar, S.j.
1965 Relatório ao Inspetor da 6a. Região do SPI. Cuiabá, 19 out 1965. Mia, 8 pp.datilo (MI/Sedoc: F.252 Pl. 638 Fot.958-965).
- SCHWADE, Egdio, S.j.
1963 Expedição do Chico Luís contra os índios Cinta Larga - 1963. S/1, out 1963. MIA, 4 pp.ms.
- SILVA, Aimoré Cunha da
1977 Radiotelegrama NR 228/PQARI, ao Diretor DGO/BSB e Delegacia Regional/PVH. Riozinho-RO, 04 ago 1977 . FUNAI-PQARI, 02 pp. Proc.FUNAI/BSB/1481/74, fls.106-107.
- 1978 Ofício Nº 14/PQARI/78, ao Diretor do DGO. Riozinho, 21 jun 1978. FUNAI-PQARI, 07 pp.datilo. Proc.FUNAI/BSB/3039/78, fls. 01-07.
- 1981 Informação ao Delegado Regional da 8a. DR. Riozinho-RO, 23 fev 1981. FUNAI-PQARI, 01 p.datilo. Proc. FUNAI/BSB/01481/74, fl.120.
- SILVA, Rubens Pinho de Castro
1979 Ofício nº 288/DEL/5ªDR/79, ao Diretor do DGO. Cuiabá, 10 jul 1979. FUNAI-5a.DR, 01 p.datilo, anexo. Proc.FUNAI/DGO Nº 429/78, fls.47-48.
- SODRÉ, Izanoel dos Santos
1986 Relatório de viagem a AI Serra Morena, da equipe de signada pela C.S. Nº.306/2ªSUER de 06/11/86. Cuiabá, 24 nov 1986. FUNAI-2ªSUER, 04 pp.datilo.
- SOUZA, Francisco Marques de
1915 A morte tragica do tenente Marques de Souza. Nota introdutória de A.B. de Magalhães. Jornal do Comercio, 13, 14 e 21/09/1915. Rio de Janeiro.
- SPI - Inspetoria do Amazonas e Acre
1925 Relatório da Inspetoria... referente ao ano de 1924. Manaus, 02 mar 1925. SPI-IR 1, 140 pp.datilo (MI/Sedoc: F.033 Pl.396).
- 1929 Relatório da Inspetoria... referente ao ano de 1928. Manaus, jan 1929. SPI-IR 1, 214 pp.datilo (MI/Sedoc: F.033 Pl.396).

1942 Relatório da Inspeção... referente a 1941. Manaus, 20 jan 1942. SPI-IR 1, 280 pp. datilo (MI/Sedoc: F. 340 Pl.56 Fot.1201-1480).

SPI - 6a. Inspeção Regional

1966 Edital de 1 de julho de 1966. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 14/07/1966, pg. 04. Cuiabá.

SPI - 9a. Inspeção Regional

1949 Telegrama ao SPI - Fernando - Sede Porto Velho Gr. Pimenta Bueno, 21 out 1949. SPI-IR 9, 01 p. (MI/Sedoc: F.043 Pl.485).

STUTE, Horst

1967 Relatório Missionário - Março 1967. Vila de Rondônia, 20 mar 1967. Missão Novas Tribos do Brasil, 04 pp. da tulo, mapa anexo (MI/Sedoc: F.044 Pl.499).

TOLKSDORF, Fritz (Frederico Paul Tolksdorf)

1976 Relatório sobre a situação atual das áreas indígenas na BR-172. Cuiabá, 06 jul 1976. FUNAI-5^aDR, 02 pp. datilo. Proc.FUNAI/BSB/04355/76, fls.01-02.

UBIRAJARA (chefe do PI Serra Morena)

1973a Rádio Nr. 07/SM, ao Dir. Subst. PQIA. Serra Morena, 30 jan 1973. FUNAI-PQARI (Arquivos do PI Serra Morena).

1973b Rádio Nr. 08/SM, ao Dir. Subst. PQIA. Serra Morena, 30 jan 1973. FUNAI-PQARI (Arquivos do PI Serra Morena).

DOCUMENTOS ANEXOS:

01. Informações sobre os "selvicolas do Aripuanã" (RONDON, C.M., 1916: 108-109).
02. Índios da "Bacia do Aripuanã" (HUGO, V., 1959: 261-264).
03. Ataques aos Cinta Larga no Juina Mirim (DORNSTAUDER, J. E., 1975: 165).
04. Massacre dos Cinta Larga: o que não foi dito no Tribunal (FAERMAN, M., 1975).
05. Declaração (SANTOS, A.P. dos, 1963).
06. Massacre no Paralelo Onze (I): Lei da Selva: 50 Contos Por um Cinta Larga Morto (GLOBO, O, 14/02/1966).
07. Massacre no Paralelo Onze (II): Avião Comanda a Chacina Feita a Bala e Dinamite (GLOBO, O, 15/02/1966).
08. Expedição do Chico Luís contra os índios Cinta Larga - 1963 (SCHWADE, E., 1963).
09. Entrevista feita pelo P. Oliveira ao senhor Ataíde com respeito à expedição feita aos Cinta-Larga (OLIVEIRA, A., 1963).
10. Denuncia o diretor do SPI: Índios massacrados com armas de guerra (CORREIO DO POVO, 04/01/1964).
11. Ofício nº 154/63, ao Comandante do 16º B.C.: Pede providências de crime contra índio (FERREIRA FILHO, J.B., 1963).
12. Informação ao Ministro da Justiça, Abelardo Jurema: Ofício nº 171 (LUCENA, L., 1964).
13. Justiça de Cuiabá entrava punição à chacina de índios' (GALVÃO, S., 1968).
14. Chacina dos índios: só um réu (FOLHA DA MANHÃ, 1973).
15. Chega a hora de punir a chacina (ESTADO DE SÃO PAULO, O, 27/05/1973).
16. Livre, sobrevivente do "paralelo 11" teme os ex-patrões (ESTADO DE SÃO PAULO, O, 25/12/1975).
17. Edital de 1 de julho de 1966 (SPI - 6a. Inspeção Regional, 1966).
18. Ofício nº 58/A, ao Secretário do Interior e Justiça do Estado de Mato Grosso: Pacificação dos índios Cintas-Largas (auxílio estadual) (CAMPOS, J.Q. de, 1968).

19. Missão procurará os Cintas Largas (ESTADO DE SÃO PAULO, O, 24/05/1968).
20. Ofício nº 172, ao Departamento do Patrimônio Indígena (DPI): Croquis para interdição de áreas indígenas e possível criação de reservas (PERET, J.A., 1968a).
21. Relatório: Operação Cinta Larga (PERET, J.A., 1968b).
22. Decreto nº 62.995 - de 16 de julho de 1968 (DOU em 18/07/68).
23. Decreto nº 64.860 - de 23 de julho de 1969 (DOU em 24/07/69).
24. Um território federal em terras dos Cinta Larga FOLHA DE SÃO PAULO, 01/02/1971).
25. Correio do Leitor: A Chacina dos Cintas Largas (CORREIO DO POVO, 11/06/1975).
26. Relatório Nº 01/73, ao Adm. do Parque Indígena do Ariruanã (COSTA, F. de A., 1973).
27. Os Cinta Larga (JUNQUEIRA, C., 1984/1985).
28. Tentativa de aproximação de um grupo Cinta Larga localizado no rio Vermelho, afluente do rio Juruena, margem esquerda (LISBOA, T. de A., 1973).
29. Diário: Expedição ao Rio Vermelho (MT), de 28/11 a 07/12/1972 (LISBOA, T. de A., 1972).
30. Padre denuncia crime contra os Cintas Largas (GLOBO, O, 28/03/1973).
31. Decreto nº 73.562 e Decreto nº 73.563 - de 24 de janeiro de 1974 (DOU em 25/01/74).
33. Exposição de Motivos nº 01123 (Brasil - Ministério do Interior, 1973).
34. Decreto nº 77.033 - de 15 de janeiro de 1976 (DOU em 16/01/76).
35. Exposição de Motivos nº 1088 (BRASIL - Ministério do Interior, 1975).
36. Relatório sobre a situação atual das áreas indígenas na BR-172 (TOLKSDORF, 1976).
37. Carta a Laercio Cerqueira de Alcântara (FEITOSA, J.H.A. 1976).
38. Em Mt, quinze índios poderão morrer de gripe (ESTADO DE SÃO PAULO, O, 14/07/1976).
39. Tarda o socorro da FUNAI (ESTADO DE SÃO PAULO, O, 15/07/1976).

40. Cintas-largas vão retornar à aldeia (ESTADO DE SÃO PAULO, 0, 16/07/1976).
41. Índia civilizada reconhece chefe (JORNAL DO BRASIL, 23/07/1976).
42. Mapa: Aripuanã Park (PUTTKAMER, J., 1976).
43. Decreto nº 78.109 - de 22 de julho de 1976 (DOU em 23/07/1976).
44. Ofício 185/76, ao Presidente da FUNAI, Gal Ismarth de Araújo Oliveira (GARCIA NETO, J., 1976).
45. Convênio nº 045/78, entre FUNAI e CODEMAT - 19 de junho de 1978.
46. Certidão nº 032, solicitada pela CODEMAT (FUNAI, 22/07/1978).
47. Ofício nº 288/DEL/5ª DR/79, ao Diretor do DGO (SILVA, R.P. de C., 1979).
48. O fim dos Cintas-Largas: o Projeto Juina está dispersando os indígenas em MT (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/09/1978).
49. Cimi diz que Codemat explora cintas-largas (GLOBO, 0, 17/09/1978).
50. O segundo massacre dos Cinta-Larga (JUNQUEIRA, C. & LEONEL, M., 1984).
51. Construção de hidrelétrica ameaça Parque do Aripuanã (PIRES, C., 1984).
52. Relatório Reservado, ao Superintendente da 2ª Região (ALVES, S.M., 1987).
53. Relatório, ao sr. Superintendente da 2ª SUER - Cuiabá - MT (PEREIRA, L.R. & NOGUEIRA, J.G. da S., 1986).
54. Relatório complementar (PEREIRA, L.R., 1986).
55. Relatório de viagem a AI Serra Morena, da equipe designada pela C.S. Nº 306/2ªSUER de 06/11/86 (SODRÉ, I. dos S., 1986).
56. Mapa de localização.
57. Fotografias.

Este era o rio cujo curso os seringueiros imaginavam prolongando-se para baixo do ponto de confluencia com o Castanha, até desaguar no Madeira com a designação de Aripuanã. Segundo tal modo de pensar, elle seria, pois, o rio principal, e o outro, o Castanha, não passaria de seu tributario, muito importante, na verdade, mas não tanto que o fizesse perder a individualidade e, com ella, o nome.

Examinarei, rapidamente, si tal conceito corresponde á realidade dos factos, observados e constatados pela expedição Roosevelt-Rondon, ou si, pelo contrario, seria mais legitimo attribuir a primasia em questão ao rio recém-explorado. Mas, antes disso, darei outras informações, visando mostrar até onde chegam os nossos conhecimentos actuaes sobre o confluyente do antigo Castanha. E para facilidade do discurso, fica entendido que daqui por diante, designarei este confluyente, e só elle, pelo nome de Aripuanã; desta designação excludo systematicamente a parte do curso dos dois rios reunidos, desde o ponto em que se dá a reunião até a foz, no Madeira.

Todos os seringueiros que, a partir de 15 de Abril, viemos encontrando ao longo das margens do rio Roosevelt, concordaram em informar-me que nenhum explorador serianoje havia subido o Aripuanã para cima de certa cachoeira, conhecida pelo nome de Infernã, tal como a que vimos no antigo Castanha. O primeiro homem que ahí tentou estabelecer-se não conseguiu resistir aos indios, cujas hostilidades elle suscitara, perseguindo-os impiedosamente, sem nenhuma apparencia de razão nem de justiça. Depois de expulsarem esse homem, os selvícolas do Aripuanã continuaram a guerrear os civilizados que se aventuravam por seus dominios, e com tanto ardor o fazem que o rio pôde ser, praticamente, considerado interdito aos seringueiros, que muito pouco o frequentam.

Ha, porém, abaixo da mencionada cachoeira, um affluente, o Guariba, regularmente povoado pela nossa gente, não obstante existirem nelle tambem muitos indios. Segundo informações do Sr. Caripé, que é o maior proprietario do Roosevelt, os selvícolas desse affluente pertencem a uma tribo differente da que hostilisa os seringueiros no rio principal; aquelles são os denominados Araras, e os outros serão, provavelmente, de

alguma tribo da grande nação dos Múras, da qual uma parte tem relações pacificas com os civilizados, em outros rios.

Além dessas informações, pôde-se ainda registrar outra, relativa á existencia de jazidas auríferas no Aripuanã, das quaes a primeira se localiza no igarapé Tabóca, e teria sido conhecida e explorada pelo mesmo africano a que já nos referimos, e a segunda, mais recente, pois data de 1913, deve estar nontro igarapé, tributario do Guariba. O descobrimento desta ultima é attribuida a um seringueiro de origem peruana, que se afirma ter ahí collido ouro de 22 quilates.

De tudo quanto acabamos de dizer, resulta, claramente, que o Aripuanã é um rio pouco menos do que desconhecido. A direcção geral do seu curso, a grandeza da sua bacia, a localização das suas cabeceiras, para não alludirmos a outros elementos a respeito dos quaes precisamos estar informados para podermos considerar como convenientemente individualizado um rio qualquer, são assumptos ainda pertencentes ao dominio das hypotheses. E' verdade que destas, muitas já estão excluidas dos limites das possibilidades, graças ás conquistas realizadas pela sciencia nas regiões confinantes com aquella em que existe o valle do rio. Mas, ainda assim, o numero das que restam como podendo ser plausivelmente formuladas, é mais do que sufficiente para não nos permitir localizar nos mappas, na lat. Sul de 7° 34' 34",07 e long. O. do Rio de 17° 0' 36", outra cousa além da foz de um confluyente do Roosevelt, inscrevendo-lhe ao lado a palavra "Aripuanã".

No entanto, por interessar ás conclusões geographicas da expedição Roosevelt-Rondon, farei uma ligeira referencia ás hypotheses que tiveram de ser ultimamente relegadas do meio das admissiveis.

A mais importante dellas resultava da ignorancia em que estavamos a respeito da direcção seguida pelo curso do Ananaz, para baixo do pequeno trecho, immediato ás nascentes, que lhe pudémos fixar, como trabalho accessorio ao do traçado da Linha Telegraphica entre as estações de Villena e José Bonifacio.

Podia-se, pois, admitir que essas nascentes pertencessem ao Aripuanã, e como ellas se acham situadas ao Norte das do

ANEXO 01
ROOSEVELT, C.M.
1916

96

ainda um foguinho sôbre a cova, à altura de
acaba de ser enterrado.

Em sinal de luto todos os membros da tri
raspam o cabelo do alto da cabeça, coroando

Nota-se a crença em espíritos malfazejos que
dos Caritiana.

A hora das refeições, as crianças reunidas
perto do muquém [assador], oferecem ao chefe
pouco do alimento: então, numa cerimônia mista
tas com o bocado em tórno da cabeça da crian
rumor com movimento lingual-palatal, e esfrega
cado no peito do ofertante, dando-lhe de comer

Usam poucos ornamentos: simples colares
perfurados, ou de sementes do mato, de côres l

Da língua Caritiana nos ocuparemos no cap
tar dos vocabulários elaborados pelos Missioná

Os Caritiana se prestam de boa vontade e se
responder ao que se lhes pergunta com relação
costumes da tribo.

Instrumentos de música, atualmente não se
gostam de cavaquinho e dançam à maneira dos

Usam — muito parecido com o trocano trad
de madeira de uns 4 ms. de comprido, com uma
parte suepiror de sua extensão, onde as mulheres,
de forma retangular, socam o milho para a pamo
som soturno e compassado, que rimbomba pela f

Provam a sua capacidade intelectual relativa
na arte e no esméro com que fabricam suas arr
Trata-se de trabalhos feitos com grande habilidade, denotando um
grau de civilização e de progresso atingidos em tempos imemoráveis.
As faculdades dos Caritiana, uma vez educadas e estimuladas, se ma
nifestam logo. Vendo que o Missionário não é como os demais civili
zados, tem-no num conceito elevadíssimo, facilitando a assimilação da
catequese e do progresso civilizador ¹⁷⁸.

BACIA DO ARIPUANÁ

Heriarte escreveu que na parte superior do Rio Aripuaná havia
índios *Arara*, algumas aldeias de *Hiauereté-tupui*, *Anerá-tapui* e *Ma-
tanais*, que alguns práticos supunham ser ramificações dos pri
meiros ¹⁷⁹.

178 — A. C. D. B., Relatório, janeiro de 1958.

179 — HERIARTE, o. c., pág. 19.

ANEXO 02

HUGO, V., 1959

Podemos afirmar que quase nada se sabe de categórico e positivo, e sobretudo de científico. Se um dia alguém afirmar que naquela região existem índios de rabo ¹⁸⁰, ninguém poderá contestar!...

A rapidês e a violência da invasão dos seringueiros e caucheiros se refletiu no fato de que tôda a área, tão recentemente ocupada por eles — os extratores — constitue uma das menos conhecidas tanto etnológica quanto lingüísticamente.

O conflito por longos anos, afim de impedir a ocupação de seu território, produziu desgaste da parte dos índios e dos civilizados. Podemos aplicar à região do Aripuanã a percentagem de 45,7% de tribos indígenas que se extinguiram nas áreas de economia extrativa, desde 1900 até 1957 ¹⁸¹. Esses indígenas vivem todos num regime de agricultura semi-nômade, em vista do excesso das chuvas que, lavando permanentemente o solo, o empobrece de maneira alarmante. Por essa razão, tôda a região é batida por índios que, de verão (época da seca), saem de suas malocas e invadem as margens do Rio Aripuanã.

Aproximam-se espontaneamente dos civilizados, que eles olham como os detentores todo-poderosos dos instrumentos de metal, das contas de louça, das armas de fogo e outras maravilhas.

Mas a realidade dos encontros... é outra!!

— Acima da propriedade de José dos Santos (localidade *Campogrande*) na margem direita do Aripuanã, há o igarapé *Murirú* ⁽¹⁸²⁾, cuja foz está no Estado do Amazonas, se bem que a maior parte de seu curso esteja no território de Mato Grosso. Todos os anos, de maio em diante, desce das cabeceiras do Murirú uma horda de índios que não chegam a uma centena. Arribam até às proximidades de Campogrande do Aripuanã, atravessam o rio, invadem a bacia do igarapé de Piranhas, na margem esquerda, onde há bem umas oito *colocações* de seringueiros, fazendo diabruras por onde quer que passem. O que contam deles, os que vivem perto, são coisas inacreditáveis, ainda que irrefutáveis.

180 — Também isso! índios com rabo de meio palmo, no Rio Juruá!... "Certidão jurada [sic!!!] de Fr. José de S. Tereza Ribeiro, O. C., vigário no Rio Juruá em 1768, em mãos do Vigário Geral, Mons. José Montciro de Noronha", em SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro, o. c., pág. 54.

Numa relação de índios, apresentada por Frei José Maria de Macerata ao Presidente de Mato Grosso em 1843, lemos:

"CUATA — Nação numerosa, e valente, que reside ao oriente do Rio Juruena, anda como os Brutos quadrúpedes, com as mãos no chão, cabeluda no peito, barriga, braços, e pernas, sua estatura hé baixa, dorme em girãos e o seu sustento hé de frutas, de raizes e de batatas silvestres".

F. A. P. Mt. Of. de Frei José M. de Macerata ao Presidente da Província, Cuiabá, 15/XII/1843. Cfr. Apêndice XXXIII.

181 — RIBEIRO, Darcy, o. c., pág. 25.

182 — Seringal vergem, riquíssimo, mas é impossível explorá-lo.

Indios desse mesmo agrupamento, mas provavelmente de outra maloca, descem também das cabeceiras do igarapé de Pacutinga, bem acima do Murirú.

Dizem afinal, que se trata de um grupo de Apiacá outrora amansados pelos moradores do Rio Sucunduri que não passa longe do Murirú e Pacutinga. Devido aos maus tratos recebidos, refugiaram-se nas cabeceiras dos ditos igarapés. Procuraram a aproximação dos seringueiros que moravam nas colocações que o antigo proprietário Manoel Farias mantinha no igarapé Murirú. Mas um seringueiro, maldosamente, ou mesmo só duvidoso das intenções daquêles indígenas, matou um deles. E desde então foi declarada a guerra que levou os supostos Apiacá à vida primitiva. Um caso digno de nota: nada fazem de mal aos seringueiros do igarapé Traira, pois êsses nunca ofenderam os índios!

... Vamos subir o Rio Aripuanã: acima do barracão do Bom Sucesso, há outros igarapés — o de Natal, de Canumã, de Loreto — e há outros índios. Os civilizados que tiveram a infelicidade de encontrá-los e a felicidade de escapulir deles, batizaram-nos de orelha-de-pau, pelo costume desde crianças de seccionar e aumentar o pavilhão auricular com uma ruela de mulungú. Aliás a etnologia brasileira já os tem localizado alhures.

Mais acima do Rio Aripuanã, acima sobretudo da cachoeira de Dardanelos, "ninguém se atreve a ir..."

Resta-nos falar dos índios Inhami: são assim chamados pelos índios civilizados do Rio Branco (localidade Três Tombos), os que moram nas cabeceiras daquele mesmo rio, que é afluente do Alto Aripuanã. Os civilizados chamam-nos de Bôca-Negra ou Bôca-Preta, e dizem que dormem em suas rêdes com pequenos fogos nos pés. Mas é sabido tratar-se de um nome genérico, indicando apenas um grande grupo indígena, que tem a bôca pintada de preto, mas de diferentes modos. Ao passo que de todos os outros se afirma que são antropófagos — e somos muito propensos a acreditar! — os Inhami, que começam suas terríveis correrias no mês de novembro, preferem apenas matar e destruir.

Em 1955 massacraram um seringueiro, salvando-se, por milagre, o seu companheiro, que nos relatou o fato em seus pormenores.

Posteriormente um grupinho deles encontrou quatro seringueiros, os quais supondo intenções pacíficas, lhes entregaram, a pedido deles mesmos (!), armas e terçados. Quando essas armas de defesa, amarradas em feixe, passaram às mãos da retaguarda indígena, a um sinal imperceptível do chefe, acompanhado por um rápido bater do pé no chão, cantou o pau!... Um somente daquêles quatro improvisados pacificadores se salvou bastante ferido, para contar a história!

9 de novembro de 1957: Os Bôca-Negra do Alto Rio Branco, após a costumeira patrulhagem anual de agosto, realizaram sua primeira descida até à colocação de Paraiba, no mesmo Rio Branco. Flecharam a

Handwritten notes in the left margin: "O Barracão do Bom Sucesso", "Cachoeira de Dardanelos", "Canta o pau".

mulher no terreiro próximo à cozinha da casa. A mesma sorte teve o marido e a filha moça que se encontrava à beira do rio. Por fim tocaram fogo em tudo, inclusive na borracha pronta para o embarque.

"Havia dias que acontecera tal massacre, quando o outro seringueiro foi encontrar um montão de cinzas e três corpos carbonizados. As flechas impossível de ser arrancadas, foram quebradas e os corpos enterrados no tanque da fornalha do *defumador*, devidamente aumentado. Medidas tomadas? Medidas repressivas nenhuma, porque as balas não resolvem! Uma batida à maloca nas horas da madrugada, quando o chefe dá ordens para a caçada do dia, ainda que de resultado duvidoso, também não é solução. Em tantas partes da Amazônia se vem fazendo assim — e quem não sabe disso? — à revelia da moral e das leis. Mas assim não se amansa indo, para avançar num terreno que, afinal das contas, pertence também a eles!

No alto Rio Aripuanã e afluentes, riquíssimos em leite de seringa de primeira qualidade, não se cortam as *madeiras* no verão. Ninguém se atreve. Vive-se no sobressalto. O que se fala é só de índios, dos *bixos*, dos *brabos*... Subindo de canoa o Rio Branco no mês de março, alguém de baixada noticiou que *êles* (os tais!) já estavam deixando sinal de passagem no alto.

E' um corre-corre. São abandonadas belíssimas e numerosas *colocações* e todos vêm arribando, cedendo o terreno aos invasores (ou aos primitivos proprietários!). Mais que todos, tem medo deles os índios mansos" (183)

OS ÍNDIOS VELA

Desde 1923 nunca mais se fez nada de sólido pela catequese dos índios do Alto Rio Aripuanã. Naquêle ano, certo Olegário Vela encontrava-se extraindo caucho no Alto Rio Branco, afluente da margem esquerda do Rio Aripuanã, quando foi prêso numa cilada, por certa maloca de índios. Percebendo, entretanto, as intenções pacíficas dos raptadores, deixou-se conduzir até à maloca. Permaneceu no meio deles coisa de um mês, até convencê-los a acompanhá-lo à *colocação* para trabalharem na extração do caucho e, posteriormente, da borracha.

Hoje, aquêles índios estão pacificados. Mais: estão civilizados! Sim, porque enquanto os índios não adotam o que lhes traz autênticas van-

183 — A. P. H., Diário da 1.^a viagem do Missionário Salesiano ao Rio Aripuanã, 1952.

Também Mamá, filho de Auca, morre de intoxicação de mandioca braba. Quando nos damos conta do envenenamento, já é tarde.

24.3. ABERTURA DO POSTO RÉGIS

De Utiariti entra o Irmão Isidoro Lermen na minha comitiva para me acompanhar até a região do Roncador. Entendido em plantações e questão de qualidade de terras, o Irmão me ajudará a escolher um bom lugar para atendermos mais facilmente os Rikbáktsa do Sangue.

No barracão São João, que controla os seringais do rio do Sangue, tenho uma conversa decisiva com o encarregado Aloísio. A firma gastou mais de quarenta contos em brindes, distribuídos sem critério. O resultado é que, passado o primeiro entusiasmo da pacificação, o índio torna-se exigente e arrogante. Bate o pé, se não recebe o que quer. Os seringueiros atropelam os índios e lhes causam danos. Torna-se imperioso um posto de atendimento e orientação dos índios, que impeça a invasão das feitorias. Na negociação, argumento contra a promiscuidade de índio e seringueiro nas feitorias. Se a firma não colaborar, o posto não servirá para nada. Concorda.

Dia 13 de maio. Nossa chegada ao porto coincide com a lancha da firma subindo. Os tripulantes, animados, trabalham de calção. Ostentam ufanos o distintivo da firma, copiado da nossa senha de pacificação. Cada um custa vinte cruzeiros.

Dia 15. Saímos nós e a lancha da firma. Na primeira cachoeira, já muito rasa e erigida de pedras pontiagudas, quebra-se a lancha da firma. Três homens, mais o motor e um tambor de gasolina passam para o meu barco, agora apenas com dois dedos de borda livre. Numa feitoria de seringueiros, Uóiguedem pega seus galos. Vem com todos os pertences: cuias, ornatos a montão, xires e panelas. Parece uma mudança. Volta de lugar de civilizados. Há um mistério no meio disso. Alguns seringueiros já começam a falar em baile. Cada um quer prevalecer como protetor de índios e índias.

Encostamos no barracão. Dali de perto, rente à feitoria de Agostinho, sai um pique de 15.400 metros, que vai até o Juruena. Régis tenciona abrir uma estrada para ligar o seringal com o Juruena, para evitar a navegação dificultosa do alto curso do Cravari e seus córregos.

Dia 19. O Ir. Isidoro aprova a terra como boa para a agricultura, se bem que não seja de primeira qualidade. Aloísio determina, em caráter provisório, que a parte derrubada e não plantada ainda passe ao posto dos índios.

Dia 20. Levo o Ir. Isidoro ao porto Diolicinho, a fim de que volte a Utiariti. Despeço-me agradecido. Acampo perto da barra do Antônio Corrêa, para atender aos índios doentes e estudar a região. Encontro 21 pessoas, quase todas gripadas, repartidas em cinco ranchos.

Dia 25. De tarde passa a chalana da firma. Ressoam saudações ruidosas dos tripulantes, como de velhos conhecidos.

Dia 26. Vou ao barracão buscar remédios. Já de volta, no Porto Lindo, antigo São Luís, encontro o engenheiro Dr. Luís Costa. Mede terras de noventa mil e duzentos e quarenta mil ha, em chão de Rikbáktsa não pacificados ainda. O Dr. Luís faz questão de ver os índios. Levo-o a ver. Fica impressionado. Atendo aos índios doentes. Os são pintam-se como para festa, mas esta não se realiza. À noite, convidam-me para comer beiju de milho e pomba assada.

Dia 27. Vamos ao Porto Lindo. Vai também Paravári, de quem um seringueiro disse: — "Com este não queria me encontrar sozinho no mato!"

Rumamos para o Juruena, batendo a picada nova, saindo 4 km acima da colônia Alagoanos. No lugar da colônia, encontro 17 pessoas a serviço da Companhia Brasil. Contam que foram molestadas por índios durante a noite e que deram tiros para o ar. Bato uma chapa: quase todos armados e alguns de boca de fogo em riste. Oriente esse pesscal, pois boa vontade não falta.

Descemos ao barracão do Juína, dirigido por Salomão Pacheco, a fim de falar no rádio do seringal. Infelizmente, o aparelho não funciona. Relatam-me os ataques aos Cinta-Larga, poucas semanas antes, pela região das cabeceiras do Juína Mirim. Mostram-me uma mocinha de cerca de 12 anos, que tinham pegado e conseguiram trazer até o barracão. "Até aqui, foi com todo o respeito" — diz Paulistão, chefe desta turma de colação. Idéia comum era que se levasse a mocinha quanto antes a Utiariti. Mais tarde se chamará Laura.

Pedem a ação de minha turma de pacificação para atuar na área dos Cinta-Larga. Prometo para logo mais, pois, de momento, é-me impossível.

Providencio medicamentos. Encontro apenas um facão para brinde. Dou-o a Paravári. Relato o clima de pacificação do rio do Sangue, conseguido com diplomacia. Peço a colaboração dos seringueiros e insisto em que evitem qualquer provocação dos índios. Digo que removam o seringueiro apelidado Amazonas, pois matou um Rikbáktsa, mal faz um ano, jogando o cadáver no Juruena.

Dia 29. Estou de novo com o engenheiro Dr. Luís Costa, no rio do Sangue. Mostro que é de justiça respeitar o espaço vital dos índios: não se pode medir para brancos uma aldeia indígena.

— "O senhor está pacificando os índios de graça e atrás do senhor entram seringueiros e a medição de terra!" — foi a resposta.

Impressiona-me a observação do engenheiro. Só falta agora alguém dizer que sou um criminoso. O Serviço de Proteção aos Índios não quer tomar conhecimento do caso.

1915
Donatista, J.F.

ANEXO
03

Anoiteceu no Mato Grosso. Não havia mais luz. E Mamantino — Ciduezinha — a cinco horas de Cuiabá — onde se brigou e matou pelo ouro que rolava nas ruas. A luz de uma vela, o padre João lê, com sua cara de água simpática, um texto dos Quixés, que dominaram o México antes da espada asteca...

... E tudo estava imóvel e calado... e varia estava a extensão do céu. Não. Nada havia. Nem homem, nem peixe, nem caranguejo, nem bosques. Só o céu existia.

Naquela hora, na parede envelhecida da casa dos padres que vão para o sertão, só existia a sombra de João Dornstauden projetada pela luz da vela, reclinada sobre o livro santo dos Quixás. No que ele pensava? Na necessidade de um dia se escrever a verdadeira história dos índios brasileiros. (Como a história do massacre dos Cinta-larga). Quem poderia escrever esta história? "Eles, os índios".

II

"Mas o que você vem fazer aqui?" — pergunta feita ao padre mocinho que chegava ao Brasil em navio europeu, há 45 anos. "Trabalhar com índios? Mas você não sabe que os índios estão morrendo por causa das doenças que os missionários lhes transmitem? (Ficou perturbado). Ah, você pensa que ainda tem índio por aqui? Está errado. Os índios são fantasmas. Já morreram".

Eram fantasmas? Saiu atrás dos fantasmas. Viu que eram pessoas. Quem sabe, os fantasmas não eram os outros?

A primeira vez que um índio riu perto do padre João ele pensou: — Assim era o riso de Cristo.

III

E o padre pacificou a tribo conhecida como Canoeiros, pela habilidade no remo, precisão na água. Viu muita gente morrer pelo metal da bala ou da faca. Foi jurado de morte. Uma flecha raspolu sua cabeça. Ouvia segredos de assassinos, inclusive de assassinos dos Cinta Larga. Alguns dias atrás, viu o velho Ramiro Costa, o seringueiro ser condenado a 11 anos de prisão pela morte de alguns índios. "Por que não aproveitaram a ocasião para condenar os verdadeiros culpados, os grandes, os que botaram o fuzil na mão dos seringueiros, os que jogaram a munição do helicóptero? Evidentemente, a empresa Arruda e Junqueira é responsável pela morte de muito Cinta Larga".

IV

Trabalhou muitos anos para pacificar os Rikbaktsa, que os brancos chamariam de Canoeiros. Foi um trabalho incrível, pela força e paciência. "Ele é o grande herói brasileiro", ouço de um professor da Universidade de Mato Grosso, Pedro Paula Lomba. Mas não é homem de orgulhos. Nem sabe se é certo ou errado "pacificar" o índio. "Se é para viver como um miserável, quem sabe é melhor que morra com a flecha na mão?" Mesmo assim trabalhou pelo que achava correto, naquela hora. Certa vez estava numa canoa, num dos grandes rios do Mato Grosso, nestes rios em que a paisagem vai se desdobiando da água para a mata, da mata para o pássaro, da água para o peixe; em que da monotonia vão surgindo formas e sons estranhos, quando, subitamente, um índio amigo lhe falou:

— Cuidado padre, aqui terra índio bravo. Padre João nem nada, de pé na ponta da canoa, admirando o mundão de Deus.

Nisto, de uma planta cresceu um homem, com arco e flecha na mão.

A flecha passou raspando. Bateu num canto do barco. "Obrigado, obrigado Deus". O índio sumiu na mata.

V

O índio não sumiu foi da cabeça do padre. Ele quer entender por que o índio atirou. Ele sabe. Ali é a casa dele. As feis desta casa são



Aqui, dois seringueiros foram mortos.

Paulistão: os índios queriam se vingar dele.

Várias vezes o padre João sentiu nos seringueiros a vontade de partir em represália contra os índios. As malanças entre brancos e Cinta Larga começaram por volta de maio de 59. Na foto, o esquema de um ataque, índio, meses antes do massacre.

Padre João, esperando por um "inquerito de verdade".

Massacre dos

mas por... E... chão. Escutei uma criança gritar e chorar aaaaahahaha. o galo cantou cocó-cocó. Depois, vieram duas mulheres: uma velha e uma moça. Vieram devagar. Paulistão: pode matar tudo, homem, mulher grande. Davi atirou oh, caiu. A moça correu. Eu também. Eu, Tapema e o cão. Dito mais atrás. Correu Davi. Correu Paulistão. Seringueiro preto atrás. Só eu sozinho: a moça grita ui-ui-ui. Um índio jogou flecha. Eu atirei. Pahl! Também Tapema, pahl! Paulistão chegou. Papapapa... Piripipi (metralhadora) muito perigosa. "Morreu tudo?" "Não sei". Vejo casa. Tudo foi embora. Ninguém. Só o porco. Malei o porco. ("Ri a valer, comenta o padre, enquanto explica que a linguagem do índio não é linear, não tem começo, princípio, fim — a história se desdobra em vários planos, assim como esta).

— A mulher morreu.

Ela é bonita?

Paulistão diz: "Mulher feia". Não tem dente. Dente acabou. Dente acabou. Aahahaha, igual sapo. Cabelo branco, não preto. Fomos chegando perto. Muito devagar. Roça nova. Tudo plantada. Vamos buscar Paulistão. ("A história recomeça" — Padre João.) Entrei na casa. Sim, foram embora. Paulistão chegou: não tem índio? Ué, já foram? Ué? Ué? Saimos. Paulistão acha duas malocas. Onde estão os índios, pergunta. Penso que no Juina. Espiar seringueiro. Não matar tudo, não volta mais. Por onde é que saíram? Explora. No córrego, rastro deles. Uhuu! uhu-huh... papapapapapapa... flecha na costela. "Bugre muito feio", fala Paulistão. Muito fedido. "Eu falei: "fedido nada, cheiroso". ("Ele ri")... nada, nada, cara feia, mulher velha, mulher moça, não. Pode casar, Paulistão, falei. Ela é muito feia, não tem dentes. O que ia poder comer? Milho não dá, não tem dentes. Só migalga de castanha. Quero a cabeça, falei. Paulistão falou: padre João fica triste.

XI

O padre João acha que depois do esquarteramento da Índia, os Cinta Larga começam a procurar Paulistão. Certo é que entre 10 e 12, dezembro de 1962, eles matam os seringueiros Benedito e Rufino, no rio Juina. Eles não vacilam: arrastam-se, escondem-se, rram emboscadas, investem sobre o barracão mas não pegam o homem barbudo. Serão apanhados por uma outra expedição, que sai em setembro de 1963, mata a dentro, com Chico Luiz à frente (ele participou da expedição de 62), Francisco Amorim de Brito dirigindo a operação de um avião. Pouco antes do massacre, o diligente Amorim fala com a sede da firma, em Cuiabá. A expedição segue pelas matas. O Cessna tira munições e mantimentos para os seis seringueiros que estão atrás dos índios. Os vingadores das almas cristãs estão a caminho.

A história já é conhecida: de sete a dez índios serão mortos; o caso terá grande repercussão em todo o mundo; quase todos os participantes do massacre morrerão misteriosamente. Só o velho Ramiro será julgado, condenado a 11 anos de cadeia (já cumpriu cinco, na cadeia de Cuiabá). E homem de mais de setenta anos, doente do coração — "não vive dois anos", dizem em Cuiabá.

— Em nome de tudo isto é que eu não participo, agora, da pacificação dos Cinta Larga — fala o padre com sua cara de água, com sua cara de coruja sábia, com seu jeito de pagar das tribos, com quem convive muito especialmente — "estes homens extraordinários que têm intuições que o espantam, que curam com mensagens, curtos". A pacificação dos Canoeiros foi mais fácil porque um jovem índio lhe disse: "Sonhei com o senhor, e o senhor veio. O Senhor vai bem?" As vezes, pensam que ele é um parente que voltou desta forma. Ele chega a uma tribo e uma mulher vem correndo:

— Papai, papai, o senhor está bem, papai? Lá em cima é bom não? Não tem dor de cabeça!

AUX

24

ESP, 11/06/75

92

folha 43
Centa-Baixa

CÓPIA

DECLARAÇÃO

... FIVRE e exortando vossas, em nome do Sr. Capitão de Serviço ...
... no Rio de Janeiro, em 14 de Novembro de 1963, a expre-
... com a finalidade de obter ...
... de vários índios,
... quando estas estavam no ...
... do Rio Arimã.

... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...

... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...

ANEXO 05

94

...ano...
 nascida em 19...
 de 19... em Nizna...
 da França, Marguerite
 Long esteve no Brasil tres
 vezes, sendo que em 1957
 participou do júri do I Con-
 curso Internacional de Piano
 do Rio de Janeiro (foto). Foi
 amiga e intérprete dos mais
 célebres músicos franceses
 modernos, especialmente
 Claude Debussy, Maurice Ra-
 vel e Gabriel Pauré, sobre os

...violin...
 o concu...
 leva o nome de...
 iera prêmios, de cion em dois
 anos, aos melhores violinistas
 e pianistas do mundo inteir...
 ro. Marguerite Long pro-
 curou sempre ajudar os
 moços na carreira artística,
 amparando-os e projetando-
 os no cenário musical. (TEX-
 TO NA TERCEIRA PAGINA)

O GLOBO

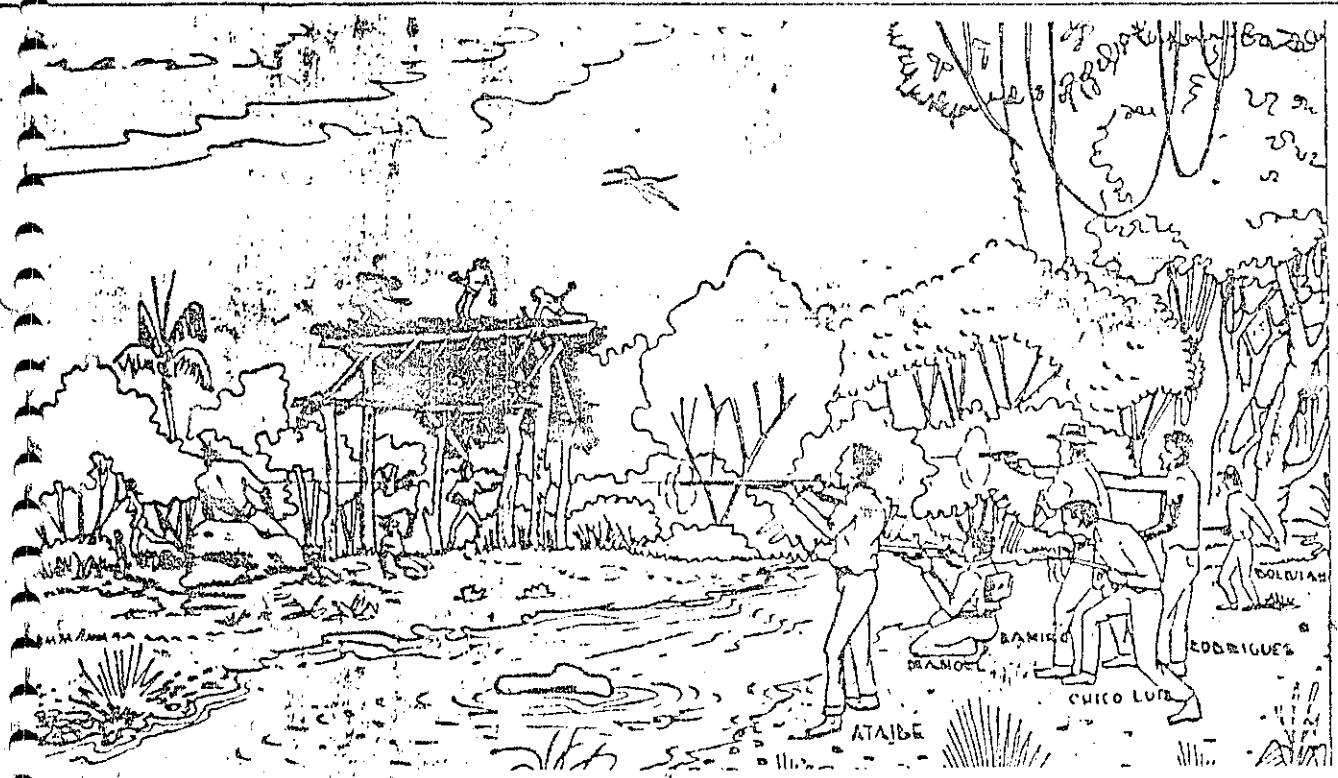
FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO
 Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO

Diretor-Tesoureiro: HERBERT
 Diretor-Substituto: ROGERIO M...

Ano XLII - Rio de Janeiro, 21 de Janeiro, 14 de Janeiro de 1966

SERÁ CONHECIDO HOJE O CANDIDATO DA ARENA À PRESIDÊNCIA DA CÂMARA



Falando ontem a...
 disse o líder do Go...
 Câmara, Sr. Raimu...
 dilha, que levará hoj...
 sidente o resultado...
 d'agens que prom...
 meios revolucionári...
 as candidaturas...
 Adauto Lúcio Cardo...
 lo Coelho à presid...
 Câmara. "O cand...
 ARENA", por ind...
 o novo presidente...
 ra", disse. Não acre...
 o derrotado lev...
 as plenárias para...
 Sr. Adauto Cardo...
 o Sr. João Coelho...
 meteram e aceitar...
 tados da sondagem...
 pelo Presidente. (Na...)

Assim foram mortos os Cintas Largas: Chico Luis empunhava uma metralhadora, enquanto os outros atiravam com revólveres calibre 25 e rifles "papo amarelo". Os silvicultores foram mortos quando montavam suas choupanas. Não tiveram sequer tempo de armar seus arcos e flechas.

Massacre no Paralelo Onze (1)

Lei da Selva: 50 Contos Por um Cinta Larga Morto

Os repórteres Carlos Rangel e Jorge Péter iniciam hoje com exclusividade para O GLOBO, uma série de reportagens sobre o que tem sido o massacre de índios por sequestradores. Começam o seu trabalho com o depoimento de um pistoleiro — Ataíde Pereira dos Santos —, homem frio, tacito, que dá a idéia de um honesto vendedor de picolé

do interior. Este bandido foi a figura central da chacina do chamado paralelo 11, em Mato Grosso, numa região rica em ouro e diamante, quase inacessível, e seu depoimento está gravado em Cuiabá, na 6.ª Inspetoria de Índios. (Texto na 19.ª página)



"— A mulher...
 rada pelo peço...
 beca para baixo...
 vare. Chico Lui...
 deu a corda e o...
 cou balançando...
 teijamento foi co...
 cao" — contou A...
 reira dos Santos...
 bem participou...
 dição sanguinari...
 Aripuanã.

ONTEL QUER | Ressurge o Esplendor
 TV E RÁDIO | no Baile Dos Artistas

O Globo, 14.02.66

primeira página

ANEXO

06

25

Massacre no Paralelo Onze (I)

Lei da Selva: 50 Contos Por um Cinta Larga Morto

(De Carlos Rangel e Jorge Péter - Exclusivo para O GLOBO)

— Matei o chefe com um tiro de mosquetão no peito. Quem metralhou os Cintas Largas e retalhou a índia, o facão, foi Chico Luis. Antes matou uma criança com um tiro de 45 na testa e mandou botar fogo nos malocos junto do rio Aripuanã. A expedição durou quase 60 dias e foi organizada pelo seringalista Antônio Mascarenhas Junqueira, que até hoje não me pagou os 50 contos pela empreitada.

A confissão é de Ataíde Pereira dos Santos. Foi feita e mais tarde gravada em Cuiabá, diante do chefe da 6.ª Inspeção de Índios, Sr. Ramis Bucair. Coube aos repórteres de O GLOBO — que se passaram por compradores de terras — localizar Ataíde, sicário temível e um ás da pontaria. Seu aspecto, no entanto é de um homem paento — mais do que isso, de honesto vendedor de picolé. Fala manso, de cabeça baixa, sem um ricto, uma contração, um gesto, sequer, que identifique o assassino de índios. Sua tranquilidade aparente não dá idéia, também, de que ele seja capaz de atos de tamanha crueldade. E ele conta a cena como se fosse a coisa mais natural do mundo:

— A mulher foi fortemente amarrada de cabeça para baixo, numa árvore no meio da roça dos índios. Chico Luis suspendeu a corda e o corpo ficou balançando. Com o facão terso abriu a índia em dois pedaços, quase de um golpe só. A aldeia parecia um açougue humano com tanto sangue espalhado pelo chão. Depois jogamos os corpos na correnteza e fizemos o caminho de volta

“Eu Dormi na Pontaria”

— Todos os membros da expedição ficaram do outro lado do rio Aripuanã. Eu quase dormi na pontaria quando apertei o gatilho e o chefe dos índios tombou. Chico Luis em seguida começou a metralhar os que estavam em cima da choupana, onduindo a cobertura com palha de coqueiro. Os outros atiravam também com revólver 38 e rifle “papo amarelo”. Nenhum índio teve tempo de armar o arco e a flecha. A maior

leada, mas dois ou três ainda conseguiram embrenhar-se no mato. Chico Luis ficou furioso e parecia cuspir fogo. Eu disse depois para ele: Não faz mais judiação porque os Cintas Largas vão querer vingança e logo estarão de volta. Mesmo assim, ele investiu contra o menino, agora com o revólver na mão. O garoto estava chorando seguro pela mão da mulher. O tiro foi certo na testa da criança, mas, mesmo assim, a índia não correu. Foi arrastada pelo braço e não se debatia até que foi suspensa na árvore e aberta no meio.

Ataíde está contando o último episódio do massacre, mas volta a dizer que a expedição

tinha por objetivo único exterminar os índios Cintas Largas. A chacina foi no paralelo 11, em Mato Grosso, numa região rica em ouro e diamante, quase inacessível, e onde se morre e se mata sem saber por que. A matança também é frequente entre os próprios seringueiros — diz ainda Ataíde, cujo paradeiro começou a ser desvendado no local onde tombou assassinado o filho do Coronel Fawcett.

O criminoso decidiu delatar seus companheiros porque caminhou 58 dias pela selva e não lhe pagaram os 50 contos prometidos pela empreitada sinistra, que começou na confluência dos rios Juinamirim e Juruená. Em um documento que firmou, na Inspeção de Índios, frisa que o responsável por tudo é o seringalista Antônio Junqueira.

Junqueira pode ser visto todas as tardes em Cuiabá, bebendo cerveja no “Bar Internacional”. É homem de prestígio com amigos na direção do Banco da Amazônia e bem situados na política. Fala pausado e, às vezes, chega a ser simpático. Dizem, no entanto, que para ele um índio vale menos do que um cachorro.

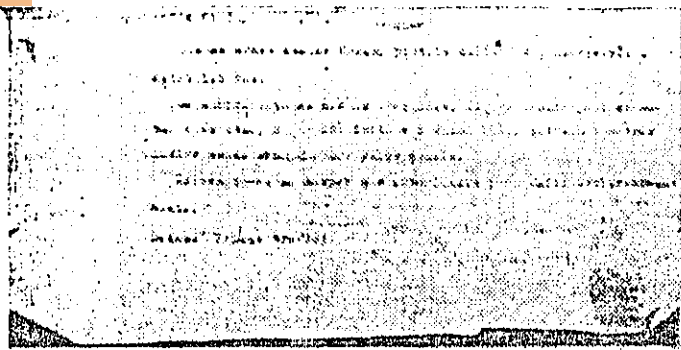
A Ordem Era Matar

A expedição saiu do barracão do Junqueira e subiu o Juruená, numa lancha, passando pela barra do rio Sangue. Atingiu o local denominado Aguas Bravas, onde o rio Juruená se torna bastante revoltado, e depois embrenhou-se na mata. Eram seis homens experientados, sob o comando de Chico Luis, que deu a palavra de ordem com a sua metralhadora “pipimpim”.

Conforme o relato de Ataíde, a expedição era integrada por Chico Luis — espécie de capitão no seringal de Antônio Junqueira — e ainda pelos facinorosos Ramiro, Manuel Rodrigues e outro de cujo nome não se lembra, mas admite ser boliviano.

A caminhada — sempre na batida dos Cintas-Largas — durou muitos dias até a Serra do Norte, que alguns chamam também de Morena. Todos os pontos podem ser encontrados num mapa com o nome de Mato Grosso. Chico Luis

O Globo, 14.02.66 Pg. 19



Ataide Pereira dos Santos, facinora integrante da expedição, não só teve seu depoimento gravado pela Inspetoria de Índios, como também firmou documento. Contou como a mulher foi trucidada e seu filho morto com um tiro de 45 na testa

A caminhada — sempre na batida dos Cintas-Largas — durou muitos dias até a Serra do Norte, que alguns chamam também de Morena. Todos esses pontos podem ser encontrados num mapa comum de Mato Grosso. Chico Luis possuía uma bússola japonesa, mas, mesmo assim, a expedição acabou por se perder na selva, depois de atravessar o rio 18 de Julho, afluente do Aripuanã.

Um avião Cessna, de cor azul, no entanto, logrou, mais tarde, localizar os homens perdidos na selva. Não havia mais nada para comer. O piloto, chamado Donato — contratado por Junqueira — jogou viveres e bastante munição. Lançou também uma carta com instruções sobre a região para que os homens fossem caminhando sempre em frente. Aquela altura tinham encontrado a cabeceira do rio Aripuanã e também uma roca abandonada pelos Cintas-Largas. Uma outra expedição, antes, já havia chegado até o local no encalço dos índios, sob o comando do Tenente Luis, conhecido pistoleiro a soldo do mesmo seringueiro.

“Vimos Apenas a

Fumaça”

— Nós estávamos cansados e alguns já queriam até desistir. Mas Chico Luis ameaçou com um chicote e disse que matava — conta Ataide Pereira dos Santos, que anda agora sendo caçado em todos os pontos de Cuiabá e não sabe para onde fugir: nenhum capataz quer contratá-lo para o seringal por ordens de Junqueira, que tem escritório na capital do Estado, de onde controla seus negócios.

— Vimos a fumaça somente alguns dias depois. Mas nós não nos aproximamos. Na roca dos Cintas-Largas, que tinhamos deixado, ficamos durante cinco dias, comendo mandioca e cará nativo. Dormíamos em barracas de plástico, pescávamos e fazíamos pequenas caçadas. Nenhum confiava no outro, porque lá, no Aripuanã, é comum acabar com a vida do inimigo e depois cravar o corpo de flecha, para botar a culpa nos índios.

— Chico Luis — prossegue Ataide — só ficou tranqüilo quando viu que os índios estavam perto. Ai, não falou mais que a expedição era para procurar ipecaçuamba, uma planta medicinal. Contou a verdade: todos os índios tinham que ser expulsos ou mortos de qualquer maneira. Foi a ordem que Chico Luis havia recebido de Amorim de Brito, encarregado-geral dos seringais do Doutor Junqueira.

Uma Revolta no

Seringal

Ataide, que repetiu a história várias vezes, sempre contando a mesma coisa, frisou ainda que Amorim de Brito acaba de ser assassinado numa revolta de seringueiros, quando 9 deles foram mortos.

— O homem era um verdadeiro animal e só dele Chico Luis tinha medo. Amorim de Brito

era também famoso matador de índios e só podia mesmo acabar dessa maneira, com um tiro na boca. Quem mais tinha mortes nas costas, porém, era Chico Luis, cearense, mau como um capeta. Ele se gabava de ser o número 1 e ainda afirma ter sido o que matou mais índios entre todos os homens que estão em Barranco Vermelho, no acampamento do Aguas Bravas. Amorim e o Tenente Luis, que ainda está vivo, mataram o Cavalcanti no barraco do Julnemirim. Eu vi quando mataram e queimaram depois o corpo dele. Foi, então, que os seringueiros se revoltaram. Morreram, ainda, além de Amorim, o Antônio Pimenta, um outro cabra chamado Paraná, um fiscal de estrada do seringal e o pesador de borracha. Foi só Vi todas essas pessoas serem assassinadas, mas não quis me meter. Houve mais 3 mortes, mas a essas eu não assisti. Soube porque me contaram.

— Tudo isso — continua Ataide — aconteceu num período de quase dois dias e só serenou quando o Amorim serviu de pasto para as formigas. O que foi bem feito. Amorim queria mandar em todo mundo. Tomava a mulher dos outros e depois que se fartava passava em frente, nunca para o primeiro dono. Depois da mortandade, houve uma bebedeira dos diabos e o Junqueira chegou de avião para resolver o assunto. Não pagou a ninguém, mas prometeu fazê-lo em Cuiabá. Foi quando muitos seringueiros decidiram ir-se embora. Ainda outra vez, eu perguntei ao Junqueira: “Quando vou receber o meu dinheiro?”. Ele se fez de manhoso e disse para que fosse ao escritório. Agora não passo por ele, mas sei que me mandou caçar em Diamantino e no Alto do Paraguai. Não se pode facilitar com essa gente.

A Morte Dos Cintas

Largas

— Os índios foram mortos pela manhã quando construíam suas malocas. Não demos tempo para reagir. A gente tinha sido escolhida a dedo e sabia caminhar no matagal igual ou melhor do que um índio. E não fizemos nenhuma fogueira que pudesse chamar a atenção. Chico Luis, mandou que não fássemos e um cigarro passou de boca em boca. Ficamos todos acordados esperando o dia clarear com as armas engatilhadas.

(1) Glória, 14 de 02.16

pg 19

IS
Drto
(OPO)



O seringueiro Antônio Mascarenhas Junqueira (ao fundo, de perfil, com o cabelo repartido do lado esquerdo) foi o responsável pela empreitada sinistra. Pode ser visto também as tardes bebendo cerveja em um bar de Cuiabá. É homem de prestígio com amigos no Banco da Amazônia e bem situado na política de Mato Grosso

para o que desse e viesse. Mas eu acho que os índios já tinham pressentido a gente. É verdade que tivemos o cuidado de não atravessar o rio Aripuanã e da margem direita fizemos o trabalho — conta agora Ataíde como se narrasse uma caçada de búfalos.

Testemunharam sua confissão, mais tarde gravada, o chefe do SPI em Mato Grosso, Sr. Ramis Bucuiri, e ainda o fotógrafo Jorge Peter, que tinha os punhos cerrados, e a máquina imóvel sobre o peito. O agrimensor Samir também assistiu ao depoimento e exclamou:

— Matar um índio não é como matar um cavalo!

Na sala da 6.ª Inspeção de Índios, em Cuiabá, havia uma bandeira estarrapada do Brasil, com a qual Rondon percorreu o sertão. Na parede estava escrito: "Morrer se preciso for, matar nunca". A sala, com seus assentos de vidro e pegos pertencentes aos índios, lembra um museu em memória de uma raça extinta. Os turistas podem ver o pó que encobre os passaportes embalsamados, os apetrechos de barro, um tucapé e as flechas de guerra, de fregar peixe e matar passarinho. O índio Ceremecé — chefe supremo dos Xavantes —, que veio do Batovi pedir paz aos brancos para não continuarem invadindo suas terras, também assistiu à confissão, sem entender uma palavra. Levantou-se sorrindo para todos e disse para Ataíde a palavra "sauid", que significa amigo.

História de um

Facinora

Ataíde Pereira dos Santos não é nenhum débil mental. Agora, deseja apenas proteção para que possa escapar aos capangas de Antônio Junqueira. Nasceu em Minas Gerais e já passou dos 40 anos. Foi criança para Mato Grosso e lembra que serviu ao Exército numa unidade de artilharia montada, com sede em Campo Grande, sob as ordens do Tenente Antunes Maciel. Deu baixa em 1934 e foi trabalhar no seringal.

Ha muito — garante — deixou de beber e é até estimado pelos meus que vendem picolé em Cuiabá. Ele também viveu disso durante algum tempo, quando deixou o seringal e veio tentar receber seus 50 contos no escritório de Antônio Junqueira. Disse ao repórter ser casado com D. Vivalina e

pai de um filho de 4 anos. Paga 2 contos por seu barraco, em Cuiabá, e possui um dente de ouro. Não sabe ler nem escrever, mas é esperto e matreiro em questão de dinheiro. Sua voz é arrastada, quase límbida:

— A minha missão era só matar o chefe dos Cintas Largas naquela manha. O índio estava isolado e era o único que não trabalhava, encostado a uma pedra. Parecia fiscalizar os outros, quando Chico Luís disse de leve: "Segura o capitão, que eu acabo com o resto". Chico Luís me escudou porque confiava na minha pontaria. O boliviano tinha uma "Winchester", mas eu nunca falhava com o meu mosquetão. Chico Luís ficou disparando com a metralhadora ainda por muito tempo. Os outros deram também tiros com suas carabinas, mas foi de misericórdia, pois eu acho que todos já estavam mortos.

Do Outro Lado do Rio

— Não lembro quantos índios foram mortos, mas pelo menos mais de 15 deles levaram balaço e chumbo. Mortos no chão mesmo deviam ter uns 8 quando atravessamos o Aripuanã e passamos para a margem esquerda. Antes, nós tínhamos rastejado um estirão, sempre beirando o mato para não fazer barulho e sermos vistos. Começamos a alisar de uma distância de 30 metros e só nos levantamos para ficar numa posição melhor. O chefe dos índios já estava prostrado e nem se comovia. Mesmo assim, Chico Luís fez contra ele uma rajada. A india foi a única que não correu. O seu

filho devia ter uns 5 anos e chorava seguro pela mão da mulher. Achei que foi isso que enfureceu Chico Luís. Ele disse: É preciso matar todas essas pragas! Eu falei: — Isso não vão gostar! Ainda disse para ele: — Por que a gente não fica com a mulher? Ele não respondeu. Deu um tiro no menino e correu para pegar a mulher. Eu ainda insisti, dizendo que o pessoal estava sem ver mulher há mais de um mês. Mas Chico Luís não queria conversa. Lembrei, também, que a gente podia carregar a india para o acampamento e dar de presente ao Amorim. Ela era nova e bonita. Foi quando ele falou: — Quem quiser mulher que venha buscar no mato!

— Eu não quis falar mais nada — prossegue Ataíde — porque acabei ficando com medo de Chico Luís. O homem estava com o diabo no corpo e só queria ver sangue. Ainda penso que ele desejava possuir a india quando pegou a corda. Bem, mas não foi para isso, pois, em seguida, amarrou o corpo dela e suspendeu, de cabeça para baixo, numa árvore bem no meio da roça. Depois, puxou o facão. Lembro quando se virou e disse ainda para os homens que fossem logo botando fogo nas malocas. A mulher foi cortada ao meio, e afinal Chico Luís se acabou, terminando o esquartejamento. Pensei em dar-lhe um tiro pelas costas, mas não tive coragem nem vontade.

— Todos nós pensamos que Chico Luís tinha ficado louco, mas ele continuou dando ordens e mandou que os restos fossem jogados no rio. E foi o que nós fizemos antes de vol-

tarmos a atravessar o Aripuanã. Tudo isso não demorou nem uma hora, porque o sol ainda não estava a pino quando passamos para a outra margem. Apanhamos nossas coisas e não fizemos mais uma parada até o início da noite. Sempre que podíamos, tentávamos apagar nossas pegadas, mas passada de sertanejo não fude um índio. Eu estava certo de que os Cintas Largas viriam atrás da gente, mas isso só aconteceu sabendo muito tempo depois. Em 20 dias, quando um bando invadiu uma casa na floresta e flechou um homem. Levamos um mês e meio para encontrar os Cintas Largas e muito menos tempo para voltar. Eu fui depois para o Utiariti e não sei de mais nada, mas posso garantir que as escaramuças entre índios e seringueiros continuam até hoje, e nunca se sabe quantos já foram mortos.

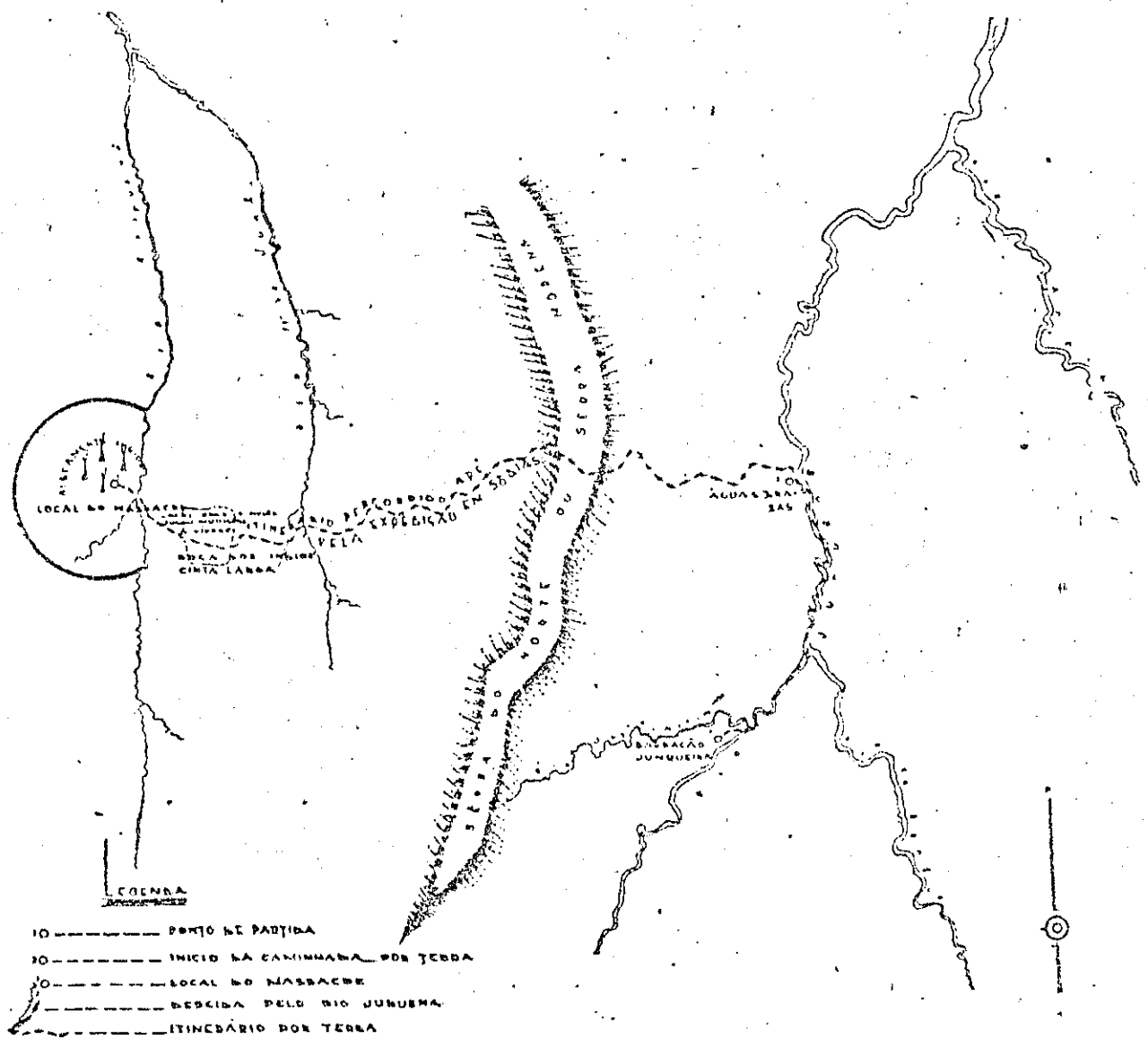
— Posso jurar que foi essa a única expedição de que tomei parte para acabar com os Cintas Largas. Chico Luís, porém, não gostou do meu trabalho e negaceou o pagamento. Mas todos sabem que não tive medo nem rejeição, ficando acordado tomando conta do acampamento, enquanto os outros dormiam. A expedição foi só para exterminar os índios, mas o Chico Luís, para agradar o Junqueira, trouxe mostras de minério. Os Cintas Largas estão sentados sob grandes jazidas de cassiterita e a terra deles dá boa plantação. Os índios sabem escolher a melhor porção de terra e não querem sair dela, de jeito nenhum. É preciso usar da força. Era só isso o que eu tinha para contar.

(A seguir: "Toda a Verdade Sobre os Massacres".

Massacre no Paralelo Onze (II)

Avião Comanda a Chacina Feita a Bala e Dinamite

(Reportagem de Carlos Rangel e Jorge Péter - Excl. para O GLOBO)



Croqui do local e itinerário percorrido pela expedição comandada por Chico Luis que massacrrou os índios Cinta Larga

Além dos freqüentes massacres, os índios Cintas Largas estão sendo exterminados por envenenamento e bombas de dinamite lançadas de um avião Cessna, azul. O piloto chama-se Donato e trabalha para o seringalista Antônio Mascarenhas Junqueira. O campo de pouso fica no Juina Mirim. Ali se pode chegar numa embarcação subindo o rio Juruena. Foi de onde partiu a expedição para a matança dos Cintas Largas na margem esquerda do Aripuanã.

Os índios Cintas Largas não eram agressivos. Mas agora ninguém consegue aproximar-se deles. Nem mesmo os jesuítas querem arriscar um contato com a tribo, que vive acuada e não se fixa mais em ponto algum. O que se diz sobre as atrocidades praticadas pelos Cintas Largas é pura lenda. A verdade é uma só: os seringalistas precisam acabar com os índios para continuarem explorando a borracha e tomar-lhes as terras. A região é uma das mais ricas do mundo em minérios, principalmente cassiterita.

Eles Também Precisam Morrer

O Padre Waldemar Weber, da Prelazia de Diamantino, denunciou o massacre dos Cintas Largas, contou como se envenenam os índios. O SPI já recolheu vários depoimentos também sobre crimes cometidos contra a tribo dos Beíços de Pau, ainda não pacificada. Os seringalistas agiram assim: — Uma expedição — diz Ramis Bucair, chefe da 6.ª Detetoria — foi preparada para subir o rio Arinos. Além de muitos presentes — espelhos, miçangas, e colares — os assassinos levaram grande quantidade de comida para dar aos índios. Os gêneros se estragaram na viagem, mas o saco de açúcar ficou intacto. Nele se misturou arsênico e formicida. No dia seguinte muitos índios apareceram mortos e se fez espalhar a mentira de que uma estranha epidemia estava grassando na tribo.

Os presentes e o açúcar envenenado foram deixados próximos ao acampamento dos índios. O crime ocorreu perto da barra dos rios Tomé de França e Miguel de Castro com o rio Arinos.

Beíços de Pau e Cintas Largas

Os Cintas Largas têm estatura mediana e usam em torno da barriga uma casca de árvore, de quase dois palmos. É flexível, não tolhe a respiração e ressalta a complexão atlética dos índios. Enquanto isso os Beíços de Pau usam pequenas placas de madeira dependuradas no lábio inferior. Admite-se que sejam da mesma família, mas isso não se pode dizer com segurança.

O idioma deles ainda não foi catalogado e os estudos que se têm feito a respeito são bastante precários. O Padre João Dornstad foi obrigado a cancelar a expedição até eles. A 6.ª Inspectoria de Índios, tendo à frente os funcionários Hélio Jorge Bucier e Ramis Bucair, pensam preparar uma expedição para, pelo menos, pacificar os Beíços de Pau. Ninguém agora pensa chegar até os Cintas Largas.

Após o último massacre, os Cintas Largas vêm empreendendo uma desesperada fuga pela selva, sempre evitando qualquer aproximação com o homem branco em quem não confiam mais. Já foram vistos em vários pontos numa extensão de mil quilômetros.

Os Beíços de Pau estão acuada numa região formada por três rios, no município de Diamantina. Temem mudar de lugar, mas fazem normalmente sua maloca às margens dos rios Miguel de Castro, Tomé de França e Arinos. Estão cercados da seguinte maneira: ao Norte pela Empresa Colonizadora Gaucha, que explora os seringais; ao Sul, pela frente de expansão da civilização, que se irradia de Cuiabá; a Leste, pelos colonizadores das fazendas paulistas; e a Oeste, pelo rio do Sangue. Eles não têm saída porque estão também diante dos índios Canoeiros. Nessa situação resistem, mas cedo ou tarde serão exterminados. O SPI, através da 6.ª Inspectoria, que abrange o Norte do Mato Grosso até a divisa do Para com o Amazonas, não sabe o que fazer com os Cintas Largas nem com os Beíços de Pau.

Os Índios Queriam Apenas Brincar

Ha um ano, exatamente, 70 Vilhena fica na divisa de Mato Grosso com Rondônia, à margem da BR-29. Membros do destacamento da FAB chegaram em seguida, armados até os dentes, para matar os índios. Houve, porém, confraternização e troca de presentes. Marciano Zozomora disse que os índios fizeram questão de pernoitar na casa. Ao sair para disparar, quando o chefe dos Cintas Largas fez um gesto amistoso. Os índios tinham fome e suas cintas apertadas na barriga. Traziam colares que pareciam feitos com as arruelas da fuselagem de um avião. Uma mensagem foi enviada pelo telegrato pedindo socorro.

Marciano Zozomora contou que os índios se alimentaram de mandioca colhida no quintal e dançaram até a noite, como se estivessem se preparando para uma carnificina.

A Procura Dos Índios

Os índios Cintas Largas, que invadiram o acampamento de Vilhena, levaram um pato e um caribó. Os funcionários do SPI, Hélio Bucier e Ramis Bucair, chegaram no dia 10 de maio de 1958.

no dia seguinte. Quem gravar às vezes dos índios não classifica — porém, não foi possível, porque eles deixaram o acampamento ao amanhecer e desfilaram seus rastros, sempre cambalhando em zigue-zague no meio da floresta e dando muitas voltas.

Numa distância aproximada de 6 quilômetros do acampamento, os funcionários do SPI encontraram os restos do pato, as penas e os ossos sobre o chão. Caminharam ainda muito para localiza-los, mas depois voltaram para Vilhena. Nas imediações de uma fazenda de seringueiro, a uns 12 a 15 quilômetros, deixaram presentes com o propósito de atraí-los. As panelas, facões, machados e espelhos não foram tocados até hoje. Isso prova que os Cintas Largas não habitam a região de Vilhena, e sim do rio Aripuaná. Um outro massacre registrado há pouco tempo deve tê-los afastado em definitivo. Admite-se ainda que os Cintas Largas tenham feito esse longo percurso, acossados por alguma epidemia ou atemorizados por uma chacina, que é a hipótese mais viável para o SPI. Nesta aparição em Vilhena, vieram com mulheres e crianças.

Uma Guerra na Selva

Os Cintas Largas são belos e participou da chacina empreendida por Antônio Junqueira. Os xavantes, com a mesma dignidade no porte, mas não são tão altos. A pele — se-Atonso França acha que os Cintas Largas desapareceram cedo não voltarão a ser vistos. Seu posto fica muito perto de Vilhena, o que significa aproximadamente 1000 quilômetros de Cuiabá. Há compridos e algumas de suas tintas são feitas com a casca de um tribo dos Canoeiros, à margem do Rio Juruena. Não sabe maiores detalhes sobre essa batalha.

Outro Massacre na Selva

A matança de índios é comum e não constitui novidade — disse Ramis Bucair. O SPI está de mãos e pés atados, incapaz de evitar os massacres. Os seringalistas ficarão pobres no dia em que todos os índios forem pacificados e integrados na civilização. As vezes — isso também não é novidade —, um capitaz manda matar alguns seringueiros e põe a culpa nos índios. Onde o punhal se cravou, ficam uma flecha e tudo fica por isso mesmo. Quando os índios atacam faz-se tremendo estardalhaço, mas todo mundo fica calado quando as expedições assassinas percorrem a selva com o objetivo exclusivo de matar. A ordem é expulsar os índios de suas terras de qualquer maneira. Um exemplo: há dois anos, mais ou menos, dois índios foram mortos. Seus corpos foram mutilados com armas brancas e, até hoje, não se sabe dizer se eram Cintas Largas ou Araras, pertencentes também a uma tribo não pacificada. Aconteceu assim: eles vieram dar perto da BR-29, entre Vilhena e a localidade de Riozinho. Viram os seringueiros e depuseram as armas, depositando os arcos e flechas no chão como se fizessem uma saudação. Mesmo assim foram mortos a tiros. Pouco tempo depois, os índios revidaram. Invadiram o rancho de um seringueiro, fazendo várias vítimas. Levaram o cavalo, que encontrei mais tarde preso a uma árvore, ainda vivo, com o pescoço amarrado para cima. Acho que isso queria dizer vingança. Não estou bem certo.

Como se Mata um Índio

O lançamento de "bananas", cífixo, a fim de pacificá-los, de dinamite é a modalidade. Essa é a melhor história que mais nova de extermínio. Foi-se conta numa birrosca na inventada pelos seringalistas, barranca do rio, onde as mãos a fim de evitar o custeio deidos seringueiros tremem de demoradas expedições pela maleita e cachaca. Para a selva. Depois, vai-se por ter-calcizar Ataíde Pereira dos ra, batendo o caminho, mas Santos, foi possível ao reporem os riscos de uma luta ter recolher o seguinte relato com os índios. Quem revelou de um seringueiro: que os Cintas Largas estão — a gente mata porque fica sendo mortos com dinamite às vezes mais de 6 meses na foi um descendente de índio selva. O Tenente Luis, que paraquaido que agora trabalha trabalha para o Junqueira, na praça, em Cuiabá. O re- chega a bater num seringuei- pôrter de O GLOBO tem seu, com chicote de arame. O nome, mas não pode ainda, senhor não sabe o que é sel- revelá-lo para evitar repre- va. A mata modifica uma per- sua e a gente também viva

Quem quiser saber como se bicho e não se importa de mata um índio basta conversar com um índio. Aliás, a mesar com os seringueiros, que, lhor coisa que se pode fazer ganham 200 cruzeiros por quê- se acabar de uma vez com o lo de borracha. As vezes não, índios. E gente preguiçosa que recebem nem isso pela tor- não presta para nada e man- nada de um dia. Um deles, dá uma ficena quando menos à margem do Rio Coxipó, ri-se espera. Os mais traícoei- dularizem a figura de um, os são os Cintas Largas, mas jesena que investiu contra as terras deles são boas e têm Cintas Largas com o seu cru- muita araputanga (mogno).

Quem é Junqueira

O seringalista Antônio Mascarenhas Junqueira é pessoa estimada em Mato Grosso. Ele não se embrenha na selva para matar índios. Quem faz esse serviço é Chico Luis, mas quem mandava matar era Amorim de Brito. Em seu lugar está agora o Tenente Luis, expulso do Exército e cujo sobrenome ninguém sabe.

Junqueira fica na cidade e agora vai pouco ao seringal. A viagem de avião até Juruena é difícil e muito arris- cada. O seringalista fica na cidade, mantendo os contatos. Seu sócio chama-se Seba não Palma Arruda, irmão do ex- prido de Cuiabá. Este já foi presidente do Banco da Ama- zônia, que até hoje concede financiamentos aos seringa- listas para explorarem terras que sabe pertencer aos índios, desde 1896. A firma chama-se Arruda e Junqueira e tem muito bom comércio comercial. Matar índios é um negócio rendoso em Mato Grosso.

DELOES COMPROVA
↓ DE TUBOS EM MOTO AVIOLO

MASSACRE DE ÍNDIOS EM MATO GROSSO

O Globo, 15/02/66
pagina 1

Avião Comanda a Chacina Feita a Bala e Dinamite

Além dos frequentes massacres, os índios Cintas Largas estão sendo exterminados por envenenamento e bombas de dinamite, lançadas de um avião Cessna azul, cujo piloto se chama Donato e trabalha para o seringalista Antônio Mascarenhas Junqueira. Este é um novo capítulo no processo de extermínio que vem sendo executado na selva do Brasil Central, ainda inspirado pela cobiça das terras férteis, por causa das quais os Cintas Largas estão desaparecendo literalmente: os que não morreram já não querem saber de nenhum contato com o branco, que passaram a odiar, por temor. *** Na 3.ª página, a segunda reportagem da série Massacre no Paraíso Onze



— Não me lembro quantos índios foram mortos, mas pelo menos mais de 15 levaram balaço e chumbo. Morios no chão mesmo devia haver uns 8 — contou o pistoleiro Alaide Pereira dos Santos, diante do quadro de Eondon. Na parede ainda estava escrito: "Matar, nunca; morrer se preciso for."

Expedição do Chico Luís contra os índios
Cinta Larga - 1963

A expedição saiu das Cachoeiras das
Águas Brancas.

Caminharam 16 dias sem encontrar
a aldeia dos índios.

Encontraram diversas (várias) aldeias
dos Cinta L. Mas sem encontrar os
índios. Aos 16 dias chegaram no Ari-
puaná. Lá caminharam + 3 dias e
encontraram os índios.

Nesta caminhada levaram pouco
fornecimento. Pq. eram abastecidos por a-
rriás pelo Junqueira. Mas diz o Otaió
q. n. era necessário este fornecimento pq. en-
contraram bastante nas aldeias dos
índios (abandonados)

Com 19 dias de caminhada + en-
contraram a aldeia C. L. à beira
do rio. Havia uma haxa de. E aí
a expedição se acampou. Havia uns
20 índios visíveis na maloca. Todos
ocupados. O capitão estava à beira do rio
sobre uma pedra. Reconheceram-no lg. pelos
enfeites.

O Chico ordenou ao Otaió de derrubar o capitão por primeiro, e logo ele preparava a pipipi pa metralhar o capitão. O Otaió e, numa 22 derrubou o capitão. ~~5~~ E o Chico acionou a a metralhadora e logo os outros (4?) tb. atiravam as suas armas.

5 saíram mortos. Sem contar os q. ficaram correram feridos.

A expedição ainda continuou a sua caça aos índios durante uns qbr. dias.

Nesta ~~ca~~ m. caminhada ~~A~~ encontraram mais uma aldeia dos índios. Mas estes perceberam a aproximação dos assassinos e fugiram. Ainda encontraram os restos holaycandó. Surpreenderam ~~um~~ ^{uma} mulher e filhinha no trilho de índio.

Agorraram-nos.

O Otaió Chico quis logo matá-los. O Otaió disse q. não coubimq. "Vamos ~~os~~ levá-los ao padre!"

Mas o Chico n. quis e disse:

"Quem manda aqui sou eu!"
"E ordene-nos" - disse ele.

"Suspendam a mulher!"

"Tivemos q. amarrá-la, e suspen-
demo-la pucando-a de um lado e do
outro de ~~de~~ (na perna viva).

O Chico arrancou do facto e tocou
a pelo meio.

Depois arrancou do ~~do~~ revolver e
atirou na giria, matando-a.

Mandou no jogar a mulher e a
filha no rio e depois ordenou a
queima da aldeia apesar de os cam-
panheiros n. quererem isto.

Havia muito milho ~~em~~ capricho
sa armazenado.

Na roca ~~de~~ havia mlt. cara, man-
dioca e algodão.

As rocas, dts, indios são bem tra-
balhados, feita a facas. Limpas e

Continuaram a expoliar, encontra-
dem ainda alguns indios. 3 ainda
matoran e um feriram.

A Jusqueira os continuava abas-
tecendo de aviões, munições e alimentos.

Ele pensou estava no arado.

A expedição levou 2 meses e
8 dias no mato.

Correu entre o rio Vermelho e F.

Fig. 110 Schwab.

out. / 1963

ENTREVISTA FEITA PELO P. OLIVEIRA AO SENHOR ATAÍDE
COM RESPEITO À EXPEDIÇÃO FEITA AOS CINTA-LARGA.

1. Em que dia mais ou menos teriam saído lá debaixo para esta expe. ?
R. Nos saímos lá do Juína antes do mês de Agosto.
2. E foi muita gente nessa expedição?
R. Fomos em seis.
3. Quer dizer que iam expressamente para atacar os índios?
R. Quer dizer que eles dizem assim que foi um pouco para a exploração da poiaim mas isso foi, né, tapeação, né.
4. E levavam bom armamento para isso?
R. Bastante: piripipi, mosquetão, trinta e oito, carabina e bastante bala.
5. Agora, quem é que fazia parte dessa expedição, quem era o chefe da expedição?
R. O Chico Luis.
6. E viajaram um trexo pelo rio, de barco, ou foram sempre a pé pelo mato?
R. Não. Saimos de água brava e andamos tôda vida no mato, andamos 16 dias.
7. 16 dias no mato!... E o abastecimento era levado nas costas?
R. Levava um pouquinho, né, porque depois que nós chegamos na maloca velha, antiga deles, que eles tinham mudado, né, e foi aonde eles mudaram para o Aripuanã, nós chegamos lá, foi o avião do Junqueira foi jogar abastecimento para nós.
8. E este abastecimento foi perdido, não foi, ou chegaram a pegar?
R. Não, pegamos tudo. O outro abastecimento que pegaram aqui no rio Preto, que foi o tenente, né, esse foi perdido.
9. Quer dizer que daquela expedição do Aripuanã não foi perdido nada?
R. Nada.
10. E agora, encontram algum vestígio logo de começo, levou dias...?
R. Logo que nos chegamos, não, nós fomos pela picada deles porque eles já tinham ido na frente uma vez (parece que foi o ano passado eles foram, né) então já tinha prática, o Chico Luis já tem prática, né, e nós fomos pela picada deles até lá, até lá na maloca deles.
11. E encontraram muitas malocas velhas abandonadas?
R. Encontramos.
12. Muitas mesmo?
R. Muitas. Muitas malocas pequenas, né,...
13. Agora, não se isso é verdade, que eles teriam queimado tôdas essas malocas pequenas.
R. Queimou tudo.
14. Não deixou nada?
R. Nada, nada... Depois que nós chegamos, ficamos na maloca velha uns oito dias, né, aí foi que jogou o avião e jogou o abastecimento para nós aí nós seguimos a viagem para o Aripuanã, andamos mais dois dias e meio... e lá nos chegando na maloca velha achamos o tudo feitinho, né, eles estavam acampados ali por perto, né, de forma que eles correram de nós, aí nós fomos para o Aripuanã, chegamos lá e achamos eles.
15. Acharam eles no Aripuanã?
R. Achamos, pelo outro lado do rio, né, aliás o rio é da largura desse.
16. Da largura do Papagaio aqui, então?
R. Justamente. Quer dizer, que nós chegamos eles estavam fazendo outra maloca, maloca nova, né, duas malocas novas, e tinha uma roça muito

bem feita, muito grande, e estavam plantando, quer dizer que eles traziam... levavam as ramas aí dessa maloca velha onde nós estávamos levavam para lá, onde tinha cará, mandioca, algodão...

17. Quer dizer que as plantações deles, em geral, é cara, mandioca, algodão, eles têm ainda milho também..?

R. Também.

18. O mesmo dêsse dos Canoeiros, milho fôfô ?...

R. É o mesmo.

19. E agora, eles perceberam logo que vocês chegaram?

R. Não, não perceberam porque eles estavam do outro lado e nós para o lado de cá tinha uma baixada, né, então nós.. tinha um estirão comprido que nós encheramos a maloca.. pelo estirão do rio.. e eles estavam fazendo a casa... aí nós chegamos, bem em frente, avistando tudo ali da berada do rio, uns estavam por cima da casa, estavam fazendo casa, né.. e umas mulheres ali, tinha mais ou menos umas 15, né, aí o Chico Luis foi e disse: - "Olha, nós vamos atirar primeiro o capitão, você derruba primeiro o capitão." Eu disse: "Esta muito bem". Armei a piripipi, aí foi, dei o primeiro tiro derrubei o capitão, ele deu uma rajada... caiu 5... e tinha ..onde tinha uma índia que correu assim para o mato, né, correu e nós atravessamos o rio.. tinha cipó, que eles botaram cipó de lado a lado, grosso, bem amarrado.... e nós atravessamos... eles correram. Só que nós matamos ali foram cinco fora o que saiu baleado, entre piripipi, trinta e oito, carabina.. nós atravessamos e eles correram na mata, passaram na roça entraram por dentro da roça, e na nossa volta a índia saiu do mato, saiu do mato

bonita ainda, uma garotinha, -ela foi e se humilho, né... Eu fui e disse ao Chico: "Não convém nós mata essa índia, vamos levar lá para os padres". Ele virou e disse: "Ah! os padres se quiserem índios eles que venham fazer igual a nós"...

Eu falei: "Mas não convém nós matar essa pobre mulher e essa criança"

-: "Não, tem que matar mesmo, e quem mata sou eu."

-: "Esta bem! O senhor é quem manda " Eu aquilo não achei bom, né, aí ele mandou apanhar a corda atravessamos a índia, mandou apanhar a corda abriu a perna da índia por um lado e parou outra para o outro de cabeça para baixo tirou do facão e rachou a índia pelo meio. Fez a maior barbaridade e aquilo me doeu o coração, foi arrancou do revólver e atirou na garota . Aquilo não estava certo, até os companheiros nos sos achou que não estava de acordo né, mas o que nós ia fazer né, naquele mundo né . Andamos bem dizer dois meses e oito dias só viajando. Aí então o Guri ele pegou e jogou dentro d'água dentro do Ari-puanã, e a mulher também ele jogou prá lá.

-: "Vamos queimar a maloca. Eu falei mas não convém queimar a maloca. larga disso. -: " Não precisa queimar ~~mas~~ botou fogo. Certo, botaram fogo, nós botamos fogo na maloca e atravessamos para o outro lado, então eles eram capazes de voltar outra vez, mas não voltaram

20. Não vieram mais?

R. Não vieram mais. Foram com destino a rio madeira para baixo .

21. Descendo o Rio Madeira?

R. É descendo o Rio Madeira.

22. Quer dizer que o Rio Ari-puanã fica perto do Rio Madeira? Entra no

R. Rio Madeira

R. Entra no Rio Madeira, quer dizer a barra d'ele é o Rio Madeira.

23. Quer dizer que os senhores tiveram que atravessar o Rio ~~MXXM~~ Juruena.

R. Atravessamos o Juruena. E agora eles estão na expedição novamente

O Chico Luis o Tenente, o Bahia e o companheiro nosso que esteve na la vez. E eu não quis ir mais. Falei eu não vou mais porque não gosta destas coisas.

24- Quer dizer que mais ou menos nisto consistiu ~~nisto~~ esta expedição. neste ataque direto a eles, e depois daí para a frente não encontraram mais nada.

R. - Nada.

25- Nem Vestígio?

R.- Nada, nada. Não encontramos mais nada. E agora é que dizem que eles no (rio) Sete. Que flexou este rapaz - e esse índio matou 3 e ~~matou~~ baleou mais algum, então eles desceram para atacar eles dizem que Eles tem uma maloca aí para baixo. Entre o Rio Vermelho e o Sete.

25- O Rio Sete, onde tem esta turma de seringueiros que está trabalhando agora.

R. É. Justo.

26- E ali que o Chico Luis está correndo aquele córrego?

R. É ele está correndo aquele trecho ali. Estão pedindo munição que a munição que tinham era pouco. E quando o avião chegou lá ~~legou~~ legou bastante munição. Mas foi a maior parte perdida. Esbagaçou quase tudo

27- E o Sr Junqueira mesmo estava no Avião?

Estava no avião ele mesmo?

28- Agora a parte da expedição, o que o sr achou a respeito da maloca observando a maloca dos índios, o sistema de vida deles. O sr acha diferente dos outros. Tem alguma coisa a notar.

R. Não tem diferença.

29- Não se nota se eles são mais trabalhadores?

R. "Eles são trabalhadores, porque a roçada deles é de facão, e é bem roçado e é bem derrubado e bem plantado. E a roça é muito grande. São bem trabalhadores.

30- Quer dizer que eram muitos os que estavam lá naquela ocasião.?

R. Resposta- Tinham mais ou menos uns 20. Só se tinha mais de certo estava no mato.

31. Agora o capitão, como é que vocês notaram, pela maneira de se vestir diferente ou...?

R. É porque ele se veste diferente dos outros.

32. Estava enfeitado?

R. Estava enfeitado bem em cima de uma pedra perto do Rio. E tinha mais umas índias por ali, né, bugre né. Estava bem de pé assim de frente o capitão, o Chico como já conhece, falou - " Aquêle é o capitão " pode derrubar ele.

33- Mas eu achei estranho que eles não tenham percebido só porque em geral.....

R. Eles não esperavam

34- Essa eles não esperam porque senão a coisa ia ficar feia

R. Ia, ia ficar feia.

Índios massacrados 1964 com armas de guerra

BRASÍLIA, 3 (C. P.) — Frisando que os autores do massacre dos índios Cintas Largas usaram pistola de calibre 45, metralhadoras e granadas de mão, o sr. Noel Nutels, diretor do Serviço de Proteção aos Índios, encaminhou ofício ao sr. Cândido de Oliveira Neto, Procurador-Geral da República, pedindo providências.

O diretor do SPI acentua que ainda não foi tomada nenhuma medida de repressão e que os bandoleiros contam com a proteção de poderosos interesses regionais. E frisa que o Serviço está informado de que no Maranhão se planeja um massacre idêntico em relação aos Canelas.

ACUSAÇÕES E AMEAÇAS

Enquanto isso, fazendeiros e lavradores de Barra do Corda (Maranhão) encaminharam aos deputados federais de seu Estado e ao sr. Noel Nutels um requerimento, solicitando a transferência dos Canelas para outro ponto do município. Argumentaram que os índios são ladrões de gado, constituem uma ameaça a todos e que, por este motivo, terão de se defender.

A solução apontada pelos fazendeiros, que, segundo o sr. Cícero Cavalcanti, inspetor da 3.ª IR, planejam exterminar a aldeia dos índios para um local que

dizem de terras muito boas para pastagens e que pertencem a silvícolas.

APELO AO GOVERNO FEDERAL

Após acusarem os índios de vários delitos, os fazendeiros, referindo-se ao massacre dos Canelas do aldeamento do Ponto, dizem que houve um comércio de hostilidades explorado pelo que classificam de imprensa. Nessa chacina, morreram dezenas de índios e nela os bandoleiros também usaram armas de guerra.

A diretoria do SPI vai comunicar oficialmente ao Governador do Maranhão, sr. Newton Belo, as observações de seu funcionário. Caso o Governo não se sinta em condições de garantir os índios (até agora, os culpados do massacre anterior, apesar de conhecidos, não foram punidos), será pedido o auxílio de tropas federais, pois os índios são "tutelados" pelo Governo Federal.

OITOCENTOS MIL PELO MASSACRE

De acordo com o depoimento gravado de um dos bandoleiros participantes da chacina, Atalá Pereira dos Santos, o massacre dos Cintas Largas, foi organizado pelo seringalista Antonio Junqueira. Os assaltantes, que eram cinco, foram dirigidos por "Chico Luis", e, ao todo, receberam 800 mil cruzeiros.

A alegação para o massacre foi de que havia necessidade de extrair borracha e poia (planta usada para fins medicinais). Eles invadiram as terras dos índios e mudaram-nos às margens do rio Aripuanã, onde os silvícolas estavam construindo nova aldeia, segundo o depoimento.

Os índios Cintas Largas, há pouco tempo, tiveram outra aldeia destruída por seringalistas não identificados. Arrédis e evitando qualquer contato com os brancos, resolveram construir sua nova aldeia "a três dias de viagem", mas foram descobertos pelos bandoleiros. Da sede do município ao local do massacre, os bandoleiros levaram, como atesta o depoimento de Atalá, cinquenta dias, e foram sendo abastecidos por um "Cessna" pilotado por um Donato conhecido como "Gringo".

INCALCULÁVEIS OS MORTOS

Em seu depoimento, prestado perante o sr. Batista Ferreira, inspetor do SPI, e outras autoridades, Atalá frisou que não podia calcular o número dos mortos. Citou o caso de uma índia e seu filho, encontradas na estrada. A índia teve amarrados os pés e foi cortada ao meio, enquanto o filho foi assassinado com uma bala na testa.

O inspetor Batista Ferreira encaminhou um pedido de auxílio ao 16.º Batalhão de Caçadores, mas o comandante informou que só poderia atuar com ordens superiores. O próprio SPI ainda não sabe quantos morreram. O massacre ocorreu em novembro e, agora, será difícil estabelecer contato com os Cintas Largas, que, quando atacados, estavam às margens do rio Aripuanã, no norte de Mato Grosso, perto de Rondônia e do Amazonas.

ANEXO 10

109

Cópia do original aut.

*necesso. e. incias. massacre aos
índios Cinta Larga"*



ANEXO 11

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Of. nº 154/63

Em 7/Dezembro/963

Do Chefe da 6a. Inspetoria do S.P.I.

Ao Exmº sr. Comandante do 16º E.C.

Assunto pede providências de crime contra o índio.

Senhor Comandante

Na qualidade de chefe da 6a. I.R. do S.P.I., com a responsabilidade do cargo que ocupo e amparados nas Leis, que nos facultam a tomar medidas de crimes praticados contra os índios.

Solicito de V.Excia, as providências que se fizerem necessárias, para o que vos relato.

A cerca de dois meses (só agora tivemos conhecimento), foi levado a efeito uma expedição contra os índios Cinta Larga, onde foram mortos alguns índios, por elementos recrutados pelo Seringalista Antonio Junqueira, fornecendo alimentos, armas e munições inclusive armas consideradas de uso exclusivo das forças armadas.

Entre os armamentos usados, tinha pistola calibre 45, metralhadoras, etc...

Senhor Comandante, certo de vossas providências que virão trazer justiça, para que se acabe com os crimes negandos, que se praticam impunemente por individuos inescrupulosos, que praticam atos de verdadeiro barbarismo.

Anexo, para melhor juizo de V.Excia, um relato das ocorrências, e declaração de um elemento que tomou parte ativa na expedição, em cumprimento de ordens do citado seringalista, que usou de todos os recursos para exterminar inocentes.

Certo de vosso apoio, para levar adiante um trabalho que venha culminar com justiça.

[Assinatura]
José Baptista Ferreira Filho

MINISTERIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Senhor Comandante do 16º E.C.

Em aditamento ao officio de nº 154/63, um relato da ocorrência mencionada no referido officio., que é o seguinte:

Primeiro- o informante é o sr. ATAYDE PEREIRA DOS SANTOS, que reside na pensão do sr. Oscarino, no Ecco Quante (Porto), que espontaneamente declarou o seguinte:

A expedição foi organizada em grande escala, estando em vias de se realizar outra.

Segundo- como cabeça da expedição tinha o elemento de nome Chico Luiz e mais os de nomes Manoel, Rodrigues, Ramiro.

Terceiro- A expedição liquidou muitos indios, tendo o declarante se incumbido de matar o chefe dos indios, o que foi feito, tendo os demais companheiros de chassina usando pistolas calibres 45 e metralhadoras, mortos os demais, que após a matança, pegaram uma india e um menino indio, que com a mulher amarraram-lhe as pernas e a cortar no meio a facão, sendo menino morto com um tiro na cabeça.

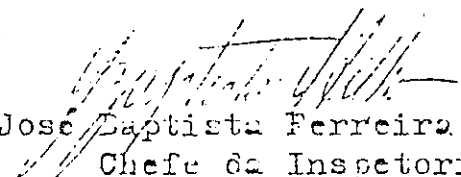
Quarto- que os mantimentos, e alguns pertences foram enviados de avião tipo Cessna 190, estando presente nos vôos o Seringalista Antonio Junqueira.

Por conseguinte senhor comandante, além do assassinato em forma planejada e executada com esforço e grande movimento de dinheiro, com a finalidade exclusiva de exterminar a tribo dos indios Cinta Larga, é preciso levar em consideração as duas agravantes:

- 1a. a forma desumana do assassinato de vitimas indefesas.
- 2a. o uso de armas desproporcionais e isto por dois motivos;

primeiro- por serem armas oficiais empregadas em mercionio pessoal e não em defesa da pátria e Segundo, por ser usadas em plano de desumana desigualdade para os indios fato que é considerado como agravante por ser o indio considerado menor oficialmente.

7/12/63


José Baptista Ferreira Filho
Chefe da Inspeção

Telegrama do Dr. Noel Nutts (Diretor do S.P.I.) solicitando informações sobre incursões, denuncia da Missão do Utiariti- TL. 1184 de 20-11-63-

IMPORTANTE, no expediente enviado ao 16º BC, foi anexado a declaração do Atayde, devidamente testemunhada.

No Expediente enviado a Diretoria do S.P.I, constou ainda de uma fita gravada, onde o Atayde relatava os fatos tais como se passaram e formou processo que foi enviada a Interpool 7º andar do M.A. em Brasília, tendo eu sido ouvido, e feito declarações- posteriormente soube que o processo foi enviado ao Ministério da Justiça, não tendo had prosseguimento, desconhecendo as razões da paralização das providencias que foram prometidas.- Ajentando-se para o fato de na fita, o participante da expedição, ter declarado, que outra expedição estava es vias de se fazer, o que segundo noticias tal fato se deu.

Com a atual diretoria, por se tratar de um oficial da Aeronautica, fiz ver que entre os assassinos, tinha um elemento conhecido por tenente, que segundo ele mesmo, é responsável pela morte de um oficial da Fab- que este elemento segundo informes do Atayde, fazia parte do 2º grupo de expedição, pois o 1º grupo, era constituído dos seguintes

- | | |
|------------|----------------------|
| Chico Luiz | 2º grupo |
| Atayde | Tenente |
| Rodrigues | Bahia |
| Manoel | Paulistinha e outros |
| Ramiro | |

E' de extranhar que todos estes fatos, não mais tiveram importancia ficando para segundo plano, muito embora tenha sido por demais divulgados, as consequencias até agora só duas pessoas as sofreram o Atay de, como assassino confesso, foi perseguido pelo seringalista, com ordem para ser morto, escapou milagrosamente - e EU, que fui ameaçado por telefone, e pessoalmente foi me matar o individuo Chico Luiz e Paulistão (outro elemento), fatos que dou como testemunha o sr. Padre Henrique, da Colonia do Utiariti, que veio me alertar do que se estava tramando, quanto a isto não deu nem dou a menor importancia, plis a anos que venho enfrentando expedições (Rondonia), e enfrentando outros perseguidores de indios, conforme documentos e mesmo ser o meu feitio não temer aos que prometem- Importa-me Sim!, que de uma das peças do processo que se fez, uma delas tenha sido usada para publicação no Jornal "Correio da Manhã", apenas, por vaidade de escreverem sobre indios, lamentavel fato, pois trat-se de elementos de dentro do S.P.I., que antes deveria usar tal peça para corrigir abusos e não por diletantismo tenha a satisfação de ver o seu puerilismo num órgão de divulgação.

febre 45
Cinta - Baixa

M/...
F. 044
Pl. 512

ANEXO 12

Of. nº 171

26 de março de 1964

Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
Luaré Sr. Sr. Abelardo Jurema - DO. Ministro de Justiça
: Informações (prest.)

Excelentíssimo Senhor Ministro:

Na ausência do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios e atendendo à determinação feita verbalmente por V. Exa. ao Assessor desta Diretoria, tenho a honra de transmittir as informações anexas, referentes ao recente massacre dos índios "Cintas Largas", habitantes do rio Aripuanã, norte de Mato Grosso, por indivíduos contratados pelo Seringalista Antonio Junqueira. Os documentos anexos fazem referência a violências semelhantes cometidas contra os índios Cintas de Barra do Corda, Maranhão, e os Patacas-Novas, do Território Federal de Rondônia.

Com o propósito de esclarecer que, ao lado das providências assinaladas no processo SPI nº 4661/63, o Serviço de Proteção aos Índios determinou a vinda à Brasília do Sr. José Baptista Ferraz Filho, chefe da Inspetoria Regional de Cuiabá que, no dia 13 do corrente, prestou declarações perante o Superintendente da Polícia Federal sobre o massacre praticado contra os índios "Cintas Largas". Ao mesmo tempo foi fornecida aquela autoridade uma fita de gravação contendo uma narrativa circunstanciada do ataque a esses índios feita a um sacerdote da missão jesuítica de Utiariti, Mato Grosso, por um dos participantes, Aryde Pereira dos Santos.

Em contato anterior mantido pelo Diretor deste Serviço com o Superintendente da Polícia Federal foi feita a solicitação de prisão e remissão para Brasília dos autores intelectuais e materiais do massacre cometido contra os índios "Cintas Largas". Na ocasião o Superintendente, Sr. Gilberto Alves Siqueira, informou à direção do Serviço de Proteção aos Índios que a Polícia Federal dispõe dos meios necessários às diligências e apreensão dos responsáveis e testemunhas envolvidas no atentado, dependendo do tanto da autorização expressa de V. Exa. a concretização de tais providências.

13

As solicitações por revisão de processos em andamento e de liberdade de imprensa, com o intuito de se obter informações, não são admitidas, conforme o disposto no art. 5º do Lei nº 7.167, de 14 de maio de 1973 e no art. 1º do Decreto-Lei nº 11.224, de 18 de dezembro de 1966.

Salvo erro e omissão, o presente despacho não constitui ato de intervenção no âmbito de atuação do Ministério da Justiça e não gera responsabilidade para o Ministério da Justiça ou para qualquer órgão de seu âmbito de atuação.

MONTIVALLI Luciana
Diretor Subst

Anexos:

- 1 - cópia do processo SPJ nº 4778/63
- 2 - cópia do processo SPJ nº 4861/63
- 3 - cópia do ofício SEEN/TO nº 622/846

Justiça de Cuiabá entrava punição à chacina de índios

Crime

O processo na 3.^a Vara de Justiça de Cuiabá, prova que, em setembro de 1963, às margens do rio Aripuanã, em Mato Grosso, nove índios da tribo Cintas-Largas foram barbaramente assassinados pelos membros de expedição organizada por Francisco Amorim de Brito, encarregado geral da firma seringalista Arruda & Junqueira e Cia. Ltda, situada na localidade de Juina-Mirim, às margens do rio Juruaena.

Ficou provado que o chefe da expedição, depois de ter assassinado uma criança de colo com um tiro na cabeça, arrastou a mãe para perto de uma árvore e amarrou-a fortemente de cabeça para baixo entre duas árvores, aplicando-lhe em seguida, com um facão de mato, violento golpe que a dividiu até o peito. Os réus confessaram o crime.

Missão cumprida à risca

Composta por Ataíde Pereira dos Santos, Manuel Virgílio de Almeida, Ramiro Costa e Silvestre de tal, a expedição foi chefiada por Francisco Luis da Costa, vulgo Chico Luis. Sua missão era colher poaia (ou ipca, raiz muito utilizada na homeopatia).

Após um dia de caminhada pelo mato, os companheiros fizeram ver a Chico Luis que era perder tempo seguir à frente, argumentando que o terreno era seco e, portanto, nêle, não se encontraria poaia. Chico Luis respondeu, porém, que a tarefa não era colher poaia, e sim "caçar índios." A informação causou protestos dos companheiros.

— Quem aguentar, vai. Quem não aguentar, passa pra lá — respondeu Chico Luis, dando a entender que estava disposto a continuar as determinações recebidas de Francisco Amorim de Brito, mesmo que fosse necessário usar a força.

A expedição prosseguiu, caminhando na direção da localidade de Serra More-

ARIPUANÃ — O assassinato há cinco Cintas-Largas, inclusive (crasgada ao meio até quase o pescoço), um dos índios — pode acabar sem qualquer punição, porque procurando incitar os culpados, por todos os meios, leção do Estado. No momento em que o Governo se dedica à investigação da matança de índios, com a conclusão dos estudos de Proteção aos Índios — o Ministro do Interior chegou a dizer que lhe cabia; a Justiça comum deve agora punir todo um processo em poder da 3.^a Vara de Justiça de Cuiabá, que envolve importantes

na, depois de ter atravessado o rio Juruaena. Após alguns dias de caminhada, os mantimentos acabaram. Passaram a alimentar-se de caça e palmitos até que encontraram um roçado pertencente aos índios, onde existia batata, alvim e cará. Ali fizeram acampamento, amando barracas de matéria plástica. Ao fim de sete dias, um avião requisiou a expedição de munição, roupas, remédios e mantimentos. Lançado do avião, um bilhete assinado por Francisco de Brito que continuassem em frente, pois adiante existia um rio e, provavelmente, também os índios.

Após várias horas de viagem, chegaram ao rio, onde acamparam. No dia seguinte, reiniciaram suas atividades, quando em dado momento avistaram fumaça. Passaram a andar com cautela, até que viram uma maloca, perto da qual alguns índios trabalhavam na construção de mais duas. Tomaram posição de ataque atrás das árvores. Os índios não perceberam. Muitos tiveram tempo de fugir para o mato, sete caíram mortos. Ficou apenas uma índia, com seu filho no colo. Ataíde propôs a Chico que levassem a mulher e a criança para a Missão Jesuíta do Tiariti. Chico Luis não lhe deu ouvidos. Sacou de um revólver calibre 45, deu um tiro na cabeça da criança e espartejou a mãe.

Crime descoberto

A chacina teria sido ignorada como "segredo da selva" se dois anos mais tarde, revoltados com os maus tratos de Chico Luis e Francisco de Brito, Ataíde não tivesse fugido do seringal e contado a história ao Padre Edgard Smith, que a gravou. Presos os integrantes da expedição confirmaram a história.

Nos depoimentos colhidos pelo presidente da comissão de Inquérito, Inspetor da Polícia Federal Job Maia Salgado, muita coisa ficou para ser apurada, inclusive as denúncias do padre Francisco Valdemar Weber:

"Não é de hoje que a Junqueira vem praticando os indios, pois já organizou punições contra os mato da firma Arruda & Junqueira um argumento que se limita para outros empreendedores sejam a exploração de mineração de fazendas, com o dinheiro do Banco de Crédito da Amazônia. As expedições têm por objetivo a exploração das regiões ricas em látex, ouro, diamante, brechós."

Conclusões finais

Muitas dificuldades e a missão de Inquérito.

O padre Edgard Smith, após a expedição, apesar de ter sido procurado em Mato Grosso e São Paulo, não foi encontrado. Ocorreu com o piloto Teófilo Xatô, condutor e orientado por Silvestre de tal, um dos desaparecidos até hoje. Zé, cujo depoimento seria um processo, morreu afogado "quando pescava." Francisco Amorim de Brito, chefe da expedição, numa revista de seringueira

Mesmo assim, o presidente da Comissão de Inquérito, com os dados concluiu seu trabalho e apontou os responsáveis da expedição pelo Artigo 121, Parágrafo 2.^o do Código Penal.

"E Antônio Mascarenhas, Sebastião Palma Arruda e Francisco de Brito, como inculcadas nas penas de 25 do Código Penal."

Journal do Brasil
04.08.68

1.^a Cad., pp. 16

ANEXO

13

13 (1)

... (pescado). Um dos mais bárbaros crimes contra os índios, porque a Justiça de Mato Grosso vem pro-
por todos os meios, apesar dos protestos da popu-
... que o Governo federal dá por encerrada a inves-
... a conclusão dos inquéritos no extinto Serviço de
... do Interior chegou a afirmar que "o Executivo fez tudo
... deve agora punir os culpados" — o JB levanta

... Vara de Justiça de Cuiabá, para mostrar como fun-
... e envolve importantes seringueiros.

"Não é de hoje que a firma Arruda & Junqueira vem praticando crimes contra os índios, pois já organizou várias expedições punitivas contra os mesmos; o seringa-
gal da firma Arruda & Junqueira é ape-
... um argumento que serve de trampolim para outros empreendimentos, como sejam a exploração de minérios e aquisição de fazendas, com o dinheiro adquirido no Banco de Crédito da Amazônia; essas expedições têm por objetivo afastar os índios das regiões ricas em borracha, casti-
terita, ouro, diamante, breu e outros mi-
nerais."

Conclusões finais

Muitas dificuldades encontrou a comissão de inquérito.

O padre Edgard Smith, autor da gravação, apesar de ter sido insistentemente procurado em Mato Grosso, Brasília, Rio e São Paulo, não foi encontrado. O mesmo ocorreu com o piloto Teschios Lombardi Neto, condutor e orientador da expedição. Silvestre de tal, um dos acusados, está desaparecido até hoje. Zuíno Boliviano, cujo depoimento seria uma peça forte no processo, morreu afogado no rio Juruena, "quando pescava." Francisco de Brito, organizador da expedição, foi assassinado numa revolta de seringueiros.

Mesmo assim, o presidente da Comissão de Inquérito, com os dados que colheu, concluiu seu trabalho apontando os componentes da expedição como incurso no Artigo 121, Parágrafo 2º, Inciso IV, do Código Penal.

"E Antônio Mascarenhas Junqueira e Sebastião Palma Arruda — proprietários da firma Arruda & Junqueira e Cia. Ltda. — como incurso nas penas do Artigo 121 e 25 do Código Penal."

... as conclusões foram encaminhadas ao Juízo da Vara de Justiça de Cuiabá, em 29 de junho de 1966.

Como age a Justiça

Em julho de 1966, o promotor público de Cuiabá, Sr. Luís Vidal da Fonseca, levantou o problema da incompetência do Juízo de Cuiabá, em virtude de o crime ter ocorrido no município de Aripuanã "que pertence à comarca de Diamantino (Artigo 70, do Código de Processo Penal)."

Diante disso, o processo foi para a comarca de Diamantino. O juiz de Diamantino, Sr. Carlos Avalone, mandou o processo de volta, porque Aripuanã pertence a Cuiabá. Reconhecida a competência do Juízo de Cuiabá, o promotor Luís Vidal da Fonseca, alegando ter sido advogado da firma Arruda & Junqueira — com fundamento no Art. 214, I, IV e 258 *in fine*, do Código de Processo Penal — deu-se por suspeito para fazer a denúncia.

O outro promotor, Sr. Benedito Pereira do Nascimento, não aceitou a suspeição do colega. O juiz na época, Sr. Domingos Sávio Brandão Lima, concordou com o segundo promotor, e decidiu pela competência do Sr. Luís Vidal da Fonseca, em 24 de setembro.

O promotor reclamou à Corregedoria de Justiça, que cassou o despacho do juiz Domingos Sávio Brandão Lima, alegando, no dia 15 de fevereiro de 1967, que o conflito deveria ser resolvido pelo procurador do Estado.

O procurador, Sr. Benjamin Duarte, decidiu não haver impedimento. O promotor não concordou e não fez a denúncia (abril de 1967). Nesse interim, funcionava na Vara Criminal o Sr. Anselmo do Amaral Falcão, que alegou não poder apresentar a denúncia, já que sua mulher era parente do acusado. Sebastião Palma Arruda (julho de 1967).

De mão em mão

O juiz aceitou o impedimento e mandou o processo para o promotor substituto, Sr. Atilio Ourives, que não aceitou, alegando que o Sr. Luís Vidal da Fonseca não estava impedido de funcionar no processo, conforme decidira o procurador, e pediu a remessa dos autos ao promotor competente.

Os autos voltaram ao primeiro promotor, que já não estava na comarca. O processo foi então ao Sr. Zélio Guimarães, que estava em exercício em setembro de 1967. O Sr. Zélio Guimarães, afirmando que o promotor competente era o Sr. Luís Vidal da Fonseca, ofereceu denún-

pouco provável que os acusados compareçam. Apesar da boa vontade do juiz Carlos Avalone, o prosseguimento ao processo será muito difícil, já que mais de mil processos estão em andamento naquela Vara Criminal. Além disso, não há como prender os acusados, que estão bem acobertados e desaparecidos na selva amazônica, numa região em que só eles conhecem os caminhos e os meios de sobrevivência.

Mesmo que o processo prossiga, resta a possibilidade de um hábil advogado alegar falta da prova de corpo de delito, já que não houve reconstrução do crime, a Polícia nunca chegou ao local e, mesmo que chegasse, nada encontraria, pois os corpos dos índios teriam sido jogados no rio. Como o caso é notório e revoltou a população cuiabana, a esperança é que o corpo de jurados chegue a uma conclusão, sem necessidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

Justiça fora da lei

A Justiça de Cuiabá encontra dificuldade em tudo, começando pelo tamanho da comarca, que vai até às dividas com o Pará e o Amazonas, numa distância de mais de mil quilômetros. A Polícia é muito pouca e mal paga. Quando é necessário ouvir uma testemunha é preciso ir ao local. Na maioria dos casos, o local só pode ser atingido por avião. Por exemplo: como mandar um oficial de justiça buscar uma testemunha em Aripuanã se o sede do município fica a 900 quilômetros em linha reta de Cuiabá e o único meio de transporte é o avião? Não existe dinheiro para isso. Por sua vez, não se pode exigir que uma testemunha que está em Aripuanã venha depor em Cuiabá. De um modo geral, um oficial de justiça nunca sai de Cuiabá. A comarca está dividida em três varas — duas civis e uma criminal. Para a Vara Criminal existe apenas um juiz, que é o Sr. Carlos Avalone. Esta Vara acumula ainda as execuções criminais e o Juizado de Menores. Além disso, existem ainda os crimes cometidos nas fronteiras que vão para as mãos do juiz da capital do Estado (Artigo 88, do Código de Processo Penal).

Atualmente, existem mais de mil processos na Vara Criminal. Como se não bastasse, os juizes da capital são sempre chamados para substituir os Desembargadores durante seus impedimentos, como férias e licenças.

A cadeia de Cuiabá é o que se poderia julgar de pior. Não existe uma sala para a prisão de menores e muito menos uma sala para a prisão de mulheres. Isto obriga os juizes a agirem fora da lei mandando prender com adultos e mu-

Sergio Galvão
Enviado Especial

7.08.68
1º Cad. - Pág. 16
116

04.08.68
1º cad. - pág. 16

...da Vara Criminal o Sr. Zélio Guimarães do Amaral Falcão, que alegou não poder apresentar a denúncia, já que sua mulher era parente do acusado Sebastião Palma Arruda (julho de 1967).

De mão em mão

O juiz aceitou o impedimento e mandou o processo para o promotor substituto, Sr. Atilio Ourives, que não aceitou, alegando que o Sr. Luis Vidal da Fonseca não estava impedido de funcionar no processo, conforme decidira o procurador, e pediu a remessa dos autos ao promotor competente.

Os autos voltaram ao primeiro promotor, que já não estava na comarca. O processo foi então ao Sr. Zélio Guimarães, que estava em exercício em setembro de 1967. O Sr. Zélio Guimarães, afirmando que o promotor competente era o Sr. Luis Vidal da Fonseca, não ofereceu denúncia. O juiz substituto em setembro, Sr. Jose Nunes da Cunha, mandou o processo para o Procurador-Geral decidir. O Procurador, Sr. Benjamim Duarte Monteiro, decidiu novamente que o promotor competente era o Sr. Luis Vidal da Fonseca, que já voltara ao exercício. Este, em outubro mais uma vez recusou-se e fez nova reclamação à Corregedoria.

O corregedor, que era o juiz autor do despacho que o corregedor anterior cassara, decidiu em novembro que o conflito deveria ser julgado pelo procurador, julgando-se incompetente para julgar o conflito. Um outro juiz, o Sr. Milton Ferreira Mendes, mandou oficialiar ao corregedor, pedindo providências. O Sr. Ataíde Monteiro da Silva, atual Procurador da Justiça, decidindo o conflito, aceitou a incompetência do Sr. Luis Vidal da Fonseca e determinou que o primeiro promotor intentasse a ação penal competente de acordo com suas convicções jurídicas. Revoltado com o jogo de escusas, o Procurador lembrou em seu despacho:

"Desde agosto de 1966 perambulam os autos de ceca em meca, num jogo de escusas, de desculpas e impedimentos, em desprestígio da Justiça, sem que o órgão da acusação deduza em juízo a pretensão punitiva consistente na denúncia."

Não terminou

Diante disso, o processo foi para o promotor Zélio Guimarães, que apresentou a denúncia contra os componentes da expedição, mas não denunciou os Srs. Antônio Mascarenhas Junqueira e Sebastião Palma Arruda, sob a seguinte alegação:

"Deixo de denunciar Antônio Mascarenhas Junqueira e Sebastião Palma Arruda, por não ter ficado concretizada a denúncia de matança aos índios, já que o objetivo da expedição era a exploração de minérios e expansão do seringueiral."

Feita a denúncia, imediatamente o Juiz da 3ª Vara, Sr. Carlos Avalone, decretou a prisão preventiva dos acusados, marcando para o dia 27 deste mês a audiência de interrogatório dos réus. O processo deverá correr à revelia, sendo muito

criado... comarca que está em Aripuanã vem depor em Cuiabá. De um modo geral, um oficial de justiça nunca sai de Cuiabá. A comarca está dividida em três varas — duas civis e uma criminal. Para a Vara Criminal existe apenas um juiz, que é o Sr. Carlos Avalone. Esta Vara acumula ainda as execuções criminais e o Juizado de Menores. Além disso, existem ainda os crimes cometidos nas fronteiras que vão para as mãos do juiz da capital do Estado (Artigo 88, do Código de Processo Penal).

Atualmente, existem mais de mil processos na Vara Criminal. Como se não bastasse, os juizes da capital são sempre chamados para substituir os Desembargadores durante seus impedimentos, como férias e licenças.

A cadeia de Cuiabá é o que se poderia julgar de pior. Não existe uma sala para a prisão de menores e muito menos uma sala para a prisão de mulheres. Isto obriga os juizes a agir fora da lei, mantendo menores com adultos e mulheres com homens.

O Fórum funciona em uma residência alugada, por sinal adquirida há cinco meses, pois antes as três Varas e mais um cartório (6º Ofício) funcionavam no porão da Assembléia Legislativa. Aliás, a Assembléia Legislativa não tem prédio próprio, pois o edifício que ocupa pertence ao Fórum, que foi alijado para dar lugar aos parlamentares. As melhores dependências desse prédio estão com a Assembléia. O que sobrou está sendo ocupado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Mais dificuldades

Nas épocas de júri, os juizes ficam desesperados por não terem onde realizar as sessões. A média de mil processos tende a aumentar. E, assim mesmo, só estão consignados os mais graves.

Cuiabá só tem um médico legista. Quando tira licença ou entra de férias, não se pode fazer exame médico-legal. O Promotor Público acaba de abrir um processo contra um médico psiquiatra particular — existem dois na cidade — porque se negou a continuar fazendo exames de sanidade mental de graça. Só faz exames quando o réu pode pagar.

Na semana passada, o Juiz Criminal julgou em um só dia 23 processos prescritos. A prescrição, por sinal, tem sido a tônica dos processos instaurados.

Segundo alguns advogados, a situação resulta do desinteresse dos políticos, que, por conveniência, preferem manter a Justiça como está, no interesse de figuras apaniguados ou afilhados políticos que estão com seus processos em vias de preserver.

O Tribunal de Justiça do Estado vem reagindo como pode a essa situação e tem recebido apoio do Governador Pedro Pedrossian. Quando se pede à Assembléia a criação de mais uma comarca, os políticos logo pensam na criação de novos cartórios. De um modo geral, os deputados só dão alguma coisa à Justiça, se os juizes cederem às suas propostas. Como os juizes não têm cedido, as dificuldades aumentam cada dia.

Chacina dos índios: só um réu

Apesar de o crime ter ocorrido há quase 10 anos, a solução judicial para a chamada "chacina do paralelo onze", em que um grupo de índios cinta-larga foi massacrado às margens do rio Juruema, em Aripuana, Mato Grosso, continua tão difícil quanto às perspectivas de sobrevivência da tribo. O processo, com quase duas mil páginas, já passou pelas mãos de quatro juizes e sete promotores que, por diversas razões, declararam-se incompetentes para apreciá-lo.

O único réu, Ramiro Costa, com 33 anos e vida ameaçada também por uma forma maligna de malária, já se encontra há mais de três anos detido na cadeia pública de Cuiabá. Naupérmo, ele tem como patrono um dos mais caros criminalistas do Estado: o advogado e professor de direito penal Renato Pimenta, que, por sua vez, prefere manter em segredo o nome de quem patrocinou a causa.

Os outros quatro indiciados no processo tiveram mortes misteriosas. O réu Ramiro Costa afirma não saber sobre o massacre, ocorrido em 1963 e ao mesmo tempo acusa o seringueiro Antônio Mascarenhas Junqueira, homem de prestígio em Cuiabá, como mandante e principal responsável pela chacina.

O processo está nas mãos do juiz Odilys Freitas de Souza, que afirma não se assustar com o caso e, a exemplo de seus antecessores, promete julgá-lo o mais rapidamente possível, e acrescenta que o atraso é só por falta de um lugar ideal para o julgamento. Além disso, não admite que possíveis pressões tenham influído nos sucessivos adiamentos da sentença.

Quanto ao envolvimento do seringueiro

Antônio Mascarenhas Junqueira, o magistrado diz não possuir provas: "Até o momento, não existe nada de positivo contra ele. É preciso levarmos em conta que muito tempo já se passou desde que o massacre foi cometido. De qualquer forma, se o réu Ramiro Costa manifestar-se no tribunal contra o seringueiro, acredito que o promotor não terá dúvidas em requerer um adiamento da denúncia".

O HISTÓRICO

Conta a denúncia que em outubro de 1963, na Fazenda Juba-Mirim, em Mato Grosso, por ordem de Antônio Mascarenhas Junqueira, foi organizada uma expedição com a finalidade de colher a planta medicinal conhecida como poaia e verificar a existência ou não de minérios preciosos na área a ser percorrida, território de caça e habitação dos cinta-largos.

A expedição, de seis homens, comandada pelo pistoleiro Francisco Luis de Souza, avistou-se com um grupo de índios que constituía suas malocas nas proximidades do rio Aripuana. Sem nenhuma razão aparente e de forma traiçoeira, os homens, utilizando-se de fuzis, metralhadoras, pistolas e revólveres de calibre 45, passaram a atirar contra os índios indefesos. Amarraram, ainda, uma jovem índia entre duas árvores, de cabeça para baixo, e o pistoleiro Francisco Luis rasgou seu corpo com um facão, matando também o filho da índia, uma criança, com um tiro na cabeça.

A DENÚNCIA

O massacre foi denunciado às autoridades pelo padre jesuíta Edmar Schmidt, já

falecido. O missionário revelou que os homens de Antônio Mascarenhas Junqueira há longo tempo vinham dinamando os índios com bombas de dinamite lançadas contra suas aldeias. Ou dando-lhes de presente sacos de açúcar envenenado com arsênico.

Quando Ataide Pereira dos Santos, um dos empregados do seringueiro, foi preso em Cuiabá, confirmou o crime e apontou o patrão como mandante. Disse que o denunciava porque ele não havia pago o dinheiro combinado pela empreitada: 50 contos de réis (50 cruzeiros atuais). Mas, apesar da denúncia Antônio Mascarenhas Junqueira nem sequer foi indiciado.

Quase 10 anos depois do massacre, quando foram assassinados sete índios, o seringueiro continua indiferente às acusações e as autoridades também não levaram a sério o que disseram seus empregados. Mascarenhas Junqueira ainda explora os seringueiros da região do Aripuna e atualmente está às voltas com um novo problema em relação aos cinta-largos: a prefeitura de Aripuana, com subsídios do governo de Mato Grosso, pretende construir uma estrada naquela área, que beneficiará a Fazenda Juba-Mirim, de sua propriedade.

Com relação aos outros indiciados, sabe-se que todos estão mortos, vítimas de circunstâncias misteriosas ou inexplicáveis. Alguns, dizem, teriam morrido durante uma rebelião de seringueiros, na propriedade do próprio Mascarenhas Junqueira. Outros teriam desaparecido em consequência de um simples mal súbito. De todos restou o velho Ramiro Costa que diz desconhecer os detalhes do massacre mas acusa o seringueiro como responsável. O juiz não sabe quando haverá julgamento.



O esquartejamento de uma índia chegou a ser reconstituído. Mas não foi julgado

URUGUAI PRENDEU HOMEM QUE MATOU MENINOS NO POÇO

O trabalhador rural Pablo Hernandez Jara, de 30 anos, confessou, ontem, ter sido o autor do assassinato de duas crianças, que terça-feira foram jogadas dentro de um poço de 28 metros junto com a mãe e mais duas crianças que conseguiram salvar-se, no departamento uruguaio de Canelones, a 60 quilômetros de Montevideo.

Ele contou que chegou na casa de Carlos Torterolo, que havia saído, e disse a sua mulher, Ester, de 26 anos, que seu marido estava doente ali perto. A mulher saiu e encontrou os quatro

um m a do fun-

her para dentro do poço e em seguida as quatro crianças. Duas a mulher conseguiu agarrar e salvar. Um menino de nove anos e uma menina de três morreram. Pablo Hernandez disse que não sabe porque cometeu o crime, acrescentando que foi "movido por um inercial desejo de matar".

Declarou que depois do crime foi para casa, juntou e dormiu tranquilamente em companhia da sua mulher, voltando ao poço no outro dia, para assistir os trabalhos dos bombeiros que retiravam os cadáveres das crianças.

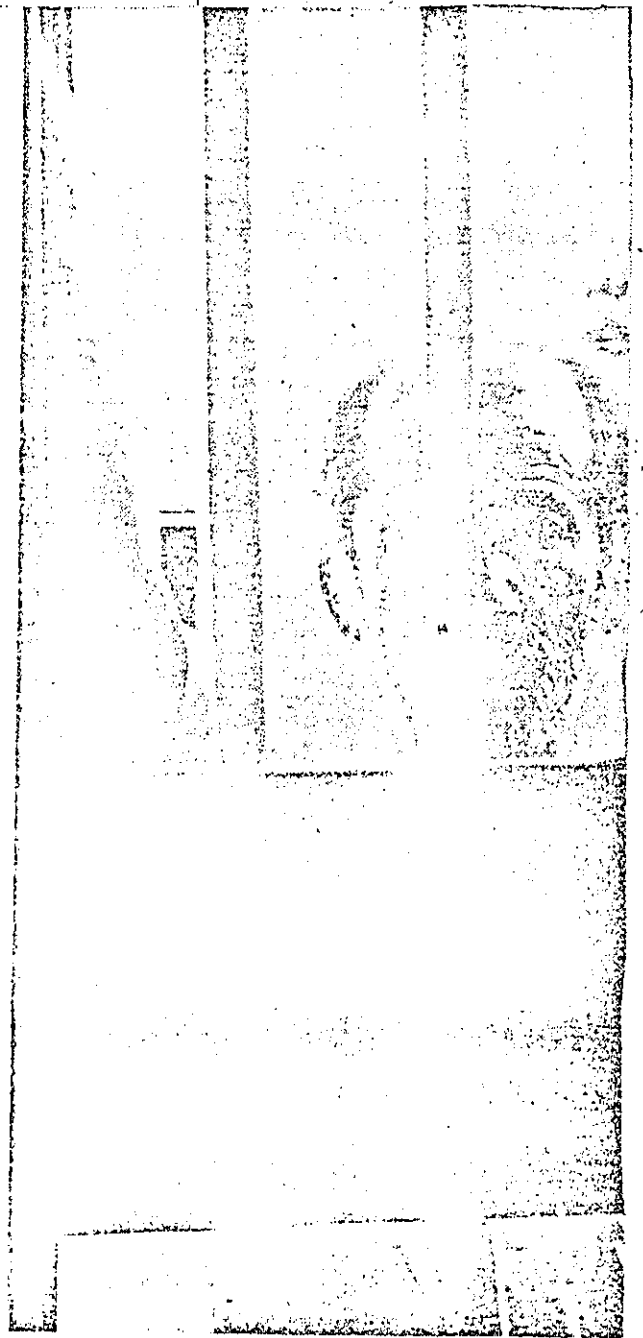
ANEXO 14

Nota Anexo 14

Chega a hora de punir a chacina

MARIO CHIMANOVITCH
Correspondente em Cuiabá

Se o advogado de defesa não adoecer, como já ocorreu, e o réu não for assassinado na cadeia pública de Cuiabá, onde está recolhido, praticamente sem garantias, a Justiça poderá dar solução definitiva, no dia 25 de junho, a um dos mais bárbaros crimes ocorridos em Mato Grosso, há quase 10 anos: a matança dos índios Cinta-Largas, tristemente célebre como a "Chacina do Paralelo 11".



As grades da cadeia não garantem a vida de Ramiro

ANEXO

15

O Estado de S. Paulo

27
5
73

v

7 119

Dos cinco homens envolvidos na chacina, que ocorreu em novembro de 1963, às margens do rio Aripuanã, resta somente o réu Ramiro Costa, sexagenário e com a saúde virtualmente comprometida pela malária e por um reumatismo infeccioso. Os outros quatro, ou morreram de forma misteriosa ou simplesmente desapareceram. Na centenária, imunda e precária cadeia pública de Cuiabá, o velho Ramiro jura inocência. Diz-se ameaçado de morte e responsabiliza como verdadeiro culpado de toda a tragédia, o seringueiro Antonio Mascarenhas Junqueira, patrião de quase todos os homens que participaram da expedição de extermínio do po "cinta-larga".

Apesar da chacina ter ocorrido em 1963, somente 5 anos depois, em 28 de março de 1968, é que o Ministério Público de Mato Grosso ofereceu denúncia aos acusados, em processo que, inexplicavelmente, vinha sofrendo solução de continuidade, tendo sido anulado uma vez e tramitado pelas mãos de quatro magistrados os quais, por um motivo ou outro, deixaram de prolar a sentença de pronúncia.

A SENTENÇA

Ano passado, todavia, a volumosa peça processual, com mais de mil páginas, foi ter às mãos do juiz Mauro José Pereira.

Após estudar minuciosamente o processo, o juiz, em arrazoado de 21 páginas, finalmente, profere a sentença de pronúncia observando, entre outros pontos, o seguinte: "Em nossa curta, porém intensa magistratura neste Estado, temos deparado com questões, as mais complexas, com conflitos de interesses os mais intrincados; com fatos, os mais odiosos e abomináveis; mas jamais havíamos contemplado e estudado um processo que revelasse tanta violência, tanta ignomínia, tanta falta de amor ao próximo, tanta ambição, tanto egoísmo, tanta selvageria, tanto desprezo pela vida humana, enfim, tanto apego à matéria como este, que evidencia a ocorrência de fatos que repugnam a nossa consciência de homens civilizados e que cremos na existência de Deus; ainda a ciência faça incursões em todo o campo do saber, recorrendo para o aprimoramento intelectual, tec-

nico, moral, social do homem, tudo emana de Deus, muito embora alguns pretensiosos se envaldeçam das conquistas da ciência, a ponto de pretenderem negar sua verdade irrefragável.

As páginas deste processo constituem um verdadeiro opróbrio, que enche de vergonha o nosso Estado, e compromete o nome de uma Nação inteira, no concerto de outros países, obumbrando um trabalho hercúleo de seus filhos, em busca do progresso em todos os sentidos..."

"A EXPEDIÇÃO"

Segundo denúncia oferecida pelo Promotor Zélio Guimarães Silva, em 28 de março de 1968, Ataíde Pereira dos Santos, Ramiro Costa, Francisco Luiz de Souza, Manuel Virgílio de Almeida e Silvestre de tal, em outubro de 1963, na propriedade da firma "Arruda, Junqueira e Cia. Ltda", na localidade denominada "Juína-Mirim", em Mato Grosso, formaram uma expedição, por ordens de Francisco Amorim de Brito — encarregado geral e preposto da firma — com a finalidade de colher poaia, uma planta medicinal, e realizar prospecções de minérios na região.

O grupo, chefiado por Francisco Luiz de Souza, vulgo "Chico Luiz", munido de armas de grosso calibre e farta munição, inclusive mosquetões e metralhadoras, após cerca de um dia de caminhada fizeram ver ao chefe que era impossível a continuidade da expedição, uma vez que o terreno que estavam atravessando era seco, portanto, contrário, ao em que, evidentemente, existe a poaia. Reagindo com violência, Chico Luiz, conhecido como pistoleiro sanguinário, informou ao grupo que o "negócio era caçar índios" e não colher poaia conforme o previsto.

Durante a sua marcha, a expedição foi abastecida por um avião que ocasionalmente lançava-lhe gêneros alimentícios, roupas e munições. Um bilhete, redigido por Francisco Amorim de Brito, o encarregado da "Juína-Mirim", também foi-lhes enviado informando que o grupo deveria seguir em frente, pois, adiante, havia um rio e que, provavelmente os índios ali estivessem.

Realmente, de acordo com a peça de denúncia, após várias horas de viagem, os homens chegaram próximo a um rio, onde acamparam,

Ataque na mata

No dia seguinte, após acampados, os cinco homens avistaram fumaça, começando, então, a se locomover na mata com toda a cautela até que divisaram uma maloca perto da qual alguns índios trabalhavam.

Imediatamente os componentes da expedição tomaram posição de ataque, sem que os índios que ali se encontravam se apercebessem do que estava acontecendo e de que seriam vítimas de um atentado. "Chico Luiz" deu todas as ordens, tendo a chacina começado quando Ataíde Pereira dos Santos, que portava um fuzil, atirou e feriu o índio que parecia chefiar os outros.

Os demais componentes da expedição começaram também a atirar, sendo que "Chico Luiz", portando uma metralhadora, ocupava-se em alvejar os índios que tentavam fugir à fuzilaria. Após o fogo cerrado, os homens atravessaram o rio a fim de verificar se suas vítimas estavam mortas realmente, o que foi evidenciado; tendo em seguida continuado a perseguição aos que conseguiram fugir, ocasião em que encontraram uma índia acompanhada de seu filho ainda em idade de colo. Ataíde Pereira dos Santos, na ocasião, sugeriu que a expedição levasse mãe e filho para serem entregues aos padres, no que foi repellido por "Chico Luiz" com as seguintes palavras: "Se os padres quiserem índios que os venham aqui buscar".

"Chico Luiz" — descreve ainda a denúncia, com realismo — tomado de fúria, arrastou a índia para perto do rio e, auxiliado por Ramiro Costa e Silvestre, amarrou-a em duas árvores, uma perna em cada, e de cabeça para baixo, com as

pernas abertas. Isto feito, "Chico Luiz" pegou seu facão de mata e, golpeando a vítima entre as pernas, abriu seu corpo até a altura do esterno. A selvageria, porém, ainda não havia terminado: apanhou um revolver calibre 45 e acionou-o contra a cabeça do pequeno índio, matando-o instantaneamente. Em seguida, jogou os corpos dentro do rio.

3

↓

5/19/63

1020

Os mandantes ficam de fora

Em seu libelo, o promotor Zeilo Guimarães Silva deixou de incluir na denúncia os proprietários da fazenda "Juína-Mirim", os seringueiros Antonio Mascarenhas Junqueira e Sebastião Palma de Arruda, figuras de projeção e destaque na sociedade mato-grossense, "tendo em vista não estar devidamente concretizada a anuência dos mesmos no tocante à matança dos índios, visto ter sido a expedição organizada com o fim de explorações de minérios e expansão do seringal, sendo o organizador e orientador da mesma o indivíduo Francisco Amorim de Brito, que era encarregado geral e preposto da firma, reservando-lhe, entretanto, o direito de editar a denúncia em caso de durante a instrução criminal, surgirem elementos para tanto".

Quem denunciou a chacina às autoridades em Cuiabá foi o padre jesuíta João Dornstauder, morto no ano passado em acidente automobilístico. Atalde Pereira dos Santos, o primeiro a ser preso, denunciou o patrão, Antonio Mascarenhas Junqueira, como responsável pela chacina, afirmando em depoimento à Polícia Federal que o denunciava "porque até hoje ele não me pagou os

50 contos prometidos pela empreitada".

Apesar das acareações entre patrão e empregados, Antonio Mascarenhas Junqueira, homem rico e bastante influente, continuou, tranquilamente, a tomar sua cerveja nos melhores bares de Cuiabá.

Dos cinco indiciados, três morreram de morte misteriosa — um afogado e dois outros assassinados durante uma rebelião de seringueiros ocorrida na "Juína-Mirim", onde os homens se revoltaram por não receberem seus salários e serem, costumadamente, espancados pelos jagunços que guardavam a fazenda. Somente Ramiro Costa aguarda a decisão judicial para o próximo dia 25.

Ele é defendido por um dos mais dos mais caros, criminalistas do Estado, o professor de Direito Penal Renato D'Arruda Pimenta, apesar de não possuir nenhuma posse e estar preso há três anos.

Perigo existe até na cadeia

Na cadeia pública, o velho, sempre tremulo, afirma que sua vida corre perigo.

Na presença do diretor da cadeia, um tenente da Polícia Militar, ele conta que um dos seus companheiros de cela, o homicida Adonias Alves, têm-lhe sistematicamente ameaçado de morte, caso resolva, no Juri, incriminar o seringueiro Junqueira na "Chacina do Paralelo 11".

— Esse Adonias Alves — conta assustado — já trabalhou para o Junqueira e agora vive me ameaçando. Não contei antes — afirma dirigindo-se ao diretor — porque não queria ser apontado como delator. Agora não quero morrer. Sou inocente nessa história e me arrependo de ter saído da Bahia, em 1955, para Mato Grosso. Nunca matei ninguém na minha vida, estou envolvido nisso por que sou ignorante, não sei ler nem escrever.

Ramiro Costa fala também sobre seu advogado, o professor Renato Pimenta:

— Não fui eu quem o contratei, pois jamais teria dinheiro para tanto. Pra mim ele está trabalhando para o Junqueira, pois quando veio aqui falar comigo, uma única vez, quando eu devia depor, tentou convencer-me a assumir as responsabilidades sem envolver o Junqueira. Sinceramente, não o entendo. Como pode um advogado, que diz que vai me defender, me fazer semelhante proposta?...

MISTÉRIO

O professor, por sua vez, recusa-se sistematicamente a revelar quem custeia a causa de Ramiro. Seus honorários são considerados os mais caros do Estado, e quando lhe indagam sobre o patrocinador da causa, costuma responder "não sei" ou, então, "estou fazendo justiça a um pobre coitado". Uma coisa, todavia, é certa. O professor Renato de Arruda Pimenta, criminalista famoso, segundo comentam os observadores, não iria buscar, simplesmente, notoriedade ao defender um réu já antecipadamente condenado pela opinião pública. No início do ano, o advogado conseguiu suspender a primeira reunião do conselho de sentença que iria apreciar o processo em questão, alegando "doença".

Hoje, todavia, o juiz Odilés Freitas de Souza, casado, 39 anos e o promotor Humberto Maranhão Ayres, 35 anos, também casado, que funcionarão neste julgamento, estão bastante otimistas. O juiz crê que, apesar de tardamente, a justiça não deixará de ser feita. Ao mesmo tempo tenta desagrar a magistratura mato-grossense afirmando que a demora no julgamento do caso deveu-se, principalmente, "à falta de um lugar próprio para a realização de um júri como esse".

— Em março é que conseguimos concluir as obras da sala do Tribunal do Júri. Antes, tínhamos que requerer outras locais, tais como cinemas, Universidades etc. A magistratura mato-grossense é mais do que íntegra. Meus colegas não puderam ir mais além unicamente por falta de condições".

O promotor Maranhão Ayres pensa da mesma forma e assevera que se novos indícios ou acusações surgirem em meio ao julgamento, não terá dúvidas em requerer um aditamento da denúncia. No caso, por exemplo, em sala de Júri, se o réu Ramiro Costa voltar a acusar o seringueiro Antonio Mascarenhas Junqueira.

4/5/73

5 101

Livre sobrevivente do "paralelo 11" teme os ex-patrões

ANEXO 16

Quintana Roo, 11 de dezembro. — O sobrevivente do "paralelo 11", o ex-patrão de um grupo de trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca, México, teme os ex-patrões que se encontram em Quintana Roo.

O ex-patrão, conhecido como "El Chino", foi um dos poucos que sobreviveu ao massacre de Toluca. Ele chegou a Quintana Roo em 1953 e se estabeleceu em uma pequena cidade.

Ele afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Segundo ele, os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

Ele também afirma que os ex-patrões estão tentando voltar para Quintana Roo e que ele teme que eles possam causar problemas para os trabalhadores que foram enviados a trabalhar no campo de concentração de Toluca.

EXXUI 44 765
Cópia de... de 1966
Pág. 04
FOLHA 6

ANEXO 17

DIÁRIO OFICIAL

1966

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos Índios
GAIININD
EDITAL

O Chefe da Sa. ININD do Serviço de Proteção aos Índios, nos termos das atribuições delegadas pelos Decretos nºs. 52.319 e 52.368, de 8 de agosto e 11 de outubro de 1963 respectivamente.

RESOLVE:

1. Proceder através desta Sa. ININD do Serviço de Proteção aos Índios, a pacificação dos índios das tribus Cinta Larga e Tapainhumas (Beço de Pau), com a finalidade de assegurar-lhes a sobrevivência, presente e futuramente, resistentemente ameaçada por incursões de "civilizados" em seus territórios.

2. DECLARAR Áreas Indígenas as compreendidas entre os rios Miguel de Castro e Thomé de França, das vertentes à foz, margem esquerda do rio Arinos, e a circunscrita entre os paralelos, 12 e 11 e meridianos, 59 e 60, vertentes do rio Aripuanã, no Município do mesmo nome. Considerando de sua propriedade, não só por ser o seu habitat natural, como também por força do mandamento Constitucional contido no art. 216.

3. DAR conhecimento público que as áreas referidas, ficam INTERDITADAS à penetração de elementos estranhos ao S.P.I., visando a segurança dos funcionários competentes das expedições de pacificação e o êxito de empreendimento. A presente interdição, cessará ao término das atividades de pacificação.

4. O Sr. M. promoverá, através do Departamento Federal de Reparação Pública, processos criminais, contra responsáveis por atos que venham prejudicar os trabalhos de pacificação que se desenvolverão nas INTERDITADAS.

Cuiabá, 1 de julho de 1966.
M. JORGE BUONER

SA. ININD
COP 3.600

SENSE DE

para o prazo de

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Art. 8 (três), 38 (trinta e oito) 40 (quarenta) e 18 (dezoito), cujos Patronos são: RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA, FREDERICO AUGUSTO PRADO DE OLIVEIRA, PADRE AILMINDO MARIA DE OLIVEIRA e FRANCISCO ANTONIO PIMENTA BUENO, vagas em virtude dos falecimentos dos saudosos Acadêmicos: MIGUEL CARMO DE OLIVEIRA MELO, AMARILIO NOVIS, ROSÁRIO CONGRO e ALYRIO DE FIGUEIREDO.

Os candidatos deverão encaminhar à Secretaria da Academia os seus pedidos, acompanhados das suas fotos bio-biográficas e dos trabalhos das suas lavras publicados em volumes ou na imprensa.

Cuiabá, 11 de junho de 1966.
Rubens de Mendonça
Secretário

3-2

ESTATUTOS DO "COMERCIAL ESPORTE CLUBE". — APARECIDA DO TABUADO MATO GROSSO

CAPITULO I
Da Organização e sua finalidade.

Artigo 1º — Por inspiração das pessoas de bom senso deste município de APARECIDA DO TABUADO, ESTADO DE MATO GROSSO, organiza-se sob o nome "COMERCIAL ESPORTE CLUBE" em 26 de fevereiro de 65 uma associação Civil esportiva e cultural, constituída de indeterminado número de sócios, sem distinção de sexo, cor, crença política ou nacionalidade, com sede na Rua Comarca de Aparecida do Tabuado, regendo-se a dita associação pelo presente estatuto.

CAPITULO II
Dos sócios, sua admissão, direitos e deveres

Artigo 2º — O quadro social se comporá de sócios das seguintes categorias:
a) Fundadores;
b) Honorários;
c) Contribuintes;
d) Benefícios;
e) Homenagens;
f) Afiliados.
Artigo 3º — A admissão de novos sócios, far-se-á mediante

apresentação de três cartas por um associado, e aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 4º — São direitos dos sócios:
a) — Frequentar as dependências do Clube, e tomar parte nas reuniões sociais e desportivas.

São direitos dos sócios: fundadores, proprietários, contribuintes, votar e ser votados para os cargos eletivos em reuniões e assembleias gerais.

Artigo 5º — São deveres dos Sócios:

- a) Respeitar o presente Estatuto;
- b) Pagar pontualmente suas mensalidades;
- c) Zelar pelo patrimônio do Clube;
- d) Colaborar e cooperar nos movimentos do Clube e quando convidados, desenvolver qualquer iniciativa que vise trazer benefícios ao mesmo.

CAPITULO III
Dos poderes do Clube

Artigo 6º — São Poderes do Clube:

- a) — Assembleia Geral;
- b) — Conselho Deliberativo;
- c) — Conselho Fiscal;
- d) — Direção.

CAPITULO IV
Da Assembleia Geral

Artigo 7º — A Assembleia Geral será constituída de homens maiores de 18 anos, quites com os cofres do Clube, e no pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 8º — A Assembleia geral reunir-se-á anualmente no transcurso de 30 dias, de maio a junho, para deliberar sobre os destinos do Clube por um ano, tempo que poderá ser prorrogado.

b) — A Assembleia geral somente poderá deliberar sobre assuntos de ordem estatutária.

Artigo 9º — O Conselho Deliberativo será constituído de três membros, eleitos em sessão ordinária, para um mandato de seis meses, renovando-se a cada seis meses, não podendo ser reconduzido para o mesmo cargo, a não ser depois de um ano. O Conselho Deliberativo poderá ser substituído por qualquer outro órgão de caráter executivo.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

CEDI - P. I. B.
DATA 06, 08, 86
COD CLDQ1

Of. 58-A

25 de maio de 1968

Delegado Ministerial de F.N.I.

Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça do Estado de Mato Grosso

Pacificação dos Índios Cintas-Largas (auxílio estadual)

Senhor Secretário de Estado:

Tenho a honra de vir à sua presença documentar o entendimento verbal que mantivamos, para que Vossa Excelência possa fazer chegar ao Excelentíssimo Senhor Governador Pedro Pedrossina os termos em que consideramos possível cumprir a urgente missão de pacificação dos índios Cintas-Largas, no Município de Aripuanã.

2. Lembramos-lhe - os responsáveis pela Fundação em Mato Grosso - que o extinto Serviço de Proteção aos Índios já havia interditado, em ato publicado no Diário Oficial deste Estado, de 14 de julho de 1966, para segurança das expedições de pacificação, a área entre os paralelos 12 e 11 e os meridianos 59 e 60, na região sul daquele município, próximo aos limites de Rondônia. Igualmente a Fundação baixará ato, interditando, com o mesmo objetivo, área de Rondônia, nos mesmos paralelos e nos meridianos 60 e 61, abrangendo, assim, todo o possível território dos Cintas-Largas.

3. O recente incidente havido entre índios e garimpeiros, na primeira área interditada, demonstra, de um lado, o acerto da medida do extinto SPI, e, de outro, um desastroso resultado da sua insuficiência de verbas para promover a imediata pacificação, em trabalho de que participasse, também, a 9ª Inspeção. Mas tanto os índios, apesar de hostis por definição legal, estavam dispostos à aproximação com os brancos, que foi possível ao Prefeito de Aripuanã construir um campo de pouso, conhecido como "21", no centro geográfico da área interditada, sem incidentes nos últimos dois anos.

4. A existência daquela campo e o anúncio da descoberta de diamantes na terra dos Cintas-Largas, atizada e cobizada dos garimpeiros - homens rudes e, por vèzes, evadidos de outros Estados para fugir de contas à lei possibilitaram o lamentável choque, que a todos conizante, tanto mais quanto os civilizados, matogrossenses e pioneiros de Aripuanã, não tinham tido, antes, qualquer conflitos com aquela tribo.

5. Minha vinda à Mato Grosso, logo que tive conhecimento do lutooso fato, prova o interesse da F.N.I. pelo melhor convívio entre os índios e os civilizados, para que não se prejudique o desenvolvimento econômico do Estado, não seja necessário deter as frentes pioneiras pela urgente necessidade de proteger o índio, tutelado do Estado, com a posse das terras onde habita assegurada pelas nossas constituições, desde 1934.

6. Para que não pareça o procedimento da Fundação, no caso das interdições, essenciais à pacificação, qualquer desaire à autonomia do Estado e ao peculiar interesse do Município de Aripuanã, é que lhe propusemos, à consideração do ilustre Governador Pedro Pedrossian, a conjugação de esforços e de recursos, para a urgente pacificação dos Cintas-Largas, nas seguintes condições:

a) guarda do campo "21", por elementos designados pelos Governos estadual e municipal, sob a orientação de um indígenista, designado pela Fundação, para evitar penetrações perigosas na área;

b) o comando geral da "Operação Cinta-Larga" será exercido pelo Sr. Hédio Jorge Bucher, Chefe da 6ª Inspetoria, com jurisdição fiscal na área de SUDECO, dirigindo também as operações em Rondônia, por intermédio da 9ª Inspetoria;

c) o Governo de Mato Grosso auxiliará essa operação com R\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos mensais), de junho a dezembro, inclusive;

d) a Prefeitura de Aripuanã prestará aos sertanistas da FNI o apoio necessário à guarda permanente do campo e à defesa

dos acessos ao território indígena; contribuindo, no que lhe for possível, nos transportes de material e mantimentos para os expeditórios;

a) as omissões e lacunas deste convênio serão preenchidas por mútuo entendimento entre os órgãos do Governo de Mato Grosso e, como representante da Fundação, o Sr. Hólio Jorge Rucker ou quem indique para encarregar-se da "Operação Cinta-Larga".

Acredito, Sr. Secretário, que essas condições possam ser aceitas, sem qualquer arranhão à autonomia do Estado e sem que a Fundação abdique do seu dever de exercer a tutela do índio, nos termos da legislação vigente, e aproveito o ensejo para reiterar-lhe os protestos da minha confiança e do meu mais alto respeito.

José de Queirós Campos
Delegado Ministerial da FRI

À Excelentíssimo Senhor
Secretário de Interior e Justiça do
Estado de Mato Grosso
CUIABÁ

Estado de SP, 24/05/68

Missão procurará os "Cintas-Largas"

Da Sucursal do Rio

Missão de pacificação, chefiada pelo sertanista Orlando Vilas Boas e pelo presidente da Fundação Nacional do Índio, sr. José de Queiros Campos, seguirá hoje para Aripuana, a cidade de Mato Grosso mais próxima das terras dos índios "Cintas-Largas", ainda hostis aos civilizados.

O presidente da FUNAI recebeu telegrama assinado pelo prefeito de Aripuana pedindo às autoridades competentes proteção contra os "Cintas-Largas", que haviam acabado de matar a flechada um garimpeiro e ferir outros três. Investigações posteriores realizadas pelo sr. Queiros Campos revelaram que os garimpeiros foram atacados por invadir terras pertencentes aos "Cintas-Largas".

A tribo é uma das poucas que nunca tiveram contacto com um civilizado. A missão de pacificação tentará aproximar-se dos índios, oferecendo-lhes presentes e alimentos. Os resultados, segundo o sr. Queiros Campos, são imprevisíveis e experiências semelhantes no passado resultaram no sacrifício de vidas de pacificadores e selvagens.

A LEI DA FLECHA

"A terra do índio, de acordo com a Constituição vigente, é a terra onde ele habita, que ele demarca com flechadas" — explicou o presidente da FUNAI. Quanto ao incidente de Aripuana, no qual um garimpeiro perdeu a vida, disse que os culpados foram os próprios garimpeiros, "que, na sua ignorância de homens rudes, não se preocuparam em evitar as terras dos "Cintas-Largas", tribo conhecida na região como perigosa e hostil".

A zona geográfica habitada por esses índios situa-se entre as nascentes do rio Aripuana até a serra dos Parecis, cortando Rondonia e Mato Grosso. São vizinhos e inimigos dos Nhambiquaras, tri-

bo quase toda "adaptada" pelos funcionários do extinto SPI mato-grossense.

CORRIDA DA CASSITERITA

Há dois meses, o aparecimento de cassiterita em Rondonia provocou uma corrida à região. Preocupado com os índios, o ministro recomendou aos grupos organizados pelo Ministério da Mineração que evitassem "Cintas-Largas" e Nhambiquaras, por serem tribos selvagens e hostis aos civilizados.

O incidente relatado teria sido causado por garimpeiros "franco-atiradores", não pertencentes aos grupos advertidos pelo ministro Albuquerque Lima. A morte do garimpeiro, segundo o presidente da FUNAI, "não constitui um crime, pois os índios, segundo a lei penal brasileira, agiram em legítima defesa contra um invasor de sua propriedade".

PACIFICAÇÃO

A missão de pacificação será integrada pelo sertanista Orlando Vilas Boas, atualmente um dos administradores do Parque do Xingu, onde vivem 1.330 índios.

O sr. Queiros Campos partirá da Guanabara de avião, às 12 horas. Na mesma ocasião, Orlando Vilas Boas estará deixando o Parque do Xingu.

Participarão, também, da expedição, moradores de Aripuana e índios Nhambiquaras já civilizados, que falam correntemente a língua dos "Cintas-Largas". O membro mais importante da comissão de paz, segundo o sr. Queiros Campos, é uma arca de madeira, cheia de machados, facões, espelhos, pentes e contas de vidro coloridas. Os objetos serão utilizados para conquistar a simpatia dos índios.

A LEI DO PRESENTE

Após penetrarem na região dos "Cintas-Largas", os membros da

expedição tentarão entrar em contacto com os índios, cuja única forma de comunicação com os civilizados, até hoje, foi a flechada. Cada flecha que os índios errarem será cuidadosamente recolhida pelo membro da expedição que serviu de alvo; quebrada, será colocada no chão, ao lado de um presente. Pretende-se dessa forma mostrar aos índios que os adventícios vêm em missão de paz.

Muitas vezes a simbologia não é compreendida pelos selvagens e os pacificadores são atacados, travando-se luta. Foi o que aconteceu há dois anos, quando os irmãos Vilas Boas iniciaram a pacificação da tribo Txicão. Atualmente, pacificada, a tribo vive no Parque do Xingu.

Of. nº 172

Cuiabá, 18 de Junho de 1968

Do Responsável pelo levantamento de áreas indígenas da "Operação Cinta larga".

Ao Departamento do Patrimônio Indígena (DPI) e cópia para o Departamento de Assistência aos Índios.

Assunto: Croquis para interdição de áreas indígenas e possível criação de reservas.

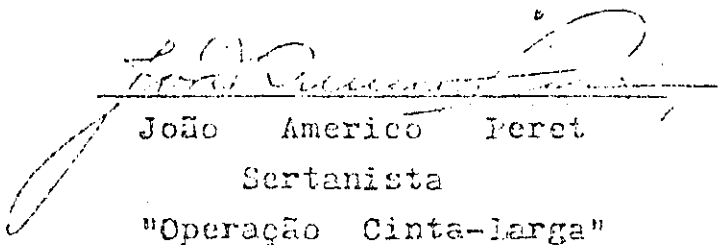
Sr. Diretor:

Para atender nossos objetivos de recolher informações que possibilitassem a elaboração do presente expediente, contamos com a colaboração de elementos do SUMMER, Pilotos do C.E.M. pilotos de táxi-aéreo, prefeito de Aripuanã e funcionários da 6ª ININD.

As aldeias plotadas no croquis, foram avistadas de alguma forma pelos informantes e por nós, da "Operação Cinta Larga".

Acreditamos que os dados aqui apresentados servirão para a elaboração de documentos solicitando ao governo a interdição de áreas restritas e indispensáveis aos índios Nhambikwara. As reservas futuras, possibilitarão a assistência e defesa dos silvícolas radicados na região.

Atenciosamente


 João Americo Peret

Sertanista

"Operação Cinta-larga"

RESERVA Nº 1 :

- NORTE = Córrego Grande, afluente direito do Rio Pardo, até a nascente, e daí em uma linha que ligará a BR-29 (364) no rumo ESTE.
- S U L = RIO Negro ou Pardo, desde a Foz com o Córrego Grande até a nascente, e daí em uma linha que ligará a BR-29 (364) no rumo ESTE.
- ESTE = BR-29 (364), desde a linha que ligará a nascente do Córrego Grande até a linha que ligará a nascente do Rio Negro ou Pardo.
- OESTE = Confluência do Rio Negro ou Pardo com o Córrego Grande.
-

RESERVA Nº 2 :

- NORTE = Ribeirão Balçado (afluente esquerdo do Ribeirão do Pedra) até a Foz do ribeirão Formigueiro, e por êste até a nascente.
- S U L = Córrego Fundo (afluente direito do Rio Lameço desde a Foz até a nascente.
- ESTE = Uma linha que ligará as Nascentes do Ribeirão Formigueiro e do Córrego Fundo.
- OESTE = UMA linha que ligará a Foz do Ribeirão Balçado, e Foz do Córrego Fundo.
-

RESERVA Nº 3 :

NORTE = Córrego São Bento, desde a Foz, até alcançar a Foz do Córrego Carumbé, e por este até a Foz do Córrego Sumidouro, e por este até a nascente.

S U L = Rio Galera aproximadamente à 10-km. da Foz do seu afluente direito, Córrego - Vai e Vem, seguindo por este até a nascente.

ESTE = Uma linha que ligará as nascentes do Córrego Carumbé ao Córrego Vai e Vem

CENTE = Uma linha que ligará a Foz do Córrego - São Bento ao Rio Galera, aproximadamente 10-km. da Foz do Córrego Vai e Vem

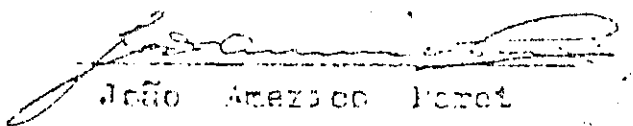
.....
RESERVA Nº 4 :

NORTE = Rio Galera desde a Foz do Córrego Pinguela, até a nascente.

S U L = Sul Rio Sararé, desde o afluente direito, próximo (5-km) cinco quilômetros, do ponto em que o Rio segue diretamente rumo Norte x Sul, seguindo desde a Foz do Pindaituba e por este até a Foz do Rio Cardoso, e por este até a nascente.

ESTE = Uma linha que ligará as nascentes dos Rios Galera e Cardoso, próximo a BR-29 (364) 5-km cinco quilômetros.

CENTE = Do maior afluente direito do córrego - Pinguela até a nascente e daí, por uma linha que ligará a nascente do Córrego afluente direito do rio Sararé, 5-km. - do ponto em que o Rio toma a direção direta Norte x Sul.

.....

João Américo Peres



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
~~SECRETARIA DE ASSUNTOS INDÍGENAS~~
-V- Delegacia Regional

- C I N T A L A R G A -

NORTE: Barra do Rio 14 de Abril no Roosevelt, seguindo 20 Kms. para Oeste Meridiano $60^{\circ} 25'$ Paralelo $10^{\circ} 40'$, numa linha seca.

S U L: Uma linha seca, saindo do Rio Roosevelt rumo Oeste até alcançar o Riozinho afluente do Rio Machado (Jeparand) Meridiano $60^{\circ} 30'$ e $61^{\circ} 05'$ Paralelo $11^{\circ} 15'$.

ESTE: Margem esquerda do Rio Roosevelt desde a Barra do Rio 14 de Abril rumo Sul até o Paralelo $11^{\circ} 15'$, defronte a área já interditada.

OESTE: Meridiano $60^{\circ} 45'$, seguindo a 20 Kms. da margem esquerda do Rio 14 de Abril até a cabeceira e daí numa linha seca até a cabeceira do Riozinho (afluente esquerdo do Machado) Jeparand, até o Paralelo $11^{\circ} 15'$.

LIMITES PROVISÓRIOS DE INTERDIÇÃO

REGIÃO

MATO GROSSO E RONDÔNIA

ÍNDIOS

CINTA - LARGA

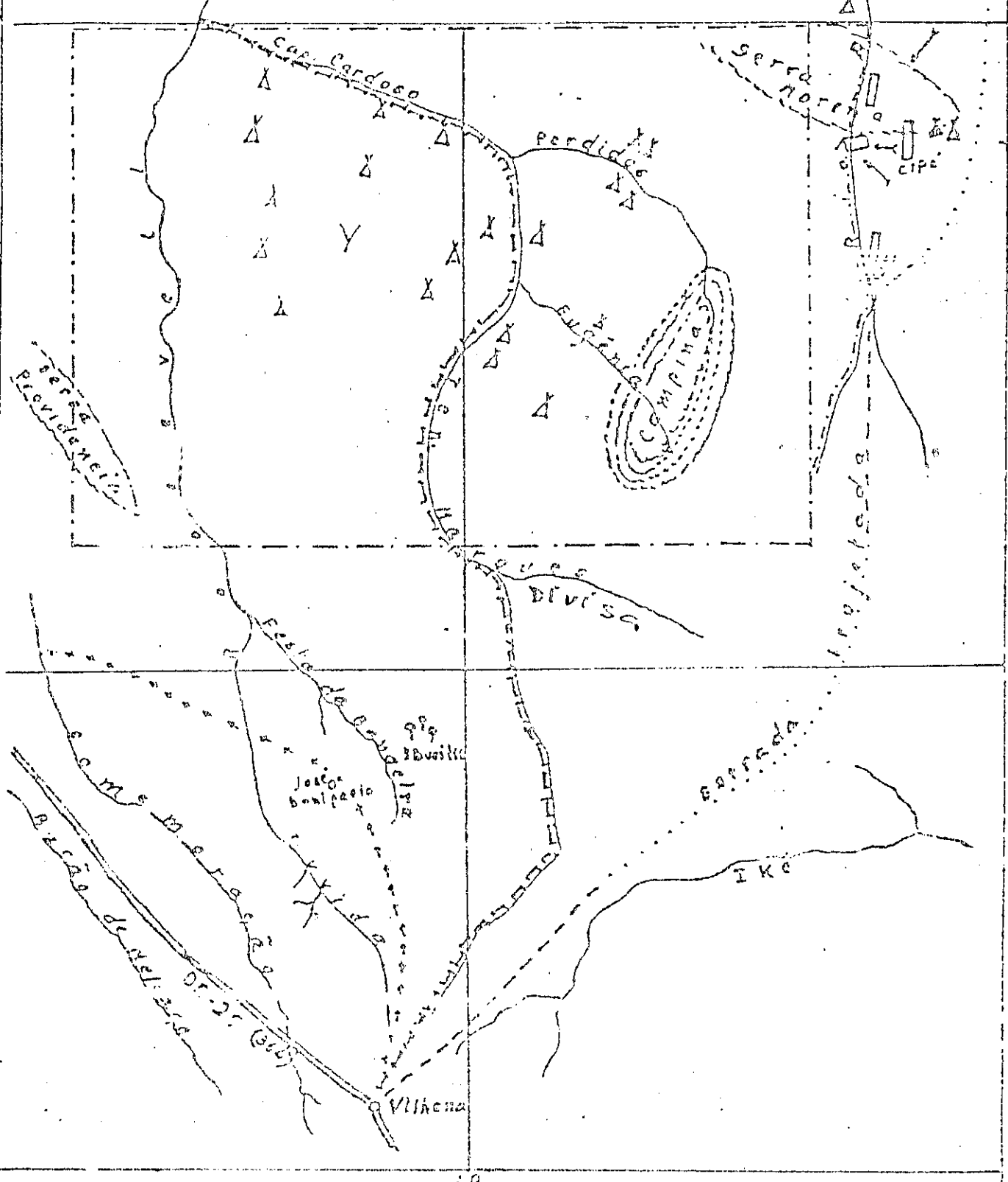
ESCALA 1:1.000.000

CROQUI - JOÃO AMÉRICO PERET

CUIABÁ 16/VI/1966

6ª ININD. PNI "OPERAÇÃO CINTA-LARGA"

ARIPUANÃ
DARDANÓPOLIS



AREA : ENTRE OS RIOS ARIPUANÁ E ROOSEVELT

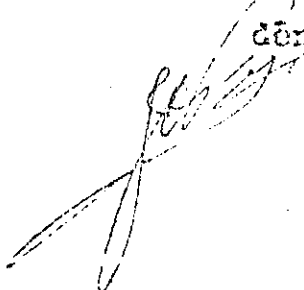
C I N T A L A R G A

NORTE : Paralelo 11° , entre os meridianos $59^{\circ}20'$ a margem esquerda do Rio Aripuaná. Meridiano $60^{\circ}35'$ 15-km aproximadamente da margem esquerda do Rio Roosevelt.

SUL : Paralelo $11^{\circ}50'$, nas proximidades da ponta sul da Serra da Providência, em direção Este, até encontrar o meridiano $59^{\circ}20'$, na ponte Sul do Rio Aripuaná, margem esquerda.

ESTE : Meridiano $59^{\circ}20'$, margem esquerda do Rio Aripuaná, até encontrar o paralelo 11° .

OESTE : Paralelo 11° , meridiano $60^{\circ}35'$ aproximadamente 15-km da margem esquerda do Rio Roosevelt, até encontrar a ponta Sul da Serra da Providência no paralelo $11^{\circ}50'$.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO
24 OUTUBRO 1968
286
ESTAB. CATEGORIA
... 1968 ...



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO
6a. Inspetoria

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO
N.º 38 / 211 10 / 1968
SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES

RELATÓRIO

"OPERAÇÃO CINTA LARGA"

*Sr. Delegado
de Patrimônio, para
conhecer e encaminhar
para o DEP, que
devolva ao Dep. de
Assistência em 23/10/68*

Do Sertanista JOÃO AMÉRICO PEREIRA, Chefe de uma das frentes de pacificação dos Índios "Cinta Larga"

Ao Sr. Inspetor HÉLIO JORGE BUCHER, Chefe da 6ª ININD e Coordenador da referida operação.

ASSUNTO: Relatório dos trabalhos de campo, na sua fase inicial de penetração.

Perceira - Ass
P. B. P.
23/10/68
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO
SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO
Hélio Jorge Bucher
Inspetor

ANEXO 21

MINISTERIO DO INTERIOR

RELATÓRIO

Contratado pela FUNAI no Rio de Janeiro, em Junho de 1968, recebi NCR\$3.000,00 para aquisição de equipamento e outras despesas destinadas a uma frente de pacificação dos índios "Cinta Larga" em Mato Grosso e Rondônia. Nosso Presidente Dr. José Queiroz de Campos, conseguiu um avião do Ministério do Interior para fazer os transportes e um sobrevôo de reconhecimento na zona de atrito.

No roteiro de viagem passamos pelo ex-Parque Nacional do Xingu, onde os Irmãos Vilas Boas estavam empenhados na pacificação de índios Kran-Iakaro. O renomado sertanista Cláudio Vilas Boas, não me pareceu em seu estado normal, ainda mais que deixou cair uma garrafa de aguardente que se espatifou no chão. Durante a conversa que tivemos, aquele sertanista me falou:

— Você não deve fazer a pacificação dos índios "Cinta Larga"!

— Fiquei para saber suas verdadeiras intenções, e repliquei:

— É necessário, pois estão matando muitos índios e o Sr. Presidente

da FUNDAÇÃO determinou o trabalho.

— Fui para o Perat: nós os Irmãos Vilas Boas somos os donos da FUNDA-

ÇÃO e para isso colocamos o Álvaro na Divisão de Assistência;

quem não compartilhar de nossos pontos de vista, não terá vez...

— Fiquei surpreso, sentindo-me desde logo, fora da FUNDAÇÃO,

porquanto nem sempre estou em cumunhão com suas atuações.

Mudamos de assunto, surgindo o caso do inquerito do extinto SPI e o nome dos servidores envolvidos, entre eles o do Inspetor Meireles; falei que o Sr. Malcher era contrário ao aproveitamento dele, e o Cláudio disse o seguinte:

— Os Irmãos Vilas Boas são de opinião contrária e para o apro-

MINISTÉRIO DO INTERIOR

veitamento do Meireles, irão contra o Malcher, o Presidente da FUNDAÇÃO e o próprio Ministro do Interior.

Nossa conversa não ia bem... para acaba-la acrescentei:

— Nosso Presidente espera que os servidores da FUNDAÇÃO trabalhem em equipa, sendo também esse o mau ponto de vista; pois somente acabando com o individualismo, poderíamos ter substitutos e dar real e constante assistência aos silvícolas.

O piloto do avião avisou-me que estava pronto para viajar; então apresentei minhas despedidas ao Sertanista e seguimos para Cuiabá.

Sobrevoando a cidade, transmitimos uma mensagem através da FAB para o Sr. Hélio Jorge Bucker, chefe da 6ª INIB e coordenador da "Operação Cinta Larga". Ele foi ao aeroporto acompanhado do Inspetor Meireles.

O Sr. Bucker falou-me que o Sr. Meireles esperava uma carona para ir à Rondônia, local de sua frente de trabalho, acrescentando haver realizado um sobrevôo na região que deveríamos inspecionar. Cancelei o nosso e dei a carona ao Inspetor.

Ao chegarmos em Rondônia, fomos imediatamente visitar sua Excia. o Governador, para notificá-lo dos trabalhos que deveríamos realizar e pedir colaboração.

Sua Excia. recebeu-nos de pé, desculpando-se que estava de saída. Nossa conversa, girou em ambiente desagradável, pois aquela autoridade, ciente do inquerito que envolvia funcionários do ex-SPI, inclusive o Sr. Meireles, fez referência ao caso e deixou claro não poder confiar em tais servido-

MINISTERIO DO INTERIOR

res, e acrescentou:

— Não há problemas de índios em meu Território, o que ocorre não é grave, houve um choque entre índios e civilizados, com poucas vítimas. Não é caso para alarma porquanto nas cidades diariamente se registram casos semelhantes entre civilizados. Para resolver a situação, mandei procurar na rua e com os padre, quem entendesse de índios para ir ao local de atrito e se fôsse necessário, soltariamos algumas bombinhas sôbre os índios... notando nosso espanto, emendou: "bombinhas de fogos"... não acham que resolveria o problema ?

Fizemos ver a sua Excia. que a medida não poderia ser pior e justificamos com várias razões e o ideal nestes casos, seria comunicar imediatamente a FUNDAÇÃO. Sua Excia. não esperava ser contrariado em seu ponto de vista e falou:

— Vocês estão deliberadamente tumultuando o assunto e assim não chegaremos a nenhum acôrdo. Não há nada de grave e qualquer referência ao caso, atrairia noticiário desfavorável ao meu Território. Concluindo disse: Estou disposto a colaborar com os senhores mas ainda não sei de que forma; não tenho recursos para resolver meus próprios problemas e por esta razão viajarei nos próximos dias para me avistar com o Sr. Ministro do Interior.

Retiramo-nos e o Inspetor Meireles iniciou contatos com seringalista e comerciantes interessados na região de atrito com os índios... Regressei a Cuiabá e o avião ao Rio.

Em princípio instalei-me numa pensão e posteriormente na Inspetoria com o Sr. Eucker para maior entrosamento e apresentarmos um projeto para funcionamento da "Operação" e tomarmos outras providências que foram encaminhadas à administração conforme os Offícios nºs. 172 - 173 - 181 e carta ao Sr. Dale

MINISTERIO DO INTERIOR

gado Ministerial da FNI, para interdição de áreas e criação de reservas indígenas. Nosso Ofício nº 172, provocou estranheza ao Sr. Diretor da Divisão de Assistência que determinou não mais me dirigisse a sua Divisão, diretamente, o que provocou o meu silêncio.

O Jornal do Brasil, havia feito um violento ataque ao Sr. Junqueira e Sr. Amauri Furquim, responsabilizando-os por massacres de índios "Cinta Larga". O Prefeito de Aripuanã Sr. Furquim, exigiu uma reparação do jornal, ao mesmo tempo oferecia um avião para sobrevoar a área de atrito e dando cunho oficial convidou-me para integrar a comitiva, na qualidade de representante da FUNAI.

Sobrevoando o Município, passamos por uma aldeia de índios possivelmente Nhambigwara, localizada no Rio Primavera, afluente direito do Rio Camararé; os silvícolas atiraram flechas tentando acertar o avião. Jogamo-lhe brindes.

Avistando ao longe uma campina na cabeceira do Rio Perdidos, afluente direito do Rio Capitão Cardoso, onde existem aldeias de índios "Cinta Larga", comentamos a possibilidade de um pouso de emergência na campina e a abertura de um polo de atração; seria uma tentativa audaciosa, mas poderia dar bons resultados, candidatei-me à execução da tarefa. Combinamos que a FUNAI entraria com o pessoal, equipamento e combustível em Vilhena e o Prefeito com o avião para dar cobertura. (faltou-nos apoio e o plano não se realizou). Passamos sobre o Campo 21 (aberto pelo Prefeito e 20 garimpeiros que chegaram a região, pelo Rio Juína-Mirim, zona de massacres de índios). Descemos no Campo da Serra Morena, onde um indivíduo nos foi apresentado como sargento da Polícia de Cuiabá e Chefe dos garimpeiros; em sua cabana vimos uma metralhadora INA e outras ARMAS. Informaram-nos que os índios estavam por perto. Neste local encontramos cacos de pane-

MINISTÉRIO DO INTERIOR

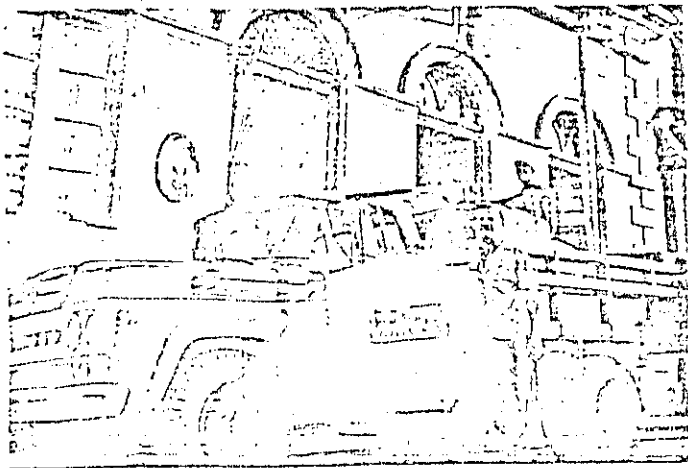
las e outros objetos indígenas o que me fez supor ter sido ali, antigo aldeamento. Prosseguindo viagem, chegamos ao Salto dos Dardanelos, sede do Município, que tem aproximadamente 200 habitantes, na maioria garimpeiros (O local se presta melhor para sede de um Parque Indígena). De regresso pernoitamos no Seringal do Junqueira às margens dos Rios Juruena e Juína-Mirim, onde soubemos que o facínora Chico Luiz é administrador, e estaria no Barracão Águas Bravas, mais ao Norte. O Sr. Furquim disse-nos não ser sócio do Dr. Junqueira, o que ele lamentava; fazendo referencia ao ultimo choque de índios e civilizados no R. Aripuanã, admitiu que morreram índios também. Chegamos em Cuiabá, pondo fim a viagem.

Sua Excia. o Governador de Mato Grosso com intenções não esclarecidas, exigia que o nosso Presidente, conseguisse de sua Excia. Ministro do Interior, um documento que o autorizasse a pedir ajuda do Estado. Tratamos de informá-lo das exigências do Governador e pedimos para tomar providências que nos possibilitassem trabalhar independentemente.

O Inspetor Meireles apresentou-se para a missão e nos disse contar com a ajuda efetiva de seringalistas, agricultores e comerciantes em Rondônia; responsabilizando-se pela alimentação e pessoal para a minha frente de trabalho; escolhemos Vilhena como Base da "Operação"; Neste caso teríamos que transportar o equipamento de atração e iniciamos contatos com Orgão do Governo Federal, Estadual e Municipal; entretanto foi a Lyons S/A quem realizou o transporte.

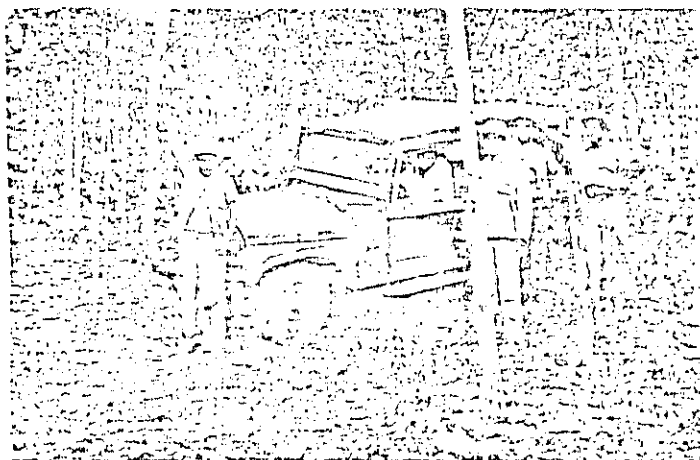
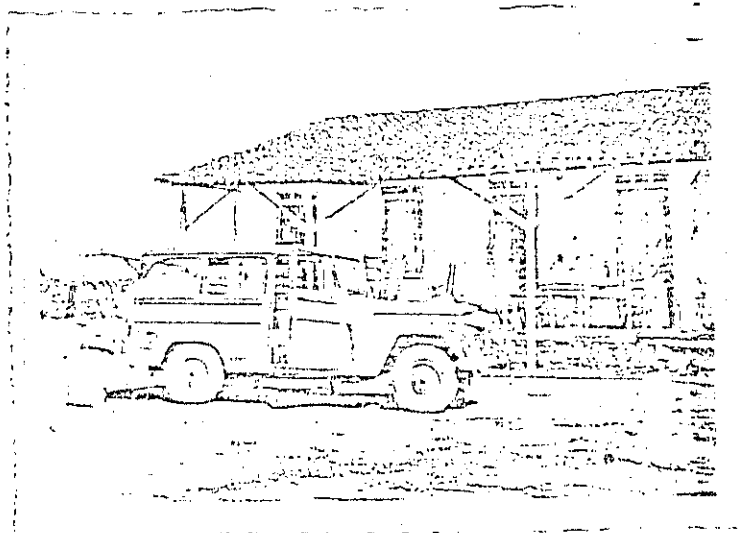
Quando tínhamos certeza que poderíamos pagar o pessoal, segui com dois auxiliares na Toyota da Inspetoria mas a viagem foi interrompida a 80-kms. de Cuiabá, por defeito técnico. Demos ciência ao Sr. Bockar e ele mandou um mecânico e a Rural que atenda a sede, ficando sem viatura. Prosseguimos na

MINISTÉRIO DO INTERIOR



LYON S/A e "OPERAÇÃO
CINTA LARGA" CUIABÁ

EX-ESTAÇÃO TELEGRÁFICA
de VILHENA



JEEP da 6ª DIVIND na
PENETRAÇÃO

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Rural e quando chegamos em Vilhena, tomei posse da velha e abandonada Estação Telegráfica. Em seguida fui à cidade distante 6-
lms., onde apresentei minhas credenciais as Autoridades locais, dando-lhe contas dos trabalhos que deveria realizar, percorri as casas comerciais para científicá-las de que não me responsabilizaria por compras a crédito que fossem realizadas em nosso nome.

Cumprindo determinações do Sr. Bucker, segui para o Pôsto Cel. Pirineu de Souza, a fim de verificar as possibilidades de participarem da "Operação". Haviam mulas, can galhas e os índios mostraram-se interessados no trabalho, desde que recebessem os vencimentos diretamente de mim; feito o compromisso, prometeram apresentar-se para o trabalho dias depois. Fiz o recenseamento e levantamento do patrimônio indígena.

Retornando a Vilhena, encontrei o Inspetor Meireles que havia chégado para apanhar o material de atração e numerários a êle destinado. Falou-me que contava com 30 homens e pretendia completar 50 para acompanhá-lo. Perguntei pela alimentação e pessoal que havia prometido trazer, ao que êle respondeu com evasivas (não sei se fez isso premeditadamente para retardar meu trabalho). Disse-lhe não ter providenciado nada disso por estar confiante em suas promessas, mas tentaria remediar sua falha na própria região.

O Inspetor revelou-se quando fez sua proposta:

— Por que você não vem integrar meu grupo de trabalho ? - irei ao Rio Brevemente e você ficará tomando conta da expedição.

— Disse-lhe que não poderia declinar das incumbências recebidas e iria até o fim, em acôrdo com o estabelecido na reunião em Curitiba; 10 a 12 pessoas.

— Falou-me o Inspetor como seu último argumento: É perigoso

MINISTÉRIO DO INTERIOR

penetrar com poucos homens numa expedição dessas; seria melhor vo-
cê vir comigo...

Isso somente serviu para amedrontar meus
dois únicos auxiliares no momento e ambos pediram para integrar o
outro grupo; autorizei-os.

O Sr. Meireles apresentou-me a um de seus
auxiliares, dizendo-o ser um sargento da Polícia de Rondônia, en-
carregado de sua segurança, contra os próprios auxiliares. Vendo
que não poderia contar comigo para substituí-lo, o Inspetor se-
guiu com seu pessoal.

O Comandante da Base Aérea, sargento Pinhei-
ro, tudo fez para ajudar-nos inclusive uma reunião com a socieda-
de local, apresentando-me e pedindo colaboração. O Sr. Hugo, da
Firma Carganhoto, ciente de que necessitávamos de uma viatura pa-
ra a penetração inicial, prometeu uma pik-up. Entretanto, por de-
feito técnico a caminhonete não foi utilizada.

Pedi ao Sr. Coordenador que nos conseguisse
em 30 dias mais tarde, nos foi remetido.

No dia 30/7 às 23-horas, fui procurado pelo
Sargento Pinheiro, acompanhado pelo Sr. Chico Torres, negociante
em Guajara-Mirim, que tem atividades garimpeiras nos Rios Aripua-
nã e Barão de Melgaços, que vieram comunicar-me o aparecimento de
índios "Cinta Larga" nas proximidades de Marco Rondon, a 130-kms.
na BR-364. Disse-lhe que estava pronto para ir ao local, mas não
disponha de transporte. O comerciante prontificou-se a me trans-
portar, e quando o dia estava amanhecendo, passamos pelo local on-
de os silvícolas haviam sido avistados; pretendi interromper a vi-
agem ali mesmo, Sr. Torres aconselhou-me a ir até o vilarejo, dis-
tante 3-kms. para acalmar e orientar a população. Ao chegar encon-
trei muitos homens armados e extrinsecrados, prontos para abrirem fo-

MINISTÉRIO DO INTERIOR

go contra os índios. Foi difícilimo convence-los do contrário, sendo necessário ameaça-los de evacuar a população se não cooperassem. Serenado os ânimos, procurei o Sr. Torres para voltar ao local da aparição dos índios, mas aquele senhor recusou-se, alegando estar atrasado para o encontro com seus garimpeiros. Postei-me na estrada e consegui uma carona num caminhão que transportava gado. Quando estávamos descendo uma rampa próximo ao local indicado, deparei com o seguinte quadro: - um homem trajando apenas calção e chapéu de palha, atravessava correndo o atêrro defronte a Gleba Colombrá; procurei chamar-lhe a atenção para perguntar sobre os silvícolas, mas o homem continuava correndo e apontava freneticamente um ponto na orla do mato. Visando a direção indicada ainda avistei os índios que ali penetravam: - usavam largas faixas à cintura, os cabelos longos e cocar de penas curtas.

O caminhão parou e simultaneamente ouvi um tiro, partido da Barracão. Descarreguei os brindes e o chofer perguntou-me assustado: - que devo fazer? estou com medo... disse-lhe feche o vidro e vá embora. Corri para o Barracão onde encontrei uma senhora que alucinada ainda empunhava uma espingarda e gritava histérica: - os selvagens mataram meu filho e querem fazer mal a minha filha!... repetia sempre a mesma coisa. Foi necessário gritar-lhe que se acalmasse, várias vezes, para que saísse daquele estado; enquanto seu filho, dizia: - não mãe os índios não me fizeram nada, estou bem...

Verificando que não havia ninguém ferido, segui imediatamente no encalço dos silvícolas e penetrando no mato, fui encontrando alguns objetos do saque; notei que assim lavava a trilha com papel de cigarros e só mais tarde é que percebi o logro que caíra, pois fizera uma pista falsa. Retornei ao Barracão e tomei depoimentos, enquanto mandei o homem do calção e chapéu de palha (o brasileiro), ir a Marco Rondon, avisar

MINISTÉRIO DO INTERIOR

que os índios estavam desarmados e interessados principalmente em alimentos.

DEPOIMENTOS:

O CHOFER :

Trabalha para a Gleba e seu caminhão estava estacionado ao lado do Barracão:

— Vi quando os índios caminhavam em minha direção, subindo a rampa do atterro e pela estrada até o Barracão; vinham desarmados e caminhavam naturalmente. O grupo deveria ter 30 pessoas entre homens, mulheres e crianças; alguns usavam capacetes de penas, faixa larga na cintura (de entrecasca de árvore), braçadeira a pertando o musculo, eram de estatura acima da mediana, claros e completamente nus; não portando coisa alguma. Fui envolvido por eles, que falavam e riam confiantes. Um pediu-me a camisa, por a usar; disse-lhe que não e ele não insistiu. Outro pegou no meu braço dizendo que os acompanhasse, não ofereci resistência e iniciaram o saque: apanharam uma camisa, uma coberta, canecos, pratos, facas, colheres, um machado e um facão. Colocaram um cocar na minha cabeça, mas devolvi imediatamente; continuavam nas buscas sempre rindo brincalhões, assim mesmo o fantasma do medo foi me possuindo e terminei perdendo o controle, desvencilhei-me e corri para o caminhão, entrei na boléia e fui fechando os vidros, um índio jogou um cocar em cima de mim; enquanto perguntavam se eu estava com medo. Dado momento escutei um estampido e vi-os correr na mesma direção de onde haviam surgido.

A SENHORA:

É esposa do zelador, estava só com os dois filhos; uma moça de 15 anos e um moço de 13 anos; tratava dos afazeres diários quando:

MINISTÉRIO DO INTERIOR

— Os índios vinham subindo a rampa da frente ao Barracão, fiquei apavorada e agarrando minha filha pelo braço, corri para o meu quarto e fechei a porta. Meu filho estava no córrego, gritei desesperadamente chamando-o; ele não chegou e fiquei imaginando que os selvagens o tinham matado. Coloquei a menina entre dois colchões e não sabia o que fazer. Notei que estavam mexendo em tudo e vi uma mulher espionando pelas frestas e escutei uma mulher falar: Mulher tem aí... isso aumentou meu pavor, sentindo-me descoberta; apanhei a espingarda para afugentá-los; um índio tentava passar para o meu quarto por cima da parede; apavorada atirei na sua direção, mas não queria acertá-lo. Ele pulou no chão e correu e os outros que estavam no terreiro também, fiquei animada e fiz o segundo disparo; depois só me lembro que o senhor mandou me dar água com açúcar. Por favor não vá embora, tenho medo que eles voltem...

GAROTO DE 12 ANOS:

— Escutei minha mãe chamando, olhei para o atêrro e vi os índios caminhando para o barracão, mas vendo que não chegaria lá antes que eles, corri para o pasto, onde trabalhava o Baiano, contei o que estava ocorrendo no barracão e ele saiu correndo para lá; quando regresssei o senhor já havia chegado.

A MOÇA DE 15 ANOS

— Quando os índios estavam chegando, minha mãe agarrou-me pelo braço e fui quase arrastada para o quarto, onde ela me colocou entre os colchões; fiquei abafada e não vi nada.

O BAIANO:

— Estava trabalhando no pasto, quando o garoto chegou dizendo que os índios estavam no barracão, corri para lá, queria fazer amizade com ele; porém quando estava próximo escutei o tiro de es-

MINISTÉRIO DO INTERIOR

pingarda e os índios corriam ao longo da BR, em direção ao meu barraco enquanto outros estava entrando no mato, mais além. Continuei correndo e gritando que era amigo, na esperança de atraí-los, mas foi em vão; mesmo os que encontravam-se no interior do barraco, correram depois de jogarem um cocar no terreiro, talvez em pagamento dos objetos que apanharam. Nesse momento o senhor estava chegando e a mulher fez o segundo disparo.

As descrições quanto as características dos silvícolas, coincidia, sendo desnecessário anotá-las isoladamente.

Examinando o ângulo do disparo, verifiquei que o chumbo encrustara-se em cheio no esteio por onde deveria a parecer a cabeça do índio, enquanto o segundo tiro foi para o ar.

Seguindo as pegadas dos silvícolas, encontrei num buraco de erosão, um arco de fibras de palmeiras, medindo aproximadamente 2-mts., forte e bem polido; três flechas longas, sendo duas de caça e uma de pesca, duas duplas ou seccionadas, com a ponta exterior de taquara e a interior de fibras de palmeiras; elas tinham trançados de fios de cabelos de porcos, e as penas eram de gaviões. Encontrei também uma borduna muito simples mas resistente. Percorri ainda uns 6-kms, sendo que desta vez não perdi os verdadeiros vestígios, sem lograr encontrá-los, retornei. Em Marco Rondon, encontrei a população em pé de guerra; ficando sabendo que um chofer havia dito que os silvícolas assaltaram, mataram e queimaram a gleba e que se dirigiam para o vilarejo. Fiquei furioso, mas o indivíduo já estava longe.

Passei a noite de vigília; não houve nada de anormal; entretanto pela manhã, fui chamado às pressas, dizendo que os índios estavam atacando uns lavradores ali perto. Corri para o local e notei que a algazarra de vezes era proveniente

MINISTÉRIO DO INTERIOR

de um bando de papagaios.

Permaneci na região, até que tudo indicava terem os silvicultores ido embora.

Em Vilhena, soube que o Sr. Ladislau Nunes de Araujo, Sub-Delegado de Pimenta Bueno, enviara três candidatos aos trabalhos de penetração e os índios Nhambiquara do Posto, já aguardavam-me no Acampamento. Iniciei imediatamente a abertura e desobstrução da velha e abandonada estrada carroçavel sob as linhas telegráficas; esperava a qualquer momento o jeep enviado pelo Sr. Bucker, e pretendia mudar o Acampamento para um ponto mais avançado.

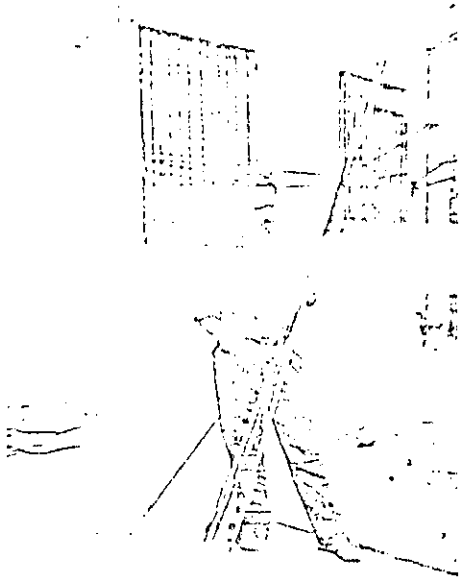
Novo recado de Marco Rondon, dizia que os índios haviam flechado um caminhão e cercado a Gleba Colombrina com intenções belicosas. Seguí desta vez acompanhado dos auxiliares, num caminhão do 5º BEC, que transportava um grupo de gaviãopeiros embriagados, galinhas e porcos. Na Gleba encontrei o Barracão cercado, mas de indivíduos armados e entrancheirados, prontos para receberem os índios... Procurei o administrador, porem o zelador é que veio ao meu encontro, dizendo; que ao contrário de sua esposa, teria recebido os índios a bala... diante disso, mal contive minha revolta e ameacei de prisão, todos que não se retirassem do local; dizendo ainda que conseguiria a total interdição das áreas parализando as atividades da Gleba; somente depois dessas declarações é que o capataz saiu de seu esconderijo e prometeu abandonar com seus homens o Barracão; retiraram-se ficando apenas o Baiano como vigia. Verificamos os vestígios, constatei que os índios ali estiveram uma segunda vez. Colocamos brindes nas imediações e dirigime a Marco Rondon, observando que reinava a inquietação além da população ter aumentado em número de homens embriagados; eram garimpeiros, lavradores e seringueiros que se reunem para o fim de semana; porem todos estavam armados e bem municados. Um tal de

Pernambuco, fez um disparo de espingarda, contrariando minha orientação; fui ao seu encontro, êle escondeu-se num roçado; vim a saber que êle trabalhava para um Sr Lima que se dizia enfermeiro do 5º BEC e é metido a dono das terras melhores do local. Fui até seu barraco apresentando-me e pedindo a colaboração, para melhor orientar a população. Ao contrario do que esperava, o Sr. Lima não só negou-se, como declarou ainda, que seria o primeiro a atirar; disse-lhe então que defenderia os índios da mesma forma. Aproveitei a oportunidade para saber se era verdade que êle dissera-se disposto a tomar o material por mim coletado na primeira visita dos índios, pois tinha certeza que eu o venderia na primeira oportunidade; êle negou; mas sabendo-se descoberto, descontrolou-se, e retirando-se foi misturar-se com seus admiradores e jagunços; onde maquiavêlicamente procurou jogá-los contra mim, dizendo que eu o havia desacatado... fiquei pronto para o pior, não reagiram positivamente então retirei-me indo para o acampamento na Gleba. Pela manhã, fiquei sabendo que os bebados tinham invadido o aldeamento dos índios Nhambiquara e violentaram as mulheres, o que aliás era comum nos dias de sábados e domingos. Fui a Pimenta Bueno e relatei o caso ao Sr. Ledislau, sub Delegado, que prometeu fazer uma vizitinha a seu modo, ao vilarejo. De volta ao acampamento, um informante disse que os índios atravessaram o Rio Barão de Melgaços e caminhavam em direção ao Rio Roosevelt. Retornei a Vilhena e no mesmo dia chegou o jeep.

Consegui com o 5º BEC, abastecimento para a viatura e iniciei a mudança, para a margem do Rio Ten. Marques que nessa altura tem o nome de Ananz e esta distante de Vilhena 38-kms. Daqui para a frente teriamos que seguir com as mulas carregueiras e a pé, levando somente o indispensável para a realização dos trabalhos de penetração.

O terreno bastante acidentado e arenoso re

MINISTERIO DO INTERIOR

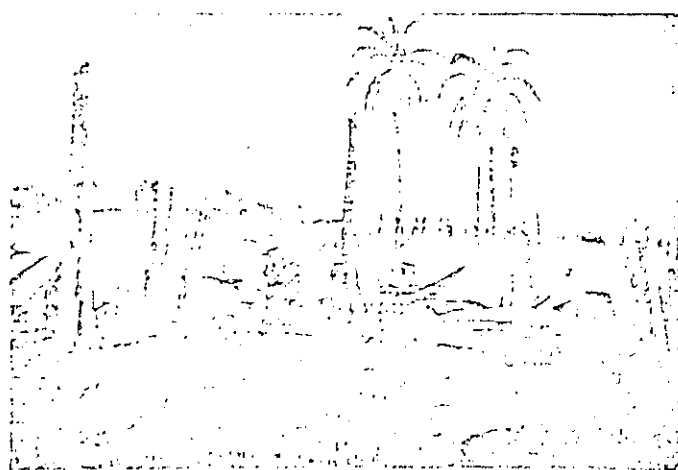
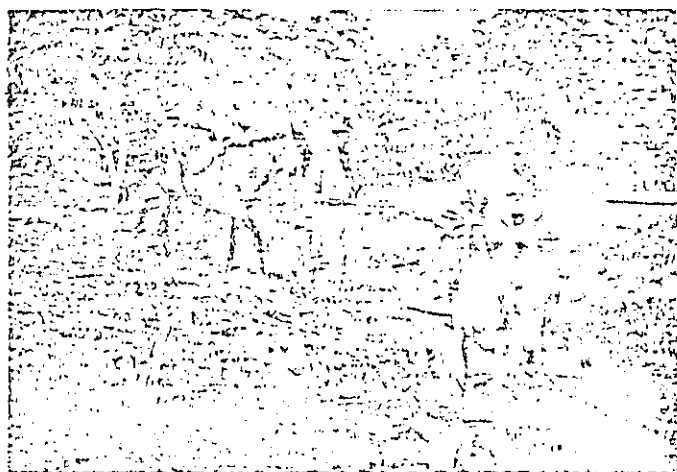


Primeiras peças dos

"CINTA LARGA"

Julho de 1968

Penetração com mulas



EX-ESTAÇÃO TELEGRÁFICA

TRÊS BURITIS

MINISTERIO DO INTERIOR

tardava a caminhada, viajando sob as Linhas Telegráficas, não necessitávamos de bússola. O pernoite foi na margem do Ribeirão Encontro, afluente esquerdo do Rio Tenente Marques, onde construímos uma barraca; havíamos percorrido 18-kms.

No dia seguinte passamos pelo chapadão Joaquim Paresis e alcançamos o Córrego Lyrio, também afluente esquerdo do Rio Tenente Marques e distante 24-kms. Dois auxiliares regressaram por questão de saúde, ou por terem visto indícios dos índios Cinta Larga. Os companheiros Nhambiwarea contaram-me que antigamente existia uma aldeia nas margens do Rio Tenente, distante de onde nos encontrávamos 30-kms.; disseram que era muito pisoso mas foram desalojados pelos "Cinta Larga". Convidei-os para ir ao local; eles não se mostraram animados, e quiseram voltar; não permití.

Passamos por uma serra desgastada pela erosão, que lembrava-nos castelos fantásticos. Aos poucos fomos nos familiarizando com um pio constante de certa ávia que não vive em lugar semelhante; desconfiamos que estávamos sendo seguidos e quando chegamos ao Córrego Julio Coetano, afluente direito do Ribeirão da Bandeira, tive a confirmação e procurei disfarçar as pegadas recentes dos índios "Cinta Larga", para meus companheiros não encontra-las. Nossa viagem foi de 30-kms. aproximadamente.

Do Córrego onde estávamos, até os Três Buritis, percorremos várias pontas de serras tão difícil de serem ultrapassadas, que tivemos de descarregar as mulas. Finalmente vencemos os 15-kms. que nos separavam daquele cenário desolador; eram as ruínas ou esqueleto da antiga Estação Telegráfica que havia sido queimada pelos índios depois do último choque com os "civilizados". Montamos acampamento e as rédeas foram atadas nos estalhos enfiados; havia uma inquietação no grupo, provocada pelo

MINISTÉRIO DO INTERIOR

ambiente e os índios apontando para o sol poente, disseram: É por ali que sempre chegam os "Cinta Larga"... olhando para o ponto indicado, avistamos também a grande cruz de madeira, que os antigos moradores levantaram.

A noite iluminada pela lua não permitia conciliarmos o sono e ficamos conversando até tarde; nessa ocasião o índio Nhambiwara Felipe, contou o choque que transformou o local em ruínas e mostra mais uma vez que os silvícolas valem menos que um cachorro vira-latas, para alguns "Civilizados"

— Nossos parentes viviam quietos com os moradores daqui; trabalhavam na lavoura, lenha e ajudavam com a criação. Quando os Cinta Larga vinham visitar o Pôsto Telegráfico, que tinha as casas cercadas de estacas altas, ficavam tanto os brancos como os nossos parentes escondidos; embora eles nunca atacassem o Pôsto. Numa ocasião chegaram de surpresa e não deu tempo de fechar a porta da Estação, eles entraram olharam tudo, apanharam alguns objetos, largaram também presentes e foram embora. Outra vez por acaso um índio jovem apanhou um cachorro vira-latas (não prestava para coisa alguma e o dono vivia castigando-o, cortando ponta de orelha, rabo e dando surras), e quando foi andando, levou um tiro de carabina 44 nas costas; então deu-se o choque, no qual morreram muitos índios, que abandonavam suas flechas para socorrer os feridos e carregar os mortos, não ficou um corpo de Cinta Larga no campo de luta, levaram todos durante a noite. Os brancos correram para Vilhena e os índios para o Rib. Festa da Bandeira; depois voltaram e queimaram tudo. Morreram também alguns índios nossos parentes; três meninas, seguiram sôzinhas para Vilhena, escondendo-se durante o dia e caminhando durante a noite; uma morreu de fome e as duas que restaram conseguiram se salvar.

Pela manhã, segui apenas com dois auxilia-

MINISTÉRIO DO INTERIOR

res em direção do Rib. Festa da Bandeira, que seria meu ponto final na penetração; percorremos os 9-kms. que nos separavam, até atingirmos um tremedal (pantano) às margens do Ribairão, que nessa altura não tem barreiras definidas; devassamos as matas vizinhas onde encontramos vestígios recente dos índios em temporada de caçadas. Escolhemos um bom local, onde armamos uma barraca de brindes; recuamos para os Três Buritis, e fomos ateando fogo nos campos para atrair a atenção dos silvícolas que deveriam estar por perto. Os companheiros que ficaram no Acampamento não haviam ido caçar, com medo de serem caçados. Armamos com folhas de zinco, uma barraca para colocação de brindes nos Três Buritis.

Iniciamos a volta, sem pressa, parando nos mesmos pontos onde na penetração construíramos barracas, até que chegamos em Vilhena. Nenhum de nós estava em bom estado de saúde; dispensei os índios para que voltassem aos seus trabalhos no Posto o que também nos dava uma economia na folha de pagamento. Um dos civilizados pediu para ser desligado por algum tempo enquanto resolveria assuntos particulares. Ficaram apenas dois civilizados na velha Estação Telegráfica, para policiar a área.

Todos os auxiliares foram pagos em conformidade com o contrato, somente um comerciante alegou que alguém havia comprado em nome da FUNAI, mas como não autorizei fornecimento algum a crédito, não reconheci a conta apresentada como válida.

Pedi ao Sargento Pinheiro, para dar cobertura aos auxiliares enquanto dirigi-me a Cuiabá, para dar contas dos trabalhos realizados, ao Sr. Coordenador e pedir providências para melhorar os rendimentos nas futuras penetrações; entre as quais estavam os pedidos de um avião para sobrevôo e um barco a motor para devassar o Rio Ten. Marques, Cap. Cardoso até o Rio Roosevelt, em busca das malocas assinaladas em mapas.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Em Cuiabá, cheguei no dia 28 de Agosto, iniciando a preparação do relatório escrito, para ser remetido a Presidência da FUNAI; ao mesmo tempo o Sr. Eucker informava por telegrama que eu havia realizado uma penetração de aproximadamente 142 kms.; pedindo também a renovação de meu contrato. Nessa ocasião, recebi a denúncia de que índios em estado primitivo tinham realizado um ataque a uma feitoria de seringueiro, no divisor de águas do Rio Juruena e Aripuanã. Antes que fosse ao local para investigações, contratei o Sr. Marinone Almiro Gutemberg, esposo de uma funcionária do serviço, para bater o relatório, ficando uma via assinada com o Sr. Eucker para dar andamento ao mesmo. Também, providenciei a remessa dos artefatos indígenas coletados em Marco Rondon, para a Presidência da FUNAI.

Consegui uma passagem em um taxi-aéreo para a Gleba Gaucha (Arinos) e segui em um outro barco do Sr. Berra até o Juruena, chegando ao Posto do Fritz; contratei alguns índios para acompanharem-me na penetração; a viagem de mato durou duas semanas, mas constatamos que realmente a denúncia tinha fundamento; os índios assaltaram, queimaram o barraco e a produção de látex do seringueiro, não houve vítimas. Constatamos também que os atacantes foram índios Aripacktsá e não "Cinta Larga" como a princípio se supunha. Colocamos alguns brindes no local e novamente passei pelo Posto para devolver os silvícolas. Viajei no Barco da Gleba Gaucha e quando chegamos no Barracão-Deposito do Rio Juruena, soube de um atrito de índios Cinta Larga e garimpeiros no Rio Vermelho, afluente esquerdo do Juruena, próximo ao Rio Juina-Mirim. Fui a região e soube que os "Cinta Larga", puseram para correr o grupo de garimpeiros, que trabalha para o fazendeiro Chico Luiz, Administrador do Juncueira no Barracão Águas Bravas; a corrida terminou no Barracão, pois o Chico Luiz, armou os garimpeiros e os mandou de volta ao trabalho; é óbvio que haverá mais um massacre de Cinta Larga, se não for tomado providências.

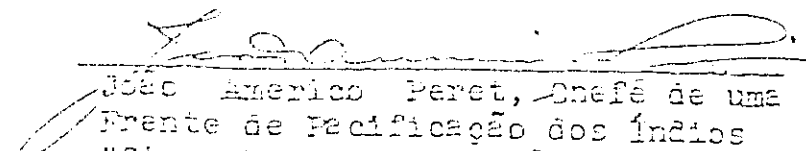
MINISTERIO DO INTERIOR

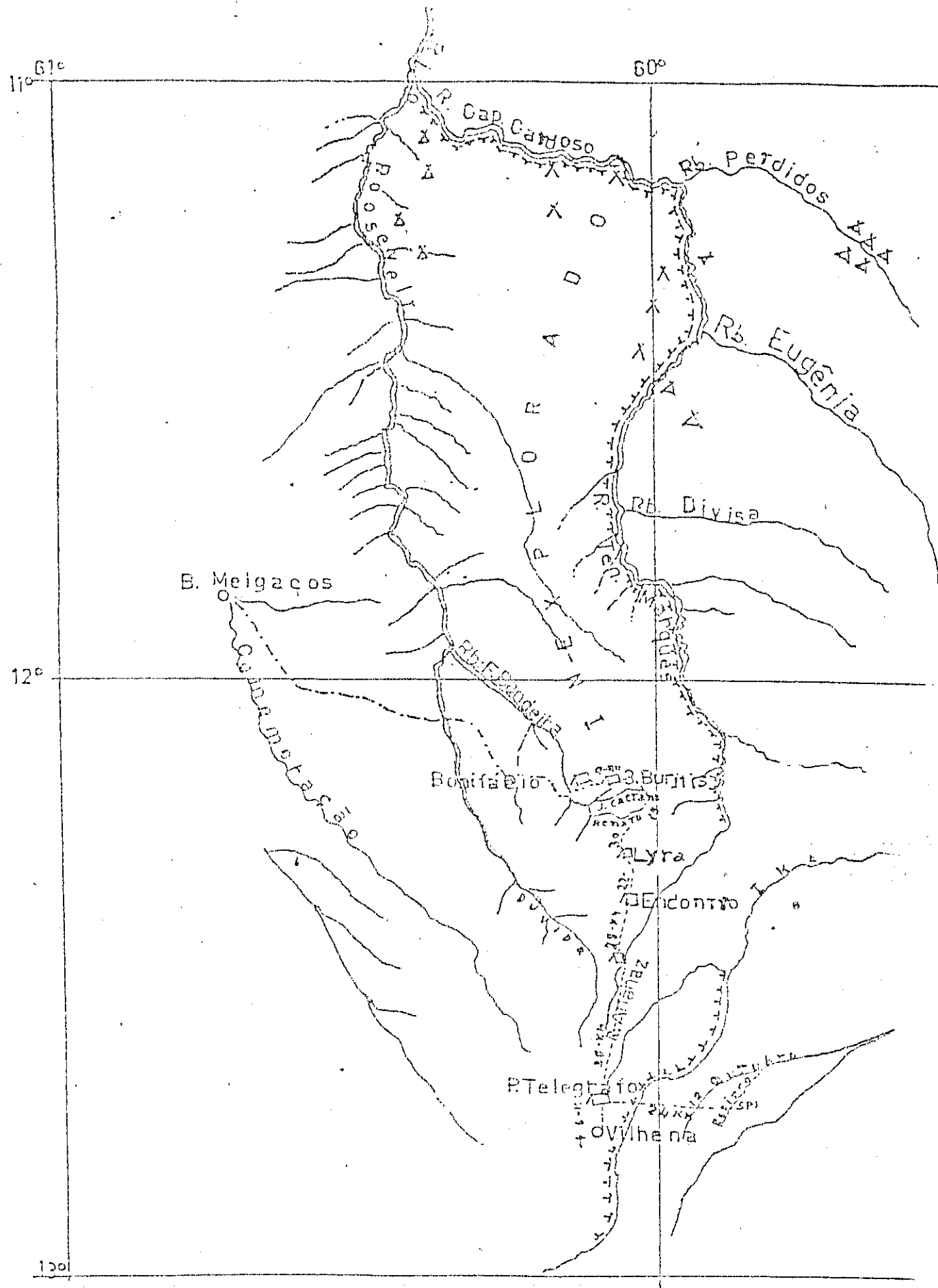
Na Gleba Gaúcha, fiquei sabendo da corrida dos investidores de São Paulo na região do Rio Teles Pires e afluentes, que para aceleração dos trabalhos estão utilizando até paraquedistas; sistema utilizado pelo Sr. Vilela (o Sr. Bucker esta colhendo o endereço), na cabeceira do Rio Paranaita, afluente esquerdo do Teles Pires. É região de índios Apiacá, Caiabi e Kaiapo em estado primitivo.

Da Gleba Gaúcha, pedi um táxi-aéreo para o meu regresso a Cuiabá e sobrevoar a região dos índios Tapaluna "Beijo de Pau"; onde observei que os índios estão com boas lavouras derrubadas, o que demonstra estarem utilizando bem os brindes que temos dado. É interessante registrar que apesar de ser apenas um grupo que sai na região dos Rios Tomé de França e Miguel de Castro, todos estão utilizando ferramentas o que nos leva a acreditar, haver uma interligação entre eles; as várias aldeias cobrem uma área de 60-kms. aproximadamente, sendo que avistei 11 aldeias e o piloto disse que sabem onde existem outras, fora de nossa rota.

Chegando a Cuiabá, informei ao Sr. Coordenador o resultado da viagem; ao mesmo tempo que soube não ter sido renovado meu contrato; pretendi seguir assim mesmo para a região onde montara os acampamentos de atração nos Três Baritís, mas o Sr. Bucker aconselhou-me a seguir para o Rio, afim de saber os motivos e dirimir alguma dúvida; assim sendo, nesta data 8 de outubro, sigo para o Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 1968


João Americo Peret, Chefe de uma
Frente de Pacificação dos Índios
"Cintua larga" na região dos Três
Baritís.



MJNINTER - FNI - 6° ININD - CUIABÁ
PENETRAÇÃO E DROGUÍIS - J.A. PERET
COORDENADOR INSP. H. J. BUCKER -
ESCALA 1:1.000.000 = CARTA M. GROSSO
ACAMPAMENTOS □ ATRAÇÃO = ▭



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE I
DECRETO Nº 46.237 - DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO CVI - Nº 137 CAPITAL FEDERAL QUINTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 1959

DECRETO Nº 62.919 - DE 5 DE JUNHO DE 1968

Transforma e cria Organizações Militares e da outra providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 83, inciso II, da Constituição e de acordo com o art. 19 da Lei nº 2.651, de 25 de agosto de 1956 combinada com o art. 7º, § 1º, do Decreto nº 41.136, de 20 de março de 1957, modificado pelo de número 62.948, de 5 de julho de 1968, decreta:

Art. 1º São transformados: o Grupamento das Unidades-Escola em 1ª Brigada de Infantaria, a Infantaria Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria em 2ª Brigada de Infantaria e a Companhia de Comando e Serviços do Grupamento das Unidades-Escola em Companhia de Quartel-General da 1ª Brigada de Infantaria.

Art. 2º É criada a Companhia de Quartel-General da 2ª Brigada de Infantaria, com sede em Niterói - RJ.

Art. 3º O Ministro do Exército regulará, mediante atos complementares, a execução pormenorizada e progressiva das disposições deste Decreto, inclusive quanto à nova subordinação das Organizações Militares que constituíam o Grupamento das Unidades-Escola.

Art. 4º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de junho de 1968; 147ª da Independência e 86ª da República.

A. COSTA E SILVA
Maurício de Lyra Tavares

DECRETO Nº 62.995 - DE 16 DE JUNHO DE 1968

Declara interditadas, para fins de pacificação de tribos indígenas, as áreas que discrimina.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição, tendo em vista o disposto nos artigos 4º, item IV, e 186, da Constituição, e os fatos deduzidos na Exposição de Motivos nº 115-68, do Ministro de Estado do Interior, decreta:

Art. 1º Fica interditada, temporariamente, para efeito das providências de pacificação das tribos indígenas "Cintas Largas" e "Nambikwaras", a área limítrofe do Estado de Mato Grosso e Território Federal de Rondônia, compreendida pelos limites seguintes: ao Norte, por uma linha reta, partindo da luz do ribeirão de Jacutinga, afluente da margem direita do rio Roosevelt, até chegar, no

ATOS DO PODER EXECUTIVO

mesmo paralelo, a margem esquerda do rio Jurema; a Leste, subindo pela margem esquerda do rio Jurema no sentido do rio Camararé até encontrá-lo e, a seguir, pelo curso deste até a BR-264, no Sul, pela margem norte da BR-264 até os limites do Território Federal de Rondônia; a Oeste, dentro do Território Federal de Rondônia, descendo pela margem direita do rio Roosevelt até a foz do ribeirão de Jacutinga, nesse mesmo rio.

Art. 2º Fica facultado à Fundação Nacional do Índio, no exercício do poder de polícia, conferido pelo artigo 1º, item VII, da Lei nº 5.371, de 3 de dezembro de 1967, impedir ou restringir na área delimitada pelo artigo 1º deste Decreto, e durante o período necessário à pacificação das tribos, o ingresso, o trânsito, ou permanência de pessoas, ou grupos, cujas atividades sejam julgadas inconvenientes ao êxito dos contatos com os indígenas.

Art. 3º Para os fins constantes do artigo anterior, a Fundação Nacional do Índio poderá solicitar à autoridade competente a colaboração de agentes do Departamento de Polícia Federal.

Art. 4º Ultrapassados os trabalhos de pacificação, a Fundação Nacional do Índio dará ciência imediata ao Ministro do Interior para efeito de ser providenciado o ato declaratório de desinibição da área.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1968; 147ª da Independência e 86ª da República.

A. COSTA E SILVA
Afonso A. Lima

DECRETO Nº 62.997 - DE 16 DE JUNHO DE 1968

Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição, e face o que dispõe os artigos 6º do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1956, e 13, do Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967 e, bem assim, do que consta do Processo nº C.F.E. 278-68, do Ministério da Educação e Cultura, decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que a este acompanha e vai assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1959; 147ª da Independência e 86ª da República.

A. COSTA E SILVA
Tasso Dutra

PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

TÍTULO I

Da Universidade e seus fins

Art. 1º A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com sede na cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul e uma autarquia educacional, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e didática, nos termos da legislação federal.

Art. 2º A Universidade tem como objetivo a formação integral do homem.

Parágrafo único. A Universidade atenderá a comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são próprias.

Art. 3º A Universidade é estruturada de modo a preservar sua natureza orgânica, social e comunitária:

- a) como instituição orgânica, assegurando a mais perfeita integração e intercomunicação entre os seus elementos constitutivos;
- b) como instituição social, prestando um serviço ao desenvolvimento e das aspirações da sociedade brasileira;
- c) como instituição comunitária, contribuindo para o estabelecimento de condições de convivência, segundo a liberdade, a justiça e o respeito aos valores humanos.

TÍTULO II

Da estrutura da Universidade

Art. 4º A estrutura da Universidade compreende:

- a) as Unidades Universitárias;
- b) os Órgãos Suplementares.

Art. 5º As Unidades Universitárias são órgãos destinados ao exercício simultâneo de atividades de ensino e pesquisa, distinguindo-se:

- a) os Institutos Centrais, as Faculdades e Escolas, com seus Órgãos Auxiliares;
 - b) os Institutos Especializados.
- Parágrafo único. Será permitida a formação de conjuntos de Unidades Universitárias, com objetivos e fins, mediante resolução do Conselho Universitário.

Art. 6º Os Órgãos Suplementares desempenham atividades auxiliares de natureza técnica, cultural, recreativa e de assistência ao estudante, sem

responsabilidade direta na administração do ensino e da pesquisa.

CAPÍTULO I

Das Departamentos

Art. 7º O Departamento

responsabilidade direta na administração do ensino e da pesquisa. Não se permitirá, na Universidade, a duplicação de Departamentos com finalidades semelhantes, nem a duplicação de atividades docentes em Departamentos distintos, reservadas as unidades localizadas em municípios distantes da sede da Universidade.

Art. 8º Cada Departamento compreenderá:

- a) um quadro de professores, pesquisadores, técnicos e auxiliares;
- b) as instalações e demais recursos materiais necessários à sua tarefa;
- c) os serviços próprios de administração e chefia.

Art. 9º Cada Departamento é responsável pelo planejamento, distribuição e execução das tarefas que lhe são peculiares, em todos os níveis e para todos os fins da educação superior, em subordinação aos órgãos superiores de coordenação do ensino e da pesquisa, na forma do Estatuto.

CAPÍTULO II

Das Institutos Centrais

Art. 10. Os Institutos Centrais são unidades constituídas pela reunião de Departamentos que operam nas áreas do conhecimento fundamental.

Art. 11. Serão os seguintes, sem prejuízo de outros que venham a ser criados, os Institutos Centrais da Universidade:

- 1) Instituto de Matemática;
- 2) Instituto de Física;
- 3) Instituto de Química;
- 4) Instituto de Geociências;
- 5) Instituto de Biociências;
- 6) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas;
- 7) Instituto de Letras;
- 8) Instituto de Artes.

Art. 12. Cada Instituto Central compreenderá:

- a) os Departamentos que o integram;
- b) as instalações e serviços comuns aos Departamentos nele integrados;
- c) os serviços próprios de administração e chefia.

Art. 13. Os Institutos Centrais terão por finalidade específica:

- a) ministrar ensino geral e básico;
- b) ministrar ensino especial subsequente, nos campos do conhecimento por eles abrangidos;

ANEXO 22

As Repartições Públicas deverão entregar na Seção de Comunicações do Departamento de Imprensa Nacional, até às 17 horas, o expediente destinado à publicação.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erro ou omissão, deverão ser formuladas por escrito à Seção de Redação, até o quinto dia útil subsequente à publicação no órgão oficial.

A Seção de Redação funciona, para atendimento do público, de 11 às 17h30 min.

Os originais, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em espaço duplo, em uma só face do papel, formato 22x33; as emendas e rasuras serão ressalvadas por quem de direito.

As assinaturas podem ser tomadas em qualquer época do ano, por seis meses ou um ano, exceto as para o exterior, que sempre serão anuais.

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE I

Órgão destinado à publicação dos atos da administração centralizada. Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional, BRASÍLIA

ASSINATURAS

Table with columns: REPARTIÇÕES E PARTICULARES, FENCION, Capital e Interior, Capital e Exterior, Semestre, Anos, Ano. Includes prices in NCr\$.

NUMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar. O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,01, no do mesmo ano, e de NCr\$ 0,01 por ano, se de anos anteriores.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem prévio aviso.

Para evitar interrupção na remessa dos órgãos oficiais a renovação de assinatura deve ser solicitada com antecedência de trinta (30) dias.

Na parte superior do endereços estão consignados o número do talão de registro da assinatura e o mês e o ano em que findará.

As assinaturas das Repartições Públicas serão anuais e deverão ser renovadas até 28 de fev.

ANEXO 23

suplementos quanto à sua aplicação.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só serão remetidos aos assinantes que os solicitarem no ato da assinatura.

zado no Ministério da Fazenda sob o nº 152.120-07.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 16 de julho de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

(89 44.686 - 26-11-64 - NCr\$ 10,20)

DECRETO Nº 64.860 - DE 23 DE JULHO DE 1969

Cria o Parque Indígena que discrimina, no regime limitrofe do Estado de Mato Grosso com o Território Federal de Rondônia, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, item II, da Constituição e tendo em vista o disposto em seus artigos 4º, item IV, e 185, bem como os fatos decorridos na Exposição de Montreal nº 0141, de 18-7-66 do Ministério de Estado do Interior, decreta: Art. 1º Fica criado, no regime limitrofe do Estado de Mato Grosso com o Território Federal de Rondônia, o Parque Indígena do Arapuaçu, com a característica principal de área reservada aos índios "Cintas-Lerens" e "Nambikwara", para os efeitos do artigo 185 da Constituição.

§ 1º Os limites do Parque são os constantes do Decreto nº 62.995, de 15 de julho de 1968, que interdita a área que especifica, com a finalidade de criar condições para a atração e pacificação das tribos em aprisco.

§ 2º A autorização para explorar os recursos minerais, nos limites do Parque, ficará condicionada à prévia autorização com a Fundação Nacional do Índio, no sentido do resguardo dos interesses do patrimônio indígena.

Art. 2º A Fundação Nacional do Índio, a quem caberá a administração do Parque, terá o prazo de 2 (dois) anos para apresentar, no Ministério de Minas, projeto de recuperação da área reservada, desde que não da extensiva à necessidade dos índios que a ocupam.

Art. 3º Fica facultado à Fundação Nacional do Índio, no exercício do poder de polícia conferido pelo artigo 1º, item VII, da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, requisitar a cooperação da Polícia Federal, no sentido de que sejam imputados ou restringidos o ingresso, o trânsito ou permanência de pessoas ou grupos cujas atividades sejam julgadas nocivas ou inconvenientes ao processo de assistência aos índios na área reservada ao Parque.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 23 de julho de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

José Costa Cavalcanti

DECRETO Nº 64.861 - DE 23 DE JULHO DE 1969

Inclui servidores na Parte Suplementar do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, por força de decisão judicial.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 82, item II da Constituição, em cumprimento ao Acórdão do Supremo Tribunal Federal proferido no julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 17.531, do Estado da Guanabara, e tendo em vista o que consta do Processo nº 19.544, de 1963, do Ministério da Saúde, decreta:

Art. 1º São considerados ocupantes do cargo de Tesoureiro-Auxiliar, padrão 4-C (Primeira Categoria, ex vi do artigo 1º da Lei nº 4.061, de 8 de maio de 1962), a partir de 8 de julho de 1963, incluídos na Parte Suplementar do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, os funcionários Helene Ramos, Alva Donnici de Oliveira, Antonio Ramalho, Euclides Gandra, João Marques da Silva, João Teixeira de Aguiar Junior, José Inácio Teixeira e Odaleia Moura Correia, 5 (cinco) cargos de Escriturário-Datilógrafo, AP-204.7, ocupados por Adolpho de Azeredo, Alceu Ponciano Lobão, Diomedes Virgínia de Souza, Fernando Rebelo Paraguassu, Jaiva Alves Luz, Ruth Carvalho Grillo, Violeta Madureira, Darcy Cabral de Souza, Francisco Bacellar, Edith Alvarez Dias, Dinorah Maranhães Martins da Silva e Celso Afonso, beneficiários pela decisão judicial citada.

Parágrafo único. A partir de 29 de junho de 1964, de acordo com o disposto nos artigos 7º e 43 da Lei nº 4.245, de 26 de junho de 1964, os funcionários relacionados neste artigo passarão a ser considerados ocupantes do cargo de Tesoureiro-Auxiliar (1ª Categoria), nível 12, visando a vantagem financeira mencionada a contar de 1º de junho de 1964, aplicando-se-lhes, igualmente, a partir de 1º de março de 1967, os aumentos correspondentes ao cargo de Tesoureiro-Auxiliar de 1ª Categoria pela Lei nº 146, de 3 de fevereiro de 1957, observado o que dispôs os artigos 8º e 12 do mesmo Decreto-Lei nº 146, citado.

Art. 2º Ficam suprimidos no Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Saúde, a partir de 8 de julho de 1963, 1 (um) cargo de Oficial de Administração, AP-201.15.C ocupado por Helena Ramos, 2 (dois) cargos de Oficial de Administração AP-201.12.A, ocupados por Antonio Ramalho e Alva Donnici de Oliveira, 5 (cinco) cargos de Escriturário, AP-202.10.B, ocupados por Euclides Gandra, João Marques da Silva, João Teixeira de Aguiar Junior, José Inácio Teixeira e Odaleia Moura Correia, 5 (cinco) cargos de Escriturário-Datilógrafo, AP-204.7, ocupados por Adolpho de Azeredo, Alceu Ponciano Lobão, Diomedes Virgínia

de Souza, Fernando Rebelo Paraguassu e Jaiva Alves Luz, 1 (um) cargo de Técnico Auxiliar de Mecanização, AP-402.11.B, ocupado por Ruth Carvalho Grillo, 1 (um) cargo de Mecânico, AP-405.9.B, ocupado por Violeta Madureira, 1 (um) cargo de Auxiliar de Manutenção, AP-406.11.A, ocupado por Darcy Cabral de Souza, 1 (um) cargo de Técnico de Contas, AP-501.15.B, ocupado por Francisco Bacellar, 1 (um) cargo de Auxiliar de Mecânica, AP-1206.6, ocupado por Edith Alvarez Dias e 2 (dois) cargos de Atendimento, AP-1762.7, ocupados por Dinorah Maranhães Martins da Silva e Celso Afonso, todos constantes da relação nominal anexa ao Decreto nº 58.276, de 22 de dezembro de 1964.

Parágrafo único. Em consequência do disposto neste artigo, fica substituído a readaptação de Edith Alvarez Dias, do cargo de Auxiliar de Mecânica, P-1206.6, para o cargo de Oficial de Administração, AP-201.12.A, constante do Decreto de 14 de novembro de 1966, publicado no Diário Oficial de 17 do mesmo mês e ano.

Art. 3º O órgão de pessoal competente providará os títulos dos funcionários abrangidos pelo disposto neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de julho de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA

Romeu Honório Loures

DECRETO Nº 64.862 - DE 23 DE JULHO DE 1969

Abre ao Ministério da Fazenda em favor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior o crédito suplementar de NCr\$ 600.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 82, item II, da Constituição, e da autorização contida no Artigo 16, da Lei nº 5.566, de 29 de novembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica aberto no Ministério da Fazenda, em favor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, o crédito suplementar de NCr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos) para reforço de dotação orçamentária consignada no subitem 5.07.09, a saber:

- 5.07.09 - Ministério da Fazenda
5.07.13 - Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior
01.07.09-1.014 - Coodenação dos Serviços da Delegacia

NCr\$

A implantação de uma estrada e a criação do Território Federal do Aripuanã são a única solução que o frei Luís Maria de Tomás Flores — que vive na região há algum tempo — vê para uma área do Norte do Mato Grosso, maior que o Estado do Paraná, onde civilizados vivem em constantes atritos com os índios Cinta Larga, com resultados desastrosos para ambos os lados.

O padre veio a Brasília, em nome dos cinco mil habitantes da região, trazer essas duas reivindicações às autoridades, principalmente na área dos Ministérios do Interior e Transportes. Diz que, sem assistência regular, para evitar os constantes massacres humanos, e sem estradas para escoar seus produtos, a região tende a se tornar ainda mais "inospítala". Sua população, fixada ali a partir de 1915, diminui cada vez mais.

A rodovia Cuiabá-Porto Velho está a 500 quilômetros da Vila do Aripuanã, e, pelo rio, existem 48 cachoeiras para chegar a Cuiabá. As terras são férteis, mas não existe incentivo e só se produz para comer. O comércio externo é feito com a venda de peles de gatos, ou com as raras pedras preciosas que aparecem.

Como chegou

O frei Luís Maria está na região desde 1968, e já percorreu toda ela, rezando missa a pedido de prefeitos, para apaziguar os ânimos de

índios, seringueiros e garimpeiros.

Relata que em 1968, quando retornava de uma longa viagem pela Amazonia, tornou-se capelão de uma gleba, próximo da cachoeira de Dardanelos, no município de Vilhena, pertencente a uma firma gaúcha, chamada Gargagnotto.

Numa ida a Cuiabá, ficou conhecendo um índio que o convidou para procurar sua tribo no rio Aripuanã. O convite coincidiu com o pedido do prefeito de Vilhena para que tentasse conseguir dos Cintas Largas permissão para deixarem passar uma estrada por suas terras.

Frei Luís Maria respondeu que, com a devida licença, estaria disposto a tentar conquistar os índios e acalmar os ânimos dos seringaísta e garimpeiros, ação que vem desempenhando até hoje com resultado muito lento, devido a própria condição do meio físico da região.

O rapto das índias

Frei Luís relata que os cintas largas eram índios mansos e já num estágio de desenvolvimento bastante avançado. Dormiam em sode produzidas por eles e usavam flechas muito bem acabadas.

Revela ainda que esses índios chegaram a trabalhar com os seringaísta do rio Juína, de 1955 a 1957. Neste último ano, o dono dos seringaísta da região, Marcos da Luz, que morava em Cuiabá, abriu mais um serralaz no rio Juína-Mirim.

O término dos trabalhos foi festejado à moda do sertão, com uma cachoeada.

Bebados e falando em mulheres continuamente, os seringaísta resolveu avançar nas índias, como fizeram os romanos com as sabinas, raptando-as. Os índios não toleraram a atitude dos brancos. Durante a noite, roubaram todos as armas e mataram vários seringaísta que participaram do rapto de suas mulheres.

Massacre dos índios

Os seringaísta que conseguiram escapar atravessaram o rio a nado, e atingiram, em dois dias, o acampamento do encarregado dos seringaísta, onde foi organizada uma expedição punitiva para exterminar os índios. Outro seringaísta, que pretendia uma gleba por perto armou dois de seus homens com metralhadoras e mandou que eles extinguíssem as três tabas restantes. Segundo o frei Luís Maria, poucos índios escaparam em direção ao Aripuanã, onde se estabeleceram com um ódio tremendo dos brancos.

A vingança

O padre revela que o mandante de todo esse massacre se chamava Francisco Amoldin Brito, depois assassinado com 5 tiros e queimado pelos próprios seringaísta. "Quem me deu essa notícia — conta — o sertanista Tibor Paal, capitaz-geral do famoso Junqueira, a quem se atribui ter jogado bombas e

envenestado a comida dos índios".

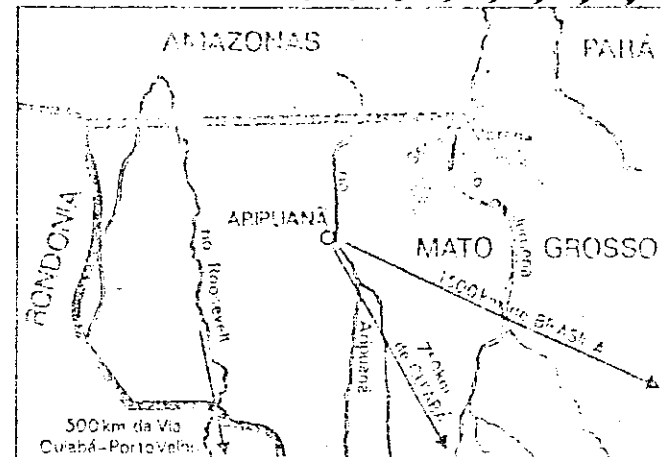
Uma das tribos Cinta Larga, misturadas pelo seringaísta, resolveu, segundo o padre, junto ao rio Rio Cuiabá. Vestem roupas comuns, no homem branco e comem mais ou menos a mesma comida nossa. Sabendo um pouco da língua, o frei a pedido do prefeito de Vilhena, resolveu entrar em contato com eles em agosto do ano passado. Iria junto um italiano de nome Emilio Locatelli, que viera da Itália para conhecer os indígenas brasileiros.

"No dia em que o avião viria me apanhar — pela graça de Deus, exclamou — o povo da gleba de Rauba, pertencente à firma gaúcha, pediu para que rezasse uma missa pela alma de um dos líderes da região, Adil Luís Passim, morto num desastre de avião."

"Atizei o prefeito que partiria então em setembro, mas o italiano não quis me esperar e foi. O prefeito o levou, com um companheiro até a Serra Morena, onde começaria a picada em direção ao Cinta Larga. De acordo com o que soube, o italiano chegou entre os índios, com uma máquina fotográfica, começou a tirar fotografias indiscriminadamente, e foi crivado de flechas."

Só mulheres

Relata o frei Luís Maria que, no ano passado, esteve na Vila do Aripuanã, e voou sobre a aldeia da Serra Morena, onde só viu mulheres. Soube depois que um delegado de polícia esteve na vila, investigando a morte do italiano Emilio, para averiguar a veracidade da versão de



O Aripuanã é maior que o Paraná. As estradas passam longe, e os rios não são navegáveis.

que ele teria sido massacrado pelos índios, porque o companheiro que levava consigo passara por ali trazendo com ele a máquina fotográfica do italiano. Não se soube o resultado.

Essa matança indiscriminada, sem uma assistência efetiva e regular das autoridades tanto da área federal como estadual, está provocando o despovoamento da região e o conseqüente embrutecimento de seus habitantes — diz o padre.

Decadência

"Eles entraram pela Amazonia, no tempo em que o peruano Alexandre Lopez fundara, em 1915, o malar e mais produtivo seringaísta da Amazonia. Depois de sua morte, acabou o movimento da boracha. A vila do Rosário, onde ele se instalara, já teve mais de 200 casas; a cidade do Aripuanã está reduzida a doze casas. As terras são férteis, mas só se planta o que dá para comer. Os

DR. CHRIL	TIPO
TRATAME	DO
DECLINIO	CI-
MUNICIO	VCIA
COEUNDI	DEMI-
CAS VEN	5 E
CRONICAS	
Tratament	Ins.
Equipam	Med.
do. princ	15 5
de 22 hor	1 35
16 horas	7 e
242-3427 (F	
CLINICA	110
SEXUAL	An-
Indic. 4.24	estil.
estacionam	

Anexo 24

01/03/71

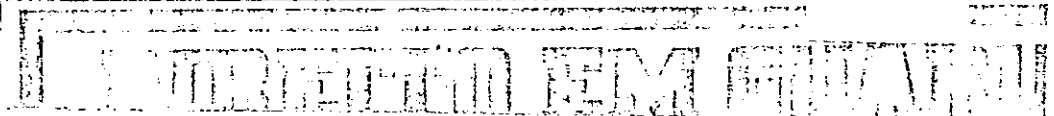
FOLHA DE S. PAULO

PROPRIEDADE DA EMPRESA "FOLHA DA MANHÃ" S/A.

Assinatura Anual	Cr\$ 80,00
D.R.	Cr\$ 42,00
TOTAL	Cr\$ 122,00
Assinatura Semestral	Cr\$ 43,00
D.R.	Cr\$ 20,00

BUCO — BAHIA — SERGIPE — ESPÍRITO SANTO e RIO GRANDE DO NORTE:
De 2ª-feira a sábados: Cr\$ 0,80
Domingos: Cr\$ 0,50

ENDEREÇOS
REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, PUBLICIDADE e OFICINA: Alameda Barão de Limeira, 425, São Paulo - Telefone Central 220-0211. Caixa Postal 9.677 - Endereço telegrafico: FOLHAS. — FOLHA INFORMAÇÕES: Fone: 220-1622. TELEX: n.º 251, 262, 293, 465, 543. — BRASIL / S.O. 104, bico B.



A CHACINA DOS GINTAS LARGAS

— Acabo de ler em um jornal local do dia 4, notícia sobre a condenação de Ramiro Costa a 11 anos de prisão, por ser um dos autores da matança dos Gintas Largas. Na realidade, os mandantes foram os seringalistas Sebastião Arruda e Antônio Junqueira, Morci em Aripuanã, de onde foi prefeito, substituindo a Americo Piquim. O prefeito atual é Sebastião Ottoni de Carvalho Sobrinho. E foi em Aripuanã que consegui saber toda a verdade sobre o triste episódio, informado pelo sr. Tibor Paal, húngaro de nascimento e sertanista da região. A verdade é esta: Marcos Luz, gerente de Antônio Junqueira, mandou seus empregados abrirem uma estrada para 2 mil seringueiras, sabendo o rio Juína-Mirim pela margem esquerda. Uma tribo de Gintas Largas que já era mansa, como as demais, também foram acompanhando os trabalhadores.

Cumprida a tarefa, foi enviado um mensageiro à fazenda à direita da barra do Juína-Mirim, pedindo qualquer coisa para poderem festejar a vitória sobre as duas mil seringueiras. Essa "qualquer coisa" chegou em forma de uma caixa de garrafas de pinga e de bom, Comendo e bebendo o dia inteiro, os seringueiros sentiam-se felizes e só lamentavam a falta de mulheres. Todos bêbados, sem pestanejar, avançaram nas índias, como os romanos nas sabinas.

Durante a farrá, os índios apunharam as armas dos seringueiros e as jogaram no rio. De madrugada, o cacique, armado de tacape, começou a estacelar-lhes as cabeças.

Com o grito horível do primeiro atingido, os demais saltaram das redes, mas não acharam suas armas. Em pânico, jogaram-se ao rio Juína-Mirim e o atravessaram a nado. Alguns foram dar na fazenda de Antônio Junqueira e outros no

CORREIO do Leitor

seringal do Juína Grande, de Rolim de Moura, contando que "de madrugada tinham sido assaltados pelos Gintas Largas" e assim, omitindo sua culpa.

Os encarregados dos dois seringais, deram metralhadoras aos seus homens para "acabar com os traidores". O massacre começou com as duas tribos de Gintas Largas que trabalhavam para Rolim de Moura, unicamente porque pertenciam à mesma nação indígena. Os poucos que conseguiram escapar da zona do Juruena fugiram para a Serra Morena, entre os rios Juruena e Roosevelt, onde chegaram com a alma cheia de ódio, clamando por vingança. Daí por diante desencadearam uma série de ataques. O primeiro deles foi contra o Camião 321, totalmente destruído.

Nem um avião em pane escapou: foi incendiado. Logo depois atacaram o galinheiro do espanhol Paul, cujo cozinheiro mataram. Em meados de outubro de 1970 os Gintas Largas fecharam um ataque geral ao Seringal da Serra Morena, onde havia e há um bom campo de aviação. Seu gerente era Tibor Paal, que tinha como auxiliares imediatos Agostinho Bandeira e José Gomes. Eles mal tiveram tempo de fechar portas e janelas, com as flechas zunindo em volta e cravando-se nas paredes da casa em que habitavam. José Gomes, curioso, inventou de abrir "só um pouquinho" uma janela e foi atingido. Uma flecha acertou-o acima do olho direito e cortou-lhe o couro cabeludo em toda extensão da cabeça. Só por muita sorte ele não teve o crânio fraturado. Num intervalo do ataque, os três saltaram todos os animais e correram até o rio, fugindo em duas canoas. Eles chegaram a Aripuanã no dia 1.º de novembro de 1970, onde foram socorridos.

Por aí se vê que toda a culpa cabe aos trabalhadores, que

engana a m... miseravelmente seus patrões. Provavelmente, somente Ramiro Costa vai pagar pelo crime de todos, pois os outros sumiram. Nessa zona o mato é grande, é o chamado Mato Grosso, que apesar de tal denominação nada tem a ver com o nome do Estado. Este deriva de Caaguacú. E o mato grande pode esconder muitos bandidos...

Frei Luis Maria de T. Flores
Paróquia N. Sa. de Fátima,
Campo Grande, MT.

Correio do Povo 11/06/75
pg. 04

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI.

PARQUE INDÍENA DO ARIQUANÁ - 8º DR. PORTO VELHO, R. D. N.

RELATÓRIO Nº 03/79 DE 28/11/73.

M. AUX. DE ENC. DE FRENTE DE ATRAÇÃO

AUX. SR. ADM. DO PQARI. 8º DR. PVH. ANEXO

26

INTRODUÇÃO. O PRESENTE RELATÓRIO QUE APREZENTO REFERENTE OS TRABALHOS DAS FRENTE DE ATRAÇÃO QUE ESTÁ SENDO EXECUTADO NO P. I. DE ATRAÇÃO SERRA MORENA OBJETIVOS.

CONFORME TEMOS NOTÍCIAS DADAS PELOS OS INDÍOS, QUE TEMOS AQUI NO P. I. E QUE TEMOS GRUPOS ARREDIOS, QUE AINDA NÃO TIVEMOS CONTATO PESSOAL, MAIS ESPERAMOS QUE BREVE TEREMOS ESSE ENCONTRO PARA O ENGRANDECIMENTOS DOS NOSSOS TRABALHOS QUE ESTÁ SENDO EXECUTADOS

ROTEIRO DE VIAGEM - O MEIO DE TRANSPORTE DA DELEGACIA, PARA ESTE P. I. É FEITO SOMENTE POR VIA AÉREA. OS HORAS DE VOO PARA O P. I. TEMOS AQUI NO MOMENTO EM FUNCIONAMENTO. OS FORTES DE ATRAÇÃO DO FAZEMOS ESSE PERCURSO POR VIA TERRESTRE, E OS FAZEMOS POR VIA FLUVIAL EM LUBAS AJUDAS A MOTOR. 10-12-

ASPECTO GEOGRAFICO

O P. I. SERRA MORENA FICA LOCALIZADO NA MARGEM DIREITA DE QUEM DESSE O RIO ARIQUANÁ. ALEM DESSE, TEMOS OUTROS RIOS IMPORTANTES AO LESTE DO P. I. TEMOS RIO JURUENA E AO OESTE TEMOS OS RIOS AMARELO, RIO EUGENIO, RIOS PEN-MARQUES E ROZEVELT, MADEIRINHA E OUTROS. AO NORTE TEMOS O RIO MADEIRA, ONDE DESAĞUA O RIO ARIQUANÁ, ISSO FICA MUNTO DISTANTE. E AO SUL TEMOS UM IBARAPÉ, QUE TEMOS O NOME DE HARREIRO-SERRAS, TEMOS MAIS PROXIMA A SERRA MORENA A QUAL DÁ O NOME AO PÓSTO.

02) ASPECTO FÍSICO.

A MAIOR EPIDEMIA DAS CHUVAS É NO PERÍODO DE OUTUBRO - AOS MÊS DE MAIO - E DE JUNHO - A SETEMBRO. A ESTIAGEM NESTE PERÍODO É MUITO IMPORTANTE PARA AS PENETRAÇÕES DAS FRENTE DE ATRAÇÃO.

03) GRUPOS INDÍGENA A SER TRABALHADO.

02) ANTECEDENTES - HISTÓRICOS.

INFORMAN OS INDÍOS QUE SE ENCONTRAM AQUI CONOSCO. QUE OS SEUS REMANESCENTES - SEMPRE HABITARAM - NAS MARGEM DOS RIOS, JURUENA, ARIPURNA, AMARELO - E - TEN - MARQUES, E RIO EUGÊNIO.

03) LOCALIZAÇÃO ATUAL - TEMOS NOTÍCIAS ACOlhIDAS PELOS OS INDÍOS, QUE AINDA EXISTE DO CONHECIMENTO, DELES (06) MALOCAS, COM UM TOTAL - IGORRADO.

05) DEMOGRAFIA -

- TEMOS NO MOMENTO - AQUI NO P.I. UM TOTAL DE 68 INDÍOS
- 45 HOMENS -
- 25 MULHERES -
- 18 CRIANÇAS FEMININAS -
- 10 CRIANÇAS MASCULINAS -

ESTE TOTAL ACIMA CITADO, DIVIDEM-SE EM OS FAMÍLIAS, ENQUANTO O PROBLEMA DE SAÚDE, SÃO BASTANTE SADIOS.

04) ASPECTOS CULTURAIS.

UZAM UMA CINTA LARGA, DE UMA ARVORE DE NOME TRARI. PINTAM O CORPO COM GENIAPAO, E URUCU. UZAM COCARES NA CABECA, E COLARES NO PESCOSSO FEITO DE DENTES, E CASCA DE TUCUMAN. FABRICAM PEIDES, COM FIOS DE ALGODÃO, E FAZEM PANELAS DE BARRO. E TEM TAMBEM SUAS CRÊNCAS RELIGIOSAS, POIS NAS NOITES ENLUARADAS, QUASE NÃO DORMEM, FAZENDO SUAS PENITÊNCIAS. UZAM INSTRUMENTOS MÚZICAIS, QUE É A GAITA FEITA DE BANBÚ PARA SUAS FESTAS E DANÇAS, POIS OS MESMOS SE MOSTRAM MUITOS SASTISFEITOS

CONTINUA

00) SITUACÃO CONJUGAL - OS CASAMENTOS,

A MAIOR PARTE SÃO POLIGÂMICOS. POIS A POLIGAMIA

PARA ELES, É UM RITUAL, MUITO IMPORTANTE.

DE POPULAÇÃO ATIVA.

AINDA NÃO PODEMOS TER NEM UM COMO TRABALHADOR

EXISTENTE DO P.I. POIS AINDA NÃO ESTÃO EM

CONDICÃO PARA ESSE COMPROMISSO.

7) TIPO FÍSICO.

OS HOMENS, ATINGEM UMA ALTURA ATÉ 1,70, CABELOS PRETOS.

SÃO FORTES E RESISTENTES. E DISPOSTOS PARA OS TRABALHOS.

8) TIPO DE HABITAÇÃO.

SUAS CASAS SÃO FEITAS DE MADEIRA ROUGE, MODELO DUAL

COBERTA COM PALHAS DE ACAJ, QUE MEDE APROXIMADAMENTE

20 METROS DE LARGURA, COM LID DE COMPRIMENTOS.

9) REGIME ALIMENTAR.

O ALIMENTO DE SUA PREFERENCIA É O PEIXE E A CARNE.

10) SISTEMA DE MORADIA.

CADA GRUPO RESIDE EM UMA SÓ CASA. EXEMPLO.

TEMOS AQUI DOIS GRUPOS, KABANO, POMÔM, E

KABANO YRÁ, CADA UM TEM SUA CASA.

11) ARMAMENTO.

O ARMA MAIS IMPORTANTE É O CARCO, QUE É FEITO DE

UMA PALHEIRA CHAMADA PUPUNHA, E A FLECHA QUE FEITA

DE UMA TABOCA VERDADEIRA.

V- ASPECTOS DA ECONOMIA TRIBAL

01) ATIVIDADES ECONÔMICAS:

A AGRICULTURA FAZEM ROÇADOS E PLANTAM MILHO PARA

MACACHEIRA, BATATA DOCE, MAMÃO, BANANAS. O PERÍODO

DE PLANTAS É DE SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E A

COLHEITA É NO PERÍODO DE MARÇO, ABRIL, MAIO.

A PESCA E CAÇAM DIARIAMENTE.

A COLETA NO PERÍODO DE NOVEMBRO, DEZEMBRO, JANEIRO.

SE DEDICAM MUITO NA COLETA, E SEGUEM EM BANDOS.

CONT "

A PROCURA DE CASTANHA DO PARÁ, PALMITO, MEL SILVESTRE, E OUTRAS FRUTAS, COMO O CACAU, PAÇA, INGA, CUPUI, E OUTRAS -
 1) - MANEIRA DE PRODUIR NOS TRABALHOS DE ROÇADOS, REUNES-SE TODOS OS HOMENS - E FAZEM UMA ROÇA COLETIVA, QUE TODOS TEM OS MESMOS DIREITOS - E AS MULHERES SE DEDICAM NOS TRABALHOS CAZEIROS, FAZENDO REIDES, E COLARES, PAINÉIS DE BARRO - E A CHIA, QUE É A BEBIDA TRADICIONAL, DELES - A MESMA É FEITA, DE MILHO OU MACACHEIRA.

V. INFORMAÇÕES SOBRE A FRENTE DE ATRAÇÃO:

1) INICIEI OS MEUS TRABALHOS, NESTAS, FRENTE DE ATRAÇÃO, NO DIA 19, DE SETEMBRO DO ANO EM CURSO, MAIS, VAIENDO TUDO BEM

2) O MÉTODO DE ATRAÇÃO UTILIZADO.

ABRINDO UM VARADÔR, COM 10K-JR. DE DISTÂNCIA DO P.J. E DEPOIS, FAZEMOS UM TAPIRÍ, E COLOCAMOS OS BRINDES - E COM CINCO DIAS, DEPOIS RETORNAMOS AOS REFERIDOS, TAPIRÍS, JÁ NÃO ENCONTRAMOS, MAIS, OS NOSSOS BRINDES, MAIS, SIM - OS DELES, COMO SEJAS, ARCO, FLECHA, COLARES, COCARES -

3) - NO MOMENTO TEMOS, SOMENTE UM ENFERMEIRO, E O BRONCO LINGÜÍSTICO, AINDA NÃO POSSO CITAR, SÃO MUNTOS.

CURIOSOS, PROCURAM SEMPRE IMITAR OS NOSSOS TRABALHOS.

4) TODOS OS INTEGRANTES DA FRENTE DE ATRAÇÃO, FORMAM VACINAS COM VACINAS - ANTI-VARICÉLICAS - CONTRA-FEBRE AMARELA - ANTI-CATARRA -

5) OS MEDICAMENTOS, MAIS IMPORTANTE, QUE SEMPRE TEMOS -

CONOSCO, SÃO OS SEGUINTE - ESPECIFICAMENTE PESSOA - SORO ANTI-OTÍDIO, NEURALGIA COMELIZADOR, INJEÇÃO, TRANSPLUMIN, EUCALIPTINE, ENTERO-VIOFORMIO, E OUTROS.

6) CONFORME AS DESPEJAS, QUE ESTAMOS, SENDO AQUI, MENCionalmente, ABIOBANDO, DESPEJA DE COZINHA, E MEDICAMENTOS, COMBUSTÍVEL, E BRINDES, PREFAZEM UM TOTAL, APROXIMADO, DE 4.000,00, DIGO, QUATRO MIL CRUZEIROS MENSAL, MAIS, ACHO QUE DEVERÁ SER AUMENTADA ESTA VERBA - P.S VAMOS PRESTAR, DE MUNTOS, BRINDES, COMO SEJAS.

CONTINUA.

CRACADOS, MACHADOS, FACHS, FEZOURAS, REÍDES, COBERTORES, CALÇÕES,
CAMISETAS, ESPELHOS, ROUPAS FEITAS.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

01) EXERCENDO A FUNÇÃO DE AUX. DE ENC. DE FRENTE DE ATRAÇÃO,
E ATUALMENTE, RESPONDENDO, PELO CHEFIA DO P.I. DE ATRAÇÃO,
SERRA MORENA.

02) MEU OBJETIVO É CONTINUAR COM OS TRABALHOS DAS FRENTE-
S DE ATRAÇÃO, EXISTENTE E SE POSSÍVEL, ABRIR MAIS ALGUMAS.
SE CASO NECESSÁRIO E JUNTAR OS TRABALHADORES, COM OS ÍNDIOS
E BOTAR UM GRANDE POCADO PARA SUBSISTÊNCIA DO PÓSTO E
FAZIR OS GRUPOS ARREDIOS, NO REFERIDO POCADO, PLANTAREMOS
ARRDZ FEIJÃO MILHO MADACHEIRA, POIS PRETENDO MONTAR
UMA FABRICA DE FARINHA OBUJO MATERIAL, JÁ ESTÁ AQUI, NO
PÓSTO, POIS BREVE ESTAREMOS COM ESSE PLANO REALIZADO.

03) SUGESTÃO, CLUGAR ONDE SE ENCONTRA LOCOMOTIVA O
PÓSTO, COM O PLANO MUNDO IMPORTANTE, PODERÁ FAZER
DEFINIÇÃO POIS AS TERRAS SÃO EXCELENTE PARA AGRICULTURA.

A) INSTALAÇÃO, O MATERIAL QUE UTILIZAMOS PARA CONSTRUÇÕES
DAS CASAS DE MORADIAS, DO P.I. SÃO DE MADEIRA POLICES,
E COBERTA COM CAVACOS, ESSE MATERIAL ENCONTRAMOS COM
FACILIDADE.

B) PESSOAL TENHO NO MOMENTO, UM TOTAL 10, 10 TRABALHADORES,
BRACOS DOS GURIS, UM EXERCE A FUNÇÃO DE COZINHEIRO, OUTRO
E BRACADOR, OUTRO ESTÁ COMO APENDENTE, ASSIM SICA SOMENTE 07
PARA OS TRABALHOS DE CAMPOS.

C) COMPOSIÇÃO DE EQUIPE DE ATRAÇÃO, TENHO UM SERTANISTA, E UM
AUX. DE ENC. DE FRENTE DE ATRAÇÃO, UM MATEIRO, UM INTERPRETE, E
OS TRABALHADORES.

SENDO O QUE TENHO NO MOMENTO PARA APRESENTAR,
APROVEITO A OPORTUNIDADE, PARA RENOVAR OS MEUS VOTOS
DE ELEVADA, E ESTIMA, E DISTINTA, CONSIDERAÇÕES.

ATENCIOSAMENTE, INACIO DE CARVALHO COSTA.

AUX. DE ENC. DE FRENTE DE ATRAÇÃO, GER. PELA CHEFIA DO P.I.
SERRA MORENA.

ANEXO

27

OS CINTA LARGA

Carmen Junqueira

(Depto. de Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

1963 foi um ano bastante duro para os povos indígenas do Brasil: em agosto, uma aldeia Paaka Nova (Rondônia) foi atacada por uma expedição chefiada por um seringalista, causando a morte de crianças e adultos. Um mês antes, os índios Canela (Maranhão) tiveram uma aldeia incendiada, mortos e feridos. Este foi um dos ataques, de uma longa série, levado a cabo por bandoleiros, contratados por proprietários rurais e autoridades públicas da região. Finalmente, em novembro, um grupo Cinta Larga (Mato Grosso) é violentamente dizimado. O evento, conhecido como o "masacre do paralelo 11", veio a público quando um seringueiro, membro da expedição, denunciou o crime. Revoltado porque caminhou 58 dias pela mata para finalmente não receber os cinquenta contos prometidos pela empreitada, resolve delatar os companheiros:

"Eu, Athayde Pereira dos Santos, brasileiro, residente nesta Capital, de livre e espontânea vontade, compareci à 6a. Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios (...) e declarei fatos que se relacionam com a expedição levada a efeito com a finalidade de matar os índios chamados Cinta Larga, que desta expedição resultou a morte de vários índios, mortos a tiros, quando estes estavam no trabalho de fazerem suas moradias, à margem do rio Aripuanã.

"Que ainda no regresso da viagem que empreendemos atrás dos que conseguiram escapar, encontramos uma índia e um menino índio, que também foram mortos, a mulher foi lhe amarradas as pernas e cortada ao meio por facão e o menino atirado na cabeça.

"A expedição teve como guia o responsável pelo serviço o indivíduo de nome Chico Luiz, e mais 4 (quatro) companheiros de nome Manoel, Ramiro e Rodrigues.

"Durou a expedição cerca de cinquenta e tantos dias, que, durante a viagem nos foi jogados alimentos e munições, pelo avião tipo Cessna 190, de cor azul, pilotado por um judeu de nome Tonato ou Donato. Declarando ainda, que a expedição foi organizada pelo seringalista Antonio Junqueira, que contratou os serviços dos componentes da expedição. Que as armas usadas foram pistola calibre 45, revólveres e metralhadoras.

"Em cumprimento às ordens recebidas, fiquei encarregado de matar o capitão, o que foi feito e o Chico Luiz metralhou outros índios, sendo acompanhado pelos demais.

"Colocando-me ao dispor das autoridades para maior esclarecimento. A Rogo Atayde Pereira dos Santos, por não saber ler e escrever. Assinatura ilegível. Cuiabá 7/setembro/1963". (Cópia do documento, Ministério da Agricultura, Serviço de Proteção aos Índios).

Esses atos criminosos não constituíram fatos isolados e têm origem nas sucessivas invasões que se fazem territórios tribais. A abertura de grandes estradas de penetração torna imediatamente acessíveis amplas áreas ricas em produtos florestais e minerais. A exploração econômica desses recursos implica no desalojamento ou no aniquilamento dos grupos indígenas. A impunidade dos culpados tende a institucionalizar o massacre como um padrão habitual de conduta em áreas pioneiras.

Vê-se assim que, em qualquer parte do território brasileiro, o destino dos índios está intimamente ligado à estratégia do crescimento econômico e às diversas políticas que lhe abrem caminho. A partir da década de 60, várias mudanças importantes têm lugar na estrutura econômica da Amazônia, envolvendo a mineração empresarial, a política de incentivos fiscais e tributários e o conseqüente desenvolvimento dos setores de transporte, comunicação e energia. Os efeitos desse processo sobre os grupos Cinta Larga foram e ainda são bastante severos.

O TERRITÓRIO CINTA LARGA

A maior parte da população Cinta Larga de que se tem notícia está localizada no Parque do Aripuanã, criado em 1969, que abrange as terras a leste do Estado de Rondônia e a noroeste do Estado de Mato Grosso.

O território tradicional desse grupo deve se estender das imediações da margem esquerda do Juruena, do rio Vermelho à altura das cabeceiras do rio Juina Mirim; das cabeceiras do rio Aripuanã até o salto de Dardanelos; as cabeceiras dos rios Tenente Marques e Capitão Cardoso e as cercanias dos rios Eugênia, Amarelo, Amarelinho, Guariba, Branco do Aripuanã e Roosevelt.

Não se sabe quantas aldeias chegaram a ter espalhadas por essa extensa área de aproximadamente 1.500.00 hectares, e tampouco quantas desapareceram em conseqüência da depopulação que por certo os atingiu nas últimas décadas. Em 1969, falava-se da existência de 20 aldeias distribuídas ao longo dos rios Aripuanã e Roosevelt.

Dados reunidos durante 1981, e que devem cobrir a maior parte das aldeias, indicam a existência de 347 pessoas. Mesmo que se admita a existência de outras aldeias dispersas pela área, a população Cinta Larga não deve ultrapassar de modo significativo o total acima registrado.

A COMUNIDADE INDÍGENA DE SERRA MORENA¹

A casa tradicional Cinta Larga pode ser vista no trajeto aéreo que liga o Posto Indígena Roosevelt ao Posto de Atração de Serra Morena, entre os rios Roosevelt e Aripuanã. Em pequenas clareiras espalhadas na floresta, avistam-se construções amplas, de planta oval, cobertas inteiramente de palha. Uma única casa compõe a aldeia. Fotografias de 1976 mostram que as primeiras construções Cinta Larga em Serra Morena repetiam o mesmo padrão. Mas, por ocasião da pesquisa, tinham sido substituídas por pequenas casas, de pau-a-pique ou madeira, ou por versão simplificada do estilo tradicional com dimensões reduzidas.

De modo geral, as casas contêm apenas um cômodo de 3m por 3m, sem anexo. No seu interior, as redes são armadas lado a lado e pelo chão se distribuem uma série de objetos: crâneos de caixitu, facas e panelas de metal, costas com cocos de tucunã, penas, fio de algodão, etc. Não é raro que filhotes de cachorros, de patos e galinhas tenham por ali seu abrigo, misturando-se aos restos de instrumentos quebrados, cascas de frutas, espinhas de peixe, ossos, que apenas ocasionalmente são removidos. Uma pequena fogueira que aquece o ambiente à noite é usada também para o cozimento dos alimentos.

Observando-se com cuidado esse interior, vê-se que o número e a variedade de objetos são pequenos. Não há dúvida de que o maior contato com "civilizados" vem fazendo com que sintam necessidades crescentes. Mas no seu estilo de vida próprio, mesmo tendo tudo que necessita, os pertences dos Cinta Larga são poucos.

A profusão de coisas pelo chão revela outra característica: indiferença pela conservação dos objetos, sempre ao alcance das crianças e animais domésticos. Mesmo artigos de metal, como facões e machados, são deixados fora de casa e até nas roças, onde enferrujam e perdem a utilidade. De todo o elenco de objetos observados, apenas aos arcos e às flechas é dispensada maior atenção, pois mesmo as raras espingardas pouco resistem ao uso imposto.

A perda de algum pertence não acarreta maior transtorno. O que não se tem, toma-se emprestado. Mesmo o furto é encarado com indiferença, sem qualquer reação acentuada. Comenta-se o fato com discrição, dado que não figura como transgressão de maior importância.

Para o observador fica a impressão de um desprendimento tranqüilo em relação aos bens materiais. Não que estes sejam de fácil aquisição, mas porque sua posse parece estar fundada na consciência de sua transitoriedade.

Numa mesma casa reside pelo menos uma família nuclear. Em determinadas ocasiões, um pequeno cômodo chega a acomodar dez pessoas. As alterações no número de moradores de uma casa acompanham a própria flutuação da população local.

Em maio de 1979, havia mais de 60 índios em Serra Morena, e, em agosto do mesmo ano, 99. No período de junho a agosto de 1980, a população oscilou entre 112 e 69 pessoas. Os motivos das saídas são vários: visitas a aldeias de parentes, procura de trabalho ocasional remunerado, para ter acesso a roupas, armas. Famílias inteiras retornam a suas casas de origem, encerrando a visita a Serra Morena, ou se retiram após atrito com os anfitriões.

Serra Morena possivelmente reúne membros de aldeias localizadas em anos anteriores no rio Aripuanã (abaixo de Serra Morena), no rio Branco, afluente do Aripuanã, e no rio Vermelho. Mas, por ser sede do Posto Indígena, não é área exclusiva deles. Membros de outras aldeias chegam até lá à procura de artigos de metal, assistência médica, etc.. Sua permanência é curta e pode variar de algumas semanas a meses. Mesmo os que revêem parentes não se demoram.

À primeira vista, pode parecer que os Cinta Larga são um conjunto instável, de composição fluida, dado o fluxo de pessoas que entram e saem

de Serra Morena. Mas é possível identificar um núcleo de moradores mais estáveis, formado pelos Kaba".

Por volta de 1973, algumas famílias Kabã aproximaram-se espontaneamente do Posto da Funai recém criado e iniciaram a construção de suas casas. Do grupo inicial, alguns morreram, outros selaram novas alianças, propiciando a incorporação de outros membros. Alianças foram rompidas, outras ampliadas. Mas o grupo de irmãos Kabã (inclusive os classificatórios) forma um núcleo central dominante que sela alianças com os demais sub-grupos através da troca de mulheres. A integração à comunidade local pressupõe laços de filiação ou a existência de alianças que são firmadas durante visitas de lado a lado.

Os contornos da comunidade local não são nítidos numa primeira aproximação, principalmente devido à presença do Posto Indígena que atrai membros de outros sub-grupos, não esperados ou não desejados, aumentando a rotatividade de visitantes e moradores provisórios. É um constante ir e vir que parece obedecer a decisões pessoais e revela a marcada preferência do Cinta Larga pelas andanças em detrimento de uma vida mais sedentária. Essa mobilidade ajuda de certa forma a entender a sobriedade da posse material, que significa não-accumular para evitar sobrecarga.

Além das evasões citadas, outro fator contribui para a redução da população. De julho de 1979 a outubro de 1981, 20 índios de Serra Morena morreram, vítimas de doenças (malária, hepatite, gripe, diarreia) e acidentes na floresta. O maior número foi de crianças de 0 a 6 anos, num total de 12. A mortalidade infantil é alta. Um cálculo provisório mostra que 21 mulheres da faixa de 15 a 41 anos de idade tiveram, até 1981, 38 filhos vivos, dos quais 22 faleceram.

O RITMO DE VIDA

Boa parte do tempo em Serra Morena é gasto em conversas, banhos no rio, passeios, e várias horas são reservadas para o descanso. No retorno da pesca ou da caça, ou quando o sol está muito quente, fica-se na rede dormindo durante uma ou duas horas ou simplesmente se balançando. Os períodos de atividade produtiva são entremeados por repouso, gasto em brincadeiras ou mexericos. Perambula-se de um lado para outro, observando-se a natureza, sem aparentar preocupações com a obtenção regular de comida ou o armazenamento de reservas. Quanto maior o produto da caça, da coleta ou da pesca, maior é o consumo e a redistribuição. Consome-se integralmente o alimento como se sua obtenção estivesse sempre assegurada. Nos intervalos, novos períodos de descanso.

O mesmo ritmo orienta as excursões de coleta. É verdade que caminham rapidamente pela mata, mas são muitos as paradas para descanso. Atividade e repouso se alternam. Pelo caminho, observam os detalhes da vida da mata: os alimentos disponíveis, os venenos e as plantas medicinais. Sem pressa se organizam para tirar proveito do passeio. É difícil dizer se estão trabalhando ou perambulando. Mas não se passeia a esmo na floresta. A entrada na mata tem sempre um objetivo central, geralmente ligado à coleta.

Parte-se pela manhã. Em fila indiana, sem muita conversa, observa-se a situação desse enorme arsenal de matéria prima que é a mata. Os homens à frente, em marcha mais acelerada que a das mulheres, vez por outra desaparecem por entre as árvores. Correm velozmente ao primeiro indício de caça à vista: um pio, um chiado, um movimento, são os sinais, imperceptíveis aos sentidos não treinados. Mulheres e crianças não se detêm. À medida que penetram mais fundo no mato, passam a deixar pequenos vestígios de sua passagem: uma folha dobrada, um ramo quebrado, que na imensidão de verde, folhas e ramos não se confundem com as marcas deixadas por outros. Pelo caminho, a cada instante, enfrentam-se obstáculos diversos. Ora são os igarapés a serem transpostos. Se a água é volumosa, improvisa-se uma ponte com um tronco de árvore. Mais adiante, pode-se deparar com o chão forrado de formigas. É hora de correr com todas as forças para cruzar a perigosa coluna.

E assim prossegue a caminhada, em meio a brincadeiras e pequenos sustos, até que se resolve parar. Senta-se para uma conversa animada, cada um se servindo das castanhas que se espalham pelo chão. Algum tempo passa até que os homens se juntam ao grupo, trazendo notícias do que viram ou caçaram. Mais conversas e mais castanhas. A andança recomeça e até que se chegue ao local previsto são várias as paradas diante das fruteiras.

Se o objetivo é a coleta de mel, acampa-se nas proximidades da árvore a ser derrubada. Duas ou mais horas se passam até que tenham concluído o trabalho, fartado-se de mel e enchido os vasilhames que serão levados para a aldeia. Nesse espaço de tempo, as crianças não param de brincar. Um ou outro sai à procura de bambu e volta com uma pequena flauta, que passa de mão em mão. Se o som é apreciado, logo se inicia uma sessão de música. Os homens interrompem o trabalho para também participar. Quando, finalmente, tem início a retirada do mel, todos se aproximam para receber sua parte. O idealizador da viagem é quem distribui o que foi coletado.

O retorno se dá no mesmo ritmo. Apenas as frutas e os eventuais obstáculos é que podem variar. Recolhe-se o que foi localizado na

ida: castanhas, o que sobrou das fruteiras, madeira para ponta de flecha, a caça abatida e tudo o mais que tenha utilidade no momento. Cada mulher carrega o produto que vai para sua casa. Os homens, as armas. Um passeio desse tipo pode durar 10, 12 horas ou mesmo mais. Passeios semelhantes são feitos para coletar castanha; outros, mais longos, visam os poções piscosos, a reversa de taquara para flecha. Dependendo da distância, leva-se inclusive algum alimento. Mas, quando a expedição se prolonga por alguns dias ou meses, as mulheres levam consigo um volume de coisas de que podem dar conta de carregar sozinhas. E essa carga, geralmente, reúne quase tudo o que a família tem.

Certos passeios são esticados até uma aldeia amiga, um vilarejo ou acampamento. Quem sai dificilmente diz quando volta. Fica-se alheio ao tempo. Se descem o rio de canoa, podem voltar a pé: livram-se do esforço de atravessar as corredeiras rio acima, abandonando a embarcação. O regresso mais demorado lhes é indiferente, posto que a viagem é mais importante que a data do retorno.

Caça, pesca, coleta e consumo combinam-se durante essas expedições em arranjos e proporções variados, de acordo com a necessidade, o desejo e a oportunidade. Não há descontinuidade significativa na passagem de uma atividade para outra. Os eventos se sucedem entrelaçados de tal forma que, por exemplo, a caça que não se deixou abater ou o fruto que não se consumiu por estar verde não condenam a expedição ao fracasso, mas se incorporam ao conjunto de acontecimentos que movimentaram a jornada. Essa característica marcante da comunidade Cinta Larga dificulta, de certa forma, a apreciação de cada atividade isoladamente, pois é dentro do contexto mais amplo da expedição que os acontecimentos ganham significado profundo.

A tecnologia usada é simples, mas nem por isso o grupo está condenado a sobreviver sujeito a um trabalho extenuante e continuado. O esforço gasto para vencer distâncias, obstáculos da mata e do rio é atenuado pela liberdade de usar e dividir o tempo, de acordo com a conveniência do grupo.

As tarefas agrícolas não atraem muito os Cinta Larga, embora os produtos da roça sejam importantes na sua dieta. Dependendo da época, come-se diariamente a macaxeira, diversos tipos de milho, de cará e outros tubérculos.

Num raio de até 500 metros das casas, estão as roças, beirando os limites externos da floresta. Não ultrapassam em média um hectare de área e costumam ser usadas para dois plantios, pelo menos. Como nem todas as famílias plantam todo ano, derrubadas de mata não são frequentes.

A faina agrícola é designada "trabalheira", uma das poucas palavras brasileiras que usam. Significa ao mesmo tempo fazer força, cansar-se, enfadar-se. Trabalho sem atrativo, que não se aproxima daquele designado pelo termo *pee mankii*, que realça o fazer, produzir, sem conotação de tarefa desagradável.

A derrubada é realizada exclusivamente por homens e contrasta com o plantio, no qual a divisão de trabalho não é marcada com clareza. Fazer covas e plantar são atividades que podem ser executadas tanto por homens, como, em sua ausência, por mulheres. Havendo homem presente, a mulher não pega na enxada, mas, eventualmente, planta. A colheita e a retirada de tubérculos são feitas pela mulher. Geralmente a família cuida do seu próprio pedaço de terra, as esposas definindo áreas que ficam sob a responsabilidade de cada uma.

O ritmo do trabalho na agricultura não é tão flexível como o da coleta, mas incorpora em escala menor as conversas, interrupções para assar e comer algum alimento. O plantio toma cerca de três ou quatro manhãs, nem sempre seguidas. Uma entrada na floresta para pegar mel, ou uma pescaria mais longa podem interromper a tarefa, que é retomada dias depois. Planta-se cada espécie em espaços previamente definidos. Mas, à medida que a tarefa progride, nem sempre o plano é seguido. Troncos não consumidos pelo fogo, geralmente numerosos, impõem desvios e limitação de área. Dessa forma, as plantas se misturam em diversos pontos da roça, imprimindo à colheita uma movimentação difícil por entre ramos e troncos espalhados por boa parte do terreno. Com exceção do milho, os demais produtos são colhidos na medida da necessidade doméstica. A cada dois dias, as mulheres em pequenos grupos vão à roça: voltam carregadas de macaxeiras, cará. Somente nos dias de festa é que quase todas se reúnem em trabalho cooperativo, que se estende da colheita à preparação do mingau.

Do baixar das águas até a chegada da cheia, pesca-se à beira do rio com anzol ou flecha, a toda hora. Homens e mulheres, adultos e crianças, passam horas a fio acompanhando as brincadeiras dos que tomam banho, pegando pequenos pias e piabas. Conseguem peixes um pouco maiores indo de canoa até o rio o meio do rio; mas, quantidades significativas, encontram-se apenas em locais distantes, nos poções situados rio abaixo e rio acima. Essas pescarias são mais demoradas; são viagens que deslocam mais de uma família. Não raras vezes, acampam no local mais promissor e por vários dias se fartam de peixe. No retorno, às vezes, nada trazem, mas podem também voltar carregados de peixe, caça, frutos ou matéria prima para o artesanato. No final da estação chuvosa, homens e meninos pescam nos igarapés menores da redondeza, envenenando a água com timbó.

A canoa é uma aquisição recente. Antes dela, cruzavam rios e igarapés a nado ou improvisando pontes nos locais de corredeiras. Com a canoa aumentaram-se as possibilidades da pesca mais produtiva, a frequência dos passeios e mesmo a caça noturna.

A caça é a atividade que mais apreciam, principalmente se puder ser feita com espingarda. As poucas armas disponíveis em Serra Morena circulam intensamente durante a estação seca, desde que haja munição. Nessa época, a caça noturna é mais comum. Dois ou três homens partem de canoa em direção aos "barreiros", locais freqüentados pela caça, sempre que a fase da lua propicia noites escuras. Em 1980, num período consecutivo de 60 dias, foram realizadas 33 caçadas, com duração que variava de poucas horas a um dia. O insucesso é raro, tal a quantidade de paca, anta, veado, jacaré e muitos outros animais na área.

Durante o dia, a caça é mais imprevisível. Macacos, mutuns e onças são surpreendidos no decorrer das excursões de coleta ou nas pescarias. Apenas quando se localiza um bando de caititu ou de queixada é que os homens saem de dia com o objetivo de apenas caçar.

Não é fácil calcular o raio de dispersão dos caçadores. Acredito que a distância média não ultrapasse 10 ou 15 km. No reconhecimento da mata que fazem durante as excursões, localizam não apenas os alimentos que consomem mas também as espécies preferidas de alguns animais. Tão logo esses frutos amadureçam, o local passa a ser visitado pelos caçadores. Para pegar tucano, por exemplo, constroem pequenos abrigos no ponto mais alto do tronco da fruteira, onde aguardam pacientemente a chegada do pássaro. Na orla da floresta, nas capoeiras, nas roças, erguem-se as cabanas de galhos, de palmas, usadas para surpreender passarinhos. É a atividade cotidiana da primavera, apreciada pelos homens e que serve de treino aos meninos.

A produção, a distribuição e o consumo de alimentos são praticamente indissociáveis. Sucodem-se no tempo como uma única operação da sociabilidade. Para melhor compreender o processo, entretanto, convém apresentá-lo em dois momentos:

1. No meu entender, há uma regra tácita que define como "público" o produto exposto à comunidade, isto é, o produto que não está fechado em cestas ou pacotes. As coisas abertas, à vista, seriam assim livres. Durante as excursões de caça, pesca, coleta, ou passeios pelos arredores da roça, deixa-se de comer apenas quando o alimento acaba ou quando acaba o desejo. Desse modo, e com exceção da castanha e do mel, os alimentos trazidos para a aldeia são o que sobrou do repasto. Isso quer dizer que, via de regra, ninguém sai de casa para ir buscar comida na floresta, por exemplo. Vai-se em direção às fontes de ali-

mento com o propósito de comer. A carga trazida no retorno é o sobejo. Parte dela pode, evidentemente, voltar escondida por qualquer motivo, mas o que é exposto está liberado para a distribuição, seja ela espontânea ou provocada. As duas modalidades são corretas: pede-se o alimento ou recebe-se espontaneamente uma porção.

2. A caça grande ou o produto de grandes pescarias são distribuídos no retorno à aldeia. O dono retém uma boa porção para o consumo dos membros de sua casa e reparte o resto. Daí para frente, aplica-se a regra anterior.

Fica claro que, em larga medida, a abundância é que favorece o exercício dessas práticas. Não creio que a escassez continuada pudesse abrir lugar para elas.

Durante todo o ano, os Cinta Larga podem obter alimento em quantidade suficiente sem ter que dispender grande esforço na atividade produtiva propriamente dita. A prodigalidade da natureza permite que a face material da comunidade se expresse através de uma distribuição desprendida e que constitui um dos fundamentos da reprodução do grupo local.

A SOCIABILIDADE COMUNAL

Após o nascimento, a criança continua estreitamente ligada à mãe, quase sempre numa rede baixa, próxima do chão e da fogueira que dia e noite fornece-lhes calor. À medida que cresce, começa a conhecer o exterior. Colada ao corpo materno e acomodada numo tipóia de algodão, circula pelos arredores da casa, do rio, para depois começar a assistir aos trabalhos da roça e da coleta. Até dois ou três anos é a companheira inseparável da mãe, dificilmente vista com outra pessoa. Mesmo quando já caminha com firmeza, recorre com frequência à cômoda situação de ser carregada.

É marcante o contraste entre essa primeira fase da infância e o período que se segue, quando se junta a pequenos bandos de meninos e meninas nas brincadeiras e passeios pelos arredores da aldeia. São bandos incansáveis. Os meninos, sempre carregando um pequeno arco e flechas, alvejam frutas, animais domésticos, peixes, num constante exercício de pontaria. As meninas localizam fruteiras, sobem e descem das árvores atentas ao amadurecimento das frutas. Os menores do grupo divertem-se com as proezas dos demais e se distraem com filhotes de rato, de colibri, que ganham durante os passeios. A localização de algum ninho é saudada com alegria e os pequenos animais são acariciados durante horas até que morrem por falta de alimento ou excesso de carinho. São então abandonados.

Nessas andanças, a criança aprende a observar e deslindar os segredos da natureza. Sua emancipação da tutela dos pais é notável, dando a impressão de ser capaz de sobreviver por conta própria. Vence a correnteza do rio a nado para se juntar aos companheiros na outra margem, caminha distâncias consideráveis para pegar frutas e é capaz de permanecer atenta horas a fio pescando na beira do rio.

Nessa fase, é interessante seu relacionamento com os pais. Muitas vezes me aconteceu ver uma mãe, impaciente com alguma traquinagem, dar uma palmada no filho que, sem pestanejar, revidava a agressão com raiva. Um sorriso indulgente da mãe, ou mesmo a arrelia dos adultos presentes, encerrava o incidente. O inverso também ocorria: mordidas das crianças eram respondidas com algum tapa ou outra mordida.

No correr do tempo, percebe-se que a agressão não permanece como ato unilateral. A criança logo aprende a reagir a todo ataque à sua pessoa. Defende sua integridade frente à agressão de outros, do mesmo modo que mais tarde enfrenta os perigos da mata. O desafio que se lhe coloca é saber se defender para se agüentar por si só.

O resultado é a formação de uma postura desenvolva e algo turbulenta, que mantém ativa a disposição de reagir a qualquer fato de seu desagrado. É no jovem, por volta dos 16 anos, que essa postura melhor se expressa. Desremido, agressivo, às vezes grosseiro e ríspido, o jovem Cinta Larga parece não aceitar limitação, imposição ou ordens de ninguém. Sabe pedir o que quer diretamente, sem rodeios, e em nenhum momento é bajulador ou servil. Agride mas aceita o revide e, se molestado, reage prontamente. Com nuances que variam com a idade ou o sexo, é possível dizer que é este o perfil do Cinta Larga.

Como as pessoas se bastam a si próprios, torna-se desnecessária a gentileza enquanto ingrediente natural das relações sociais. A ajuda, por exemplo, é pedida, raramente oferecida. Essa auto-suficiência, estimulada desde cedo na educação, representa para o observador externo alguma coisa próxima da rispidez de comportamento, indiferença, etc.. Mas, de fato, trata-se mais de crédito à capacidade do outro de resolver sozinho as próprias dificuldades.

Nesse contexto, as relações entre homem e mulher, adulto e criança, são despojadas de suavidade. O marido dá ordens à mulher, os pais às crianças, embora sem esperar uma obediência natural. O que, por certo, não impede que o conflito de interesses venha a gerar brigas e agressões. Um fato chama a atenção: apesar da aspereza relativa dessas relações, não foi possível registrar qualquer caso de criança castigada com severidade. Pelo contrário, há indicação de que a criança é socializada sem que se iniba sua agressividade. Muitas das repreensões que

lhes são feitas pelos mais velhos parecem mesmo destinadas a estimular e provocar respostas iradas, e não a passividade.

Com relação às mulheres, a situação é outra e parece não ser rara a violência em alguns atritos conjugais. Sabe-se de mulheres que se recolheram à rede por dias, quebradas, machucadas, vítimas do marido enraivecido. É geralmente a presença de visitantes que faz surgir em Serra Morena um clima de suspeita; suspeita de envolvimento amoroso das mulheres locais com os homens visitantes. O marido reage à suspeição ou à possível ofensa, impondo sua autoridade pela força: espanca a mulher. No contexto interno do grupo, entretanto, há indícios de que seja razoavelmente grande a liberdade sexual tanto do homem como da mulher. Não há como opinar sobre a intensidade da ocorrência das relações paralelas ao casamento, mesmo porque são conduzidas de modo discreto. Mas pelo teor das insinuações e confidências, é de se supor que seja uma prática generalizada e até mesmo aceita, talvez por compensar o esgotamento do interesse sexual entre os cônjuges.

Esse acordo tácito, entretanto, não se estende para além dos limites do grupo local. A reação violenta do homem confirma a suposição. Qualquer que seja a explicação, fica claro que a distância que separa homens e mulheres é maior do que a distância entre as idades.

A supremacia masculina permeia a relação entre pai e filha, marido e mulher e irmão e irmã. Mesmo antes da puberdade, o pai dá a filha em casamento. Ele mesmo pode passar um dos filhos uma de suas esposas. Uma moça deve aceitar o novo parceiro, escolhido por seu irmão e pelo marido que dela desiste em favor de outras alianças.

No decorrer de sua vida, a mulher passa do domínio de um homem para o de outro. Ela pode abandonar o marido ou mesmo envenená-lo, mas nem por isso se liberta da dominação masculina. Enquanto viver, terá acima de si o pai, o irmão, o marido e, quando velha, o filho de quem receberá caça e peixe.

Há, entretanto, uma face suave nas relações vividas na comunidade. É no cuidado das pessoas entre si, em pequenos detalhes, que os Cinta Larga se permitem ser delicados. A limitação de espaço não permite o desenvolvimento desses aspectos neste texto. Mas pode-se dizer que momentos de agitação e serenidade se distribuem de modo desigual num mesmo dia. Períodos de calma são abruptamente cortados pela excitação que pode ser alimentada por longo tempo. Mas há sempre o retorno à suavidade da música, do contato dos corpos, do gozo ao belo.

GUERRA E ALIANÇA

Grupos caçadores têm geralmente taxas altas de mortalidade, não apenas infantil como também de adultos, e desenvolvem mecanismos de reposição populacional. A guerra tem sido indicada como um dos recursos mais antigos para, contraditoriamente, permitir o equilíbrio demográfico. São incursões armadas que têm a finalidade de vingar ataques sofridos e capturar mulheres.

Se os Cinta Larga alguma vez fizeram uso desse recurso, certamente não o fazem mais. Relatos passados mencionam agressões mútuas, atos de vingança envolvendo ou não mortes, mas restritos à ação familiar ou mesmo individual. Ataques com participação mais ampla dos homens parecem ter ocorrido apenas em represália às investidas de seringueiros e garimpeiros, na década de 60.

Mas a inexistência atual de envolvimento globais, ou mesmo o pequeno número de ataques menores esporádicos, não impede que muito se fabule a seu respeito. A "guerra" é sempre a primeira alternativa lembrada para resolver disputas e oposição de interesses entre grupos vizinhos, o modo seguro de liquidar conflitos.

Em contrapartida, é constante a suspeita de investida de surpresa, como se o inimigo rondasse a área à espera do descuido e da distração da defesa de Serra Morena. Não que o grupo se mantenha em sobressalto perene, mas o assunto toma conta das conversas, incorpora-se ao cotidiano, estimulando a exacerbação dos ânimos, pelo menos em sua expressão verbal.

Mas quem seriam os "inimigos"? Sem sombra de dúvida, são sub-grupos Cinta Larga os que podem contrariar profundamente os interesses dos moradores de Serra Morena: a troca harmoniosa de mulheres. O seringueiro é um acidente histórico. Os Ubiei, ou "índio preto", como são desdenhosamente apelidados, são os verdadeiros "inimigos".

Não foi possível situar o início das hostilidades nem saber se em outras épocas os Kakí ou os Mã chegaram a ocupar posição semelhante. Hoje, os adversários são Ubiei.

Não está suficientemente clara a distinção entre Mã e Ubiei. Sabe-se apenas que os Ubiei residem perto de Igarapés pequenos e são apelidados de "índio preto". A rigor, a distinção relativa à cor é tênue, mas realçada pela discriminação alimentada pelos Kabã e Kakí. As diversas designações são traduzidas por preto (Ubiei), branco (Kakí), castanha (Mã) e uma fruta silvestre (Kabã).

Filiação ou aliança conjugadas à fixação de residência integram as pessoas na comunidade. A filiação se processa pela linha masculina e

as alianças se realizam usualmente no âmbito do grupo maior formado pelos diversos sub-grupos Cinta Larga. A residência é virilocal, mas comporta outros arranjos.

As visitas, mais do que a violência, propiciam a troca de mulheres. As mulheres são dadas em casamento pelo pai, pelo irmão ou pelo marido. Mesmo antes da puberdade, por volta dos 8 ou 10 anos, a mulher é dada pelo pai ao pretendente, que com bastante frequência é seu tio materno.

A distribuição de mulheres pode ser entendida como um exercício político que garante a reprodução da comunidade. Selar alianças significa abrir canais para a renovação populacional de modo pacífico e baseado na reciprocidade. É uma das principais prerrogativas masculinas.

Entretanto, a submissão feminina nem sempre é assegurada. Observa-se que a aliança não perdura e mesmo não se completa sem um mínimo de anuência da mulher. Como decorrência, casamentos são desfeitos, alianças perturbadas, a despeito da vontade do homem. A insubordinação feminina, somada aos eventuais obstáculos interpostos pela demografia, perturba e dificulta os arranjos políticos negociados pelos homens.

Interessante é notar que não se faz uso da força para sustentar a autoridade questionada. Critica-se a rebeldia, mas não se estimula o emprego de medidas radicais para dobrar a vontade feminina.

Se a aliança é uma das condições de existência da comunidade, por que razão a autoridade masculina é desafiada justamente no contexto dessa relação?

Fruto de um processo de socialização que encoraja o destemor, a rebeldia feminina se manifesta em outras ocasiões, provocando desdobramentos sociais mais graves. No contato com membros de outras comunidades Cinta Larga, a mulher eventualmente se envolve afetivamente com um homem e pode mesmo vir a abandonar a companhia do pai, do irmão ou do marido. Foge com o novo companheiro, frustra o planejamento masculino ao selar sua própria aliança: aliança unilateral, condenável, denominada "roubo de mulher", como se de fato ela fosse uma vítima seqüestrada.

Nessas ocasiões, seus donos se revoltam, não contra ela, mas contra o homem que é visto como o elemento ativo do processo. Roubar mulher é falta grave, só reparada com a guerra. É inadmissível que o próprio homem viole as regras da circulação regular. Os ânimos se alteram e planos para punir o crime e vingar a infração tomam conta do cotidiano do grupo ofendido. Por certo, no grupo oposto instaura-se

a expectativa do ataque que mobiliza a defesa. De lado a lado, estimulam-se os valores guerreiros. Tornam-se nítidos os limites da comunidade local, em cujo centro se agiganta o homem, seu defensor e defensor das mulheres. Não importa se o processo culmina com morte ou é esvaziado com uma aliança reparadora: o ânimo guerreiro foi ativado, a encenação do poder e da força enriqueceu a figura do homem, reafirmando seu papel. Seria correto afirmar que a ideologia guerreira é alimentada pelo próprio ato de negação do domínio masculino através da rebeldia da mulher, por meio de um curioso jogo de poder.

Observando-se a vida comunitária, vê-se que os interesses de homens e mulheres se articulam entre si no dia a dia das atividades ligadas à sobrevivência. Numa composição bastante harmônica, os interesses se conciliam e permitem a produção material da comunidade, quer nas tarefas recortadas pela divisão sexual do trabalho, quer naquelas em que os esforços se alternam sem prévia determinação dos papéis.

A dominação masculina é apenas contestada no momento em que os interesses políticos do homem abafam ou ignoram interesses específicos da mulher. Na delicada trama da circulação de mulheres, os homens conduzem as negociações entre ajustes e concessões, mas sempre sem contrariar frontalmente seus interesses quer de caráter político, quer de caráter sexual. Não haveria outra forma de compreender a troca pacífica sem esses ajustes. Nesse sentido, o processo poderia ser sucintamente descrito como sendo a permuta de mulheres realizada por grupos de homens que, de lado a lado, negociam suas preferências num quadro de possibilidades limitadas.

Essa é uma das situações em que se instaura de maneira forte a idéia de posse. O homem é dono da mulher e em nome dessa posse coíbe a manifestação da sexualidade feminina, com uma intensidade que varia na proporção do obstáculo que ela cria ao livre exercício do poder masculino.

Não merecem muita atenção as relações sexuais extra-conjugais dentro da comunidade local. Os próprios homens compartilham dos mesmos jogos amorosos que atenuam a monotonia conjugal. Com menor benevolência, tolera-se a recusa feminina em aceitar arranjos matrimoniais determinados. Mas a contradição entre homem e mulher, até então encoberta, se explicita quando a insubordinação feminina escapa ao controle do homem. É a insubordinação, determinada pela subjetividade (ou naturalidade), que se contrapõe à racionalidade masculina produtora e guardiã das trocas matrimoniais. Torna-se legítimo o uso da violência para interromper o prosseguimento do processo e desestimular sua recorrência. Caso o poder de dominação seja ineficaz para conter a rebeldia feminina, invertem-se as posições: o outro polo da contradição passa a

ser ocupado pelo adversário masculino. A mulher é retirada do cenário, lugar de confronto dos homens, daqueles que em outras circunstâncias sabem dialogar através das regras. A responsabilidade pelo desequilíbrio das relações inter-grupais não pode, assim, ser atribuída à parte dominada e frágil da comunidade. A luta que daí para a frente se desenvolve é pensada e vivida como fruto da oposição de interesses legítimos de grupos comandados pelo homem. Como a rebeldia não visa aniquilar o poder masculino, mas o reconhecimento de interesses específicos da mulher, repete-se o ciclo de dominação. Com o novo companheiro, a mulher abandona a contestação, aceita passivamente a autoridade maior, colocando-se sob a proteção do homem guerreiro, imagem que ela ajuda a preservar.

A oposição de interesses entre homem e mulher é, dessa forma, resolvida num confronto entre homens, tornando mais nítidos o contorno da comunidade local e a dominação masculina.

A PRÁTICA INDIGENISTA

O Posto de Atração Serra Morena fica à margem direita do rio Aripuanã, na altura do paralelo 11°. Uma pista de pouso se estende da beira do rio em direção à floresta por cerca de 500 metros. O local é isolado, praticamente acessível só por avião. O curso do Aripuanã é pontilhado de corredeiras e quedas d'água, tornando difícil a navegação, em especial durante a seca. A rodovia BR-172 (AR-1), que liga Vilhena a Aripuanã, pode ser alcançada através de uma estrada interna do projeto de colonização Juina, que está a poucos quilômetros do rio Aripuanã. Mas, durante a estação chuvosa, o tráfego rodoviário se interrompe seguidamente, por força dos inúmeros atoleiros. Com isso, apenas o transporte aéreo é viável durante o ano todo, desde que haja condições atmosféricas favoráveis.

O abastecimento por via aérea é oneroso e não muito regular. Como decorrência, os funcionários experimentam períodos de relativa escassez de mantimentos em várias ocasiões. Pois embora a roça forneça alimentos básicos para a dieta (arroz e feijão), a caça e o peixe só podem ser obtidos quando da distribuição de munição e anzóis aos índios. A expectativa é a de que, nessas ocasiões, parte do produto das caçadas e peixarias seja encaminhada à cozinha do Posto.

O número de funcionários varia de ano para ano, e não passa de dois ou três, às vezes cinco. São eles o chefe do Posto, trabalhadores braçais e suas famílias. As tarefas abrangem assuntos administrativos e trabalhos de conservação da pista, da roça e das instalações. Dependendo da experiência e da formação do chefe do Posto, o grosso do trabalho pode se concentrar mais numa dessas atividades. O maior con-

traste ocorre entre aqueles que têm familiaridade com a vida no mato e os mais identificados com a vida urbana. Enquanto uns dispensam atenção especial ao cultivo, inclusive de plantações permanentes, outros têm visível interesse pela introdução de recursos tecnológicos mais refinados.

A cada mudança de chefia, altera-se o caminho a ser percorrido mas, de modo geral, todos procuram organizar um estilo de vida que se aproxime do conforto material que eventualmente teriam fora da área indígena com a remuneração que recebem. Isso cria mais problemas para o chefe, que recebe cerca de dez salários mínimos, do que para os braçais, cujas aspirações não podem ultrapassar o poder de compra de um salário mínimo. Uns e outros procuram, sempre que possível, integrar nos quadros da Funai membros da família, em geral a esposa, visando a ampliação dos rendimentos. Suas aspirações se dividem entre ter maior comodidade em Serra Morena e acumular dinheiro para as férias. As frustrações são inevitáveis.

A principal forma de comunicação com o exterior é o rádio transmissor-receptor. Fala-se com a sede administrativa em Riozinho duas vezes por dia. As freqüentes interrupções (pane no equipamento) acentuam o isolamento e a insegurança que crescem a cada período de irregularidade nos vôos de abastecimento. A sensação geral é de abandono. Em diversos períodos, o único contato que têm com o mundo de fora é através de programas e noticiários de rádio, o que estimula a imaginação e também a consciência da distância que os separa dos sonhos que alimentam.

Outros fatores favorecem o surgimento de insatisfação. É o caso da dificuldade que enfrentam para proteger sua privacidade, frente à inesgotável curiosidade dos índios e ao reduzido espaço em que acabam por limitar sua vida social e cultural. À medida que os funcionários procuram organizar sua sobrevivência de modo a assegurar alguma comodidade material, defrontam-se com as conseqüências do estreitamento de contato com os índios. Ou permitem que estes participem desses benefícios, mesmo em detrimento do seu bem-estar, ou desequilibram as relações mútuas. A camaradagem se esvazia, chegam os desentendimentos e Serra Morena passa a ser campo de intenções divergentes.

É sabido que o interesse pela chamada pacificação de grupos indígenas é maior por parte de empresários do que pela própria Funai. A presença indígena torna-se intolerável nas áreas abertas à exploração capitalista, não só pela insegurança que semeia nos acampamentos pioneiros, como pelo investimento adicional de recursos que acarreta para a defesa da penetração em territórios indígenas. Por isso mesmo, parte dos custos é transferida ao Estado que cuida de organizar expedições de atração.

Um recurso comumente usado nas tarefas de contato é a farta utilização de artigos industrializados para atrair os grupos arredios. Machados, facões, tesouras, etc., são colocados em lugares estratégicos para serem facilmente encontrados pelos índios. Em geral, após um período variável de demonstrações agressivas ou de indiferença, os índios se aproximam para o contato pacífico.

Enquanto essa primeira etapa é realizada por sertanistas experientes, os períodos subseqüentes ficam a cargo dos chefes de Posto. O objetivo mais geral que se impõe é, então, fazer a passagem da generosidade dos primeiros encontros para relações de troca mais equilibradas do ponto de vista comercial.

Em Serra Morena, em especial em 1979, com os mantimentos do Posto chegava também um sortimento de brindes. Para os primeiros contatos com os índios, que chegavam aos Postos Cinta Larga dispersos pela floresta, era ofertado um brinde que significava, como nas atrações, boas vindas, sinal de amizade e paz.

Quem recebe um presente gosta e, naturalmente, volta a pedir outros mais. A tarefa do chefe do Posto era introduzir, pouco a pouco, a relação de troca, estimulando os índios a trazerem artesanato para, então, obterem não mais brindes, mas "mercadorias". A distinção vigora até hoje: os primeiros destinados a atrair os outros para o exercício da troca.

Uma variação do mesmo exercício indigenista vigorava em 1979 através de outro mecanismo: a "roça coletiva". Tratava-se de envolver os índios nos trabalhos agrícolas, recompensando a comunidade com a distribuição de duas refeições diárias. O empreendimento tinha como finalidade facilitar as tarefas relativas à sobrevivência dos funcionários, introduzir os índios na dieta alimentar "civilizada" e, como consequência, prevista ou não, discipliná-los num novo ritmo de trabalho e produção, sob direção centralizada e externa à comunidade. Não creio que fizesse parte dos objetivos intencionais o desdobramento previsível da continuidade dessa prática: a obediência à autoridade do Estado. Mas de qualquer forma, procurava-se, em várias ocasiões, estimular o temor à autoridade. O programa foi interrompido em 1980, mas deixou marcas. Vários equívocos foram cometidos. O mais óbvio foi a identificação linear da noção de *comunidade* à de *coletivo*. Acreditava-se seriamente que a roça por ser trabalhada coletivamente tinha qualidade comunitária. Os efeitos vieram em cadeia e, na impossibilidade de registrá-los aqui, vejamos alguns de seus aspectos. Ao verem-se atados à rotina do Posto, cresciam as insatisfações dos Cinta Larga. Assim, qualquer período de escassez, motivado pela irregularidade do abastecimento do Posto, constituía-se no estímulo de que necessitavam para reagir agressivamente. A presença iminente de conflito forçava a redefinição da política do Posto

que geralmente implicava em recuo. Retomava-se a antiga postura distributivista, iniciando-se novo ciclo. Instaurava-se um movimento pendular, onde se intercalavam períodos de serenidade com os de apreensão. No mais das vezes, a ameaça de ataque acabava por ser contornada, mas não era possível impedir a saída dos mais descontentes para os vilarejos vizinhos, forma de desafiar a autoridade do chefe do Posto e demonstrar insatisfação.

Tanto naquela época como agora, uma das tarefas do chefe do Posto é impedir ou desestimular as freqüentes visitas dos índios às cidades da cercania, em parte por zelo à saúde, mas também por ser mais fácil o controle tutelar sobre uma população sedentária.

Em 1981, os Cinta Larga iniciaram a extração da borracha, com o objetivo de obter recursos para atender às novas necessidades de consumo. Em termos quantitativos os resultados são pequenos, mas é grande o entusiasmo que alimentam diante da possibilidade de obter dinheiro. Mas a dificuldade de transporte impõe um limite severo aos seus projetos. Algumas vezes, impaciente com a situação, o Cinta Larga procura resolver por conta própria a venda do que produziu, seguindo de canoa em direção a Juína. Nem sempre concretiza o negócio: a pequena familiaridade com o comércio e o quase desconhecimento da língua portuguesa tornam-se obstáculos difíceis de superar, principalmente devido ao temor de ser enganado. Com isso, muitos desejam conhecer os mistérios da escrita e da aritmética, para poderem exercitar a auto-suficiência que tanto valorizam.

Índios e funcionários aguardam a chegada da estrada. Para uns, estaria assim solucionado o problema de comercialização da borracha; para outros, o abastecimento do Posto tenderia a ser mais regular. E as estradas estão chegando: o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais, mais conhecido como Poloamazônia, elegeu para as suas realizações a área de Aripuanã, entre outras. Segundo informações oficiais a área dispõe de condições invejáveis: probabilidade de importantes jazidas minerais, manchas de terra de alta fertilidade para a agricultura, florestas dotadas de essências de valor comercial e potencial energético significativo.

O Polo Aripuanã previu a construção da rodovia AR-1, ligando Aripuanã a Vilhena, para conexão com a BR-364, com o objetivo de dar apoio às atividades empresariais da área, além do projeto de assentamento de colonos, denominado Projeto Juína. Com área total de 411 mil hectares, este projeto assentou, na primeira fase, uma população de 2.828 habitantes. Estimava-se o assentamento de 2.200 famílias até o final de 1981. Em 1979, haviam sido efetuados 250 km de estradas rurais, estando em fase de abertura mais 140 km.

Em dezembro de 1981, a imprensa noticiou amplamente a decisão do governo federal de destinar, em 1982, 25 bilhões de cruzeiro para a construção de 3.000 km de estradas vicinais (Agrovias), além da disposição de empregar verbas maciças para dinamizar as atividades de garimpagem e mineração. Estas decisões visam o "reaquecimento" da economia em 1982 e foram tomadas para enfrentar o desemprego, ampliando as fronteiras agrícolas, extrativa e mineradora, estimulando o deslocamento de levas de trabalhadores, agricultores sem terra e investimentos de empresas, interessadas na ocupação dos "espaços vazios" amazônicos.

Não seria especulação afirmar o que essas medidas vão significar para os Cinta Larga: invasões de suas terras, intensificação dos contatos e da contaminação por doenças e o cerco irreversível ao Sul e Leste de suas fronteiras pela ampliação da rede de estradas vicinais ao longo da rodovia AR-1.

NOTAS

(1) — As informações que se seguem foram obtidas durante pesquisa de campo iniciada em 1979, subvencionada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e com o apoio institucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

(2) — O que denominamos usualmente Cinta Larga é de fato uma comunidade lingüística, formada pelos sub-grupos (ou bandos) Mã, Kaki, Kabã e Ubiel.

REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O TRATAMENTO DOS MITOS *

Etienne Samain

(Depto. de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Aos Professores Charles Wagley e Egon Schaden

O tema e as proposições que defenderemos nesta comunicação têm uma vantagem: nasceram e, progressivamente, se desenvolveram a partir de uma experiência concreta. A experiência de um antropólogo que viveu no meio de sociedades indígenas brasileiras. Experiência esta que se tornou ao mesmo tempo tentativa crítica de entender melhor o que as produções culturais, oriundas de comunidades ágrafas — os mitos em particular —, podiam relembrar e reapreender a comunidades culturais predominantemente marcadas pela escrita e sua lógica peculiar.

Este argumento inicial bastará para delinear, no que se segue, três momentos. 1 — Falando brevemente de nosso trabalho no meio dos índios, procuraremos precisar o que os mitos nos parecem ser para sociedade ágrafas. 2 — Com base nisto, entender-se-á porque o nome de

(*) — O presente trabalho retoma, para o essencial, a comunicação feita por ocasião do Iº Encontro Tupi de São Paulo (PUC, 3-5, de nov. de 1982). Aos participantes deste Seminário e às nossas colegas antropólogas da UFRN, Profª Anita de Queiroz Monteiro e Profª Márcia Maria Gramkow, que tomaram parte da elaboração e da discussão deste ensaio, nossos agradecimentos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - MUSEU RONDON

SIMPÓSIO SOBRE O FUTURO DOS ÍNDIOS CINTA - LARGA

CUIABÁ (MT)

26-30/8/1973

3

TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO DE UM GRUPO CINTA LARGA LOCALIZADO NO RIO VERMELHO, AFLUENTE DO RIO JURUENA, MARGEM ESQUERDA.

As atividades de atração de grupos indígenas arredios estão restritas à ação da FUNAI. Porém, a Missão Anchieta, teve licença do SPI e realizou a atração dos índios RIKBAKTSÁ, através da ação do P. João Evangelista Domstauder, s.j. Este trabalho foi todo escrito e é intenção da UFMT publicá-lo. Igualmente o início do trabalho de aproximação dos índios Beijo-de-Pau esteve a cargo do P. Adalberto Pereira, que foi flechado por eles duas vezes. Em 1970, com anuência da FUNAI, iniciamos a atração de um grupo indígena, - os Mênikã, e conseguimos o contato no dia 13 de junho de 1971, e esse trabalho está relatado, resumidamente, nas folhas mimeografadas, com o título de Missão Galada.

No início de 1972, aos responsáveis da referida Missão foi comunicado pela FUNAI de que a atração de um possível grupo denominado KUNBENKRAW IE RANTÍ, localizado em território vizinho aos já aproximados Beijo-de-Pau, estava entregue aos cuidados da Missão Anchieta. O auxílio de verbas específicas para o trabalho foi colocado à disposição.

Foi realizado um primeiro sobrevoo na região e nada foi verificado que indicasse a presença de aldeamento indígena. Nesse mesmo tempo, os responsáveis pela abertura da estrada Juina-Dardanelos, no município de Aripuanã, comunicaram a certeza da existência de uma aldeia Cinta-Larga, localizada a 23 minutos de voo desde a localidade chamada Juina Mirim, margem esquerda do rio Juruena. Pediam encarecidamente que fosse feita uma expedição para atrair os índios a fim de que se impedisse encontros fatais entre os trabalhadores da estrada e os índios, já que a estrada passaria bem perto da aldeia, ou em território dos índios.

ANEXO

28

A FUNAI foi informada. Os responsáveis pela Missão pediram, então, para que a expedição de atração que estava sendo preparada para atrair - os KUNBENKRAN IERANTI, fosse orientada para a atração desse grupo Cinta-Larga, uma vez que era um caso de urgência. Pediam outrossim que os recursos oferecidos pela FUNAI para a atração daqueles índios fossem empregados na atração do grupo Cinta Larga. A FUNAI aceitou plenamente a troca.

No dia 2 de agosto de 1972 foi feito o sobrevoo de reconhecimento da aldeia. De fato, com 23 minutos de voo desde o Juina Mirim, na direção de 300º, a aldeia foi avistada. No dia 6 de agosto foi dirigida carta ao Reitor da UFMT comunicando o fato e pedindo que a Reitoria pedisse imediata - interdição da área e interrupção dos trabalhos da estrada, pois os trabalhos de atração teriam início.

No dia 19 de agosto foram feitas as compras do material necessário para a expedição. No dia 21 do mesmo mês, quando de viagem para o início dos trabalhos, sofri acidente automobilístico, na BR 364, 6 km antes do Rio Verde, onde morreu o missionário P. Edgar Schmidt, responsável pelas Rikbáktsa e ficaram feridos P. João Evangelista, responsável pelos Kayabí e Apiaká e eu, responsável pela expedição aos Cinta-Larga. Com este fato o trabalho entrou em recesso.

No dia 17 de outubro de 1972, foi realizado um segundo sobrevoo sobre a aldeia e desta vez estava junto a índia Cinta-Larga Vanda Laura, única sobrevivente de um massacre realizado em aldeia situada nessa mesma região, em 1958. A índia foi junto a fim de verificar se de fato eram seus patrícios. Logo ao avistar o formato da casa e posição do aldeamento, se contentou em - dizer: "são meus patrícios".

No dia 27 de outubro, estando em Cuiabá, tive que dar um depoimento sobre a situação: presença da aldeia e trabalhos da estrada. A realidade era que os trabalhos da estrada continuavam a despeito da ordem de interdição.

No dia 29 de novembro, acompanhado de três índios Rikbáktsa - (Tapema, Matsin e Ogudubá) e de dois Irantxe (Tupxi e Uliminã), dei início - aos trabalhos realizando a primeira expedição. Esta primeira etapa, de puro - conhecimento da região, foi até o dia 7 de dezembro.

Ao iniciar o ano de 1973, desejoso de reiniciar os trabalhos, armando uma expedição mais duradoura e eficiente, fui surpreendido pela ausên

cia de verbas específicas da FUNAI que, ao findar o ano recolheu todo o auxílio para nova redistribuição que, até o presente momento, ainda não foi feita. É providencial, pois, as perspectivas para esse grupo Cinta-Larga não são mais animadoras do que as perspectivas existentes para os demais grupos. O Parque do Aripuanã será cortado como o foi o Parque do Xingu. O trabalho já está iniciado. Eu, como responsável pela atração desse grupo Cinta-Larga, não estou mais animado a fazê-la, e não ser que as regras do jogo sejam obedecidas: respeitar os índios, interromper os trabalhos da estrada até que se consiga falar com os índios para orientá-los nos seus futuros contatos com os brancos. Pois é melhor que o índio morra lutando pelo que é seu do que viver marginalizado e mendigando o que sempre foi dele.

Pe. THOMAZ DE AQUINO LISBÔA

27/03/1973

"Expedição ao Rio Vermelho (MT)

Data: 28/11 a 07/12/1972

Dia 28/11/72

+ 1

Escola: Raimundo, Monte, Carvalho, Inocência, Abelardo, Aníbal, Fernando e eu. Era para prever alguns trabalhos. Quanto à ida do gado ficou resolvido que iriam só depois da volta do abelardo. Quando chegamos ao assuroto dos caros, deu grande discussão entre mim e seus Cavalho - fiquei muito alterado, perdi a paciência - veio com aquela velha coisa: "você é quem devem pagar o conserto..." Aqui eu perdi a estubeira, falei que isso de estar sempre apelando para a diferença entre padres e irmãos não estava certo. Também os padres, como os irmãos, não distinguem de nada e estavam em igual situação de servidores. A responsabilidade pelo setor indígena era grande, etc... Ala bamos a reunião, fiz o resumo do diário para a irmã Carmelita. Neste abriu o tempo após boa chuva e o avião chegou trazendo D. Alonso, irmã Olentina e D. Alzira e criança. Arrumamos tudo. Magalhães colocou dois tanques de gasolina e partimos. Último tempo. O barco estava na altura da Praia do banco - deu para ver bem a barra de Escondido e de lá até a barra de Papagaio deu 8 minutos de voo isto é uns 28 kms. Chegamos bem Cafézinho e decolagem do Magalhães almoço - Descanso - Fez eu novamente o tempo, mas não choveu

29/11/72 - 4ª feira | Concelebramos às 5.45 horas Paraiíba

1809

encostou pelas 7.30 hrs - Descarrega-
mento - Preparação para descer - Merenda
Pelas 10 e pouco iniciamos a viagem - Paraiíba,
Luís Cavalho, Mamiti, Maurício, Ezinho, Iapema
e eu - Paramos no quim - Lá fui logo falando
com o Suro sobre nossa expedição. Quando
ele falou que seria possível a ida do barco
deles para ir até a 1ª aldeia, buscos Geral-
dino e Salvador, iniciamos a descarregar
coisas da Expedição. Com a chegada del Frederi-
co, Paraiíba pediu-lhe para olhar um pouco
o motor - Colocou-o para funcionar, tendo
trocado um dos carbões. Almoçamos todos a
convição do Suro. Paraiíba partiu e
logo atrás o Frederico - Não iniciamos a
arrumar as coisas para a expedição - Com a
volta do Frederico, embarcamos - Vieram
dois irmãos: Matias Geraldino e Oduvaldo
Salvador - Lá em Fontanillo falei com
eles e deram esperança de que a 10ª hora
na pudesse ir - Fui até a casa do Sr.
Quimerães e dei-me um café com bolo -
conversei sobre o assunto - Lamentou que
seu gelp não estivesse em condições, mas
disse que, talvez, o buis levasse-nos - ia
com a tombeira até onde fosse possível.
Assim foi - Trouxemos tudo e colocamos as
pranchas sobre a tombeira, embarcamos as
nossas coisas - Partimos Suro às 16 horas -
andamos uns 5 kms e apareceu um
impedimento insuperável = barreira
caída, isto é, buraco no aturo.
Resolvemos não insistir - Despedidas
do buis e
andamos até ezureira, chegando a
um acampamento onde, fei café e
comendo bolachas, sardinha - descan-
mos

30/11/72 - 5ª feira / Cêdo Maurício com o café Tomamos

1810

Saimos às 5:45. Andamos até chegar ao acampamento grande onde havia um morador, o Senhor Joaquim Marciano. Havíamos passado o gale - Neste acampamento estava uma das máquinas grandes. Tomamos café - Fiz o diário. Eu cheguei uns 15 minutos antes da turma. O Senhor Joaquim deu-nos um erro com feijão minúculo. Foi o último quebra-torta. Era o último quando despedimo-nos e saímos. Logo na frente encontramos três que vinham, um deles o bom velho que eu havia conhecido no dia da conversa com o prefeito e aquele que deveria acompanhar-nos na expedição aos Cinta-Larga. Ele era, também, o tal "menione" que iria voltar hoje em direção ao rio Vermelho. Deu-nos alguma explicação sobre o caminho e seguimos. Disse-me que viria atrás. Logo na frente erramos o caminho, deixando a estrada de gale à esquerda. Percorremos logo e voltamos. No correjo dos índios bebemos água doce. Prosseguimos. Lá em um correjo bastante seco, onde só havia água de chuva, paramos. Saíram 12 horas. Maurício fez o café e depois a macaronada. Comemos e prosseguimos. O caminho tem muitos "solos" e desce e isto cansa muito. Os correjos estão secos. Bem de tarde eu já não aguentava mais. Ruomo, Tupxi e Tapema foram explorar, não levaram o buche com a indicação de que devem um tiro de chumbeira caso encontrassem água. Depois de uns 12 minutos veio o tiro. Formos para lá. Por um tempo levei o buche de Tupxi, depois dei-xei-o, pois não aguentava já de passando do lugar. Tapema veio me chamar. O correjo estava seco e só a água da chuva dava para recolhermos sendo já tarde o gale era armar acampamento ali mesmo. Tapema matou um macaco moço, logo após o almoço. Foi boa sorte. Zéinho colocou sarrafo para estender o plástico. Tupxi fez café, leite e rycau. Cansado bebei isso e dormi. Pelas tantas veio chuva e todos tiveram que se abrigar sob o plástico. Dormi bem.

1/12/72 - 6ª feira | Cêdo Tapema levantou e foi fazer o café.

1811

Veio chuva novamente, quando já havia parado, dando possibilidade a que estivessem novamente as aldeas - Com folhas de pacova para proteger o fogo, iluminaram a operação. Estão a chover. Tomamos café, leite + nescau. Comi um pedaço de carne de macaco e um pouco do miolo. Tudo pronto iniciamos a andar. Alguns conejo setos, outros com um pouco de água da chuva. Fomos até que a fome bateu. Havia um conejo quinho e resolvemos comer alguma coisa. macarrão e chicha de patuca, frutinha preta. Ficou como today - Prosseguimos. Andamos uns metros pela picada e esta saiu novamente na estrada. Tapema baleou nutum. Vive este queria fugir - Disse a Tapema: - de outro tiro. Deu e matou. Focaram a procura do fillote. Segui para a frente com Zéinho até que, sem esperarmos chegamos ao esparado Conejo Sete. Disseram-nos que era 20 km desde a barraca do Joaquin até lá, mas pareceu não bem mais, pelo que andamos. Tomei banho, lavei a camisa, coloquei tudo ao sol. Coloquei a água para ferver, tomei um cigarinho e fui até dormir. Tupxi fez o café e o leite. Tomamos. Tapema e Geraldino foram caçar. Pelos 75 pontos chegou o Sr. Miguel Gonçalves Zani. Saiu logo, às 6 da manhã... Disse que viu uma raposa no pouco pela estrada. Conhecemos bastante, ele tinha intenção de continuar, mas sabendo que estávamos à espera dele, saiu não mostrar o caminho, resolveu ficar. Tive o boião - macaronada e nutum muito gostosa. Salvador flechou um macaco vivo e Tapema atirou, também Zéinho. Os macacos ficaram deprimidos. Comemos. O macaco caiu colocamos o plástico, pois a cabeça do barraco não inspira mais confiança. Peixi - me mequearam o macaco. Chuparam mel, beberam chicha de patuca. De noite choveu um pouco e tiveram que se recolher. Zéinho e Tupxi foram no barraco do outro lado do conejo.

2/12/72 - Sábado | Cêdo Tapema fez o café - levantou - me

1812

tomou café + leite e recolhi meu material. Já ia deixando alguma roupa

+

5

e o pacote de açúcar quando Sr. Zani se prontificou a levar. Aceitei. Saímos cedo. Fui na frente com o Zani, andando até o 28 sem parar. Nêlé cheguei a dez (10) conesgo. Zani fez o café. Custou, pois a lença estava molhada. Comi farofa, tomei café. E os outros não vieram! quitamos. Nada. Fui na passagem, tomei banho. Si então responderam ao grito. Zezinho vinha com outro mutum. Tomaram café. Descansaram um pouco, e retomamos a marcha - agora Zezinho também veio na frente, com Zani e eu. Fomos até o fim da estrada de gelp. Zani deixou no... e foi explorar. Saí atrás e voltei. Fechei nos o caminho e deixamos seta apontando a picada de engenharia por onde devemos seguir até o Vermelho. Chegamos na barra ca do pessoal. Logo mais chegaram os outros. Resolveram fazer o boia. Havia arca, etc. Armei a rede e deitai-me um pouco. Do sete até este conesgo, por melhor, até pouco antes, um sem as botinas. Mas desde que Zani foi explorar, coloquei novamente o bambolê no pé direito, pois a botina estava machucando no lugar recém cicatrizado, no tornozelo. Almoçamos: arroz + feijão + farofa. Prosseguimos. Faltavam 12 km. andamos. Paramos quando já estava com pouca luz na mata. Talvez, chegaríamos, mas resolvemos esperar o outro. Zezinho deu um tiro de chumbinho. Zani fez fogo - Zezinho fez limpeza com o faca. Chegaram os outros. Café - macaronada com sardinha. Custei para dormir, pois o polvínha era muito. Não choveu e o plástico serviu para o sereno.

3/12/72 - Domingo levantamos-nos, tomamos café e seguimos. Dei-me uma dor de barriga danada. Quando corri para o matq. J. foi tarde - a cueca ficou cheia. Nisto passaram os outros. Lavei-me no conesgo de direita a cueca. Na frente esperavam-nos. Continuamos - Chegamos, graças a Deus - Estavam no

1813

barraco, prontos para viajar, três homens.
 Receberam-nos com alegria. Tomamos café com bolo de macarrão. Coloquei tudo ao sol, tomei banho. Guardamos os facões e facas que serão os presentes para os Cinta-larga. Fiz o diário. O almoço foi sendo feito. Os três resolveram sair só amanhã. Tapema, Matsin e Oquiduba sairam a caçar. Fiz o diário - Almoçamos - Arroz, macanã e o mutum matado contem pelo Zezinho. Coloquei a rede e descansei. Chegaram os caçadores com 2 macacos, sarara vermelha e um mutum. Levantei-me e tomei café. O sol estava tirando muito quente. Eles almoçaram e foram para o pasto, armar as redes e moquear os macacos. Esvaziamos a canoa. Tupxi procurou consertar o furo. Zezinho providenciou pela lata. Arrumei os pequiúntes com o Piau. Fiquei olhando Tupxi fazer o sarico e dando-lhe o necessário. Tudo pronto. Já seriam como 16:30. Todos bem bonitos, roupa trocada, etc... Espreavam pela clia. Ceia - arroz, farinha, mutum, café. Conversamos muito a luz do lampião de querosene. Cada qual contava alguma história: o Piau, o Clara o Zani, etc. Tupxi, Ulimná e Oquiduba duriam em silêncio. Depois, dada a "boa noite" fomos dormir.

4/12/92 - F.2a

1944

Levantei-me, busquei água, acendi o fogo - Clara veio e fez o café + leite - aos poucos vieram os demais. Tomamos o café + leite. Os da expedição prepararam-se, arrumando a matula: arroz, farinha, carne de macaco, etc. Maurício pegou a canoa e tentou passar-la, só, pela pinguela. Fui lá. Estava com o esforço de passar-la. Vlio-Oquiduba e Matsin passaram; Embarcaram 4: Tapema, Tupxi, Oquiduba e Matsin e foram - se rio acima. Seriam 7,30 horas. Deitei-me e dormi bem. Tomei o timo banho - almoço - arroz, feijão, peixe pescado pelo Piau - café - conversei bastante com o Zani - mais de hora - já cansado - levantei-me e fiz café com leite - Bebevo - Fumei um cigarrito feito pelo Zani - lavei o calção e a meia, tomei banho - conversei um pouco com Zezinho. Depois retirei-me para a barrama do rio e lá fiz o teso - voltei e já era a ceia: arroz + feijão + macanã + mutum + farinha + pineta.

+ café - Conversamos muito, à luz da lampião de querosene: jagunços, soldados, assaltos, etc...

Descanso -

5/12/72 - F. 3^a

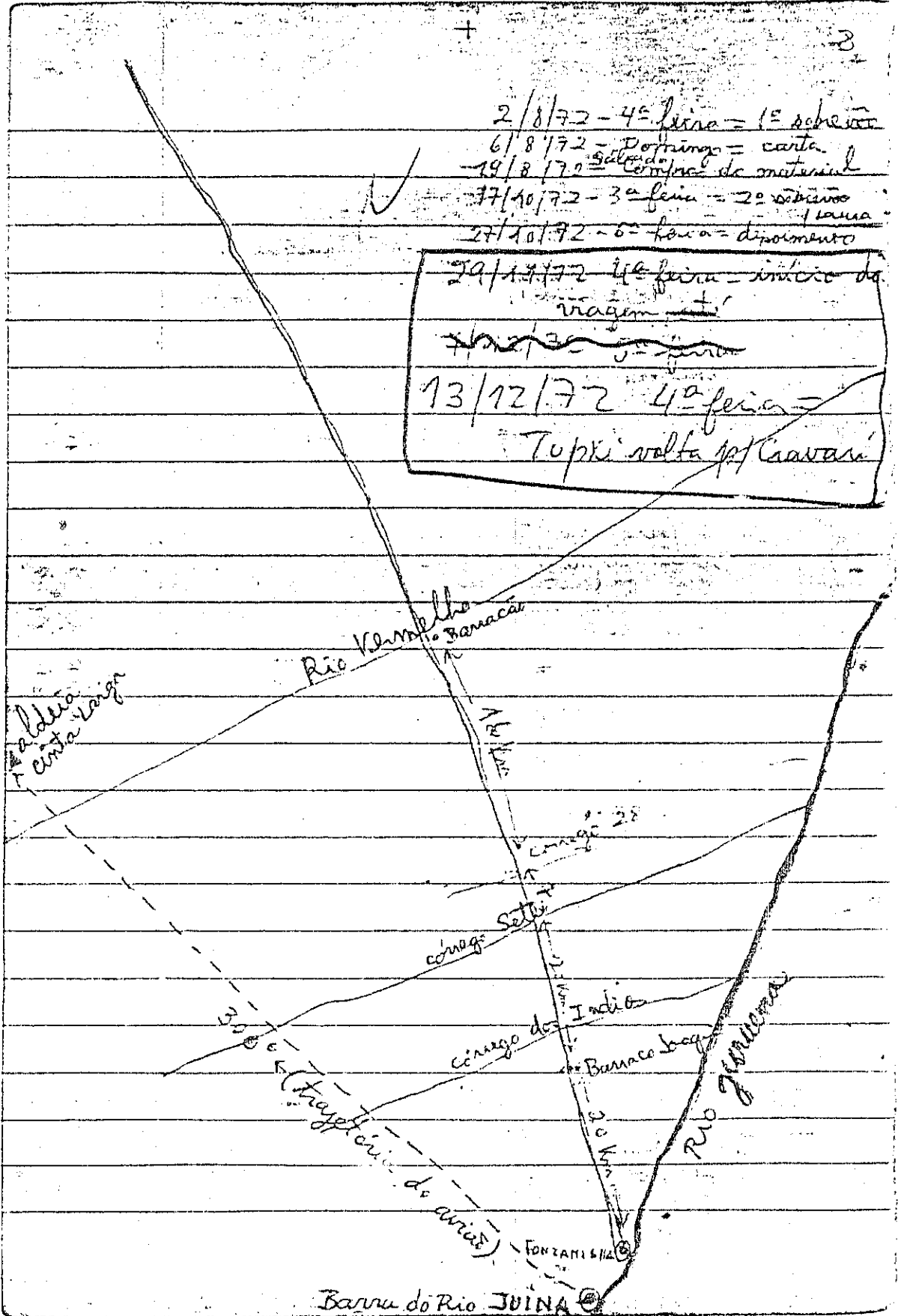
1815

Levantei-me com bastante clareza. Lavei-me. Zani fez o café enquanto Ceará lutava com o bolo de macanã. Depois ficamos conversando, esperando o bolo. Isto demorou bem uma hora. Café, leite e bolo à vontade. O sol já na alto. José Rolinha colocou o feijão no fogo. Zani engançou a 28 - Em silêncio chegaram os expedicionários - Trouxeram 4 mutetins e 1 matrincha sendo que já haviam comido uma matrincha pela noite. Tupxi disse que o rio, para cima, era seijo. Abandonaram o barco e seguiram a pé. Sinais novos não existem. Estava cumprida a principal tarefa da expedição: a viagem de reconhecimento. Tomei banho. Anotei as coisas que faltavam para a turma da estrada - Prepararam o boião - Comemos = arroz, feijão machucado, macanã + mutetim e café. Depois conversamos mais um pouco e, feitas as despedidas, partimos. Ceará, pouco antes, filou-me uma faca pendial - Zizinho atirou em quem que engançou - Andamos, Tupxi na frente. Por duas vezes paramos para tomar água e esperar pelo outro. Depois Zizinho tomou a dianteira - Andamos, andamos. Passou uma manada de porcos - estralando os dentes. Já escurecendo chegamos ao local onde havíamos almoçado - Anotei o plástico e a rede e lavei-me um pouco. Tupxi apareceu dizendo que os canoeiros haviam matado três porcos, ficando para três... Busquei água e tentei fazer o fogo - nada. Dormimos assim, sem comer nada nem beber. Estávamos muito cansados.

6/12/72 - F. 4^a

1816

Tupxi levantou-se, fez fogo e colocou sobre ele a lata com café a ferver. Eu terminei a operação - Tomei o café, partimos andamos direto até o "sete" onde chegamos pelas 11 horas. Tomei banho - Tupxi chegou. Fez o café, leite (Zizinho) Estava tudo gostoso - Macanã. Descansamos na rede. Pelas 12 e pouco chegaram os outros. Comeram alguma coisa.



e já se dispuseram a sair. Admirei-me da disposição dele. Arrumamos tudo e partimos. Andamos bem - eu julgava já ter passado o local onde havíamos pousado a 2ª noite quando, já sedento, vijo Tupxi assentado. Ao chegar a ele disse - ai mesmo nós pousamos. Aqui água - mostrando-me a garrafinha com água - Tomei e resolvemos que passariamos lá mesmo. Coloquei a rede, busquei água na possenta logo chegaram os outros. Foi feito café + leite - Tomei isso + farofa de matrincha. Os Rikbaktsa ficaram quietos para moquear a carne e Tupxi tomou a iniciativa de fazer uma cobertura pois ameaçava chuva pelos relâmpagos e trovoas. De fato, choveu, Tupxi e Ulimna vieram apertar-se sobre a tenda de plástico e os demais foram acobertados pela tenda de folhas.

7/12/72 - 5ª feira) Pela manhã ainda garçava. Levantei-me noz e preparemos nos para sair.

[187]

Tomamos café + leite. Tupxi tomou a dianteira, seguindo-se os dois irmãos RIKBAKTSÁ. Andamos bem e as subidas e descidas sucederam-se violentas. Passamos o córrego de macarrã, onde almoçamos, na ida. Ali procurei ainda a caça Hamlikuáso, mas não encontrei. No córrego do indio descansamos e bebemos leite preparado por Ulimna. Seguimos e pelas 12 horas e mais, chegamos ao acampamento da estrada e ali arreamos o burro. Estavam Sr. Joaquim, o mecânico, um dos traidores, um que estava com a moto-serra e um outro negro. Almoçamos, apreciamos o mecânico e experimentamos a moto-serra, colocando-lhe o óleo, que logo se arrombaram de assenti e descansamos. Sr. Joaquim se interessou pela nossa causa: a ida no gely e numa destas vias diz-me: "Ele só vai trazer as velas e vai levar vocês" - Continuamos conversando - a um dado momento o mecânico, depois de haver tranquilizado, etc. - disse-me: "Olhe, eu não quero tirar vocês, mas quando epularem aí, o gely está pronto" - Eu respondi: "Mas também, só esperamos por você" - Então vamos - Sr. Joaquim já foi - com 45 minutos estávamos em Fontanelha. Descansamos tudo. Voltei com o mecânico e fui até a casa de quemarás. Foi assentar no chão e veio o prato com doces e depois o cafézinho. O mecânico tb. estava. Contei como foi nossa viagem. Depois de um certo tempo

Apareceu o Matsin dizendo que ia para sua aldeia, de canoa - trouxe cafézinho. O mecenário cozeu um arroz e flecha, para completar sua refeição iniciada com doação de padre Arlindo. D. Alice, por sua vez, pediu um "spokê". O de Matsin foi olhado com curiosidade. Os irmãos ficaram de arrumar as coisas pedidas. Resolvi ir com Matsin e Oguduba para a aldeia. Fomos de canoa - Chiquinho na proa e Bibitaba (outro moço) na popa, Matsin e eu no meio. Já estava canoa levada por outros moços e Oguduba. Descemos em Indianópolis e lá tomamos chá oferecido pelo moço - Logo andamos até a 1ª aldeia. Betriano veio trazendo a boia que havíamos deixado na casa do Quimara. Saldei aol da aldeia: Meo + Filomena, Zerbeto, Vitor, capote alijado, etc... Logo chegaram, de canoa, alguns moços: Edilon, Arui, etc... Sabendo que o Simão Fernandes havia decidido que se voltaria amanhã cedo, resolvi dar um jeito de ir avante - lá e ao Carvalho, que precisávamos, ainda hoje. Resolvimos ir de canoa. Edilon na proa, Arui na popa, Vitor e eu no meio. Quando estávamos para chegar, pegamos um vento forte e vento e nós molhamos bem. No banco estava o Fernando - Falei a ele de nossa intenção e fui logo falar para o Carvalho - Este me fez problema e se dispôs a arrumar tudo para ir mudado para a 1ª aldeia. Ao ver-me todo molhado ofereceu-me 1 calça e 1 camisa. aceitei a camisa. Fernando chegou e iniciamos a levar tudo para o banco - Despedimo-nos. Maria estava lá e pude conversar um pouco com ela - Na 1ª aldeia, descarregaram as coisas do Carvalho - Matsin falou-me que sua mulher queria ir até Inari para chupar manga. Eu imediatamente me virei sobre os inconvenientes que havia na viagem, com mulheres e crianças, e disse - Ele que sim. Prepararam-se e foi. Dona Bibitaba, mulher e filhos. O barco saiu lotado e já era tarde. Paramos em Indianópolis onde foi descarregada a canoa e esperamos pelo Edilon que foi buscar a mala. Inacio Watsi pediu ao Fernando para ir até o Cumbeauki - aí saímos dali, já era noite. Paramos em Fontanelhas e subiram Tupxi, Ulimon e Tapima -

em ou no returna foi direto falar com o Suni e pedir-lhe a chave da casa onde haviam ficado as coisas da Expedição. Estávamos terminando de conter-lhe, sumariamente nossa viagem e fui logo ao assunto - chave da casa e pedido de que o Suni avisasse, por rádio, a Cigala, que no dia 13 de tarde, estivamos no posto de chegada e necessitaríamos de condução de Uiaiti. Conseguimos tudo a esta altura, apenas veio perguntar sobre a vinda da "mulherada e crianças" e eu tentei explicar-lhe como pude. Subimos. Chegamos lá pelas 20.45 horas - deixamos as coisas no quarto - as coisas, chamadas pelo Fernando, deram - no boas vindas, café, leite e pão - Tuppá e Uiaiti também se abateceram e, depois, foram dormir no banco. Fernando veio ao meu quarto e disse algumas coisas que julgou necessárias: um encanagado de motor, ferramentas, etc... o conteúdo de U22, melhor atendimento dos índios que vieram do Yaguira, etc... Dei-lhe cigarros - Deixados e descanso.

8/12/72 - 6ª feira. Levantamos e fomos na capelinha. Duas

1912

algumas coisas. Misa às 6 horas = IHACU. LADA CONCEIÇÃO = festa dos irmãos índios. Café festivo. Fernando foi com o trator e trouxe as coisas da Expedição ficaram em seu quarto. Deixamos de macacão e alguma bolachinha - Tuppá limpou o banco e separou as coisas para a viagem: munição. Ravi um pacote em na casa de Tapima. Lá estava Muipi, Ciro, Pitca, Tapima deu-me algumas coisas: livro de lá, lá, Piquete papel e lapiseira e esmaltado e lá dos que iriam = 15 peças, na contante munição e crianças de Matam e Uiaiti. A irmã Salati foi aqui conversando com Matsin sobre a impossibilidade de ir a saullu e falar, pois o pelo vento se havia movido o que iam ir. Não ficou muito contente da nossa decisão a pensar no café. Ao chegar lá na casa de Tapima, lá eu lhe falei, procurando desculpar-me de ter dito que sim, lá na aldeia. Almoço - Fernando saiu convocando os que iam viajar. Pelas 13.30 partimos. Levamos no Uiaiti: Duro - 100 3 tubos de gelatina e 1 caixa de espelidos e outro tubo de gelatina e espelidos para o Sr. Inguano. Pedi-me ele para que em usasse as eschada, etc. Falei-me da possibilidade de ir a dada empreitada uma semana. Tomamos chá e continuamos a viagem. No Rio Preto paramos para

pensar. Ao pararmos lá já estava o José Cícilio.
 Foi coincidência, pois ele foi quem trabalhou
 na sapuêta, como encanizador, junto ao Det-
 briketa. Estávamos em casa - a Sônia Conceição
 logo preparou o arroz e ficou de cozinha.
 Enquanto isso, conversamos muito - José Cícilio
 falou como quase certa a presença de índios
 para os lados de Corrego Rico e imediações, pois
 contou-nos o caso da avó que morreu e, dois dias
 após, ao voltar lá, não havia nada mais além
 as tropas - além disso, fez menção de um tribo
 que vive aqui perto e o seu - Elia - a mãe dos
 índios, dormiu no banco e perto dele - Conceição,
 Flôrentina e a pequena, ficaram no quarto com
 a senhora da casa e filha - José Cícilio e eu fica-
 mos na sala do meio e Taperna e Glei dormiram
 na cozinha - Cícilio mostrou-me o Taurus 22, case
 longo, que ganhou de P. Edgar - Contou muito sobre
 o singal de Tibério e como a maioria dos seus
 queriam "quer passar a river por conta, na esperança
 de que "os padres" poderiam ajudá-los - Distam-

9/12/72 - sábado - levantamos nos pelas 5 horas. Café rápido
 simples, agradecimentos e despedidas.

1849

Cícilio ofereceu as melancias que havia mandado fazer
 na um mês. Falou que os NIKBAKISA vão muito a
 sua casa e por um dia ali. Vai fazer um barba-
 do para ele. Erum 5.30 quando iniciamos a viagem
 pelo Corrego Rico e o Tibério - Ali paramos um
 pouco. O pessoal todo desanimado. Deixei cumprir
 missão de malera (Niksoquano) para dois dias. Tirei
 informações de índios que estavam perto dos lados
 do "corrego", não muito longe de lá. - Conti-
 nuamos. Mas por um erro da balsa, quando
 já navegávamos numa meia hora, de repente,
 como se a balsa seje na motor, um que se
 estavam todos na frente de banc - Talvez atirou
 2º na água. O fogo passou para o tamborete
 de tanomias aliado. Quilô: joguem água,
 joguem água - Beltrano e Tarácio, com muita
 presença de espírito, jogaram água com latia e
 bacia - O fogo de motor apagou o de tamborete
 aumentava, cada vez que a água chegava. Quilô:
 joguem o tamborete na água. Tarácio foi. Mas
 espírito; pegou um punco e com calma conseguiu
 abater o fogo - Estávamos boca de perigo -

Padre denuncia crime

contra os Cintas Largas

CUIABÁ (Dos enviados especiais) — O Padre Tomás de Aquino Lisboa, que deveria manter contato com um grupo de índios Cintas-Largas para a construção de uma estrada municipal em Aripuanã, disse que desistiu de sua missão, porque considera a estrada criminosa e destinada apenas a atender aos interesses do seringueiro Antônio Junqueira, responsável pelo massacre de vários grupos de índios daquela tribo.

Apoena pode ser demitido

BRASILIA (O GLOBO) — A volta do sertanista Apoena Melreles à Fundação Nacional do Índio está sendo considerada pouco provável por alguns funcionários da Funai, esperando-se sua demissão tão logo retorne a Brasília o General Bandeira de Melo, que realiza viagem de inspeção aos postos indígenas do Sul do País.

Apoena deveria ser mandado para a área da perimetral, mas acredita-se que agora ele será definitivamente desligado da Funai, principalmente devido às sérias críticas que fez, em Cuiabá, à política indigenista da Fundação, que "procura conciliar os interesses dos índios e os dos grupos econômicos interessados em suas terras".

Vários técnicos da Funai, entretanto, aprovam inteiramente algumas das ideias de Apoena, entre

elas a da criação de uma assessoria para assuntos indígenas, formada por sertanistas e antropólogos com bastante experiência no trabalho de atração e pacificação de tribos indígenas no interior do País. Esses técnicos não duvidam da honestidade das autoridades da Funai, mas acham que é necessária "uma participação mais efetiva daqueles que lidam diretamente com os índios na elaboração dos programas e projetos de atração ou de desenvolvimento das comunidades indígenas".

A volta de Apoena Melreles à Funai, de qualquer forma, somente será definida na próxima semana. O presidente da Funai, General Bandeira de Melo, deverá retornar a Brasília no dia 2 de abril e certamente dará uma solução ao problema imediatamente.

O sacerdote causou surpresa com sua revelação, feita num simpósio sobre o futuro dos Cintas-Largas. Ele e o padre Adalberto Pereira, que também falou na sessão de ontem do simpósio, são da Missão Anchieta. Os dois trabalharam com seis grupos indígenas e foram responsáveis pela pacificação do grupo Iranti.

Em sua denúncia, o padre Tomás de Aquino afirmou que até os mais elementares estudos de viabilidade técnico-econômica condenaram o projeto de construção da estrada, que, entretanto, continua em execução. O sacerdote esclareceu que desistiu da missão pacificadora que lhe caberia para "não servir de instrumento para interesses escusos".

Ele informou que o fato de a Funai não ter enviado a verba para os trabalhos de sua expedição "foi providencial".

— Deu tempo para ver que apenas serviríamos de ponta-de-lança numa estrada que representa o fim para um grupo de Cintas-Largas.

A estrada sai de Aripuanã, atravessa o parque indígena do Município, chega às margens do Juua e liga dois territórios inteiramente desertos.

— No fim, serviria apenas de penetração para os homens do seringueiro Junqueira.

A Universidade Federal de Cuiabá chegou a pedir a interdição da estrada, cujo traçado foi condenado até pelos técnicos do Ministério do Planejamento que participam do Projeto Humboldt. Existe uma outra opção, mais recomendada pelos técnicos, mas que a Prefeitura de Aripuanã surpreendentemente não aceitou.

Linguagem

O outro sacerdote da Missão Anchieta, padre Adalberto Holanda Ferreira, falou sobre o idioma dos Cintas-Largas. Os estudos que ele fez têm por base o que ouviu, por muito tempo, de uma índia Cinta-Larga salva em 1958 de um massacre de seringueiros contra índios da tribo. A menina, que fora violentada pelos serin-

gueiros, foi criada junto a outras famílias indígenas e hoje, já moça, casou-se com um índio Cajabi. Ela é a única do grupo Cinta-Larga de Aripuanã que teve contato com civilizados. Seu vocabulário, recolhido pelo padre Adalberto, é o único documento lingüístico que se conhece sobre o arredo grupo Cinta-Larga.

Sem catequese

A Missão Anchieta ficou conhecida por sua posição de vanguarda no relacionamento com os índios. Em 1969, depois de muitos estudos e debates, seus sacerdotes decidiram abandonar a catequização dos índios, deixando-os ficar com sua própria cultura.

— Descobrimos que os índios tinham uma religião apoiada no que é natural, espontâneo, e o que é natural vem de Deus. Não adiantava nada darmos a eles uma forma civilizada de amar a Deus se a deles era mais pura.

O resultado do método é que a Missão Anchieta passou a formar um dos grupos mais evoluídos na pesquisa antropológica indígena. Os sacerdotes da missão, credenciados pela Funai para pacificações, são responsáveis pela assistência a um grande contingente indígena. Há dois anos usaram uma nova técnica para pacificar o grupo Iranti, com o qual mantiveram três contatos. Tiveram a preocupação de não permitir o contato indiscriminado dos brancos com civilizados.

Os etnólogos, ecólogos e sertanistas que participam do simpósio sobre os Cintas-Largas concordaram em que o futuro será difícil para os índios brasileiros, especialmente os Cintas-Largas. Os padres da Missão Anchieta citaram vários casos de estradas construídas unicamente com a finalidade de penetrar, com suas penetrações, nas áreas indígenas.

— A cada dia, os índios perdem mais terras e as possibilidades de garantir um futuro melhor — disse o padre Tomás de Aquino.

DECRETO N.º 73.557 — DE 24 DE JANEIRO DE 1974

Artigo 1.º do Decreto número 50.684, de 9 de agosto de 1964, do qual foi retirado o artigo 1.º, para ser substituído pelo seguinte:

O artigo 1.º do Decreto-lei n.º 227, de 1967 (Código de Mineração), alterado pelo Decreto-lei n.º 1.144, de 14 de março de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º Fica outorgada ao Sr. José Henrique de Almeida e Abílio Henrique da Correia, no lugar denominado Morro Marapicu junto à antiga Rodovia Rio-São Paulo, Distrito de Quelamados, Município de Nova Guayçu, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quatro hectares cinco ares e noventa e cinco centímetros (4.9595 ha.), delimitada por um polígono irregular, que tem um vértice a oitocentos e noventa e oito metros e noventa e cinco centímetros (898,95 m), no rumo verdadeiro de cinquenta e nove minutos noroeste (59°NW), do canto nordeste (NE), da ponte Washington Luiz na antiga Rodovia Rio - São Paulo e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: cento e setenta e três metros e cinquenta centímetros (173,50 m), cinco graus noroeste (5°NW); duzentos e dezoto metros e vinte e quatro centímetros (202,40 m), oitenta e cinco graus nordeste (85°NE); oitenta e nove metros e cinquenta e três centímetros (89,53 m), cinco graus sudeste (5°SE); cento e seis metros e quarenta e três centímetros (106,43 m), quarenta e três graus sudeste (43°SE); duzentos e oitenta e três metros e cinquenta e nove centímetros (263,59 m), oitenta e quatro graus cinquenta e quatro minutos sudeste (84°54' SW).

A retificação de que trata o artigo anterior será transcrita no Livro C — Registro dos Decretos de Lavra, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia.

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153.ª da Independência e 86.ª da República.

Emílio G. Médici
Antônio Dias Leite Júnior

cessão para lavar calcário em terrenos de propriedade de Raimundo de Carvalho Cruz & Cia. e outros, no lugar denominado Ba-

ANEXO 31

(135m), sul (S); seiscentos metros (600m), oeste (W); cento e cinquenta metros (150m), sul (S); oitenta metros (80m), oeste (W); trezentos metros (300m), sul (S); cento e cinquenta metros (150m), oeste (W); duzentos metros (200m), sul (S); quatrocentos e quarenta e cinco metros (445m), oeste (W); quatrocentos e trinta metros (430m), sul (S); mil e quinhentos metros (1500m), leste (E); mil e trezentos metros (1.300m), norte (N).

Art. 2.º A retificação de que trata o artigo anterior será transcrita no Livro C — Registro dos Decretos de Lavra, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia.

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(DNPM — 6903-44).

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153.ª da Independência e 86.ª da República.

Emílio G. Médici
Antônio Dias Leite Júnior

DECRETO N.º 73.559 — DE 24 DE JANEIRO DE 1974

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel que menciona, situado no Município de Maringá, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e de acordo com os artigos 1.165 e 1.169 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná quer fazer à União Federal, de uma data de terras com a área C, 1.750,50 m2 (um mil setecentas e cinquenta metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), designada pelo número 6 da Quadra A-15, situada na cidade de Maringá, Estado do Paraná, de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob o número 101.905, de 1969.

Art. 2.º O terreno a que se refere o artigo anterior se destina à instalação de dependências da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — Setor Paraná, do Ministério da Saúde.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153.ª da Independência e 86.ª da República.

Emílio G. Médici
Antônio Deljim Netto
Mário Lemos

DECRETO N.º 73.560 — DE 24 DE JANEIRO DE 1974

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do Ministério da Educação e Cultura, as áreas mencionadas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, inciso "h" e "m", do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei número 2.786, de 21 maio de 1958, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Ministério da Educação e Cultura, para uso do Observatório Nacional, as áreas limitadas de três metros quadrados, aproximadas, delimitadas em Brasópolis, Estado de Minas Gerais, delimitadas pelo quadrilátero de vértice: A, latitude sul de vinte e dois graus, trinta e um minutos, oito segundos e um décimo, longitude oeste de Greenwich de quarenta e cinco graus, trinta e três minutos, cinquenta e um segundos e cinco décimos; B, latitude sul de vinte e dois graus, trinta e um minutos, vinte e três segundos e um décimo, longitude oeste de Greenwich de quarenta e cinco graus, trinta e três minutos e trinta e quatro segundos e cinco décimos; C, latitude sul de vinte e dois graus, trinta e dois minutos, trinta segundos e nove décimos; D, latitude sul de vinte e dois graus, trinta e um minutos, vinte e quatro segundos e cinco décimos.

Art. 2.º Fica o Ministério da Educação e Cultura autorizado a promover as medidas necessárias à efetivação da desapropriação, amigável ou judicial, mediante os recursos próprios ou provenientes de alienação de bens imóveis à disposição do Observatório Nacional.

Art. 3.º A desapropriação de que trata o presente Decreto é considerada de caráter urgente, para os efeitos do artigo 15, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153.ª da Independência e 86.ª da República.

Emílio G. Médici
Jarbas G. Passarinho

DECRETO N.º 73.561 — DE 24 DE JANEIRO DE 1974

Concede permissão, em caráter permanente, ao Colônico Leopoldinense S.A., com sede na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais, para funcionar aos domingos e nos dias feriados civis e religiosos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7.º, § 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 27.843, de 12 de agosto de 1949, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada, em caráter permanente, a funcionar aos domingos e em feriados civis e religiosos, observadas as disposições legais vigentes, a empresa Colônico Leopoldinense S. A., com sede na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Referida empresa deverá observar o limite máximo de horas semanais de trabalho de seus empregados e de conformidade com os atos expedidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, deverá adotar escala de revezamento que asse-

gure aos mesmos um dia completo de repouso semanal, coincidindo, pelo menos de sete em sete semanas, com o domingo.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153.ª da Independência e 86.ª da República.

Emílio G. Médici
Júlio Barata

DECRETO N.º 73.562 — DE 24 DE JANEIRO DE 1974

Declara Interditada, para fins de atração de grupos indígenas, áreas que discrimina no Estado de Mato Grosso e no Território Federal de Rondônia.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto em seus artigos 4.º, item IV, e 198, bem como o que consta da Exposição de Motivos n.º 01.122-MJINTER, de 29 de outubro de 1973, decreta:

Art. 1.º Ficam interditadas, temporariamente, para efeito de atração dos grupos indígenas CINTA LARGA, SURUI, ARARA, GAVIAO e ERIK-PATSA, as áreas situadas no Estado de Mato Grosso e no Território Federal de Rondônia, compreendidas pelos seguintes limites:

AREA I — (Parte no Território Federal de Rondônia e parte em Mato Grosso)

NORTE: — Partindo da confluência do Igarapé Água Azul do Rio Jiparaná, sobre este Igarapé até sua cabeceira principal, donde por uma linha reta e seca vai atingir o Igarapé Lourdes no ponto de coordenadas: 10° 12' 20" S e 61° 32' 20" W; daí, segue o curso deste Igarapé até sua cabeceira, donde segue por uma linha tangenciando as Cabeceiras do Rio Tarumã, Igarapé da Solidade e Rio Madeirinha. Daí por uma outra linha seca vai atingir um Igarapé de nome desconhecido afluente do Igarapé Lourdes formador do Rio Branco num ponto de coordenadas aproximadas de: 10° 16' 00" S e 61° 06' 00" W. Daí, por esse Igarapé até atingir o Igarapé Lourdes afluente da margem esquerda do Rio Branco. Desce em seguida por este Igarapé até sua confluência com o Rio Branco. Daí, sobre este Rio na direção sul até atingir um Igarapé de nome desconhecido, da margem direita do Rio Branco de coordenadas: 10° 23' 30" S e 60° 54' 20" W. Daí, sobre este Igarapé até sua cabeceira sul, donde por uma linha seca vai atingir a cabeceira do Igarapé Tiroteio. Daí desce o Igarapé Tiroteio até sua confluência com o Rio Roosevelt; ESTE: — Desse ponto sobre o Rio Roosevelt até a confluência do Rio Kermit; SUL: — Desse ponto sobre o Rio Kermit até sua cabeceira, donde por uma linha reta e seca vai atingir a Cabeceira do braço direito do Itacaré Tauanay. Desse ponto desce este braço até sua confluência com o braço esquerdo do mesmo Itacaré. Daí sobre este braço até sua cabeceira num ponto de coordenadas: 11° 31' 00" S e 60° 44' 00" W, donde por uma linha reta e seca vai atingir a cabeceira do braço direito formador do Rio Branco. Desse ponto desce este formador até a confluência de uma Igarapé de nome desconhecido a margem esquerda, no ponto de coordenadas: 11° 23' 10" S e 60° 52' 00" W. Desse ponto sobre o Igarapé até sua cabeceira no ponto de coordenadas: 11° 24' 00" S e 61° 00' 00" W, donde por uma linha reta e seca vai atingir a uma cabeceira do Rio Riozinho, no mesmo ponto de coordenadas 11° 24' 00" S e 61° 00' 00" W. Daí, desce este rio até a confluência de um Igarapé de nome desconhecido e afluente da margem direita, no ponto de coordenadas

aproximadas: 11° 25' 00" S e 61° 11' 00" W. Deste ponto sobre o Igarapé até uma de suas cabeceiras no ponto de coordenadas aproximadas: 11° 21' 00" S e 61° 11' 00" W, daí por uma linha reta e seca até a cabeceira do formador esquerdo do Rio Branco de coordenadas aproximadas: 11° 20' 00" S e 61° 11' 00" W, descendo este formador até a confluência de um Igarapé sem nome e tributário da margem esquerda, no ponto de coordenadas aproximadas 11° 07' 00" S e 61° 14' 00" W. Deste ponto pelo Igarapé acima até a sua cabeceira, no ponto de coordenadas aproximadas: 11° 13' 00" S e 61° 30' 00" W. Daí pelo espigão divisor das águas das rios Jiparanã e Branco, até a cabeceira principal do Rio Riachuelo, no ponto de coordenadas aproximadas: 11° 08' 00" S e 61° 41' 00" W; OESTE: — Desta ponto desce este rio até sua confluência com o Rio Jiparanã, depois, rio abaixo, vai até barra do Igarapé Azul.

AREA II — (No Estado de Mato Grosso)

NORTE: — Partindo da confluência do Rio Aripuanã com um Ribeirão de nome desconhecido, de coordenadas: 10° 50' 30" S e 59° 22' 20" W, sobre este Ribeirão até sua cabeceira no ponto de coordenadas: 10° 55' S e 59° 00' W. Daí segue por uma linha reta e seca até atingir a cabeceira de um dos afluentes da margem esquerda do Correço Vermelho de coordenadas: 10° 54' S e 58° 55' W. Desce este afluente até a sua confluência com o Correço Vermelho. Deste ponto, desce este Correço até a sua confluência com o Rio Juruena. LESTE: — Desta confluência, sobre o Rio Juruena até a confluência do Rio Juiná-Mirim; SUL: — Deste ponto, sobre o Rio Juiná-Mirim, por sua margem esquerda até sua cabeceira sul, cujas coordenadas aproximadas são: 11° 47' S e 56° 58' W, de onde segue por uma linha reta e seca até a cabeceira principal do braço direito do Rio Aripuanã. Daí desce este braço até sua confluência com o braço esquerdo do mesmo rio de coordenadas: 11° 32' 00" S e 59° 15' 00" W; OESTE: — Desta confluência desce o Rio Aripuanã até atingir a confluência do ribeirão de nome desconhecido, ponto de partida (coordenadas: 10° 50' 30" S e 59° 22' 20" W).

Art. 2º A interdição de que trata o artigo anterior terá vigência por 2 (dois) anos, a contar a FUNAI, neste período, promover a atuação dos grupos indígenas existentes nas áreas interditadas, com vistas à sua transferência em definitivo para o Parque Indígena do Aripuanã.

Parágrafo único. Fica autorizado o Ministro de Estado do Interior a proceder periodicamente a revisão dos limites das áreas interditadas e liberar as parcelas de áreas onde se constate a não existência de presença indígena, após o planejamento integrado de aproveitamento e preservação de seus recursos naturais.

Art. 3º Fica facultado à Fundação Nacional do Índio, no exercício do poder de polícia conferido pelo artigo 1º, item VII, da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, requisitar a cooperação da Polícia Federal, no sentido de que sejam impedidos ou restringidos o ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou grupos cujas atividades sejam julgadas nocivas ou inconvenientes ao processo de assistência aos índios, nas áreas referidas.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

Emílio G. Médici
José Costa Cavalcanti

DECRETO N.º 73.563 — DE 24 DE JANEIRO DE 1974

Altera os limites do Parque Indígena do Aripuanã e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 1º, item VI, da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, decreta:

Art. 1º O Parque Indígena do Aripuanã, criado pelo Decreto nº 64.650, de 23 de julho de 1969, cujos limites estão descritos no Decreto nº 62.935, de 16 de julho de 1968, passa a ter a seguinte delimitação:

NORTE: — Partindo da confluência do Rio Capitão Cardoso com o Rio Roosevelt, sobre aquele Rio até a confluência do Ribeirão das Perdidas. Desta confluência, sobre o Ribeirão das Perdidas até a sua Cabeceira. Deste ponto segue por uma linha reta e seca até atingir a Cabeceira do Braço Sul do Igarapé Amarelo num ponto de coordenadas: 10° 51' 00" S e 58° 50' 00" W. Deste ponto desce este Igarapé até a sua confluência com o Rio Aripuanã; ESTE: — Da confluência do Igarapé Amarelo no Rio Aripuanã, sobre este Rio até atingir a sua Cabeceira principal no ponto de coordenadas: 12° 00' 00" S e 59° 42' 00" W; SUL: — Daí por uma linha reta e seca alcança a Cabeceira principal do Rio Euzélio. Daí, por uma linha reta e seca atinge o Braço Norte do Rio Tenente Marques, cujas coordenadas do ponto médio são: 12° 08' 00" S e 59° 47' 00" W. Desce este Braço até sua confluência com o Rio Tenente Marques; em seguida sobre este Rio até sua Cabeceira principal, donde por uma linha reta e seca vai atingir a Cabeceira principal do Rio Roosevelt; OESTE: — da Cabeceira principal, desce o Rio Roosevelt até atingir a confluência do Rio Capitão Cardoso, ponto de partida.

Art. 2º A Fundação Nacional do Índio FUNAI, exercerá a administração da área indígena descrita no artigo anterior, podendo requisitar no exercício dos poderes que lhe confere a Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, a cooperação da Polícia Federal para impedir ou restringir o ingresso, o trânsito ou a permanência de pessoas ou grupos cujas atividades sejam julgadas nocivas ou inconvenientes ao processo de assistência aos índios, na área referida.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

Emílio G. Médici
José Costa Cavalcanti

DECRETO N.º 73.516 — DE 21 DE JANEIRO DE 1974

Dispõe sobre a redistribuição de cargo do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura para o da Superintendência Nacional do Abastecimento.

(Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I — de 23 de janeiro de 1974).

Retificação

Na página 767, na 2ª coluna Onde se lê: Decreto nº 73.516 — de 21 de janeiro de 1974.

Leia-se: Decreto nº 73.516 — de 21 de janeiro de 1974

DECRETO N.º 73.518 — DE 21 DE JANEIRO DE 1974

Retifica o artigo 1.º do Decreto nº 29.341, de 3 de agosto de 1951, através do qual foi concedida à Usina Queiroz Júnior S. A. — Indústria Siderúrgica o direito de lavar minério de ferro e associações, no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

(Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I — de 22 de janeiro de 1974)

Retificação

Na 1ª página, 3ª coluna Onde se lê: "Art. 1.º Fica outorgada à Usina Queiroz Júnior S. A. — Indústria Siderúrgica concessão para lavar minério de ferro e asso- em terrenos ...

Leia-se: "Art. 1.º Fica outorgada à Usina Queiroz Júnior S. A. — Indústria Siderúrgica concessão para lavar minérios de ferro e associações em terrenos ...

Na mesma página e coluna. Onde se lê: ... quatrocentos e vinte metros (420m), vinte e dois graus vinte e seis minutos noroeste (16°53'NW); ...

Leia-se: ... quatrocentos e vinte metros (420m), vinte e dois graus vinte e seis minutos noroeste (22°25'NW); ...

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

DECRETOS DE 24 DE JANEIRO DE 1974

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo número 56.650, de 1973, do Ministério da Justiça, resolve

TOURNER SEM EFETIVO: Nos termos do artigo 14, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952

A nomeação da Doutora Cleonice Grand para o cargo de Juíza do Trabalho Substituta, da 2ª Região da Justiça do Trabalho, nomeada por Decreto de 17 de agosto de 1973, publicado no Diário Oficial de 20 de agosto de 1973.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

Emílio G. Médici
Alfredo Buzaid

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo número 56.650, de 1973, do Ministério da Justiça, resolve

Nomear: Nos termos do artigo 654, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho com a redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967

O Bacharel Carlos Alberto Moreira Xavier, aprovado em concurso, para exercer o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, da 2ª Região da Justiça do Trabalho.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

Emílio G. Médici
Alfredo Buzaid

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DECRETOS DE 21 DE JANEIRO DE 1974

O Presidente da República resolve EXONERAR:

Do cargo de Auxiliar do Adido do Exército junto à Embaixada do Br-

sil no Uruguai, o 1º Sargento João Pedro dos Santos Costa.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

Emílio G. Médici
Orlando Geisel

O Presidente da República resolve CONFIRMAR:

De acordo com o Art. 10, da Lei número 4.767, de 30 de agosto de 1965

No posto de Tenente-Coronel, cujos proventos já percebe, o Major Reformado (2G-50.938) — Menandro Américo de Araújo.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

Emílio G. Médici
Orlando Geisel

O Presidente da República resolve NOMEAR:

De acordo com o disposto no artigo 4.º, da Lei nº 5.309, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973

Para exercer o cargo de Auxiliar do Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil no Uruguai, o 3º Sargento João Marcos Soares Antunes Saraiva.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

Emílio G. Médici
Orlando Geisel

O Presidente da República resolve DESIGNAR:

De acordo com o § 1º, do artigo 6º, do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1963,

Para ficar à disposição do Governo do Estado de Sergipe, e fim de exercer o cargo de Comandante da Polícia Militar daquele Estado, o Tenente-Coronel da Arma de Infantaria Wilmar Moreira Bandeira de Mello.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

Emílio G. Médici
Orlando Geisel

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo protocolizado no Ministério do Exército sob o número 9.327-72-DFC, resolve

DESIGNAR: De acordo com o artigo 207, § 2º, do Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952

Moucyr de Souza, matrícula número 2.122.166, do cargo de Correio e Sapateiro, A-902.6-A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério do Exército, por haver cometido mais de 60 (sessenta) faltas interpoladas no serviço, sem motivo justificado, no período de 12 (doze) meses, a partir de 4 de janeiro de 1971.

Brasília, 24 de janeiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

Emílio G. Médici
Orlando Geisel

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo protocolizado no Ministério do Exército sob o nº 10.433-71-DFC, resolve

DESIGNAR: De acordo com o artigo 207, § 2º, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952

Irap Telsheira, do cargo de Auxiliar de Artífice, A-202.5, matrícula número 2.146.751, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério do Exército, por haver cometido mais de 60 (sessenta) faltas interpoladas

194

E.M. Nº 01123

Brasília, 29 OUT 1973

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência as anexas Minutas de Decretos alterando os limites do Parque Indígena do Aripuanã, criado pelo Decreto 64.860, de 23 de julho de 1959 e interditando duas outras áreas adjacentes ao Parque.

As medidas aqui propostas objetivam reduzir o Parque pela liberação da parte considerada excessiva e as interdições destinam-se à atração dos demais grupos que foram localizados após a criação do Parque Indígena.

A atração além de representar o cumprimento da política indigenista e a integração do índio à comunidade nacional, permitirá o deferimento às constantes solicitações das mineradoras que pretendem pesquisar minérios na região ainda habitada por índios arredios.

Após a atração daqueles grupos que são estimados em aproximadamente 2.500 índios, a FUNAI estudará a transferência para a área do Parque - medida pouco provável - ou a criação de 2 Reservas Indígenas resguardando o

Excelentíssimo Senhor
General-de-Exército ENÍLIO GARRASTAZU MÉDICI
Digníssimo Presidente da República
Brasília - Distrito Federal

DECRETO Nº 73.562, de 24 de janeiro de 1974

Índio recém contatado até o seu mais alto grau de estágio cul-
tural que é a sua integração.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vos
sa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO
José Costa Cavalcanti

Cópia-carbono do original
 Data: 24-10-71
 Nome e Cargo: *Cláudio Armando de Castro*
 Encarregado do Grupo B-N.I.L.
 Assinatura: *[assinatura]*

Declara Interdita, para fins de atração de grupos indígenas, áreas que discrimina no Estado de Mato Grosso.

no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto em seus artigos 40, item IV e 198, bem como o que consta da Exposição de Motivos nº /MINTER, de de

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam interditadas, temporariamente, para efeito de atração dos grupos indígenas CINTA LARCA, SURUI, ARARA, GAVIÃO E ERIKPAISA, as áreas situadas no Estado de Mato Grosso, compreendidas pelos seguintes limites:

ÁREA I

NORTE: - Partindo da confluência do Igarapê Água Azul no Rio Jiparanã, sobe este Igarapê até sua cabeceira principal donde por uma linha Reta e Seca vai atingir o Igarapê Lourdes no ponto de coordenadas: 10º 12' 20''S e 61º 32' 20''W. Daí, segue o curso deste Igarapê até sua cabeceira donde segue por uma linha tangenciando

2.

as Cabeceiras do Rio Tarumã, Igarapê da Soledade e Rio Ma
deirinha. Daí por uma outra linha Seca até atingir um Igarapê
de nome desconhecido afluente do Igarapê Lourdes formador
do Rio Branco num ponto de coordenadas: aproximadas de: 109
16' 00'' S e 619 06' 00'' W. Daí, por esse Igarapê até atingir
o Igarapê Lourdes afluente da margem esquerda do Rio Branco.
Desce em seguida por este Igarapê até sua confluência com o
Rio Branco. Daí, sobe este Rio na direção sul até atingir um
Igarapê de nome desconhecido, da margem direita do Rio Bran
co de coordenadas: 109 58' 30'' S e 609 54' 23'' W. Daí, sobe
este Igarapê até sua cabeceira sul, donde por uma linha Seca
vai atingir a cabeceira do Igarapê Tirotoio. Daí desce o Iga
rapê Tirotoio até sua confluência com o Rio Roosevelt; ESTE:
- Deste ponto sobe o Rio Roosevelt até a confluência do Rio
Kermit; SUL: - Deste ponto sobe o Rio Kermit até sua Cabe
ceira donde por uma linha Reta e Seca vai atingir a Cabecei
ra do braço direito do Ribeirão Taunay. Deste ponto desce
este braço até sua confluência com o braço esquerdo do mesmo
Ribeirão. Daí sobe este braço até sua cabeceira num ponto de
coordenadas: 119 31' 00'' S e 609 44' 00'' W, donde por uma
linha Reta e Seca vai atingir a cabeceira do Rio Branco. Des
te ponto desce o Rio Branco até a confluência de um Igarapê
de nome desconhecido à margem esquerda do Rio Branco no pon
to de coordenadas: 119 24' 10'' S e 609 52' 00'' W. Deste pon
to sobe o Igarapê até sua cabeceira no ponto de coordenadas:
119 24' 00'' S e 619 00' 00'' W., donde por uma linha Reta e
Seca vai atingir a cabeceira do Rio Riozinho, no mesmo ponto
de coordenadas: 119 24' 00'' S e 619 00' 00'' W. Daí, desce
este rio até a sua confluência com o Rio Jiparanã. Desta con
fluência desce o Rio Jiparanã até a confluência do Igarapê
do Encontro.; OESTE: - Desta confluência sobe o Igarapê do
Encontro até sua Cabeceira principal. Daí segue por uma li

3.

nha Reta e Seca até a cabeceira principal do Rio Riachuelo. Desta cabeceira desce este rio até sua confluência com o Rio Jiparanã. Desta confluência desce o Rio Jiparanã até a confluência do Igarapê Água Azul.

ÁREA II

NOTTE: - Partindo da confluência do Rio Aripuanã com um Ribeirão de nome desconhecido, de coordenadas: 109 50' 30" S e 599 22' 20" W., sobe este Ribeirão até sua cabeceira no ponto de coordenadas: 109 50' S e 599 00' W. Daí segue por uma linha reta e seca até atingir a cabeceira de um dos afluentes da margem esquerda do Córrego Vermelho de coordenadas: 109 54' S e 589 55' W. Desce este afluente até a sua confluência com o Córrego Vermelho. Deste ponto, desce este Córrego até a sua confluência com o Rio Juruena. ESTE: - Desta confluência, sobe o Rio Juruena até a confluência do Rio Juiná-Mirim; SUL: - Deste ponto, sobe o Rio Juiná-Mirim, por sua margem esquerda até sua cabeceira sul de onde segue por uma linha Reta e Seca, cujas coordenadas aproximadas são: 119 47' S e 589 58' W., até a cabeceira principal do braço direito do Rio Aripuanã. Daí desce este braço até sua confluência com o braço esquerdo do mesmo rio de coordenadas: 119 32' 00" S e 599 15' 00" W; OESTE: - Desta confluência desce o Rio Aripuanã até atingir a confluência do ribeirão de nome desconhecido, ponto de partida (coordenadas: 109 50' 30" S e 599 22' 20" W).

Parágrafo Único. A interdição de que trata este artigo tem por finalidades, criar condições para que a Fundação Nacional do Índio, a salvo de qualquer tipo de ingerência promova a atração dos grupos indígenas CINTA LARGA, SURUI, ARARA, CAVIÃO e ERIKPATSA.

Art. 2º - Fica facultado à Fundação Nacional do Índio, no exercício do poder de polícia conferido pelo artí

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

4.

go 19, item VII, da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1.967, requisitar a cooperação da Polícia Federal, no sentido de que sejam impedidos ou restringidos o ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou grupos cujas atividades sejam julgadas nocivas ou inconvenientes ao processo de assistência aos índios, nas áreas referidas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, de de 1973; 152º da
Independência e 85º da República.

ANEXO 34

de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo n.º 120-75, do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP).

SECRETARIA: Art. 1.º Fica retificado, na forma abaixo indicada, o encaminhamento do Anexo III do Decreto n.º 61.794, de 29 de novembro de 1967, que dispõe sobre a inclusão de servidores do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) em outros órgãos da Administração Pública Federal:

- a) excluir:
 - Conselho Nacional de Pesquisas
 - Quadro de Pessoal — Parte Especial Armazenista, código AF-102.8.A
 - Amadeu da Luz Lima
 - Parte Suplementar
 - Administrador de Posto de Subsistência código AF-104.14
 - Diomério Coelho Serrão
 - Ministério da Saúde
 - Quadro de Pessoal — Parte Especial
 - Datilógrafo, código AF-503.9.B
 - Merzinha Machado da Silva
 - Ministério da Aeronáutica
 - Quadro de Pessoal — Parte Suplementar
 - Ajudante de Restaurante, código A-511.7
 - Elmir de Souza Oliveira
 - Instituto Nacional de Previdência Social
 - Quadro de Pessoal — Parte Especial
 - Escrivente-Datilógrafo, código AF-204.7
 - João Elias Santana Filho
 - Jose Gomes da Silva
 - Ministério da Marinha
 - Quadro de Pessoal — Parte Especial
 - Trabalhador, código GL-402.1
 - João Batista Nunes Belmont
 - Ministério da Educação e Cultura
 - Quadro de Pessoal — Parte Especial
 - Motorista, código CT-401.9.A
 - Caro Rosa Seeger
 - Incluir:
 - Ministério do Trabalho e Previdência Social
 - Quadro de Pessoal — Parte Especial
 - Armazenista, código AF-102.8.A
 - Amadeu da Luz Lima
 - Luiz Garcia da Rosa
 - Datilógrafo, código AF-503.9.B
 - Merzinha Machado Silva
 - Carregador de Caixa, código AF-704.11
 - João Valmore de Oliveira
 - Jose Gomes da Silva
 - Pedreiro, código A-502.5.A
 - João Elias de Santana Filho
 - Motorista, código CT-401.9.A
 - Caro Rosa Seeger
 - Trabalhador, código GL-402.1
 - João Batista Nunes Belmont
 - Parte Suplementar
 - Administrador de Posto de Subsistência, código AF-104.14
 - Diomério Coelho Serrão
 - Ajudante de Restaurante, código A-503.12
 - Arturides Nonato de Abreu Filho

Ajudante de Restaurante, código A-511.7
Elmir de Souza Oliveira
Brasília, 15 de janeiro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.
ERNESTO GEISEL
Arnaldo Prieto

DECRETO N.º 77.032 — DE 15 DE JANEIRO DE 1976

Torna sem efeito a cassação da disponibilidade de servidora do Ministério da Saúde.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 5.570-75, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP),

DECRETA:

Art. 1.º Fica sem efeito a cassação da disponibilidade de Eóbia Maria Rosa de Souza, Guarda, código GL-203.8.A do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, efetuada pelo artigo 2.º do Decreto número 71.025, de 28 de agosto de 1972, publicada no Diário Oficial de 29 seguinte, mantendo, porém, a anulação do seu aproveitamento no Quadro Único de Pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, constante do mesmo decreto.

Art. 2.º Os efeitos deste Decreto retroagem a 29 de agosto de 1972.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL
Ney Braga
Paulo de Almeida Machado

DECRETO N.º 77.033 — DE 15 DE JANEIRO DE 1976

Altera o Decreto n.º 73.562, de 24 de janeiro de 1974, que declarou interditas, para fins de atração de grupos indígenas, áreas no Estado de Mato Grosso e Território Federal de Rondônia.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 39, da Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1.º Fica mantida, para fins de demarcação administrativa, a interdição das áreas descritas pelo artigo 1.º do Decreto n.º 73.562, de 24 de janeiro de 1974.

Art. 2.º O artigo 2.º do Decreto n.º 73.562, de 24 de janeiro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2.º A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), promoverá a demarcação administrativa das terras indígenas existentes na área descrita no artigo 1.º observadas as disposições do Decreto n.º 76.990, de 8 de janeiro de 1976".

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL
Maurício Rançel Reis

DECRETO N.º 77.034 — DE 15 DE JANEIRO DE 1976

Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna, com sede na cidade de Itabuna, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Consti-

tuição, de acordo com a Lei n.º 5.540, de 23 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto n.º de setembro de 1969, consta do Processo n.º Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1.º Fica autorizado o funcionamento do curso de Administração, da Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna, com sede na cidade de Itabuna, Estado da Bahia, mantida pela Federação de Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL
Ney Braga

DECRETO N.º 77.035 — DE 15 DE JANEIRO DE 1976

Concede reconhecimento ao curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com sede na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República

usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei n.º 5.540, de 23 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei n.º 342, de 9 de setembro de 1969 e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação n.º 4.849-75, conforme consta dos Processos n.ºs 11.452-75-CEF e 267.720-75 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1.º É concedido reconhecimento ao curso de Ciências Biológicas, Licenciatura, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mantida pela Fundação Educacional de Patos de Minas, com sede na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL
Ney Braga

DECRETO N.º 77.036 — DE 15 DE JANEIRO DE 1976

Autoriza o funcionamento do curso de Nutricionista da Faculdade de Ciências da Saúde "São Camilo", com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República,

usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei n.º 5.540, de 23 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei n.º 342, de 9 de setembro de 1969 e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação n.º 4.532-75, conforme consta dos Processos n.ºs 10.837-74-CEF e 263.238-75 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1.º Fica autorizado o funcionamento do curso de Nutricionista da Faculdade de Ciências da Saúde "São Camilo", mantida pela Sociedade Beneficente São Camilo, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL
Ney Braga

Educação Física da Barra Bonita, com sede na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

O Presidente da República,

usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei n.º 5.540, de 23 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei n.º 342, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação n.º 4.849-75, conforme consta dos Processos n.ºs 11.771 de 1975 — CFE e 267.713 de 1975 do Ministério da Educação e Cultura.

DECRETA:

Art. 1.º É concedido reconhecimento ao curso de Educação Física da Faculdade de Educação Física de Barra Bonita, mantida pela Fundação Barra Bonita de Ensino, com sede na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL
Ney Braga

DECRETO N.º 77.038 — DE 15 DE JANEIRO DE 1976

Concede reconhecimento ao curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com sede na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República,

usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei n.º 5.540, de 23 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei n.º 342, de 9 de setembro de 1969 e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação n.º 4.823 de 1975, conforme consta dos Processos n.ºs 11.455 de 1975 — CFE e 267.713 de 1975 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1.º É concedido reconhecimento ao curso de Pedagogia, habilitações em Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino de 2.º Grau e em Administração Escolar, licenciaturas de 1.º curso plena, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mantida pela Fundação Educacional de Patos de Minas, com sede na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL
Ney Braga

DECRETO N.º 77.039 — DE 15 DE JANEIRO DE 1976

Concede reconhecimento ao curso de Artes Plásticas da Faculdade de Escolas Artísticas de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República,

usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei n.º 5.540, de 23 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei n.º 342, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação n.º 4.829 de 1975, conforme consta dos Processos n.ºs 14.099 de 1975 — CFE e n.º 267.712

201

[Handwritten mark]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

E. M. Nº 1088

30 DEZ 1975

ANEXO 35

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de encaminhar à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto alterando o Decreto nº 73.562, de 24 de Janeiro de 1974, que determinou a interdição de áreas no Estado de Mato Grosso e Território Federal de Rondônia, para permitir a atração de grupos indígenas com vistas à sua transferência definitiva para o Parque Indígena de Aripuanã.

Presentemente, a Fundação Nacional do Índio, diante de circunstâncias de conveniência administrativa e, também, em virtude dos princípios da política indigenista que vem desenvolvendo considera que a transferência, pretendida há dois anos, se mostra, hoje, inexequível, em

DECRETO Nº 77.033, de 15 de Janeiro de 1976.

do de todo recomendável a manutenção dos grupos indígenas na região do seu habitat.

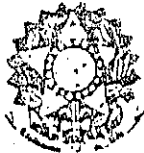
Nesse passo, impõe-se a modificação do Decreto nº ... 73.562, de 24 de Janeiro de 1974, dando-se à disposição do seu artigo 2º uma nova redação, permitindo-se, então, que o órgão de assistência ao Índio, prozova, nos termos do artigo 19, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, a competente demarcação das terras compreendidas na área interditada.

Essas, Senhor Presidente, as razões da presente Exposição e do projeto de Decreto que submeto à decisão de Vossa Excelência.

Queira aceitar os protestos do meu mais profundo respeito.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO
Maurício Rangel Reis.

Cópia-carbono de original	
Data:	30-12-75
Nome e Cargo:	Rucia Maria Barcellos Soares Chefe da Secretaria Administrativa do Gabinete do Ministro
Assinatura:	



Ministério do Interior
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 5.ª DELEGACIA REGIONAL

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DAS ÁREAS

INDÍGENAS NA BR - 172.

DO: SERT. FRITZ
 AO: EXMº SR. DIRETOR DO D.G.P.I.
 DR. JOAO CRISOSTOMO DA SILVA
 REF: OFICIO Nº 035/PQARI/76

A Div. Reg. Pat.
 Em 09.07.76

João Crisostomo da Silva
 Diretor Regional do D.G.P.I.
 - Posto de Trabalho de Zumbati

Tendo recebido e visto o referido processo e seus respectivos pareceres, recorte de jornais etc., cumpre-nos dar os seguintes esclarecimentos:

- 1) - A estrada BR-172 (também chamada ARI) que deverá ligar em breve a BR-364 (de Vilhena) à cidade Universitária Humboldt, atravessa a área indígena interdita AII, que até este momento ainda não foi liberada.
- 2) - Em data de 21 de maio de 1976 numa reunião com o Senhor Governador do Estado de Mato Grosso (GARCIA NETO) e a Diretoria da INDECO, CODEMAT e minha pessoa junto com o Senhor Presidente da FUNAI em Brasília foi discutido esse assunto, mas até agora não foi tomada nenhuma providência nesse sentido.
- 3) - A estrada BR-172 (ARI) depois de sair da BR-364, na localidade de Vilhena, no Km 100, atravessa a cabeceira do Rio Eugênia, que tem seu formador maior, na parte sul do Parque / Aripuanã. De acordo com o Decreto nº 64860 de 23/06/1969, pelo ponto de coordenadas: 12º09'00"S e 59º42'10"W, (a cabeceira do Rio Aripuanã), numa linha reta e seca alcançam a cabeceira principal do Rio Eugênia, daí por uma linha reta e seca atinge o braço norte do Rio Ten. Marques, cujas coordenadas do ponto médio são 12º09'00"S e 59º47'00"W de acordo com os meus cálculos, aqui um trecho da estrada ARI atravessa na aquele ponto cerca 15/20 Km dentro do Parque, porque, saindo da ponte da estrada, que atravessa o Rio Eugênia, até a sua cabeceira, tem mais ou menos 7 Km. Aqui nós temos que procurar uma solução que por meu ver, não é complicada, porque a CODEMAT pretende deixar esta área dentro de uma Reserva Florestal criando por este órgão, e em breve vai instalar justamente nesta ponte um Posto Policial, para fiscalizar melhor a entrada de pessoas estranhas neste Projeto. Por todo caso precisamos resolver este problema, uma vez aberta esta estrada que atravessa essa área, que faz parte do Parque ARI, chegando na cabeceira do Rio 21, uma das formadoras do Rio Aripuanã, começa atravessar a área interdita AII em direção /

204



Ministério do Interior
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
5.ª DELEGACIA REGIONAL

Cuiabá - Ms.

de Humboldt.

- 4) - O Projeto de Colonização Juiná com um núcleo urbano já em estado de implantação encontra-se nessa área interdita, serido pela ARI já feito nesse trecho. Projeto esse da própria CODEMAT em terras de Mato Grosso.
 - 5) - Uma parte desse Projeto, entre o Rio Juiná Mirim e o Rio Vermelho, pertence ao Projeto Aripuanã da Prefeitura desse Município. Acontece entretanto, que na parte Este dessa área, localizamos recentemente, mais malocas, ainda não contactadas de Índios provavelmente Cinta Largas, por mim já mencionada (verbalmente) ao Senhor Presidente da FUNAI, sendo por isso estabelecida uma linha divisória para incluir estas aldeias e também o Posto Indígena Serra Morena, no Parque Indígena do Aripuanã.
 - 6) - Nos últimos dias desse mês de Junho, em voos de reconhecimento feito por mim no avião da SUDECO e sobrevoando novamente essa área, localizamos mais uma aldeia nova sem contato e suas respectivas plantações, que aparentemente está localizada entre as cabeceiras do Rio Porquinhos e Rio Vermelho. Aparentemente trata-se de três malocas e que ficam próximos ao rumo em que deverá passar a estrada nova, motivo por que achamos indispensável promover uma aproximação e contato amistoso afim de prevenir ou antecipar um contato descontrolado com o pessoal da estrada, que poderia ser de consequências funestas para esse grupo.
- Sabendo que o Senhor Presidente da FUNAI não gostaria mais promover a transferencia de grupos de Índios de seu habitat original, desejamos estudar a possibilidade de uma solução viável para resolver esse problema, pois a estrada nova passará a mais ou menos 40 Km da Aldeia e sem dúvida exercerá uma atração sobre esses Índios.

Cuiabá, 6 de julho de 1976

FRIE SERTANISTA
Friedrich Sertanista

jm/.

a H guesp 205
31 de Junho 1976
Secretaria de Indios

banco

Cheguei hoje a Vilhena a fim de
falar contigo através de TELEFON,
mas não foi possível, devido a
distância de CAACOL e RIVZINHO.

Olha o Sr. Fritz foi a Brasília,
e a estrada está se aproximando
do picado de Prefeitura de Aripuanã,
o picado que cruza o Rio Vermelho,
onde se localiza uma aldeia de
índios entre - largos, bem
isolada.

Os picados de área de
Colonização já foram iniciados,
e uma deles foi abandonada, pois
o topógrafo encontrou muitos vestígios,
Têve medo e voltou.

Está sendo aberta outra picada,
que vai da estrada até o Rio Vermelho,
na altura da aldeia.

[Handwritten signature]

76.

em anexo, a correspon
de Enfermagem, que
07.76.
deve-se ao fato de
o da Administração Su
processo recentemen
pauta não existe al-

ANEXO 37

bueno o ficado do Instituto de Aripuanã, esse projeto, o levantamento para ser estrada rural, gostaria que você conseguisse interditar, pois se por transidade, trará muitos problemas.

76.

Não consigo entender a FUNAI liberar uma área para a CODEMAT colonizar com uma ALDEIA dentro, a CODEMAT já está ficando nesta área sem ficadas.

A FUNAI precisa fazer um levantamento desta área de colonização, pode acontecer de encontrar até mais ALDEIAS dentro da área.

Gostaria que você desse um pulo aqui no abastecimento da SERRA MORENA, pois nos instrui, quanto a situação.

A cobertura da CODEMAT, é a mesma de antes, não mudou nada, pensei que fosse melhor e mais fácil mudar. P/ pior.

m anexo, a correspondência de Enfermagem, que 7.76. deve-se ao fato do da Administração Su processo recentemente autu não existe sil-

lot

CONFESSÃO 037(2)/16
04
16/07/16

Este ano é bem provechoso que os índios do Rio Engenho saiam na estrada, o ano passado encontrei vestígios deles próximo da estrada,

Se você vier aqui muito bom pois combimaríamos, pois a herba continua a mesma, ~~mas~~ é muito pouco para manter esta frente com a presença de índios.

Quando hoje ao chegar em Vilhena encontrei o SÍLMOÃO PACHECO, posseiro lá do Vinte e um (21), expliquei a situação p/ ele, e ficou ciente.

Fiquei muito satisfeito em saber que a área do 7/7 e do Roosevelt serão demarcadas, isto dá mais tranquilidade ao nosso trabalho. Agora está faltando demarcar só a área dos vinte e um que estão fora do PAAI, ou colocar - los no parque.

[Handwritten signature]

06

Quarta de Novembro de 1976
Recebi de Sr. [illegible] a quantia de [illegible] em
cheque n.º [illegible] e em [illegible] em
espécie no valor de [illegible] reais
mais taxa de [illegible]

Vou ficar obrigado a
você, Sr. [illegible], em [illegible]

Yoshitaka [illegible]

Recibo de 15.07.76

[Handwritten signature]

ESP,
14.07.72

Em MT, quinze índios poderão morrer de gripe

OSCAR RAMOS GASPAR
Enviado especial

Caso não haja uma rápida intervenção da Funai, quinze índios cintas-largas poderão morrer por causa de um contato precipitado com o homem branco e outros índios na Vila de Fontanillas, na margem esquerda do rio Juruena, distante 700 quilômetros de Cuiabá. Encontrados na manhã de sexta-feira, quando perambulava a v. m. pela estrada construída e estrada Fontanillas-Núcleo de Humboldt, os índios foram trazidos pelo garimpeiro Carlos Ferreira e, no domingo, todos amanheceram gripados.

O grupo — formado por três casais, oito crianças e um rapaz — manteve no sábado, por iniciativa do próprio garimpeiro, um encontro "histórico": visitou a aldeia dos índios rikbakta, os temíveis canoeiros, inimigos ferrenhos dos cintas-largas. Recebidos alegremente pelo "capitão" Geraldino Matsin, dos rikbakta, os índios cintas-largas ganharam presentes e dançaram com os antigos adversários.

Sem falar nenhuma palavra em português e inteiramente aus, os índios, liderados por Viman, um índio torto que aparenta 50 anos de idade, foram encontrados por Carlos Ferreira próximos aos "paços" que trabalham na abertura da estrada Fontanillas Núcleo de Humboldt. E o garimpeiro, que já participara da pacificação de grupos de cintas-largas, quando a luta entre índios e garimpeiros fez várias vítimas, procurou convencer o grupo a ir até a vila. Em Fontanillas, o garimpeiro procurou o apoio do padre Balduino Loebens, encarregado da aldeia dos rikbakta em Barranco Vermelho, do lado direito do rio Juruena. No entanto, o padre negou-se a receber os índios em seu posto porque, como alegou, são de outra nação. Além disso, segundo o padre Balduino, a área dos canoeiros está sob a jurisdição da delegacia da Funai em Mato Grosso, enquanto a área dos cintas-largas pertence à delegacia de Porto Velho. Mas, no mesmo dia, o padre fez uma comunicação à Funai, que, até agora, não enviou qualquer representante a Fontanillas, enquanto os índios, abrigados num barraco nos fundos da casa do garimpeiro Carlos Ferreira, vem sendo trata-

dos da forte gripe com chá de alho.

Para o padre Balduino Loebens, que desde 1968 trabalha junto aos canoeiros, esse contato precipitado é "perigosíssimo" e pode inclusive dizimar todo o grupo de cintas-largas. O padre lembrou que, em 1963, trouxe 60 canoeiros, sem nenhuma preparação, para junto dos brancos e muitos morreram de gripe, enquanto outros estiveram sob tratamento durante mais de um ano. Segundo o padre, os quinze índios podem morrer repentinamente, caso a Funai não venha a tomar providências urgentes.

"Já quise dizer que a Funai quer levá-los para uma outra reserva, mas, antes disso, deve ser feito um trabalho de mentalização, pois não se deve arrancar o índio de seu habitat", explicou o padre Balduino. Segundo o missionário, as investidas do homem branco, abrindo estradas, são a maior causa da desagregação dos índios. Atualmente, vários grupos de cintas-largas, sem qualquer contato com os brancos, perambulam na região de Aripuanã.

Sem ter ainda a idéia exata do perigo a que expôs os 15 índios, o garimpeiro Carlos Ferreira explicou que está procurando assistilos "por uma questão de gratidão": "Embera a gente não se entenda, descobri, por meio de gestos, que eles, muitas vezes, viram a mim, minha mulher e meu filho, pois tempos uma posse próxima a região deles. Como eles nunca nos atacaram, agora quero demonstrar gratidão para com eles. No entanto, a Funai precisa ajudar", explicou o garimpeiro.

Um pouco amedrontado depois que o padre Balduino lhe disse que havia assumido uma grande responsabilidade ao trazer os índios para a vila, Carlos Ferreira afirmou que será impossível que a Funai não venha a ajudá-lo.

"Pelos gestos dos índios descobri que existem outros grupos andando pelas matas e podem surgir a qualquer momento", afirmou o garimpeiro. Já acostumado ao convívio com os índios, Carlos Ferreira, aparentemente, não conseguiu perceber o medo que transmitiram aos moradores de Fontanillas e aos trabalhadores das rodovias Vilhena-Fontanillas e Fontanillas-Núcleo de Humboldt.

ANEXO 38

210

15/9/76



Totamente selvagens, os cintas-largas são vulneráveis a doenças e causam medo a Fontanillas

Tarda o socorro da Funai

Do correspondente em CUIABA

Até ontem, nenhum representante da Funai havia chegado ainda à Vila de Fontanillas, na margem esquerda do rio Juruena, a 700 quilômetros de Cuiabá, onde quinze índios cintas-largas correm risco de vida, acometidos de gripe em virtude de um contato precipitado com a tribo dos rikbaktsa, conhecidos como canoeiros.

A informação, por meio de radiograma, foi passada pelo padre Balduino Leonbens, que se encontra no local, a seus colegas missionários de Cuiabá. Ontem mesmo, os jesuítas informaram que se comunicariam com o padre Balduino, pedindo-lhe evitar a qualquer custo novos contatos dos cintas-largas com os canoeiros.

Estes índios, contatados há vinte anos, já contrairam diversas doenças do homem branco, às quais os cintas-largas são inteiramente vulneráveis.

Os moradores das sessenta casas de Fontanillas — vilarejo planejado para ser a futura sede do Município de Aripuanã, cuja prefeitura ainda funciona em Cuiabá —, por outro lado, mostram-se temerosos de que novos grupos de cintas-largas, possivelmente hostis, venham a atacar a região.

CIMI

“A antropologia pode ajudar o missionário a renovar seus métodos de trabalho junto aos índios de duas formas: diretamente, transmitindo-lhes procedimentos mais rigorosos de abordagem, conhecimento e participação das sociedades primitivas; e indiretamente, dando ao missionário conhecimento mais realista das semelhanças e das diferenças entre a sociedade nacional e os grupos tribais.”

ANEXO 39

ESP. 16.07.76

ANEXO 40

Tocantínia ainda vive sob tensão

ESP 16/7/76

Do correspondente em GOIÂNIA

A Delegacia Regional da Funai recebeu ontem telegramas urgentes do posto indígena Xerentes, de Tocantínia, solicitando o envio de alimentos e reforços policiais para a população indígena, que teme novas represálias.

Segundo a Funai, depois do incidente da semana passada, em que morreram três brancos e um índio, os comerciantes de Tocantínia vêm se recusando a vender víveres aos índios.

A Delegacia da Funai informou que a situação já está sob controle, mas causa muita preocupação. A população de Tocantínia teme um ataque em massa dos índios, principalmente depois que circulou na cidade um boato de que os xerentes das diversas aldeias haviam se unido para promover um grande ataque aos brancos.

Essa versão, contudo, foi formalmente desmentida pelo destacamento da PM deslocado de Araguaiana para a região e pelos cinco funcionários do posto da Funai.

"As três nações indígenas que vivem no Amapá poderão sofrer grandes impactos culturais e biológicos se não se traçar um plano global de política indigenista para o território, que inclua, prioritariamente, a demarcação das terras dos índios". Foi o que afirmou ontem o missionário Nello Ruffaldi, representante do Oiapoque no curso sobre perspectivas de Integração do Índio na Sociedade Nacional, que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) está promovendo na Universidade Católica de Goiás.

Outra preocupação manifestada pelo missionário foi em relação a construção da BR-156, que ligará o Macapá ao Oiapoque, "podendo trazer graves problemas para os silvícolas da região pois ela cortará florestas virgens onde vivem os três grupos indígenas". Pederá ocorrer também, acrescentou, uma invasão da área por grandes grupos econômicos e até mesmo por lavradores.

Ruffaldi reclamou ainda da existência na região de uma fazenda de criação de búfalos, pertencente a colônia militar de Clevelandia, que poderá criar problemas no futuro.

Cintas-largas vão retornar à aldeia

ESP 16/7/76

Da Sucursal de BRASÍLIA

Assim que apresentarem melhores condições de saúde, os índios cintas largas que apareceram terça-feira no povoado de Fontanillas, na margem esquerda do rio Juruena a 700 quilômetros de Cuiabá deverão ser levados de volta a suas aldeias de origem, em plena selva, num trabalho a ser executado por sertanistas.

A Funai comunicou essa decisão ontem, em Brasília, ao mesmo tempo que informava que uma de suas equipes voltantes de saúde já se encontrava a caminho de Fontanillas para tratar dos índios, acometidos de gripe. Como medida de urgência, a equipe médica deverá transferir os cintas-larga para a missão salesiana de

Utiritti, pois o contato com a população de Fontanillas poderia provocar outras doenças, já que estes índios, inteiramente selvagens, não têm resistência as molestias comuns entre os civilizados. A própria medicação só será feita depois que os cintas largas estiverem em Utiritti.

A nação cinta larga segundo técnicos da Funai, está em situação bastante precária. Os grupos em contato com a civilização, especialmente os que vivem no Parque Indígena do Arapuana, já sofreram grande diminuição populacional, justamente em consequência de epidemias.

A doença que mais preocupa a Funai, na área é a tuberculose, que já chegou a atingir 90 por cento dos índios cinta larga do posto 7 de Setembro.

112

93-07-1976

ANEXO 41

J	
#	
11	11
12	12
13	13
14	14
15	15
16	16
17	17
18	18
19	19
20	20
21	21
22	22
23	23
24	24
25	25
26	26
27	27
28	28
29	29
30	30
31	31
32	32
33	33
34	34
35	35
36	36
37	37
38	38
39	39
40	40
41	41
42	42
43	43
44	44
45	45
46	46
47	47
48	48
49	49
50	50
51	51
52	52
53	53
54	54
55	55
56	56
57	57
58	58
59	59
60	60
61	61
62	62
63	63
64	64
65	65
66	66
67	67
68	68
69	69
70	70
71	71
72	72
73	73
74	74
75	75
76	76
77	77
78	78
79	79
80	80
81	81
82	82
83	83
84	84
85	85
86	86
87	87
88	88
89	89
90	90
91	91
92	92
93	93
94	94
95	95
96	96
97	97
98	98
99	99
100	100

JORNAL DO BRASIL
23.07.76

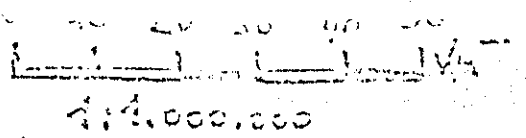
Índia civilizada reconhece chefe

Cuiabá — A índia Laura Iranxe, cinta-larga capturada aos 11 anos por seringueiros, durante o massacre do paralelo 11, ocorrido há 15 anos, reconheceu ontem o antigo chefe de sua tribo, Viman, que com mais 15 índios apareceu nas margens da Rodovia Vilhena—Humboldt, na semana passada, tendo sido transportado para uma ilha do rio Juarena, em Pontanillas, por um posseiro.

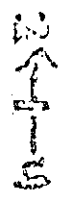
A Funai enviou ontem um avião com dois médicos e um dentista, que examinarão os cinta-larga atacados de gripe. O sertanista Luis Humberto, que se encontra há uma semana com os 15 índios perdidos, disse que a Funai levará o grupo de volta a Serra Morena, no Parque Indígena do Arlpuatan, agora sob responsabilidade do sertanista Apocena Meirelles.

O Padre Thomas de Aquino, do Conselho Indigenista Missionário, foi o primeiro a chegar à região de Pontanillas, na semana passada, quando determinou a Carlos Ferrelra — posseiro que encontrou os índios vagando e transportou-os para uma ilha de sua propriedade, com cinco alqueires — que não lhes desse roupas sob hipótese nenhuma.

J. Brasil - 23/07/76



18510
1976



FUMEDLA
UNIVERSITY
TABOCA

RIO GUARANI

RIO BRANCO

RIO ARIQUANA

GUARIZINHA

PORQUINHAS

RIO ROSEVELT

JACUINHA

RIO AMARELO

FUNIL POSTO
SERRA
MORENA

RIO VERMELHO

ARIPUANA - PARK

MASSHERE
20.6.75

AVELINA
CACHOEIRA
DO CAMPO

CAMARÉ
STRIP

150 KM
CODENAT
CAMP

ANEJO 42

DOZE OUTROS

CAMARÉ

ANDREI
NOT
CONTACT

214

VILMENA

forma prevista em lei, revertendo seu acervo, após reembolso o capital dos demais acionistas, ao patrimônio da União.

CAPÍTULO II

Subsidiárias e participações societárias

Art. 33. A sociedade, se conveniente ao seu objeto social, com a aprovação da assembleia geral poderá criar subsidiárias ou participar do capital de outras sociedades.

Art. 34. Na constituição de subsidiárias, a sociedade assegurará sempre o seu controle, restringindo ainda a propriedade social a pessoas físicas ou jurídicas nacionais.

DECRETO N.º 76.109 - DE 22 DE JULHO DE 1976

Declara sem efeito a interdição de parte da área a que se refere o Decreto n.º 73.562, de 24 de janeiro de 1974, e dá outras providências.

O Presidente da República.

no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em conta os seus artigos 4.º, item IV, e 169, bem como o que consta da Exposição de Motivos número 47, de 29 de junho de 1976, do Ministério de Estado do Interior,

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada sem efeito a interdição de parte das terras da Área II, descrita no artigo 1.º do Decreto número 73.562, de 24 de janeiro de 1974, e compreendida nos seguintes limites:

Norte: Partindo da confluência do Ribeirão dos Porquinhos com o córrego da Marcação no ponto de coordenadas 10º 47' 25"S e 59º 18' 25" W lobe o Ribeirão dos Porquinhos até sua esboceira mais alta no ponto de coordenadas: 10º 58' 35"S e 59º 51' 22"W. Dalí, segue por uma linha reta e seca, de aproximadamente 9.600m até atingir a margem esquerda do Rio Vermelho, no ponto de coordenadas: 10º 58' 42"S e 59º 49' 00"W. Desto ponto, desce este Rio até a sua confluência com o Rio Jurutiense.

Leste - Desta confluência, sobe o Rio Jurutiense até a confluência do Rio Juina-Mirim.

Sul - Desta confluência, sobe o Rio Juina-Mirim pela margem esquerda até a sua cabeceira sul de coordenadas: 11º 41' 40"S e 59º 55' 50"W. Dalí, segue por uma linha reta e seca, de aproximadamente 12.000m até a cabeceira principal do braço direito do Rio Arizuaná de coordenadas: 11º 43' 30"S e 59º 05' 00"W. Dalí, desce este braço até a sua confluência com o braço esquerdo de mesmo rio de coordenadas: 11º 21' 57"S e 59º 19' 00"W.

Oeste - Desta confluência desce o Rio Arizuaná até o ponto de coordenadas: 10º 18' 25"S e 59º 18' 25"W. Dalí, segue por uma linha reta e seca, de aproximadamente 53.000m, até atingir o ponto inicial.

Art. 2.º Permanecem interditadas as áreas de terras remanescentes, constantes do Decreto n.º 73.562, de 1974, cabendo, à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), proceder à sua demarcação administrativa, na conformidade do Decreto n.º 76.999, de 8 de janeiro de 1976.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL

Maurício Rangel Reis

DECRETO N.º 78.111 - DE 22 DE JULHO DE 1976

Cria, no Ministério da Justiça, Grupo de Trabalho Interministerial para examinar, conclusivamente, estudos relativos ao projeto do Registro Nacional das Pessoas Naturais.

O Presidente da República.

no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 30, 31 e 36 do Decreto-lei n.º 201, de 28 de fevereiro de 1967,

DECRETA:

Art. 1.º Fica instituído Grupo de Trabalho no Ministério da Justiça, para examinar, conclusivamente, estudos já realizados relativos ao projeto do Registro Nacional das Pessoas Naturais.

Art. 2.º O Grupo de Trabalho de que trata o artigo anterior será integrado por representantes:

- I - do Ministério da Justiça
II - do Ministério da Fazenda
III - do Ministério do Trabalho
IV - da Secretaria de Planejamento da Presidência da República
V - do Ministério da Previdência e Assistência Social
VI - do Serviço Nacional de Informações
VII - do Estado-Maior das Forças Armadas
VIII - do Departamento Administrativo do Serviço Público.

1.º O Grupo de Trabalho funcionará sob a coordenação do representante do Ministério da Justiça.

2.º Os membros do Grupo de Trabalho serão designados pelo Ministro da Justiça, mediante indicação dos respectivos Ministérios ou Órgãos.

3.º Os membros do Grupo de Trabalho desempenharão suas atribuições, sem prejuízo de seus encargos normais nos Ministérios ou Órgãos em que servem.

Art. 3.º O Grupo de Trabalho instituído por este Decreto, deverá apresentar relatório circunstanciado de seus trabalhos, acompanhado de propostas de medidas legais ou regulamentares que se fizerem necessárias à criação do Registro Nacional das Pessoas Naturais, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 4.º O Ministério da Justiça fornecerá o apoio material e o da pessoal necessárias ao funcionamento do Grupo de Trabalho.

Art. 5.º Este Decreto, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Mário Henrique Simonsen

Arnaldo Prieto

Elcio Costa Couto

João Baptista de Oliveira Figueiredo

Antonio Jorge Correa

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO N.º 78.118 - DE 22 DE JULHO DE 1976

Estabelece quota mensal para as importações pela Zona Franca de Manaus e dá outras providências.

O Presidente da República.

no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1.º Fica estabelecida uma quota mensal de US\$ 20 milhões-FGB, a partir de julho até dezembro do cor-

rente ano, para importações pela Zona Franca de Manaus.

Art. 2.º A quota mensal estabelecida no presente Decreto, destina-se a atender especialmente o comércio de acordo com estabelecidos pelo Conselho de Administração da Zona Franca de Manaus.

Art. 3.º As importações de mercadorias de importação CANCEL até 24 de novembro de 1976, independentemente da quota mensal para o segundo semestre do ano de 1976, admitida no presente Decreto.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL

Mário Henrique Simonsen

Elcio Costa Couto

Maurício Rangel Reis

DECRETO N.º 78.043 - DE 14 DE JULHO DE 1976

Dispõe sobre a composição das Categorias Direção Superior e Assessoramento Superior, da Tabela Permanente do Ministério do Exército, e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial de 16 de julho de 1976 - Suplemento).

Retificação

Na página 23, no artigo 1º, Onde se lê:

Art. 1.º ... Código LT-DAS-101, e Asses-Superiores, Código LT-DAS-100, da Tabela Permanente

DECRETO N.º 78.071 - DE 15 DE JULHO DE 1976

Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de Cr\$ 990.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

(Publicado no Diário Oficial de 16 de julho de 1976).

Retificação

Na página número 9.498, no preâmbulo, Onde se lê:

... item III, da Constituição ...

... item III, da Constituição ...

A seguir, no artigo 1º, Onde se lê:

3.1.1.2 - Pessoal Militar 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas

3.1.2.0 - Material de Consumo

3.1.1.2 - Pessoal Militar 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas

3.1.2.0 - Material de Consumo

A seguir, no artigo 2º, Onde se lê:

3.1.1.1 - Pessoal Civil 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas

3.1.1.1 - Pessoal Civil 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DECRETO DE 22 DE JULHO DE 1976

O Presidente da República,

usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, nº XXII, da Constituição, e de acordo com os pareceres dos Conselhos Penitenciários constantes dos processos números 25.589, de 1970, 8.002, de 1972, 21.479, de 1972, 57.536, de 1973, 65.802, de 1974, 23.473, de 1975, 51.032, de 1975, 69.341, de 1975, 14.822, de 1976, 14.923, de 1976, 16.255, de 1976 e 53.923, de 1976, do Ministério da Justiça, resolve

COMUTAR

para 6 anos, 6 meses e 6 dias de reclusão, a pena total de 7 anos, 6 me-

do Ministério do Exército, Serviço Superior, Código LT-DAS-102, do Grupo Direção e Assessoramento.

Leia-se:

DECRETO N.º 78.059 - DE 15 DE JULHO DE 1976

Concede reconhecimento aos cursos de Ciências Contábeis e de Administração, da Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração Guerreiro Brito, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

(Publicado no Diário Oficial de 16 de julho de 1976).

Retificação

Na página número 9.453, na emenda, Onde se lê:

Concede reconhecimento aos cursos de Ciências Contábeis e de Administração, da Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração Guerreiro Brito, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Leia-se:

Concede reconhecimento aos cursos de Ciências Contábeis e de Administração, da Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração Guerreiro Brito, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

5-101, e Artigo ... do e Artigo ...

ANEXO 43

Cr\$ 150

(Ogível) (Ogível)

321.459 153.570

(Ogível)

475.243

Handwritten notes and signatures at the top right of the page.

OF. 185/76

Brasília, 21 de maio de 1976.

02537
Ao Sr. Diretor de 7^{da} DEPI

- 1) Examinar e preparar o memorial descritivo da área que será indígena.
- 2) Junto com a PT, preparar a proposta de restrição da área interditada I. Eui, 14.05.76

Senhor Presidente

Ismarth de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

Conforme entendimentos verbais mantidos com V.Exa., estamos encaminhando pelo presente, em anexo, planta e memorial descritivo da área II referida no Dec. nº 73562 de 24/01/74 modificado pelo Dec. nº 77033 de 15/01/76 a ser desinterditada para planejamento integrado e aproveitamento de recursos naturais através de colonização pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso- CODEMAT.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exa. os protestos de alta estima e distinta consideração.

Handwritten signature of José Garcia Neto
 JOSÉ GARCIA NETO
 Governador do Estado de Mato Grosso

Anexo 44

Exmº Sr.
 Gal. ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA
 DD. Presidente da FUNAI
 SBS- Ed. Alvorada - 4º andar
 BRASÍLIA-DF

Handwritten signature and stamp at the bottom right.

23
10005:2
A

Proj. FUNAI 122587/71
Fls. 02
Rubrica

MEMORIAL DESCRITIVO

INTERIOR.
RUBRICA

Descrição parcial da área II referente ao Decreto nº 73562 de 24 de janeiro de 1974 modificado pelo Decreto nº 77033 de 15 de janeiro de 1976 a SER.DESINTERDIDA, para planejamento integrado de aproveitamento e preservação dos seus recursos naturais, eis que, feita a revisão dos limites da área interdida constatou-se que na parcela abaixo descrita não existe ocupação indígena.

Partindo do marco I, cravado na barra do ribeirão dos porquinhos com o córrego da marcação, sobe pelo ribeirão dos porquinhos até a sua cabeceira no ponto de coordenadas 10º e 50'S e 59º 00'W. Daí segue por uma linha reta e seca até atingir a cabeceira de um dos afluentes da margem esquerda do córrego vermelho de coordenadas 10º 54'S e 58º 55'W, desce este afluente até a sua confluência com o córrego vermelho. Deste ponto, desce esse córrego até a sua confluência com o Rio Juruena, desta confluência, sobe o Rio Juruena até a confluência do Rio Juina-mirim, deste ponto sobe o Rio Juina-mirim por sua margem esquerda até a sua cabeceira sul, cujas coordenadas aproximadas são: 11º 47'S e 58º 58'W, de onde segue por linha reta e seca até a cabeceira principal do braço direito do Rio Aripuanã. Daí desce este braço até a sua confluência com o braço esquerdo do mesmo rio, de coordenadas 11º 32'S e 59º 15'W. Desta confluência desce o Rio Aripuanã, aproximadamente 37.500m, até atingir o marco nº II, cravado a margem direita no Rio Aripuanã. Deste marco segue por uma linha reta e seca rumo norte, numa distância aproximada de 53.000m, até atingir o marco nº I, ponto de partida deste caminhamento.

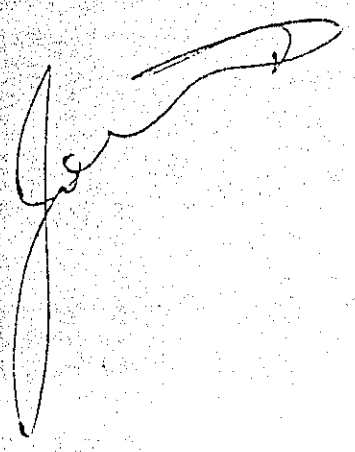
P. C. FUNAI 02587/76
03
Rubrica
MIN. INTERIOR
Tio
14/01/76
R

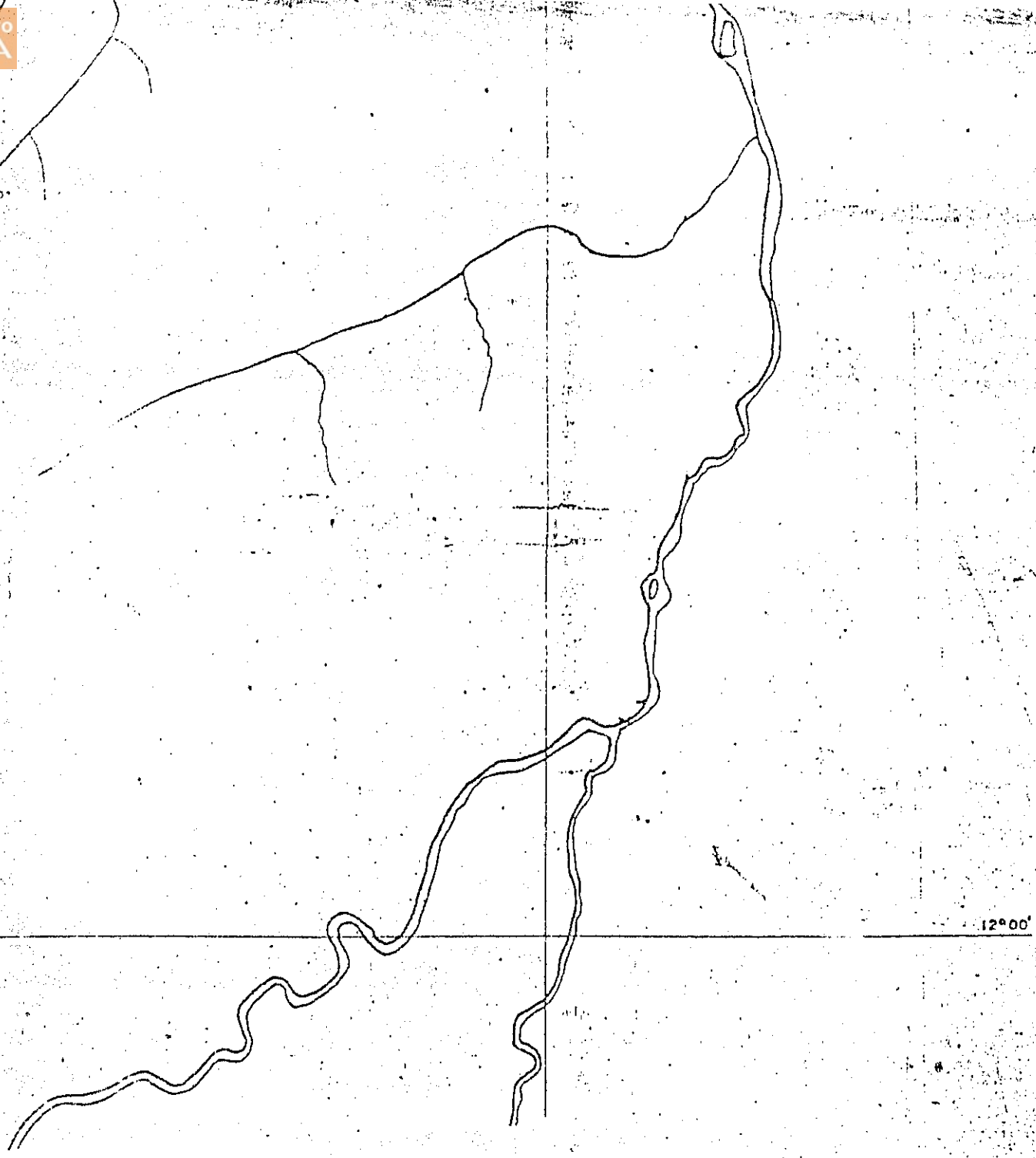
24
1003 R
C

MEMORIAL DESCRITIVO

Descrição da parcela de área que continuará interditada por força do Dec. nº 73562 de 24/01/74 modificado pelo Decreto nº 77.033 de 15/01/76 para demarcação administrativa de terras indígenas existentes na área abaixo descrita:

Partindo do marco I, cravado na barra do Ribeirão dos Porquinhos com o Córrego da marcação, segue por uma linha reta e seca ao rumo 180º com uma distância aproximada de 53.000 metros, até encontrar o marco nº II, cravado na margem direita do Rio Aripuanã, descendo por este até o marco nº III, cravado na barra do Rio Aripuanã com o Ribeirão dos Porquinhos, subindo pelo Ribeirão dos Porquinhos até encontrar o marco nº I, ponto de partida deste caminamento.





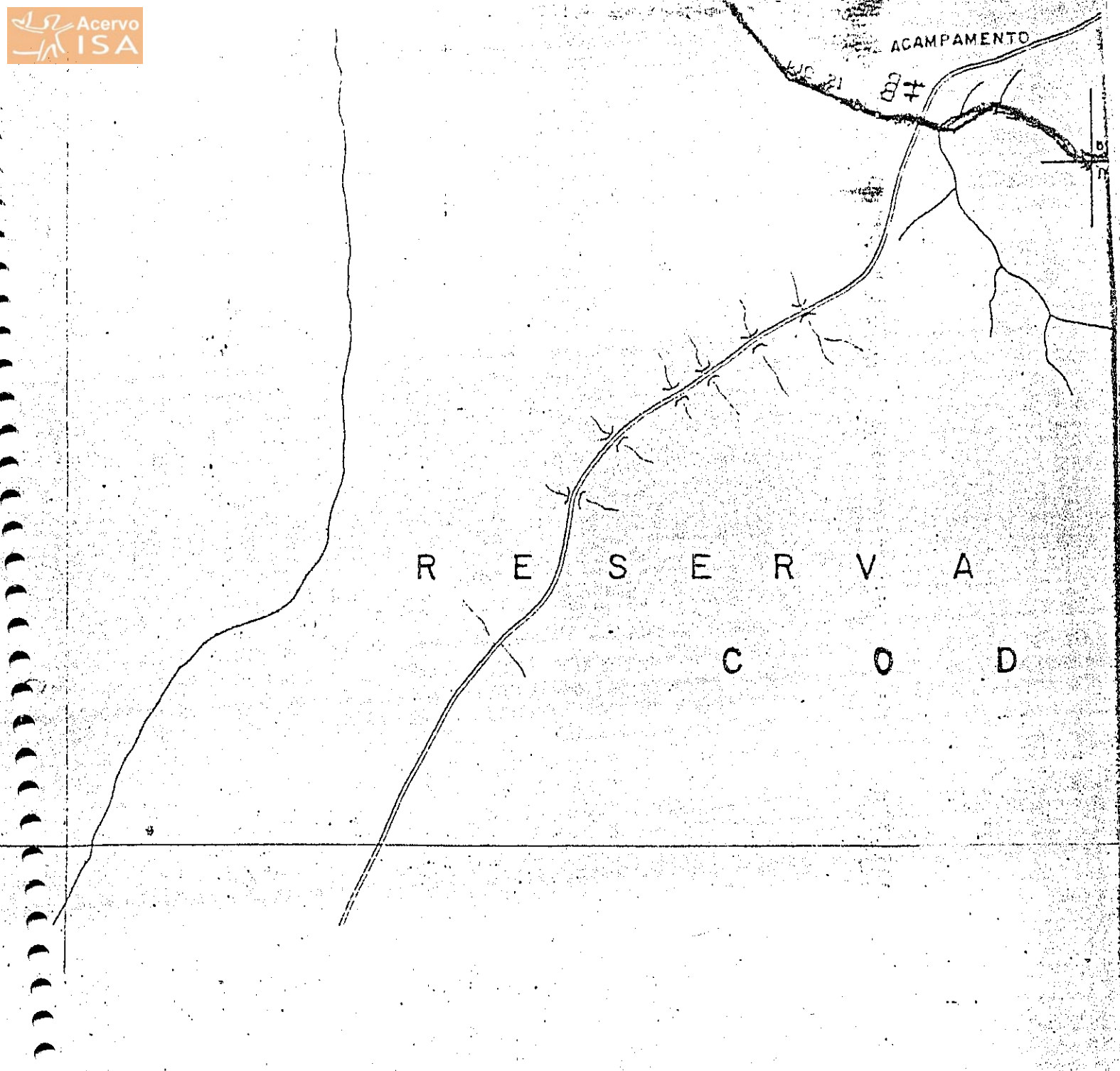
C O D E M A T

SETOR	COLONIZAÇÃO
LOCAL	ARIPUANÃ
ASSUNTO	FUNAI - ÁREA A SER DESINTERDITADA

DESENHO	
DATA	21/5/76
ESCALA	1:250000

DIRETOR SUPERINTENDENTE GUILHERME DE ABREU LIMA
RESP. AEROFOTOGRAMETRIA JAIR RODRIGUES CARVALHO

Antônio Carlos

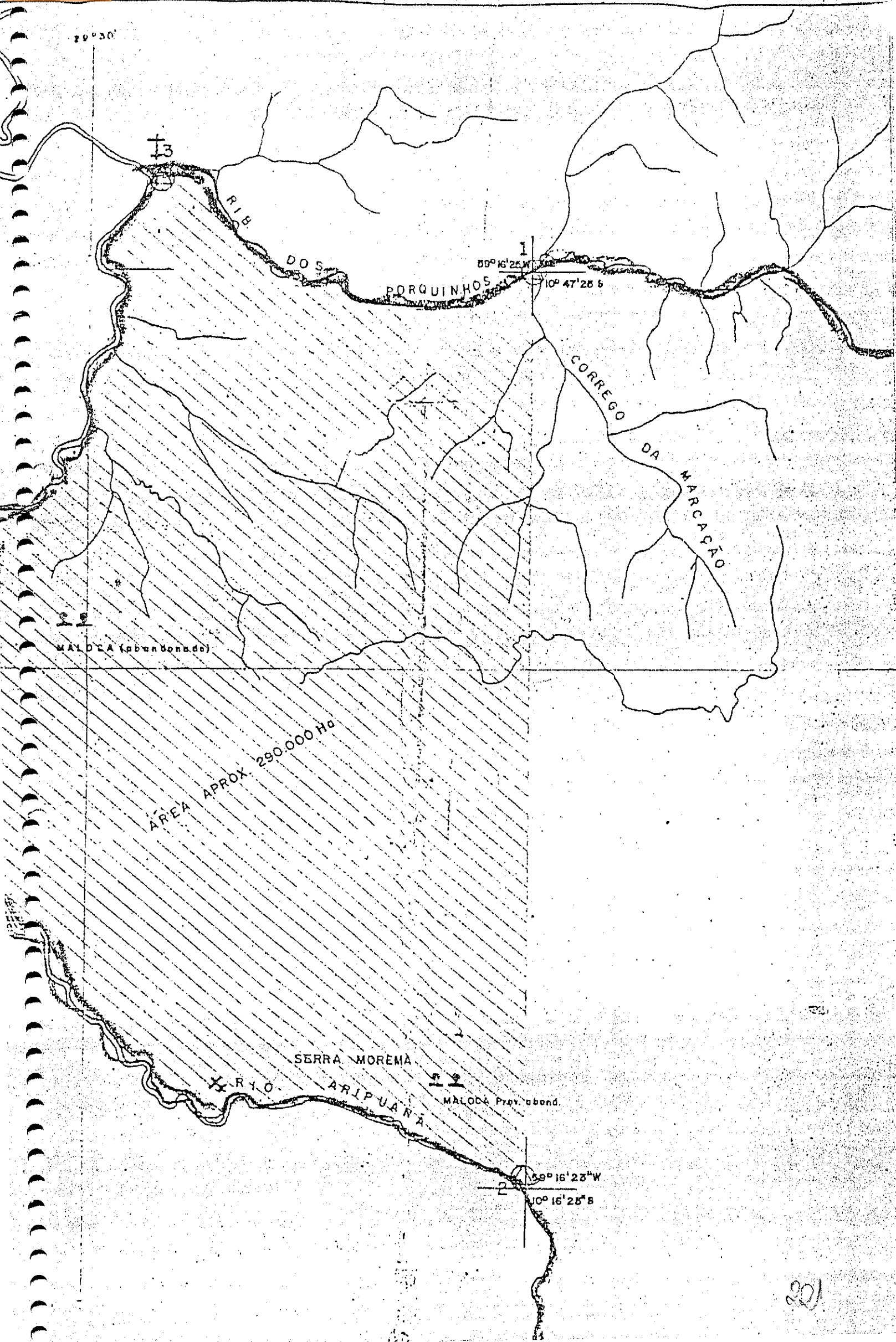


LEGENDA

////// ÁREA A SER DESINTERDITADA

———— ÁREA A PERMANECER INTERDITADA

~~DEC. N° 73.562-21/01/74~~



CONVÊNIO Nº 095/78, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO E A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, OBJETIVANDO A CRIAÇÃO DE MECANISMO DE PROTEÇÃO AOS INDÍGENAS CINTA LARGA.

Aos dias do mês de junho de 1978, de um lado a FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO, instituída de conformidade com a Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, neste ato representada pelo seu Presidente, ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, nos termos do artigo 6º, item III do Decreto nº 68.377, de 19 de março de 1971, doravante denominada simplesmente FUNAI e, do outro lado a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, sociedade de economia mista, portadora do CGC nº 03.474.053-0001, sediada no Bloco da SEPLAN - CPA, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, doravante denominada simplesmente - CODEMAT, resolvem celebrar o presente Convênio que se regerá mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA - PRIMEIRA

O objeto do presente Convênio é o estabelecimento de mecanismo, visando eventual presença indígena na área de titularidade da CODEMAT, localizada no Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, tudo de conformidade com o constante no Processo FUNAI/BSB/0429/78, que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA - SEGUNDA

Em decorrência do estabelecido na cláusula anterior, obriga-se a CODEMAT a:

Original entregue ao Sr. [illegible]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

- 1 - Custear as despesas com a fixação dos índios Cinta Larga do Rio Vermelho, no Posto Indígena Serra Morena.
- 2 - Instalar na estrada estadual, identificada como AR-1 uma base de vigilância dotando-a de equipamentos necessários que ensejem pronta comunicação a FUNAI da presença indígena na área;
- 3 - não desenvolver trabalhos na área "B" do seu projeto e que confronta com os Ribeirões Guarana, encontro e Rio Vermelho, enquanto não finalize a FUNAI os trabalhos de demarcação do PI Serra Morena, bem assim, a extração dos Cinta Larga do Rio Vermelho para o interior da área do Posto Indígena Serra Morena.

CLÁUSULA - TERCEIRA

Caberá a FUNAI promover prioritariamente as medidas objetivando não só a demarcação do Posto Indígena Serra Morena, como ainda as relativas a extração dos Cinta Larga do Rio Vermelho para a área do referido Posto.

CLÁUSULA - QUARTA

As despesas atinentes aos itens I e II da cláusula segunda serão satisfeitas pela CODEMAT na apresentação do Plano de Trabalho decorrente do referido item, a ser devidamente formalizado em expediente da lavra do Presidente da FUNAI.

CLÁUSULA - QUINTA

O prazo de vigência do presente instrumento será contado com início na data de sua assinatura, findando uma vez encerrados os compromissos da FUNAI a que alude a cláusula terceira.

[Handwritten signatures]

E, por estarem acordes, assinam o presente em 04 (qua-
tro) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas
abaixo nomeadas.

Brasília-DF, 19 de Junho de 1978

Ismarth de Araújo Oliveira
ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA
Presidente da FUNAI.

[Handwritten Signature]

CODEMAT

TESTEMUNHAS:

Olga Maria R. Santos

Heleny Mulachado

*Recebi 1 (uma) cópia do
presente convênio
em 19/6/78
Muller*

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

C E R T I D ã O

032

Em atendimento ao que solicita a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT., em petição protocolada nesta Fundação em data de 26 de janeiro de 1.978, Processo nº FUNAI/DEB/429/78, cuvidos os Departamentos Gerais de Patrimônio Indígena e de Planejamento Comunitário, CERTIFICO não haver conhecimento da existência de aldeamentos indígenas na área da peticionária, localizada no Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso e compreendida pelas seguintes Coordenadas Geográficas: LATITUDE de 11° 15' 30" S (B) a 11° 44' 12" S (D) e LONGITUDE de 59° 15' 50" WGr. (A) a 58° 33' 16" WGr. (C) não havendo em consequência, restrição à opor à plena utilização da mencionada área pela interessada. A FUNAI NÃO SE RESPONSABILIZA PELOS DADOS FORNECIDOS PELA REQUERENTE SE ESTES NÃO CORRESPONDEM À REAL LOCALIZAÇÃO DA ÁREA SOBRE A QUAL ESTÁ SENDO EMITIDA ESTA CERTIDÃO, BEM COMO QUANTO A LEGITIMIDADE DO TÍTULO DE PROPRIEDADE APRESENTADO PELA REQUERENTE. Brasília, 02 de junho de 1.978.

ISMARTE DE ARAUJO OLIVEIRA
Presidente

ANEXO 46

Recobi o original
Em 22/06/78
[Handwritten Signature]



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
5ª DELEGACIA REGIONAL

PROC. N.º 429/78
FLS. 47
RUBRICA [assinatura]

Ofício 188/DEL/5ªDR/79.

CUIABÁ MT. 10/07/78

De: Delegado da 5ªDR/Funai

Para: Ilm^{as} Sr. Diretor de D.G.O

Assunto: Consulta (Fns).

Senhor Diretor

Considerando os dispositivos legais que asseguram ao índio a posse permanente das terras que de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência, economicamente útil consultamos V.S^a se o item 3 da Clausula segunda do Convênio 065/78 celebrado entre a Funai e a Codemsi em 19.06.78, não estaria retirando aos índios Cinta Larga de Rio Vermelho o direito de posse das terras que atualmente habitam, com o deslocamento dos mesmos para o PI. Serra Morena.

É oportuno lembrar o episódio da tentativa de expulsão dos Hamiquaras de Vale do Guaporé para a área interditada Bararó/Galara que reanunciou em completo fracasso, os índios retornaram às suas áreas antigas.

Anexamos na recorte de Diário de Mato Grosso de 05/07.79 com a notícia de que o Interamat vai discriminar áreas "devolutas" existentes em Mato Grosso e que está programada para este ano a segunda fase do Projeto Juina, área onde se encontram os índios Cinta Larga do Rio Vermelho e que, de acordo com a Clausula segunda acima referida, só estaria disponível ao final da demarcação.

Senão o que se nos oferece no momento aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada consideração e estima.

[Assinatura]

RUBENS PINHO DE CASTRO SILVA
Delegado da Funai / 5ªDR.

FUNAI-DGO
Entrada: 12.07.78
Horário: 17.30
Envio-a: [assinatura]
Rubrica: [assinatura]

ANEXO 47

PROC. N.º 12.117-7
FLB. 48
RUBRICA

1979

INTERMAT vai discriminar

1,6 milhão de hectares

Com a missão de discriminar, administrar e executar os 168.300 hectares da segunda fase do Projeto Jujua, no Município de Arapuanã, foram designados e empossados como membros do Instituto de Terras de Mato Grosso, Marcos Martinelli, os membros da recém-criada Comissão Especial de Discriminação de Terras Devolutas do Estado de Mato Grosso. Integram a Comissão o advogado Francisco Gomes de Andrade Lima Filho, seu Presidente; o engenheiro agrônomo Robustiano Domingos de Oliveira, Membro Fiscal, e a Secretária Nazareth da Silva Campos.

Assessoria técnica bastante simples, compõem a Secretaria de Agricultura Rômulo Vandoni, o promotor Geral Antonio Hara, o Coordenador de Projetos Fundiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Alvaro Welman, e os

diretores da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso, Mário Gomes Monteiro e Maurício Nantes.

Na ocasião, Marcos Martinelli falou do trabalho que o INTERMAT vem realizando, com vistas a identificar e discriminar as áreas devolutas existentes em Mato Grosso, para incorporá-las ao patrimônio do Estado, possibilitando, assim, a execução de novos projetos de colonização.

Para este ano — disse —, além dos 168.300 hectares que compõem a segunda fase do Projeto Jujua, o INTERMAT tem programada a discriminação de 850 mil ha no Vale do Rio Roosevelt; 256 mil e 110 mil nas áreas denominadas Marcelli I e II, respectivamente — todas no Município de Arapuanã, e mais duas áreas do Município de Diamantino: Duas Barras, com 150 mil e Cacaré, com 90 mil hectares, totalizando 1 milhão 624 mil e 300 hectares.

Marcos Martinelli destacou a importância da identificação de áreas devolutas, para a execução de projetos de colonização, e a necessidade de se estabelecerem parâmetros para a identificação de áreas devolutas em vários órgãos

federal envolvidos neste trabalho. Em nome do Estado, Rômulo Vandoni manifestou a preocupação com a execução dos projetos de colonização, que na direção do INTERMAT, contou com a participação de maiores especialistas do setor, com a finalidade de garantir o sucesso dos projetos.

Palaram, também, o advogado Antonio Hara, o Coordenador de Projetos Fundiários do INAC, o Diretor de Terras Rômulo Vandoni e o promotor Antonio Hara. A Secretária Nazareth da Silva Campos

O fim dos Cintas-Largas

O Projeto Juina está dispersando os indígenas em MT

PORTO VELHO (Do Correspondente) — A existência de um garimpo de ouro há duas horas e meia da região, e a aproximação do branco nas vizinhanças do Projeto Juina, implantado pela Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (CODEMAT) constituem o começo do fim de mais de 100 índios Cintas-Largas que estavam vivendo na reserva indígena de Aripuanã. A iniciativa do Governo do Mato Grosso e da Prefeitura do Município de Aripuanã de vender as últimas faixas de terra do extremo norte do Estado, está conduzindo os índios a se empregarem miseravelmente nas fazendas que se instalam na região e a se sentirem atraídos por bebidas alcoólicas e outros vícios que ameaçam a sua própria sobrevivência.

Conforme relato de Salvador Valladares, coordenador do CIMI na Amazônia Ocidental, e do padre Antonio Iasi Júnior, ex-secretário executivo do órgão, e atualmente pesquisador do Museu Rondon, da Universidade Federal de Mato Grosso, os índios Cintas-Largas são contatados pelos sertanistas Francisco Meireles (já morto) e Apocna Meireles. Há menos de dez anos — estão aos poucos deixando de lado seus costumes e tradições, e sofrendo os golpes mais rudes no processo de aculturação.

Valladares e o padre Iasi, que elaboraram durante quinze dias um levantamento da situação dos Cintas-Largas, confirmam que eles vêm sendo atraídos pela abertura de novas estradas, e submetidos a trabalhos na Frente de Serviços do Projeto Juina sem o conhecimento da presidência da Funai, em Brasília.

EXODO

Está cada dia mais complicado controlar as tribos circunscritas ao Parque Aripuanã, comentam os dois pesquisadores. A maioria dos índios abandonam suas malocas e o posto de Serra Morena, no local, espalhando-se pelas margens das estradas que surgem na região, a mais de 900 quilômetros de Culabá. São atraídos, segundo Valladares, principalmente para a estrada Vilhena-Dardanelos, por causa das roupas e objetos que recebem de presente dos peões que trabalham nas fazendas vizinhas.

O coordenador do CIMI levanta suspeita em seguida sobre a existência de duas aldeias abandonadas numa distância de aproximadamente 70 quilômetros do posto indígena de Serra Morena. "Será que os índios abandonaram as malocas ou morreram? Ele pergunta.

TRABALHO IRREGULAR

Na versão do sertanista José do Carmo Santana, responsável pela tribo Zoró, a hipótese de várias mortes entre brancos e índios na região não deve ser afastada. "Não faz muito tempo, ele lembra, e o capataz conhecido por Zé Caçaba da fazenda Concisa, andou



Abandono, doenças e trabalho sem remuneração rolfiam o começo do fim dos 100 índios Cintas-Largas expostos ao contato com o branco.

atemorizando trabalhadores contratados no interior de Rondônia e Mato Grosso, dizendo que "quem fosse rebelde molão e não quisesse trabalhar aqui teria que apanhar e morrer".

São inúmeras, aliás, as irregularidades levantadas por Valladares e padre Iasi sobre as condições de trabalho nas redondezas de Aripuanã. Por exemplo, o Cinto Larga Canari, de 25 anos, contratado como pedreiro por uma firma matogrossense ligada ao projeto Juina, com carteira assinada, já trabalha há vários meses no projeto e ainda não recebeu nenhum ordenado. Outro caso é o de dois índios que voltaram do projeto Juina em maio para viver nas imediações de Serra Morena. Contratados também como pedreiros para trabalhar nas obras locais, lhes prometeram um salário mensal de 2.200 cruzeiros. Até o momento, entretanto, eles só receberam alimentação e roupas, e realizam trabalho pesado diariamente, sob a orientação de empregados das empreiteiras cuiabanas.

Em Dardanelos também foram encontrados pelos pesquisadores um índio, duas mulheres e uma criança que chegaram à Vila (acompanhados de dois peões da fazenda Araçatúva, propriedade de José Agullera) para trabalhar.

Valladares desconfia ainda que a Cooperativa Amazonense e a fazenda Paraíso, localizadas no lado oposto a Serra Morena, além de ocuparem grande parte de áreas indígenas, estariam empregando a mão de obra indígena.

DOENÇAS

As consequências desse processo de aproximação entre índios e brancos já são sensíveis na região da reserva indígena. Há três meses, por exemplo, a Funai registrou mais de 100 casos de gripe brava entre os índios Gaviões, Araras e Zorós, o que obrigou o ser-

tanista José do Carmo Santana a procurar recursos na Delegacia em Porto Velho.

A febre amarela, por outro lado, voltou ao Aripuanã, informa o padre Iasi, acrescentando que "mais cedo ou mais tarde as primeiras vítimas não sem dúvida os índios Cintas-Largas dos Suruis, e alertando a Funai para que providencie com a máxima urgência a campanha de vacinação.

Os problemas sociais também se tornaram rotina, acrescentam os pesquisadores. No final de julho, eles contaram o índio Nerape tentou matar sua própria esposa depois que ela foi violentada por peões na sede do município de Aripuanã. As índias estão sendo seduzidas por peões e, em seguida, desprezadas pelos maridos índios, o que aumenta ainda mais os problemas sociais, comentou Valladares.

ASSISTENCIA AUSENTE

O posto indígena de Serra Morena, próximo a Aripuanã, não tem qualquer condição de fazer atendimentos de urgência, denuncia padre Iasi. Essa base da Funai está acéfala, e o dedicado, mas limitado atendimento de saúde responde também pela chefia. "É o pior", continua Iasi, "e que dentro de poucos dias o projeto Juina levará as estradas internas até oito quilômetros dentro da aldeia de Serra Morena, ameaçando ainda mais a sobrevivência dos índios.

Preocupado, o padre Iasi comenta que os postos da Funai estão cada vez mais desfalcados de pessoal preparado para atender os índios. E conclui: "Desde 1975 que a Funai alega que não tem verbas para contratar novos funcionários. Um órgão nessa situação, portanto, só pode ser falido e o futuro do índio está a sete palmos abaixo da terra, quando houver quem o sepulte".

Cintas-largas perto do fim

Uma pesquisa realizada pelo padre Antônio Iasi, ex-secretário geral do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), e por Salvador Valadares, funcionário do órgão, na região de Aripuanã, junto aos índios Cintas-Largas, revela preocupação com a proximidade do fim deste grupo, exposto a contactos totalmente irregulares com os brancos e ignorados pela Funai.

A ameaça maior, segundo o levantamento, reside no Projeto Juiua, implantado pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso, que emprega o trabalho indígena sem nenhuma remuneração. Em troca de roupas e alimentos os índios trabalham nas estradas que estão sendo abertas ou nas fazendas. Ou, então, simplesmente se espalham pelas margens da estrada Vilhena-Dardanelos. As doenças e problemas sociais são os reflexos mais evidentes desse processo rude de aculturação.

F.S.P. 17/9/78



Uma vida miserável, nas fazendas ou nas obras de estradas, é a perspectiva destes índios.

1 de maio

Cimi diz que Codemat explora cintas-largas

PORTO VELHO, Rondônia (O GLOBO) — Mais de 100 índios Cintas-Largas, do posto Serra Morena e regiões vizinhas, estão sendo atraídos para o trabalho pesado e não remunerado no núcleo do Projeto Juína, criado pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (Codemat), no Km 242 da rodovia Vilhena-Dardanelos, no Aripuana.

A denúncia foi feita esta semana pelo Padre Iasi Júnior, ex-secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário — Cimi (atualmente pesquisador do Museu Rondon, da Universidade Federal de Mato Grosso) e pelo coordenador da Amazônia Ocidental do órgão, Salvador Valladares. Os dois permaneceram durante 15 dias no Aripuana, constatando inúmeros problemas vividos por essa tribo, ameaçada de extinção caso a Funai não tome providências energéticas e urgentes.

EXPLORAÇÃO

Segundo relatou Valladares, dos 20 índios que em maio último deixaram as imediações do Juína para voltarem a Serra Morena, dois acabaram ficando na área, trabalhando como pedreiros e com promessas de ganharem salários superiores a Cr\$ 2 mil, mas até hoje não receberam nada além da comida, conta o coordenador regional do Cimi.

O padre Iasi Júnior disse que os índios, acometidos de gripe, sarampo e tuberculose, estão agora ameaçados pela febre amarela que ronda a região. Informou que o índio Canari, de 25 anos, chegou a possuir Carteira de Trabalho assinada por uma empreiteira de Cuiabá, para servir como pedreiro na construção da sede do Projeto da Codemat. Junto com Canari e seu companheiro Tamarí, outro índio jovem, encontram-se dois casais, três crianças e duas moças, todos vivendo na promiscuidade e doentes.

Em Dardanelos, segundo pôde constatar Salvador Valladares, um índio e duas mulheres chegaram à vila acompanhados de dois peões da fazenda Aracatuba, de propriedade de José Aguilera. Pouco tempo depois as índias foram seduzidas e abandonadas pelos peões.

SEM RECURSOS

Os Cintas-Largas foram contactados há quase dez anos pelo falecido sertanista Francisco Meireles e por seu filho Apoena Meireles, atualmente assessor especial do Departamento Geral de Operações da Funai. Aos poucos, a tribo está abandonando seus velhos costumes e tradições, perdendo também os traços culturais e entregando-se ao vício da bebida, a ponto de caminharem para o desaparecimento rápido, caso persistam os contatos indiscriminados com os brancos.

A Codemat e a Prefeitura de Aripuana estão licitando as últimas terras públicas na região e, nos últimos meses, milhares de colonos e garimpeiros chegaram ao núcleo. Um novo garimpo de

ouro, a duas horas e meia de barco da sede do projeto, começa a atrair os índios.

SEDUÇÃO

Salvador Valladares explicou que nesta semana os Cintas-Largas deixaram a aldeia para alcançar a estrada Vilhena-Dardanelos (581 km), fascinados pelas roupas e objetos que os peões estão lhes oferecendo. "Daí para o trabalho forçado imposto aos homens e à sedução às mulheres, o caminho é bem curto" — diz o coordenador da Amazônia Ocidental do Cimi.

Os índios que ficaram na aldeia também estão imitando aqueles que já receberam presentes. Abandonaram suas terras — que poderão perder brevemente, devido à cobiça do branco — e caminharam por longos varadouros até chegar a Juína.

— Está cada vez mais difícil controlá-los e a Funai não dá jeito para nada — salienta o padre Iasi Júnior. A Funai vive de contradições. Enquanto centenas de burocratas, em Brasília e nas delegacias regionais, sobretudo na escandalosa representação do órgão no Rio de Janeiro, ficam de olho na folhinha para ver quando termina o mês, faltam outros tantos funcionários nas bases. Alega-se que não há dinheiro, mas funcionários do órgão viajam de avião para fazer o pagamento num posto situado nas selvas, onde o dinheiro não serve para nada, ao invés de depositá-lo na conta do chefe do posto. Isso vem acontecendo na própria área dos Cintas-Largas. Só nos resta esperar pelo novo Governo para ver se teremos um órgão eficiente que atenda realmente à causa indígena, caso o atual Ministro do Interior, Rangel Reis, não dê cabo de todos com suas famigeradas medidas emancipatórias.

PROBLEMAS SOCIAIS

Hoje, os Cintas-Largas de Serra Morena, um posto que há mais de seis meses está sem rádio-transmissor, podem ser encontrados em diferentes pontos das estradas do Aripuana, até mesmo no posto da polícia, no km 182, onde em julho último aglomeraram-se mais de 150 índios.

Salvador Valladares levanta suspeitas contra a Cooperativa Amazonense Brasileira e a fazenda Paraíso, que já teriam invadido a reserva indígena. "Com a aproximação a essas fazendas, os Cintas-Largas, estão abandonando suas terras para trabalhar sem receber nada em troca". O fazendeiro Bernardino Marinho Brandão, dono da fazenda Paraíso, segundo relata Valladares, quis emancipar o índio "Marcha Lenta", só que cometeu atos absurdos, levando-o todo fim de semana aos prostíbulos de Vilhena — divisa com Mato Grosso.

Iasi Júnior e Valladares denunciaram que algumas índias estão sendo seduzidas, aumentando os problemas sociais na área.

Sexta-feira, 23 de março de 1984.

17.03

O segundo massacre dos Cinta-Larga

CARMEM JUNQUEIRA
MAURO LEONEL

Ainda estão impunes os mandantes do massacre do Paralelo 11 e já se arma um novo confronto com os Cinta-Larga. Um dos participantes da expedição assassina de 1963, das muitas que dizimaram aldeias inteiras nas décadas de 50 e 60 a mando da empresa Arruda Junqueira, relatou como lançavam crianças ao alto para acertá-la na quadra a tiro ou faca. Antes que pudessem os Cinta-Larga esquecer seus mortos e mulheres violadas, encontram-se ameaçados, de maneira mais sutil, mas não menos cruel.

Os Cinta-Larga dividem com os Suruí o parque do Aripuanã, onde está prevista a integração das terras ainda não demarcadas de outras aldeias Cinta-Larga e dos Zoró. De saída, já é difícil compreender por qual conluio de interesses e incuria não contam estas comunidades indígenas com suas terras totalmente definidas. Não bastaria, como a indenização de guerra que lhes é devida pelos auto-denominados "civilizados", mas lhes ofereceria uma promessa de tranquilidade.

Com a maior das sem-cerimônias, há mais de um ano a empresa estatal Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat) invadiu a área reservada pela União ao usufruto perpétuo da comunidade Cinta-Larga de Serra Morena. O local conta hoje com cerca de 20 construções, destinadas ao alojamento de centenas de trabalhadores, cantina, depósitos, oficinas e farmácia. O objetivo é a construção de uma hidrelétrica nas cabeceiras do Rio Aripuanã, a 60 kms da cidade de Juína e a 20 kms da aldeia de Serra Morena.

Homens, máquinas e caminhões entraram na área sem consulta prévia à comunidade indígena ou à Fundação Nacional do Índio (Funai), legalmente responsável pela proteção do parque. E o governo do Mato Grosso planeja dinamitar neste mês de abril a cachoeira de Aripuanã e alagar cerca de 6 a 10 quilômetros quadrados de terra indígena.

As consequências sobre o modo de vida dos Cinta-Larga já se fazem sentir. Vinte índios instalaram-se nas proximidades dos canteiros das obras. A empresa multiplica presen-

tes e promessas enquanto procura garantir pelo adiantado da obra a sua irreversibilidade. Uma menina Cinta Larga de 11 anos teria sido violada por um dos trabalhadores e outras prostituídas. A tensão é permanente e o chefe indígena de Serra Morena, Lampião, já ameaçou matar os invasores.

A comunidade divide-se entre os que se deixam seduzir pelos pequenos presentes e aqueles que os sentem como ameaça. Após a dinamitação, este povo de caçadores, coletores e pescadores terá perdido irrecuperavelmente grande parte de seu território natural de perambulação e habitat. Não contarão mais com os peixes, parte fundamental de sua nutrição, então retidos nas cabeceiras pela barragem.

Junto com a barragem, os invasores multiplicaram-se. Uma das fazendas vizinhas, estimulada pela invasão promovida por órgãos de governo, simplesmente loteou terras demarcadas por Decreto-Lei da Presidência da República e pertencentes à União. Os índios puseram a correr, depois de desarmarem e despirem, um agrimensor acompanhado por guarda-costas que pretendia definir o traçado de uma estrada até o "loteamento". Francisco de Assis da Silva, o novo administrador do parque do Aripuanã, conseguiu em maio do ano passado expulsar uma dezena de garimpeiros que trabalhavam no vizinho rio Roosevelt, ao lado de outra aldeia Cinta-Larga.

Mas dois outros garimpos invasores lá estão, um no rio Guariba, outro em Ouro Preto. Este último, pertencente à Ancon Mining, obteve autorização de permanência a seus 150 garimpeiros ao lado de outra aldeia Cinta Larga. Mãos poderosas ajudaram a mineradora, que só partirá em julho se a Funai mantiver uma atitude intransigente. Não está prevista indenização aos índios, embora a Ancon há anos enriqueça em suas terras.

O Parque do Aripuanã fica na fronteira de Mato Grosso com Rondônia. A Prefeitura de Espigão d'Oeste, com o apoio do governo do Estado de Rondônia, tem planos não menos preocupantes. Quer abrir uma estrada cortando o Parque ao meio, atravessando-o nas proximidades de três aldeias Cinta-Larga. O resultado

será o conhecido em outras comunidades: exploração e prostituição.

Cabe à Justiça garimpar o rico filão de interesses que move governos estaduais e particulares a invadirem o patrimônio da União. Poderia remontar uma longa espiral de ligações entre os grandes proprietários vizinhos que verão suas terras valorizadíssimas com o alargamento da terra Cinta-Larga. Passar das ligações de políticos e proprietários de Juína com a programação da barragem, ao financiamento francês que a viabilizou, à construtora, e descobrir assim como outros interesses escondem-se atrás do direito inalienável da população de Juína à luz elétrica.

Descobriria assim a estreita combinação desta ótica embaçada como "desenvolvimentista", com interesses menores e inconfessáveis. Por que não se buscaram outras cachoeiras em terras devolutas da União, do Estado ou particulares desapropriáveis? Não será difícil responder.

Há ainda a ignorância e a má memória. Ignoram estes interesses etnocidas o privilégio de sermos contemporâneos de civilizações milenares, concededoras profundas da vida da selva, de sua fauna e flora. Ignoram que estes povos, de contato recente, não sobreviverão assim transformados em colonos, com pequenos lotes do Incra. Tentar forçá-los a passarem, em menos de uma década, por transformações vividas por nossos antepassados em séculos de história, é criminoso. E ainda não andamos mais tão seguros das vantagens de nossa civilização.

Sobra aos Cinta-Larga, e a todos os povos indígenas de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso, a esperança que ressurgiu com a volta à 3ª Delegacia Regional da Funai, de Apoena Meireles, talvez um dos últimos indígenas que ainda conserva a confiança dos índios. Apoena, filho de Francisco Meireles, nasceu em uma aldeia indígena e, com seu pai, foi o responsável pela defesa de vários destes grupos, tantas vezes ameaçados de extermínio.

CARMEM JUNQUEIRA é antropóloga, coordenadora do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Pontifício Universidade Católica, autora, entre outras, do livro "Os Índios do Brasil".

MAURO LEONEL é jornalista.

FSP 03/04/84

Construção de hidrelétrica ameaça o Parque do Aripuanã

A sobrevivência dos Cinta Larga está em perigo

CECILIA PIRES

Da nossa equipe de reportagem

Ao mesmo tempo em que se iniciam as comemorações da Semana do Índio, hoje o Parque do Aripuanã, uma das principais reservas indígenas demarcadas nos últimos anos na fronteira de Mato Grosso com Rondônia, está ameaçado de sofrer dinamitação na cachoeira de Juina, em plena selva, para construção de uma hidrelétrica nas cabeceiras do rio Aripuanã. A obra ameaça diretamente a sobrevivência dos Cinta Larga para lá transferidos, após o massacre que dizimou metade da população em 1966, sob a responsabilidade da empresa Arruda Junqueira, pois é deste rio que a comunidade indígena retira os peixes, sua principal fonte de sustento.

A obra faz parte de um conjunto de 12 mini-hidrelétricas, financiadas pelo governo francês em empréstimo obtido pelo ex-ministro do Planejamento, ex-embaixador em Londres e atual senador pelo PDS do Mato Grosso, Roberto de Oliveira Campos. A usina do rio Aripuanã serviria para abastecimento de luz elétrica a pequenas cidades ao redor de Juina, mas as terras fronteiriças à área a ser alagada, que seriam valorizadas pelo empreendimento, pertencem a políticos da região.

A dinamitação é iminente e por isso a antropóloga Carmem Junqueira, coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC e pesquisadora deste grupo indígena, antecipa à "Folha" esta denúncia, que seria feita em ato público no próximo dia 6, com um relato sobre a situação do índio no Brasil, temendo que a informação chegue tarde demais ao conhecimento da opinião pública.

Invasão

Há quase um ano a empresa estatal Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A. (Cemat), responsável pela obra, invadiu a área reservada pela União aos Cinta Larga, instalando o canteiro de obras, deslocando caminhões, máquinas e homens, que iniciaram e

destruição do equilíbrio do habitat indígena. Sem consulta à Fundação Nacional do Índio (Funai), o governo do Mato Grosso pretende dinamitar a cachoeira nos próximos dias, segundo informou Carmem Junqueira alagando uma área de cerca de 10 km² de terra indígena, tornando assim a obra irreversível.

A tribo já está sofrendo as consequências deste contato indiscriminado e violento. Cerca de vinte índios ocuparam as proximidades do canteiro de obras, que fica a apenas 20 km da aldeia, e começam a prestar favores em troca de bugingangas, alimentos e roupas. Uma índia de 9 anos foi violada pelos trabalhadores e a tensão entre brancos e índios começa a crescer. O chefe indígena de Serra Morena, onde se localiza a aldeia, fez ameaças de matar os invasores.

A invasão ilegal do governo de Mato Grosso sobre terras da União incentivou o avanço de particulares sobre a região. O proprietário da Fazenda Pates, próxima à Serra Morena, onde se localiza a reserva dos Cinta Larga, no interior do Parque do Aripuanã, expandiu os limites de sua fazenda, iniciou o loteamento de terras indígenas e passou a vendê-las. Os índios expulsaram, sob ameaças, funcionários da fazenda que pretendiam construir uma entrada no interior da reserva.

As denúncias contra a destruição do Parque do Aripuanã não param aí. Segundo Carmem Junqueira, a Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste, com o apoio do governo de Rondônia, tem um projeto para construção de uma estrada dentro da reserva, passando próxima das três principais aldeias dos Cinta Larga, que dividem a região com índios Suruí e Zoró. Outra séria ameaça à reserva indígena é a presença de garimpeiros, que realizam invasões ao lado de posseiros e caçadores. A Funai assinou um acordo com a empresa mineradora Ouro Preto, que mantém o garimpo mais importante na região, para retirada dos invasores, mas a falta de recursos do órgão para a vigilância torna difícil a proteção da área.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI
5ª DELEGACIA REGIONAL

ANEXO 52

Relatório Reservado

Cuiabá-MT 06.01.87

Do: Adm. ADR/CACOAL

Ao: Superintendente da 2ª Região

No Dia 27 de Dezembro passado (sábado) o Sr. José Alves da Silva, Chefe do Posto Indígena de Atração Serra Morena, solicitou contato urgente comigo via Rádio, relatando a disposição da Comunidade Cinta-Larga de Serra Morena de atacar a Fazenda Duas Barras do Grupo Verdun, vizinha à Reserva. Reuni alguns índios Cinta-Larga e fomos para o rádio. O Índio Nacoça-Piu traduzia para o cacique Lampião, do suicídio *que iriam cometer* caso viessem a fazer tal missão. O cacique Lampião se mostrava irreductível da idéia de fazer o ataque, e exigia a minha presença imediata em Serra-Morena. Sem teto para vôo e sem nenhuma viatura rodando nesta ADR, me senti completamente impotente diante de tal emergência. Após algumas horas de diálogo entre o cacique Lampião e eu, tendo como intérprete o Piu, conseguimos uma trégua: o Lampião mandaria dois índios para se encontrarem em Vilhena comigo e o Piu, para podermos conversar e em seguida seguirmos para Serra Morena.

*Quando mencionei do suicídio que seria tal missão, foi pelo fato de alguns dias antes, ter sido preso pelos índios dentro da Reserva um tal de Valdenir Donizete dos Santos, que segundo o Próprio, teria conseguido fugir dessa Fazenda, onde vinha sendo mantido juntamente com outros trabalhadores, sob um regime de prisão e tortura por parte de pistoleiros fortemente armados, todos à mando do Sr. Liceu, que se diria dono dessa Fazenda. Pois bem, frettei uma aeronave para retirar o tal indivíduo, pois os índios queriam matá-lo, e com a ajuda da ADR de Vilhena, foi tomado na Polícia Federal o depoimento do Valdenir, onde ele conta toda a história dele, desde a contratação para o trabalho, como da fuga da Fazenda até cair em poder dos índios.

A

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
5ª DELEGACIA REGIONAL

- Folha 02 -

Cuiabá-MT

Eu e o Piu fomos de carona até Vilhena chegando no sábado mesmo, (dia 27) conseguindo uma viatura emprestada pela ADR de Vilhena, nos encontramos com o ATROP, sobrinho do Cacique Lampião, o índio Gabriel e o Servidor Givaldo (bahiano) que veio conduzindo uma viatura do Posto Serra Morena. Decidimos viajar no Domingo bem cedo para Serra Morena. Pousamos nós cinco na casa do índio de Vilhena, e no Domingo pela manhã depois de nos reunirmos com o Sr EUSTÁQUIO MACHADO, Ch do Setor Administrativo da ADR de Vilhena, ocasião essa em que tive a oportunidade de ler o depoimento do Sr. Donizete, tomado pela Polícia Federal, seguimos viagem. Chegamos ao entardecer no Posto / de Vigilância existente no início da Reserva, onde pude constatar 16 índios com seus arcos e flechas e algumas espingardas / de caça, todos pintados para missão de guerra. Foram algumas horas de muita tensão, pois o que eu achava desse ataque, devido às informações passadas pelo tal Donizete, não estava sendo convincente para os índios e para o Cacique Lampião, que mesmo com a ajuda do Piu como meu intérprete, continuavam dispostos a resolver definitivamente toda uma cadeia de acontecimentos e tensões provocados pela presença desses pistoleiros na região. Foi nessa reunião que fui informado oficialmente e com todos os detalhes de uma invasão à Reserva Indígena cometida por parte da Polícia Militar de Juína, em conjunto com o Delegado da Polícia Civil de Juína. Houve flagrante desrespeito à uma área indígena, invasão da casa do Posto de vigilância, uso do rádio dessa fundação pelo comandante da Polícia Militar, e afrontamento à pessoa da esposa do Sr. Mauro da Silva Bicalho, responsável pelo / P.I.V., que se encontrava no Posto Indígena de Serra Morena, distante desse local.

O Sr. Liceu comprou da CODEMAT, dois lotes vizinhos a Reserva, só que pelo Memorial Descritivo, parte dessas terras do Sr. Liceu são atravessadas no Mapa da FUNAI, pela linha seca que faz parte do processo de delimitação dessa área. outro fato inconcebível, também para a comunidade cinta-larga da

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI
5ª DELEGACIA REGIONAL

- Folha 03 -

Cuiabá-MT

Serra Morena, é a existência de um cemitério indígena que ficou fora da Reserva. Cemitério esse já revirado pelas máquinas que estão abrindo a fazenda do Sr. Liceu. Esse fato causou a ira da Comunidade que fez uma missão punitiva de saque à fazenda, pegando diversos objetos da fazenda, matando diversas criações (porcos e galinhas) e depredando parte da casa sede da fazenda. A partir desses fatos, com o poder econômico/político do Grupo Verdan, na pessoa do Sr. Liceu e com a participação da Polícia Militar e Civil de Juína, é que houve a invasão à área Indígena, com a desculpa por parte dos invasores de que queriam apenas conversar com os índios. Desse momento em diante, o Sr. Liceu contratou os bons préstimos de pistoleiros profissionais da região, disfarçados de garimpeiros, para "guardar o seu patrimônio."

Fiz um grande parágrafo para explicar o porque da disposição da comunidade em fazer tal missão, devido à sucessão de fatos que geraram a grande tensão dentro da comunidade.

Voltando à reunião com os índios, quando eu já me encontrava certo de que tal ataque ocorreria, notei uma súbita mudança^{na} antonação da voz do cacique Campião. Foi quando o Piu me traduziu que o Lampião estava disposto a mandar uma mensagem de paz para o Fazendeiro. Fiquei mais aliviado com tal vontade de de comunidade, e acertamos que no dia seguinte eu iria sozinho até a Fazenda, na viatura Oficial da ADR de Vilhena, para entrar em contato com o responsável pela Fazenda. Fomos todos dormir. No dia 29/12 (segunda-feira), antes de partir, o servidor José Alves da Silva (Zéca) chefe do Posto Serra Morena, me alertou que seria suicídio eu ir sozinho; que seria mais seguro eu pedir ao Sr. Airton Lopes Silva, Topógrafo e responsável pela usina da CEMAT que está sendo construída vizinha a Reserva, auxílio dele para me acompanhar até a Fazenda na viatura Oficial da CEMAT, pois tanto Airton como a viatura eram bastante conhecidos na região, tanto pelos pistoleiros como pelo Dono da Fazenda, Sr. Liceu. O Airton tem um ótimo relacionamento com os índios cinta-larga da Serra Morena, tendo inclusive por diversas vezes emprestado óleo Diesel para as viaturas existentes nessa área indígena. Achei válido esse conselho e me dirigi à Usina com o Piu que seria o meu acompa-

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
5ª DELEGACIA REGIONAL

- Folha 04 -

Cuiabá-MT

nhante nas negociações com o fazendeiro, podendo depois relatar no idioma para a comunidade os fatos que viessem a ocorrer. Saímos do Posto de Vigilância na viatura da ADR de Vilhena e fomos até o canteiro de obras da Usina. De imediato o Airton se prontificou a me acompanhar. O PIU ficou me esperando na Usina, e eu e o Airton fomos até a fazenda. Quando chegávamos próximos a Casa Sede, houve uma correria de pessoas fortemente armadas que se colocaram atrás de uma imensa árvore tombada que foi posicionada para servir de trincheira. Ao descermos do carro, fomos rendidos por um desses pistoleiros e conduzidos até a Casa-Sede, sob a mira de revólveres 38 e carabinas 44, engatilhados e próximos aos nossos corpos. Nesse momento eu estava com minha pasta de trabalho desarmado (também o Airton), procedendo à minha identificação como Servidor do Governo Federal, com o recado do Cacique Lampião, que havia me pedido para transmitir a mensagem de paz entre a fazenda e os índios. Eu e o Airton tivemos nossas vidas ameaçadas, e de nada adiantou toda a calma e respeito para com os pistoleiros, pois esses se mostravam nervosos, manejando suas armas de forma bastante perigosa, com os cães dos revólveres 38 puxados para trás e os dedos nos gatilhos. Nesse momento me convidaram a sentar, e uma dessas pessoas se destacou como comandante do grupo e me disse de forma bem agressiva que a partir daquele momento eu corria perigo de vida e que estava preso como refém. Eu repeti que a minha ida à fazenda era a de mensageiro de Paz entre os índios e a fazenda, que estava desarmado, na firme disposição de acabar com aquele clima de guerra. Esse tal indivíduo que antes havia se destacado como porta-voz do grupo dos pistoleiros, me disse que eu ficaria quantos dias fossem necessário, até ele achar o responsável pela fazenda, pois ali dentro da fazenda quem mandava eram eles e que se até o fazendeiro surgisse de repente poderia levar bala, pois era ordem expressa do fazendeiro, que qualquer estranho que surgisse fosse bem recebido, como quase nós fomos, à bala. O Airton ficou bastante nervoso diante de tanta humilhação sofrida por mim, e por ele, ainda mais que vários favores, ele o Airton, já tinha feito para o fazendeiro, em casos de emergência,

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
5ª DELEGACIA REGIONAL

- Folha 05 -

Cuiabá-MT

tais como saúde e combustível. Nesse momento o tal líder que passarei a chamar de "Polaco" tentou se apoderar da viatura da CEMAT para ir procurar o responsável pela Fazenda. Depois de muito ponderarmos ele aceitou que o Airton fosse dirigido, mas antes teriam que ir até a usina da CEMAT, para levar um bilhete meu para o Piu dizendo que a minha integridade física estava resguardada. Essa idéia do Polaco, foi devido ao fato de eu ter dito que havia um índio cinta-larga de outra região, chamado Piu, que era meu intérprete, nessas negociações. Ficou combinado entre o Polaco e os outros "guardas da Fazenda" que ao retornarem da usina, se tudo tivesse corrido bem na Usina, eles buzinariam na entrada da Fazenda e que dois "guardas" me condiziriam até a viatura da CEMAT para irmos de encontro do responsável pela Fazenda. O Polaco a toda hora falava que eu estaria mentindo e planejando uma emboscada por parte dos índios, que estariam esperando os "guardas" lá na Usina. E que se houvesse muita demora e não houvesse o som da buzina, os que ficassem me "guardando" poderiam tomar a atitude que quisessem comigo. Enquanto eu aguardava ansiosamente o som da buzina do carro da CEMAT, e confiava no crédito por parte do Piu, em meu bilhete, passei momentos de grande tensão com os "guardas". Além de me obrigarem a beber cachaca com eles e de me obrigarem a almoçar com eles, ficavam a todo instante, sempre com armas apontadas para mim (44 38, 12) fazendo ameaças à minha pessoa. Finalmente ouvimos as buzinas do carro da CEMAT. Dois "guardas" me acompanharam até a entrada da Fazenda, embarcando em seguida juntamente com o Airton (na direção), Piu e dois "guardas" que foram na caçamba. Em determinado momento recebemos ordens de parar, um deles entrou numa outra Fazenda, voltando acompanhado de uma figura estranha até o momento. Depois de me identificar à essa pessoa e relatar o motivo da minha presença ali na região, essa pessoa se identificou como Valdir, Gerente da Fazenda das Barras e que realmente o Sr. Liceu era o proprietário.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
5ª DELEGACIA REGIONAL

- Folha - 06

Cuiabá-MT

Todo esse diálogo se deu com dois "Guardas" em posição estratégica na entrada dessa outra Fazenda (Grupo Verdão). Vários transeuntes passaram por nós assustados e depois de conversarem coisas com o Polaco, que eu não consegui ouvir, saíram em disparada. Depois de muito conversar com o Valdir, ele resolveu me levar à presença do Sr. Liceu. Mais outro deslocamento. Dessa vez com a viatura da CEMAT sendo escoltada por uma camionete Chevrolet D-20 preta e vermelha de placa JN0001 de Juína. Depois de algumas paradas Cinematográficas, chegamos em outra propriedade do Sr. Liceu, e ficamos aguardando a chegada deste, sendo sempre guardados pelos "guardas", ao notar pessoas se dirigindo em nossa direção, e ouvindo o que o Polaco falou, imaginei que uma dessas pessoas seria o Sr. Liceu. Me levantei, fui até uma dessas pessoas, me identifiquei sendo prontamente correspondido pelo Sr. Liceu. Pela 3ª vez expliquei o motivo da minha presença naquela região: A paz entre a Comunidade e a Fazenda através de um pedido do próprio Cacique Lampião. Depois de muito conversarmos e de eu ter mostrado o mapa Oficial da Delegação com Memorial Descritivos e o Mapa do Loteamento da LIUDEMAT, o Sr. Liceu entendeu o problema sobre parte das suas terras compradas à CODEMAT, que estão sendo cortadas pela Linha Seca da FUNAI. Combinamos e acertamos sobre a disposição dos índios e dele de não haver nenhum conflito entre as duas partes. Quando mencionei do susto por que havia passado em sua Fazenda, por ter ido procurá-lo, assim ele me respondeu: "você me compreende não é, eu tenho que guardar a minha propriedade." Quando mencionei o fato de haver o Cemitério Indígena em "suas terras" foi imediatamente ridicularizado pelo gerente Valdir. Pedi a ele que me respeitasse e prestasse muita atenção no que estava sendo acertado por mim e o Sr. Liceu. Como o Lampião quer ouvir do próprio Sr. Liceu, de que este não tem intenção de matar nenhum índio, combinei com o Sr. Liceu que o mais rápido / possível, marcaríamos na Igreja de Juína um encontro entre o cacique Lampião, o Piu, eu, e ele o Sr. Liceu. Muito bem, eu o Airton e o Piu voltamos para a Usina, nos despedimos do Airton, que se encontrava bastante revoltado e nervoso com tudo que aconteceu, pegamos nossa viatura e voltamos naquela noite ainda

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI
5ª DELEGACIA REGIONAL

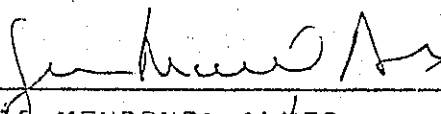
- Folha 07 -

Cuiabá - MT

para a Reserva, onde o Piu relatou todo o acontecido, ficando o Lampião de me aguardar, para eu marcar essa outra reunião. O Airton, da CEMAT, me disse que vai passar um Relatório para o Eng. Rubens Corrêa da Costa, responsável pelo Projeto da P. C.H. Juína. Na terça (dia 30) pela manhã eu e o Piu voltamos à Vilhena, onde embarquei na mesma noite no ônibus em que viajava o Sr. Leôncio, que estava se deslocando para Cuiabá para uma reunião de urgência com o Sr. Superintendente da 2ª Suer.

Sr. Superintendente, solicito de V.Sª, providências junto aos órgãos competentes para que se proceda a uma criteriosa investigação sobre o comportamento dos Titulares tanto da Polícia Civil como da Polícia Militar de Juína/MT, no que diz respeito à invasão da área indígena Serra Morena como também do porque da impunidade em que esses pistoleiros atuam nessa região. Outrossim reintero minha solicitação, para que juntamente com o Departamento de Polícia Federal possamos proceder a uma operação de desarme, principalmente nas terras tidas como do Sr. Liceu Detal, que estão em pendências junto ao Ministério do Interior-FUNAI, terras essas vizinhas à área indígena Serra Morena. De uma ação pronta e reservada por parte das autoridades competentes, dependem a comunidade indígena da Serra Morena, os Servidores da FUNAI que trabalham nessa área sob minha responsabilidade assim como também os pequenos colonos que hora se fixam nessa região.

Atenciosamente,



SERGIO MENDONÇA ALVES
ADMINISTRADOR REGIONAL DE CACDAL



ANEXO 53

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

FUNAI

RELATÓRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
5ª REGIÃO - CUIABÁ - MT.
PROTÓCOLO Nº 695
Em 19 de ... de 1987

AO SR. SUPERINTENDENTE DA
2ª SUER - CUIABÁ - MT.

Em cumprimento à determinação contida na Comunicação de Serviço nº302/SEP - SUER 2ª Região datado de 31.10.86 P.P., nos deslocamos para a Administração de Cacoal - Rondônia, onde no dia 1º.11.86 encontramos além do Servidor João Gilberto da Silva Nogueira - Chefe do Setor de Operações da ADR, os Líderes Indígenas Cinta-Largas do PIN Serra Morena com os quais então efetivamos uma reunião, contando ainda com a presença do Chefe do Posto, José Alves Silva. Os Líderes presentes foram o Cacique Lampeão, mais Atrope, Zé Lopes, Poeira e Pio, este do PIN Roosevelt.

Após esclarecermos os motivos de nossa vinda perguntamos aos Líderes quais os motivos que os levaram a ocupar e saquear a Fazenda Duas Barras, do Grupo Verdão e também se realmente haviam matado duas pessoas, conforme denúncias chegada à Superintendência de Cuiabá - MT.

Declaram os índios presentes: Que a tempos o gerente da referida fazenda vinha dizendo que a área de onde os índios tiravam madeira pertencia a fazenda. Que o motivo que gerou a ocupação da fazenda, fora o fato do gerente ter embargado a saída das madeiras, tendo prendido 2 caminhões, estando na ocasião, armado de revólver juntamente com mais dois companheiros.

Que além disto a área onde se encontra a fazenda é reivindicada por eles por ali haver malocas com sepulturas antigas de parentes seus.

Que Algumas máquinas já haviam passado sobre algumas sepulturas. Que na altura da Colonizadora Rio Furquim alguns brancos armados já estavam abrindo picadas que estariam cortando a picada recentemente aberta pelo Exército.

Continua ...

240

DR. ROGERIO FERREIRA
Fiscal do Indígena - CI

Continuação ...

Que esta picada foi feita sem a participação dos índios, nem dos servidores do PIN nem da ADR, além de conter curvas e ser muito estreita difícil de localizar no meio do mato.

Que na reunião efetuada em Vilhena concordaram com o traçado da nova picada mas como algumas sepulturas (localizadas no interior das malocas antigas) ficaram fora do perímetro e desejam fazer uma nova picada, comprometendo-se a participar dos trabalhos na abertura da mesma.

Que teriam aceitado a picada abaixo da primeira cachoeira, no Rio Aripuanã, próximo a Barragem (Hidrelétrica Juina), mas o Exército fê-la na altura da 3ª Cachoeira, em direção a Serra Morena.

Que a picada a ser aberta deverá iniciar na 1ª Cachoeira em direção ao Rio Furquim até determinado ponto onde faria uma curva em L para a direita e novamente para a esquerda até o referido rio, sendo que este "L" seria para deixar de fora a barragem do Aripuanã.

Cumprе esclarecer que, segundo informou o Sr. Chefe do PIN Serra Morena, os índios mantém um relacionamento amistoso com o encarregado das obras da barragem, de nome Ailton, que lhes atende com cordialidade sempre que lhe pedem algo e amiúde levam presentes para o mesmo. Se o gerente da Fazenda tivesse agido com a mesma diplomacia, não teriam ocorrido os desentendimentos que ocorreram.

Na reunião de Vilhena teriam participado além dos servidores João Gilberto da Silva Nogueira, José Alves Silva, Aimoré Cunha Cavalleiro, Izanoel dos Santos Sodré, o major do Exército de nome Jordan e os índios Atrope, Lampeão e um outro cujo nome não conseguimos apurar.

Declararam ainda os índios que desde que as malocas com os restos mortais dos seus parentes fiquem no interior do perímetro eles ficarão em paz desde que os brancos respeitem os limites de sua área.

O Servidor José Alves Silva, Chefe do PIN Serra Morena declarou ..

Continua ...

Continuação ...

Que após o gerente da Fazenda ter apreendido a madeira os índios se revoltaram com o mesmo motivados ainda pelo fato de que o referido gerente a tempos andava falando que a área do lado esquerdo da picada (do Aripuanã p/ o Furquim) pertencia a fazenda, além das mencionadas sepulturas existentes na faixa de terra contígua à picada feita pelo Exército.

Que ao ver o movimento dos índios que se preparavam para atacar a fazenda, o declarante a muito custo conseguiu acalmar os índios e após pedir-lhes que o esperassem.

Declarou-se então para a fazenda onde já não encontrou o gerente que se deslocara para Juina - MT, e lá encontrou dez peões que disseram de nada saber. Que então lhes preveniu que não deveriam ali permanecer pois estavam correndo serio risco de vida e que não poderia segurar os índios por muito tempo. Que foi acompanhado dos servidores Givaldo Teixeira dos Santos, Mauro e Sabino.

Que os peões agradeceram o aviso e se comprometeram a se retirar da área, o que efetivamente ocorreu mais tarde.

Que noutra dia os índios resolveram ir a fazenda e para tentar controlar a situação e evitar atos de violência o Chefe do Posto fez questão de ir junto no que se faz acompanhar do servidor Givaldo.

Que lá chegando o Chefe do Posto conseguiu a muito custo controlar os índios que pretendiam matar o velho, o qual foi convencido pelo Chefe do PIN a se retirar do local.

Que encontrando-se no local o Sr. Ailton, encarregado do Canteiro de Obras da barragem com uma viatura da Hidrelétrica o Chefe do PIN solicitou do mesmo que levasse o velho para a barragem, o que foi feito, tendo o referido servidor da CEMAT prometido que levaria o velho para lugarejo denominado Sub-Núcleo a mais ou menos 30 Km do local.

Que na 5ª Feira, dia 30, os índios foram avisados que a Polícia Militar estava na fazenda e pretendia entrar na área.

Criou-se então novo alvoroço na aldeia e os índios já enfurecidos obrigaram o motorista a levá-los ao local de caminhão.

Continua ...

Continuação ...

... apesar dos insistentes apelos do Chefe do PIN para não irem ao local, e para lá se dirigiu acompanhado do Servidor Givaldo a fim de tentar evitar um possível confronto e pedir aos PMS p/ se retirarem.

Que ao lá chegar nem teve tempo de falar com os militares e já os índios que estavam armados atravessaram o caminhão na estrada e cercaram os PMS.

Que então pegou a outra viatura do PIN e dirigiu-se para o local, acompanhado do servidor Givaldo, a fim de tentar evitar um possível confronto e pedir aos PMS para se retirarem do local, o que não teve tempo de fazer, pois os índios rapidamente atravessaram o Caminhão na estrada e cercaram os PMS que se encontravam próximo à entrada da Reserva. Após muito tempo de diálogos tensos e atitudes hostis dos índios os PMS se retiraram depois que o Delegado presente solicitou e não obteve autorização para adentrar à área e procurar os corpos dos supostos mortos conforme denúncia por ele recebida de que os índios teriam trucidado 2 pessoas. Que entre os PMS encontravam-se alguns civis entre eles o gerente da fazenda Duas Barras o que exaltou mais ainda os animos dos índios devido aos fatos anteriores (embargo da madeira, etc). Os índios alegam que se a PM não estivesse acompanhado do gerente, teriam sido recebido amistosamente.

Que os índios teriam carregado para a aldeia os seguintes objetos:

Diversos utensílios de cozinha como panelas, louças, talheres, etc, 1 fogão à gás, 1 geladeira à gás, 1 guarda roupas de 3 portas, 1 armário guarda-livros, 1 sofá, 1 mesa, cerca de 15 cadeiras, 1 escrivaninha, 1 cadeira de escrivaninha, 1 rádio de pilha, além de aproximadamente 25 porcos, alguns já foram abatidos, alguns sacos de alimentos (arroz, feijão, etc).

Que na fazenda ainda se encontram muitos porcos soltos, 1 trilhadeira e as madeiras de parte da casa, que foram arrancadas pelos índios, os quais declaram que voltarão ao local para queimá-las. Quanto aos objetos os índios não se dispõem a devolver já que o gerente teria falado que não iria mais buscá-los.

Continua ...

213

Continuação ...

Reunião 02.11.86

Em reunião efetuada entre este servidor e os servidores Gilberto e o Chefe do PIA Serra Morena, foi dito o seguinte.

Gilberto declarou que a reunião efetuada em Vilhe na foi muito rápida e que dela só tomaram conhecimento por coincidir de encontraram o Major Jordan (do Exército) na ADR daquela Didade e foram ali convidados para participar da dita reunião.

Que dita reunião foi um tanto dirigida sem que houvesse uma discussão mais detalhada do assunto tratado que era a demarcação da área indígena (abertura da picada).

Barragem - Segundo Gilberto a barragem foi construída através de barganhas com os índios que receberam uma Toyota, 1 Caminhão F.4000, além de outros objetos e 1 trator que até hoje não receberam.

Declarou o índio Nakoça Pio que quando esteve em Brasília com outros líderes o Presidente da FUNAI teria prometido recursos para uma nova demarcação com abertura de nova picada com a participação dos índios e dos funcionários da área.

Declarou o Cacique Lampeão que deseja que a FUNAI mande os recursos para os trabalhos antes da estação da seca, mais ou menos pelo mês de Março de 1987 para que no máximo no início de Maio se comece a demarcação, da qual frizou que participarão, eles mesmos, os índios, abrindo as picadas.

Que se a FUNAI não fizer os índios mesmos farão a nova picada e os brancos que estiverem no caminho seriam mortos. Diante de nossos apelos para que não agissem desta forma e que se a FUNAI não atender seu pedido que eles sempre conversassem com as pessoas antes de qualquer ato de violência ao que então disseram estar de acordo. Todavia, é necessário lembrar que nem sempre o índio age na área indígena como promete fora dela.

Perguntados se tinham algo a perguntar ou declarar, disseram que só querem a demarcação correta de sua área e que aguardarão a ação da FUNAI até a seca.

03.11.86 - Juina - MT.

Continuação ...

Deslocando-nos para a cidade de Juína - MT, no dia 02/11/86 à tarde, lá pernoitamos e no dia seguinte nos dirigimos ao comando da PM e Delegacia de Polícia local para verificar a denúncia de mortes na Aldeia, coisa que não fora confirmada pelos índios nem pelos funcionários do PIA Serra Morena.

Informamos ao Sr. Delegado de Polícia que havíamos efetuado várias reuniões com os índios em Riozinho a fim de levantar a situação sendo que destas reuniões obtivemos a informação que não ocorreram mortes (convém lembrar que o cinta-larga quando mata não vacila em confirmar o feito).

O Delegado confirmou que estivera no local e efetuara levantamento da área e não encontrara vestígios que indicassem a ocorrência das mortes alegadas.

Para nossa decepção e surpresa informou-nos que no domingo de manhã um grupo de 38 Policiais Militares se deslocara para a área da Fazenda Duas Barras com a finalidade de assegurar a manutenção da ordem, (que devemos entender por assegurar os bens da fazenda).

Enquanto conversávamos o Delegado mandara um funcionário da DP chamar o proprietário da fazenda e um funcionário da Colonizadora Rio Furquim, Wellington Gil, os quais só deram sempre as suas versões do caso.

Reclamaram muito da impunidade dos índios que "matam e roubam", segundo eles, "à vontade" sem que sejam punidos pelos seus "crimes".

Declarou ainda o Delegado que na primeira vez que foram a fazenda foram cercados pelos índios, que os ofenderam muito e não autorizaram sua entrada na área para procurar os corpos das supostas vítimas dos índios.

Tentamos fazer ver ao fazendeiro que devia solicitar a saída da PM da área já lá se encontram por solicitação dele e do pessoal da Rio Furquim e já que a presença deles iria agravar a situação desde que os índios tomariam a presença dos mesmos como desafio ou afronta.

Declarou que precisa plantar semente de pasto em 80 alqueires já preparados e que não poderia fazê-lo sem garantias para os peões.

Continuação ...

Ante nosso apêlo para que nada fizesse na área e que aguardasse a demarcação insistiu e insiste que precisa plantar o capim o mais breve possível.

Diante da impossibilidade de acôrdo com o fazendeiro nada mais tínhamos a fazer em Juína e após um contacto telefônico com o Chefe do DAF - Cuiabá para informá-lo da situação retornamos a ADR-Riozinho de onde dispensamos o avião. Cumpre informar que o fato de termos utilizado o avião fretado pelo proprietário da Rio Furquim despertou suspeitas nos índios de que estávamos a serviço do dito fazendeiro.

O que nos causou constrangimento e poderia causar serias dificuldades. Diante disto solicitamos aos intérpretes que esclarecessem nossa posição de isenção e preocupação como indígenista, em atender os anseios do índio, desde que fundamentados nos seus legítimos direitos.

Na tarde do mesmo dia este servidor mais o servidor Gilberto e o Chefe do PIA Serra Morena nos reunimos e entendemos que nosso próximo passo seria reunir os líderes Cinta Largas e comunicar-lhes a presença dos PMS na fazenda e a missão dos mesmos.

Inicialmente alguns índios, que já sabiam através do rádio da ADR da presença dos PMS, achavam que fora a FUNAI quem mandara a força policial para a área, o que foi esclarecido a eles não ser fato.

Cumpre lembrar que o cinta larga, como de resto os demais grupos do PQARI ainda se encontram num estágio onde os diálogos são muito difíceis já pelo incipiente entendimento do Português, já pela natural desconfiança de quem durante décadas sofreu as mais torpes atrocidades por parte dos brancos.

Nem sempre o intérprete traduz o que se diz com correção e isto por si só já pode criar sérios mal-entendidos.

Para agravar a situação justo quando fomos a Juína os PMS se deslocam para a área, o que faz os índios tirarem conclusões que lhes parecerão óbvias.

Continua ...

Arquivo
Cinta Larga
PMS
1961

Continuação ...

Conclusão

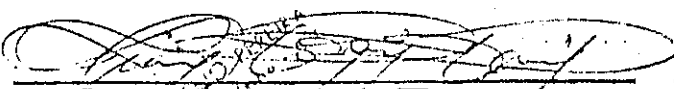
Diante de tudo que foi aqui esposto sugerimos que a FUNAI providencie o mais breve possível a vinda do GT composta no mínimo por um advogado, agrimensor e antropólogo para acompanhado do Chefe do PIA Serra Morena e os índios efetuarem o levantamento minucioso e criterioso da área tendo em vista que a mesma pode ainda ter seus limites corrigidos, já que ainda não tem decreto demarcatório e sim de interdição.

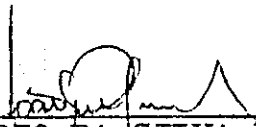
O índio José Atrope, elaborou um croqui da área explicando a situação atual e o que os índios desejam. As anotações foram feitas por nós seguindo as informações dadas pelos índios e pelos funcionários da área e do servidor Gilberto. Passamos a limpo o croqui respeitando o esboçado pelo indígena, apenas fazendo uma alteração na linha da picada do Exército, que segundo o servidor Gilberto desaparece em certa altura e é localizada andando-se uns 20 m para a esquerda já mudando de rumo.

Enfatizamos que é necessário um trabalho sério e criterioso para que os cinto-largas de Serra Morena se tranquilizem e os funcionários possam ter a necessária segurança de que carecem no momento, estando constantemente correndo risco de sofrerem violências tanto da parte dos índios quanto da parte dos brancos interessados na área. A exemplo disto, o Servidor José Alves Silva - Chefe do PIA, declara que não pode aparecer em Juína, porque lá se encontra "mercado".

Era o que tínhamos a relatar.

ADR - CACOAL - RO, 05/NOVEMBRO/1.986.


LUIZ ROGÉRIO PEREIRA
TÉCNICO INDIGENISMO - C/2


JOÃO GILBERTO DA SILVA NOGUEIRA
CHEFE DO SETOR DE OPERAÇÕES
ADR - CACOAL - RO.

As Ass. Jurídicas

// encaminhado.

10/3/87

247

ANEXO 54

R E L A T Ó R I O

Em complementação ao relatório anterior, relacionado com o problema que originou a Comunicação de Serviço Nº 302/SEP/SUER-2ª Região, de 31.10.86 p.p. , relatamos o que se segue:

Após as várias reuniões com os líderes Cinta-larga do PIA Serra Morena e com os servidores José Alves e Gilberto Nogueira, este Chefe do Setor de Operações e aquele o Chefe do PIA mencionado, efetuadas na sede da ADR-Riozinho-RO, tratamos de nos deslocar para a área indígena. Como surgiu a necessidade de frete de um avião com urgência para socorrer um doente no dito PIA, o Chefe do mesmo para lá se dirigiu no mesmo, sendo que nós outros nos deslocamos por terra na 5ª feira , dia 6 do corrente.

Na Quarta-feira, dia 5, o Chefe do PIA nos informou que (via rádio) que os PMs/ que se encontravam na fazenda " 2 Barras", do grupo Verdun (leia-se Verdum) haviam invadido a área indígena e adentrado sem autorização, arbitrariamente, na sede do PV (posto de vigilância) localizado na divisa atual. Tal fato veio criar tumulto na área , posto/ que os índios que só aguardavam um pretexto, se mobilizaram e se aprestavam para ir a fazenda mover combate aos ditos policiais militares. Que estavam furiosos e dispararam aproximadamente uns 50 tiros para o alto e para os lados, tendo dado diversas estocadas/ com cano de espingarda, flexas, etc, no referido servidor , que se descobria tentando/ convencê-los a não agirem precipitadamente e que aguardasse a chegada do cacique e dos servidores que iriam para a área para verificar o problema, no caso este servidor e o Sr. Gilberto. Fez com que vários dos índios mais exaltados (Pazudo, Constantino, Ventania, etc.) falassem no rádio para conversar com o cacique. Este conseguiu acalmar os índios que desistiram de ir à fazenda e ficaram aguardando nossa chegada a área.

Ao chegarmos (no outro dia, 6/11.) à entrada da reserva, onde se localiza o PV , aproximadamente 0:hora e 30 minutos, encontramos os índios ali acampados a espera do cacique , pintados para a guerra, prontos para irem atacar a fazenda, naquela hora mesmo. Estavam armados de carabinas, espingardas, flexas, etc, havendo inclusive meninos de não mais de 12 anos junto aos adultos.

Bastou chegarmos ao local para que o cacique Lampeão, mudasse sua postura e sua maneira de falar, esquecendo-se totalmente do que conosco havia combinado na sede da Administração de Riozinho, passando a agir com certa hostilidade em relação a FUNAI e em relação a nós, servidores, demonstrando o descrédito em relação ao órgão tutelar, descrédito este, que dia a dia se alastra pelas comunidades indígenas em geral.

Os índios mais exaltados insistiam para irem imediatamente para a fazenda. Estando cercados pelos índios, que disparavam constantemente suas armas de fogo para as copas das árvores, gritando e demonstrando sua ira, passamos mais de uma hora conversando

com os índios , num diálogo tenso e difícilimo, tentando fazer ver que os policiais eram muito numerosos e bem armados e que os índios poderiam levar a pior num confronto .

Que deveriam aguardar o grupo de trabalho da FUNAI que deveria vir à área para efetuar o levantamento a fim de solucionar o problema da divisa. Alguns índios acusavam a FUNAI de ter mandado os PMs para o local, e que a mesma estaria do lado do fazendeiro o que fizemos ver não ser verdade. A muito custo conseguimos novo acordo para que continuassem a aguardar a chegada do grupo de trabalho da FUNAI, e então retornaram os índios para a aldeia para onde também nos dirigimos. Quando conseguimos dormir já passavam das 4 horas da manhã.

No outro dia, 7/11/86 , nos deslocamos aproximadamente 13 horas para a fazenda a fim de manter contacto com o Ten. PM , que comandava os policiais militares ali acampados. Estávamos acompanhados dos índios Pazudo, Ventania, Constantino e o cacique Lampeão, e lá chegando não mais encontramos os PMs e sim cerca de 15 peões, alguns armados , que ali dâssemos encontrar-se, recém -chegados para trabalharem na lavoura. Mais tarde, alguns disseram ser garimpeiros. Conversamos com o chefe da turma que nos informou que a PM havia se retirado no mesmo dia bem cedo, mas que deveriam voltar caso ocorressem alterações no local. Apesar da natural desconfiança mútua, índios e peões mantiveram um diálogo pacífico e chegaram a um acordo de não perturbarem uns aos outros e se respeitarem mutuamente, enquanto aguardavam a resolução do problema da divisa, com os trabalhos de levantamento que a FUNAI deverá efetuar no local. Fizemos ver a ambas as partes que deveriam manter a palavra ali empenhada e que de nossa parte informariamos a nossos superiores o anseio da Comunidade indígena, de que se fizesse um trabalho correto e dentro dos direitos dos índios , legitimamente assegurados. O Chefe da turma distribuiu maços de cigarros para os índios que ao se despedirem apertaram as mãos de todos, parecendo-nos que termos uma trégua(não muito segura) até que a FUNAI faça os levantamentos mencionados. Da fazenda nos deslocamos para a Hidrelétrica e dali para o ponto onde se inicia a velha picada, que os índios respeitavam, segundo informações dos funcionários do PIA e da ADR, como sendo os legítimos limites de sua reserva. Cremos que poderá ser efetuado um trabalho em cima desta picada, que foi desprezada em benefício intencional / ou não, do Grupo Verdun e da mencionada barragem(cujas obras encontram-se paralizadas.)

De volta ao PIA permanecemos ainda por aqui mais dois dias em contactos permanentes com os índios , ocasião em que lhes fizemos ver que se desejarem ampliação da área (como alguns pretendem) verão o problema se arrastar por mais 2 ou 3 anos, com sérias dificuldades e problemas de ordem legal.

Após a chegada da equipe de trabalho da SUER, composta pelo Dr. Manoel Hélio de Paula, Izrael dos Santos Odre (que já foi administrador de Riozinho, portanto conhecedor da área) e do Agrimensor Arnaud Luyten , demos por encerrada nossa missão.

Era o que tínhamos a relatar .

No. des. técnico :

Quilômetro 16.11.86



SE ANEXO 55

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRATIVOS, DA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
PARECER Nº 001/85
15/02/85

Parecer de pareceramento,

Em referência ao P. P. 001/85 de 02/02/85, encaminhado para a
Secretaria de Recursos Humanos e Administrativos, em virtude do parecer
nº 001/85, de 02/02/85, encaminhado aos Serviços Nacionais do (Cópia-Grande) e
Cópia-Faixa.

Em resposta, por meio das lras de 03/02/85, do encarteamento de
três cartões de identificação: a Srta. Conceição de Sá, antiga
funcionária, e a Srta. Conceição de Sá, atual funcionária, e a Sr. José Al-
ves de Sá, que a exemplo do Sr. José de Sá, também possui a mesma mãe, mas
em nome da mesma mãe e do mesmo pai, portanto, estando em condições de
maior conhecimento que não sejam encaminhados para a Secretaria de Recursos
Humanos e Administrativos, a fim de serem processados no âmbito do
Serviço. Em resposta, por meio das lras de 03/02/85, em referência ao
processo nº 001/85, de 02/02/85, encaminhado para a Fundação, a partir do qual
foi encaminhado para a Fundação Nacional do Índio, a contratação dos serviços de
transporte e alimentação pelo Serviço Nacional do Índio, para incluir os serviços
de transporte e alimentação, inclusive, que não foram incluídos em
contratação com a Fundação Nacional do Índio, em virtude de não terem sido
incluídos no processo nº 001/85, de 02/02/85, encaminhado para a Fundação, e
de não serem de caráter permanente. Em referência ao processo nº 001/85, de
02/02/85, encaminhado para a Fundação Nacional do Índio, a contratação dos
serviços de transporte e alimentação pelo Serviço Nacional do Índio, para incluir
os serviços de transporte e alimentação, inclusive, que não foram incluídos em
contratação com a Fundação Nacional do Índio, em virtude de não terem sido
incluídos no processo nº 001/85, de 02/02/85, encaminhado para a Fundação, e
de não serem de caráter permanente. Em referência ao processo nº 001/85, de
02/02/85, encaminhado para a Fundação Nacional do Índio, a contratação dos
serviços de transporte e alimentação pelo Serviço Nacional do Índio, para incluir
os serviços de transporte e alimentação, inclusive, que não foram incluídos em
contratação com a Fundação Nacional do Índio, em virtude de não terem sido
incluídos no processo nº 001/85, de 02/02/85, encaminhado para a Fundação, e
de não serem de caráter permanente.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

e sem 10 peões que disseram nada sabermos sobre o assunto. Face a isso o Chefe do PFI resolveu colocá-los ao par da situação e aconselhá-los a retirarem da área, para evitar maiores complicações, visto que os índios estavam ameaçando atacar. Após obter a promessa que os mesmos abandonariam o local, inclusive, agradecendo o aviso o Sr. José Alves retornou ao PI, relatando o ocorrido à toda comunidade. Todavia, no dia seguinte, alguns líderes resolveram ir a Fazenda certificar a veracidade das afirmações e mais uma vez o Chefe do Posto teve que acompanhá-los para evitar maiores consequências. Quando chegaram ao local os índios tentavam matar um velho que lá se encontrava, contudo depois de dialogarem por várias horas com o Chefe do PFI e o Sr. Milton, encarregado do canteiro de obra da Cemal, convenceram os índios que este último retiraria o velho do local, o que realmente veio a acontecer. No dia 30 de novembro, os índios ficaram sabendo que um destacamento da Polícia Militar havia se deslocado para a sede da Fazenda, para constatar denúncias de que os índios haviam trucidado 2 pessoas. Mais uma vez, os índios se deslocaram para o local mas felizmente graças a atuação do Chefe do Posto, assim como a compreensão do Delegado presente, nada de muito grave aconteceu e os policiais se deslocaram da área. Contudo, no dia 03/12/86 30 PFI retornaram à área da Fazenda, desta feita para dar segurança aos empregados da mesma, que na época estavam realizando plantações de café, esta fato voltou a contrariar os índios que novamente ameaçaram atacar a Fazenda.

Depois de termos conhecimento da acima exposta, tentamos explicar aos índios, que realmente pelos limites da mais recente delimitação, a referida Fazenda estava fora da Reserva, e que portanto a FUNAI não tinha como retirar de lá os seus proprietários. Para ilustrar nessa explanação, o Engenheiro Imoelli tentou demonstrar no mapa, os limites considerados pelo "Memorial Descritivo", entretanto os índios alegaram inclusive que o mapa que estava em nossas mãos. Em vista disso, o Sargento Marcos Pio, resolveu interceder a nosso favor e solicitou a sua



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

penção da reunião até o dia seguinte, quando estariam todos descansados e de cabeça fria. À noite assistimos um ritual Cinta Larga, onde eles demonstraram o descontentamento com a presença dos IIR na Fazenda. No dia seguinte, ao tomarmos conhecimento que os policiais já haviam se retirado, ficou bem mais fácil o diálogo com os índios. Na oportunidade explicamos que não era verdade que os índios não haviam participado da delimitação da Reserva, pois nós mesmos estivemos presentes com as lideranças daquela Comunidade, juntamente com o Major Jordan, do Serviço Geográfico do Exército, e ainda os Indigenistas Jordon Alves da Silva, João Gilberto S. Magalhães e Lázaro Cunha, quando numa reunião em Wilkann todos concordaram com a proposta apresentada, inclusive quando do início da demarcação todos os acima citados estavam presentes no local onde foram instalados os aparelhos utilizados no rastreamento de satélite e toda liderança concordaram com o local onde foi colocada o Marco Nº 1. Depois dessa explanação os índios concordaram em ter participado realmente, todavia alegaram que quando foram percorrer a picada já considerada pronta, descobriram que a mesma desorientava de que vinha em direção oposta e que por isso mesmo os limites não ficavam definidos realmente, e que lhes davam o direito de pedirem nova demarcação. Diante de tal informação reunimos o conhecimento de que tão logo terminasse a demarcação de Japuíra, o Engenheiro da 2ª SUER, juntamente com um dos indigenistas presentes, percorreriam a picada com os índios, para verificarem o possível erro da demarcação e posteriormente informariam a Superintendência de Assuntos Fundiários, para as devidas atitudes. A proposta foi aceita por todos os presentes, estimada a data para não ser menor 15 de dezembro.

De lá dirigimo-nos para Cáceres onde chegamos às 17:30 do dia 16/11/86. Ainda nessa tarde procuramos o Administrador Substituto Sr. Augusto Silva, quando sabemos que os Índios Cinta Larga da Reserva os Suruí do PIR São de Setembro estavam aguardando a chegada do Sargento Fico, para deslocarem-se a El Seró. Diante disso, na manhã de dia seguinte deslocamos numa viatura do FI Lourdes para auxiliar o líder Catarino que poderia nos auxiliar a convocar os índios a



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

assistiram ao intento.

Com a chegada de Catarino fizemos uma demorada reunião, onde fi-
cou decidido que partiríamos uma aeronave para buscar o Cacique Paió e seus princi-
pais líderes para reunirmos em Cacóal, e assim foi feito no dia seguinte. Explica-
mos ao Cacique Paió que a FUNAI estava tomando todas as providências possíveis, que
inclusive estava mantendo uma equipe multidisciplinar na área, agilizando o levanta-
mento que possibilitaria uma definição mais rápida. Nessa ocasião o Cacique Paió ar-
gumentou que não estava apar dos serviços realizados. Fape a isso o convidamos, para
acompanhar de Catarino e demais líderes presentes visitarmos o acampamento em ou-
tro extremo da Reserva, onde nossa equipe juntamente com técnicos de Inera e Inter-
nat, realizavam os trabalhos de triagem e cadastramento dos colonos. Para esse des-
locamento, contamos com o apoio da Polícia Federal. No acampamento, após a confirma-
ção de que realmente providências estavam sendo tomadas, demonstrou entendimento e
confiança, contudo, disse estar apreensivo com as famílias que estavam muito próxi-
mas do aldeia. Nessa ocasião, ficou acertado que oportunamente, o coordenador da O-
peração acompanhador de agentes da III e do líder Catarino, tentariam convencer as
famílias muito próximas do Aldeia, a se distanciar das instalações, a fim de evita-
rem descontentamento dos índios. Retornamos a Cacóal e após os índios retornarem às
suas aldeias, fomos por encerrada a missão e dirigimo-nos para Guaiabá, chegando às
04:00h da manhã de 16/11/96.

Guaiabá, 24 de novembro de 1996

Coordenador de Operações - 3º BUN

264

ANEXO 56: Mapa de localizações

ARIPUANA 1:60 KM

